Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2024 | Nª 25.612 | Preço banca: R$ 3,50

ONS registra recorde na demanda máxima de carga de energia

As altas temperaturas registradas em quase todo o país nos últimos meses fez com que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) registrasse um novo recorde na demanda máxima de carga de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

No último dia 15 de março, às 14h37, a poucos dias do fim do verão a demanda chegou a 102.478 megawatts (MW). O patamar foi atendido por 92,5% de energia sustentável. No mesmo dia, houve recorde de carga média no valor de 91.338 MW-médio.

Os dois recordes anteriores de demandas máximas de carga foram observados no dia 7 de fevereiro deste ano (101.860 MW) e em 14 de novembro do ano passado (101.475 MW), informou o ONS na segunda-feira (18). Já o recorde anterior de carga média ocorreu em 17 de novembro de 2023, com 90.596 MW-médio.

Desde novembro de 2023, o SIN vem registrando sucessivos recordes na demanda instantânea de carga, em função das ondas de calor recordes registradas no país. (Agencia Brasil)

Turismo brasileiro cresceu quase 8% em 2023, aponta Fecomercio

Página 3

“Falta muito para se fazer”, diz Lula ao abrir reunião ministerial

Página 4

Prefeitura de SP decreta emergência por alto número de casos de dengue



Foto/Paulo Pinto/ABr

Página 2

Receita libera programa para atualizar valor de bens no exterior

A Receita Federal liberou na segunda-feira (18) o Programa de Atualização de Bens e Direitos no Exterior (Abex) aos contribuintes que quiserem atualizar o valor de bens e de investimentos fora do Brasil e pagar menos Imposto de Renda (IR). O programa pode ser baixado na página da Receita na internet.

A lei que taxou as offshores, aprovada no fim do ano passado deu duas opções para quem mantém cotas ou a totalidade de empresas de investimento no exterior. O contribuinte pode atualizar o quanto o investimento rendeu até agora e pagar 8% de IR sobre o ganho de capital (lucro) até 31 de maio, ou não atualizar o valor e pagar 15% depois de maio.

Para calcular o ganho de capital, o contribuinte deve informar o valor do bem na data de compra e o valor de mercado em 31 de dezembro de 2023. A conta deve ser feita por uma instituição de avaliação especializada, no caso de imóveis e bens móveis, como carro, avião, helicóptero e navio) ou por uma instituição financeira, no caso de aplicações financeiras.

A Receita Federal permitirá somente a atualização dos bens informados pelo proprietário na Declaração do Imposto de Renda 2023 (ano-base 2022). O programa permite a importação dos bens e direitos da declaração do ano passado.

A exceção será para quem não era obrigado a declarar e passou a declarar neste ano. Bens comprados em 2023 ou não declarados no ano passado não poderão ser atualizados porque não incidiu ganho de capital sobre eles.

Segundo instrução normativa editada pelo Fisco na semana passada, não poderão ter o valor atualizado os seguintes bens: moeda estrangeira em espécie, joias, pedras e metais preciosos, obras de arte, antiguidades de valor histórico ou arqueológico, animais de estimação ou esportivos e material genético de reprodução animal.

Em relação às offshores (empresas de investimentos no exterior) e às trusts (instrumento de terceirização de bens no exterior), os valores também podem ser atualizados com pagamento de Imposto de Renda mais baixo. No entanto, para fazer a atualização, o investidor terá de aderir ao regime de transparência total, em que todos os bens da offshore precisam estar detalhados na declaração. Para as trusts, o preenchimento dos dados na declaração de IR passa a ser obrigatório.

A Receita Federal deixou um canal de atendimento para que os contribuintes tirem dúvidas sobre a atualização de bens no exterior de documentos. (Agencia Brasil)

Primeiro pagamento do Pé-de-Meia será feito a partir de 26 de março

O pagamento do Incentivo-Matrícula do Programa Pé-de-Meia do Ministério da Educação (MEC) será pago a partir de 26 de março até 3 de abril aos estudantes matriculados em alguma das três séries do ensino médio público.

O depósito da parcela única de R$ 200 do primeiro incentivo financeiro-educacional do programa será feito conforme o mês de nascimento dos alunos. Página 2

Capital conta com mais de 900 vagas oferecidas pelo Cate nesta semana

Na penúltima semana de março, o Cate – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo, estará ofertando mais de 900 vagas de emprego em diversas regiões da capital. Os interessados podem se inscrever de forma online por meio do Portal ou presencial em uma das 27 unidades do Cate, até o dia 20 de março (quarta-feira). Página 2

Esporte

Felipe Giaffone triunfa em Campo Grande e lidera temporada

A Copa Truck abriu a temporada 2024 em grande forma. Com bom público e grandes batalhas, o Autódromo Internacional Orlando Moura, em Campo Grande (MS), recebeu duas belas corridas no quente domingo (17). Atual campeão, Felipe Giaffone (Volkswagen) começou o calendário com vitória na primeira prova e o terceiro lugar na segunda bateria, assumindo logo de cara a liderança do campeonato na Super Truck Pro. A corrida complementar teve um duelo espetacular entre Wellington Cirino e André Marques. Página 28



Foto/ Vanderley Soares

Felipe *Giaffone*

Regional Cup Brasil chega ao país com apoio da FIA e premiação para o Mundial de Kart

Os kartistas brasileiros terão a chance de brigar por um título inédito nesta temporada e participar de um campeonato que chega ao país com total apoio da Federação Internacional de Automobilismo (FIA). O Brasil foi escolhido pela entidade máxima do esporte a motor mundial para ser a sede da primeira Regional Cup no continente sul-americano, comprovando a força do nosso kartismo no cenário internacional.

A disputa da Regional Cup Brasil terá duas das mais importantes categorias mundiais: OK FIA e OK Júnior FIA e classificará seus campeões para o Mundial FIA Karting 2024, que acontecerá em setembro, na Grã Bretanha. A programação também incluirá a Mini 2T (mais detalhes sobre a disputa desta categoria serão divulgados em breve). Página 28

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis tem domínio dos brasileiros



Foto/ Fábio Fadeoni

Itaú *BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis*

Os triatletas brasileiros sobram no Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, que terá sua quinta edição no dia 14 de abril, na Praia do Ingleses, abrindo a temporada 2024 de provas dos circuitos IRONMAN 70.3 no país. Ao longo de suas quatro edições, apenas triatletas brasileiros alcançaram o topo do pódio geral no masculino e feminino. E, para este ano, a perspectiva de vitória nacional segue alta, já que os atuais campeões, José Belarmino e Patrícia Mendes Franco, estão confirmados entre os 1900 participantes inscritos.

O retrospecto é muito positivo. Página 28

Marcus Índio, Vasco Pedro e Uli Dias fecham com vitória etapa de Campo Grande

Foto/ Duda Bairros

Largada

Uma corrida de desfecho incrível encerrou a rodada de abertura da temporada 2024 da Copa Hyundai HB20. Na tarde de domingo (17), o Autódromo Internacional Orlando Moura, em Campo Grande (MS), foi palco de uma prova memorável e definida na linha de chegada. A batalha pela vitória na categoria Pro envolveu vários carros e foi marcada por uma aula de pilotagem defensiva de Marcus Índio, que triunfou quase na linha de chegada, com 0s635 de vantagem para Bruno Testa. Vasco Pedro levou a melhor na classe Elite após grande embate com Leo Martins, enquanto Uli Dias sacramentou uma jornada 100% na Super no topo do pódio das duas provas deste fim de semana. Página 28

Prefeitura decreta emergência por alto número de casos de dengue

A prefeitura de São Paulo decretou, na segunda-feira (18), estado de emergência em saúde pública em razão do elevado número de casos de dengue no município. A capital registra, atualmente, o índice de 414 casos confirmados da doença por 100 mil habitantes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera situação epidêmica quando o índice de infecção da doença supera 300 casos para cada 100 mil habitantes.

Segundo dados provisórios divulgados pela prefeitura hoje, computados até o último dia 13, o município de São Paulo registra, desde o início do ano, 49.721 casos confirmados da doença e 11 óbitos – o que supera em mais de três vezes o número de casos confirmados em todo o ano de 2023 (14.398) e o número de mortes que, no ano passado, totalizou 10.

Com o decreto da prefeitura, a administração municipal fica autorizada a adquirir emergencialmente insumos e materiais, e a contratar serviços sem a necessidade de realizar licitação. Também poderão ser prorrogados contratos e convênios administrativos para o combate à doença e ao mosquito transmissor dos vírus da dengue.

"Estão previstas medidas como a suspensão de férias e folgas dos agentes de combate a endemias e agentes comunitários de saúde, vigilância ambiental e unidades de saúde do município; atuação conjunta dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias com a execução de atividades de visitação domiciliar e demais ações de campo para o combate ao mosquito Aedes aegypti", disse a prefeitura em nota.

A administração municipal também ampliou o horário de atendimento em todas as 80 unidades de Assistência Médica Ambulatorial (Amas). A partir de hoje, o serviço, que funcionava das 7h às 19h, passa a atender até as 22 horas.

A prefeitura disse ainda que aumentou em R$ 240 milhões o investimento na intensificação das ações de combate à dengue, o que inclui os recursos para a ampliação do horário de funcionamento das AMAs, a contratação de 500 médicos para reforçar o atendimento nas unidades de saúde, a compra de mais 30 caminhonetes para nebulização do "fumacê" e a inclusão de 3,2 mil agentes Programa Operação Trabalho para intensificar os trabalhos de combate ao mosquito. Também foram instaladas novas tendas para atendimento de pessoas com sintomas da doença, em Itaquera e São Miguel Paulista. (Agência Brasil)

Capital conta com mais de 900 vagas oferecidas pelo Cate nesta semana

Na penúltima semana de março, o Cate – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo, estará ofertando mais de 900 vagas de emprego em diversas regiões da capital. Os interessados podem se inscrever de forma online por meio do Portal ou presencial em uma das 27 unidades do Cate, até o dia 20 de março (quarta-feira).

Entre as oportunidades da semana, o setor de supermercados é o grande destaque, com mais de 160 vagas para o cargo de repositor de mercadorias em diferentes regiões da capital. Os candidatos devem ter entre 18 e 50 anos e possuir ensino médio completo. Não é necessário possuir experiência para se candidatar. Os selecionados atuarão em uma escala de 6x1 das 08h às 16h20 e serão responsáveis pela reposição de bebidas no estabelecimento

Na área de limpeza, há mais de 100 oportunidades disponíveis para auxiliar de limpeza, nas regiões oeste, centro e sul. Os candidatos devem ter até 50 anos, seis meses de experiência mínima e ensino fundamental completo. As vagas oferecem uma escala de trabalho flexível e salário de R$1590.

Além disso, há vagas exclusivas para PCDs - Pessoas com Deficiência, como atendentes de lanchonete, com salário de R$1562 e escala de 6x1. Não é necessária experiência mínima, mas os candidatos devem ter entre 18 e 30 anos e podem estar cursando o ensino médio.

Escolas públicas iniciam campanha de multivacinação

A partir desta segunda-feira (18), as escolas públicas do estado de São Paulo vão iniciar campanha de multivacinação contra doenças preveníveis. Equipes de vacinação da Secretaria Estadual da Saúde irão até as escolas vacinar crianças e adolescentes que estejam com seus esquemas vacinais incompletos. Esses agentes de saúde também farão ações educativas para estimular a vacinação.

Segundo a secretaria, a campanha será realizada nas escolas públicas de ensino infantil, fundamental e médio até o dia 19 de abril.

O objetivo é aumentar a cobertura vacinal de crianças e adolescentes menores de 15 anos, público estimado em cerca de 7,9 milhões de pessoas no estado. No entanto, serão vacinados apenas aqueles que tiverem doses pendentes ou em atraso.

"Nosso foco é elevar as coberturas vacinais, reduzir a disseminação de doenças imunopreveníveis e impedir a reintrodução de doenças eliminadas ou controladas", disse Ligia Nerger, diretora de Imunização da secretaria, em nota. A ação vai oferecer vacinas do calendário do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

De acordo com a secretaria, serão disponibilizadas as seguintes vacinas: poliomielite, meningocóccica C conjugada, tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola), febre amarela, pentavalente (difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e doenças invasivas causadas pelo Haemophilus influenzae b), HPV (entre 9 e 14 anos de idade), meningocócica ACWY e covid-19.

Para garantir a prevenção contra essas doenças é fundamental que os pais ou responsáveis pela criança encaminhem à instituição escolar a caderneta de vacinação, além da assinatura do Termo de Assentimento para Vacinação para qualquer atualização necessária.

Pessoas que tenham dúvidas sobre a vacinação podem consultar o portal Vacina 100 Dúvidas, criado pelo governo paulista, que reúne as 100 perguntas mais frequentes sobre vacinação na internet. A ferramenta esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. (Agência Brasil)

Governo de SP lança edital de privatização da Emae, com leilão marcado para 19 de abril

O Governo de São Paulo publicou, na segunda-feira (18), o edital para a alienação das participações diretas e indiretas do Estado de São Paulo na Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). A íntegra pode ser acessada na página do projeto no site Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), disponível aqui.

As empresas interessadas deverão entregar no dia 15 de abril, entre 9h e 10h, todos os envelopes com todas as informações exigidas no edital. A abertura do envelope com as ofertas de preço será realizada no dia 19 de abril, às 15h, na sede da B3, em São Paulo.

O vencedor do certame será o consórcio que apresentar o maior valor unitário a ser pago por ação acima do preço mínimo definido, de R$ 52,85 por ação. Haverá ainda a possibilidade de viva-voz durante a sessão, caso haja lance até 20% inferior à melhor proposta apresentada. Os interessados também deverão apresentar garantias financeiras de 1% do valor total estipulado para a alienação das ações.

A modalidade de venda será o leilão em lote único, em que serão ofertadas 14,7 milhões de ações. Desse total, 14,4 milhões são de titularidade do Estado de São Paulo e outras 350 mil da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). Atendendo a determinação da Lei nº 9.361/1996, que instituiu o Programa Estadual de Desestatização (PED), serão ofertados aos empregados da companhia 10% do capital social, ou seja, aproximadamente 3,6 milhões de ações ao preço mínimo. Caso haja sobras dessas frações, o novo controlador é obrigado a comprá-las ao preço de leilão.

A Emae é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Estado de São Paulo e que atua no setor de geração de energia hidrelétrica, concessionária de um serviço público federal. O processo de desestatização da companhia está autorizado desde sua fundação, janeiro de 1998, a partir do disposto na Lei nº 9.361/1996, que instituiu o PED.

A principal atividade da empresa é a geração de energia. Atualmente, são quatro unidades de produção: as Usinas Hidrelétricas Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, além da Pequena Central Hidrelétrica Pirapora. Ela também opera o serviço de travessias em três pontos da Represa Billings, 24 horas por dia. As balsas Bororé, Taquacetuba e João Basso conectam diferentes bairros de São Bernardo do Campo. Esse serviço deverá ser mantido de forma gratuita pelo novo controlador.

PPI-SP

O programa estadual do Estado tem como objetivo ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo. Ao todo, são 20 projetos qualificados e uma carteira de mais de R$ 220 bilhões.

A atuação da iniciativa é baseada em sustentabilidade dos projetos, segurança jurídica, estabilidade das normas e observação das melhores práticas nacionais e internacionais. Esses pilares norteiam a relação entre o Governo do Estado e as empresas parceiras.

Governador em exercício anuncia mais de R$ 347 milhões para a saúde do Vale do Paraíba

O governador em exercício Felicio Ramuth anunciou o repasse anual de R$ 347 milhões para os 39 municípios da região do Vale do Paraíba por meio dos programas Tabela SUS Paulista e IGM SUS Paulista. Felicio e o secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva, participaram na segunda-feira (18) da 2ª Oficina de Regionalização da Saúde e do Gabinete 3D – Saúde em São José dos Campos.

"A melhoria do sistema de saúde e da prestação de serviço de saúde passa por distribuir melhor os atendimentos nas nossas regiões. Evitando grandes deslocamentos e, na medida do possível, fazer com que cem por cento dos atendimentos aconteçam aqui no Vale do Paraíba e no Litoral Norte com a estrutura de hospitais filantrópicos, Santas Casas e hospitais estaduais e regionais. Hoje, a discussão se dá no desenho da ampliação de ofertas com base na tabela SUS Paulista, que injetou R$ 3,5 bilhões na economia estadual para remunerar as Santas Casas e hospitais filantrópicos", afirmou Felicio.

O investimento foi anunciado diante de prefeitos e representantes de 103 entidades filantrópicas da região que atendem uma população de mais de 2,5 milhões de pessoas no Vale do Paraíba. O secretário Eleuses Paiva ressaltou a estratégia do projeto de regionalização.

"Estamos aqui discutindo sobre uma gestão personalizada para cada região, com aporte de recursos e remunerando adequadamente os prestadores para as filas andarem. Desde o início do projeto, observamos a discrepância na assistência à saúde nas regiões. Por isso, é compromisso deste governo trabalhar pela equidade social", disse.

Fila regional

A gestão estadual e os municípios também deram o pontapé inicial para a criação da regulação regional única. As secretarias municipais de saúde se comprometeram a disponibilizar as informações sobre oferta de serviços próprios e sob gestão para viabilizar a regulação por região, o que vai dar mais eficiência e transparência às filas por procedimentos do SUS.

IGM e Tabela SUS Paulista

Em 2024, o IGM SUS Paulista – Incentivo à Gestão Municipal – destinará cerca de R$ 48,3 milhões aos 39 municípios da macrorregião de Taubaté, com repasse per capita variando entre R$ 15 e R$ 40. O aporte estadual contribuirá de forma concreta para a melhoria da atenção primária à saúde da região.

Pela Tabela SUS Paulista, que corrige o subfinanciamento da tabela federal, o Governo do Estado vai repassar quase R$ 22 milhões por mês para 103 prestadores filantrópicos da região. Como parte dos recursos adicionais para ampliação do acesso, expansão da assistência à rede ambulatorial especializada e hospitalar de média e alta complexidade, é incorporado o valor mensal de pouco mais de R$ 2,9 milhões.

O valor total que a Tabela SUS Paulista está viabilizando a instituições filantrópicas da região alcança R$ 24,9 milhões em novos aportes mensais. A alocação dos recursos de expansão será determinada com base no pacto macrorregional.

Gabinete 3D

Para otimizar os serviços oferecidos à população e implementar políticas públicas mais eficientes, o Governo de São Paulo desenvolveu o Gabinete 3D. O projeto visa a articulação entre secretários do Estado e gestores municipais segundo os pilares de diálogo, dignidade e desenvolvimento que regem a administração paulista.

A Secretaria de Estado da Saúde foi a pasta escolhida para a inauguração da iniciativa, conforme as demandas identificadas durante a primeira fase das Oficinas da Rede Regional de Atenção à Saúde.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Embora participe do apoio familiar à reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB), Tomás Covas, filho do falecido [2021] Bruno Covas - com 18 anos de idade - segue dizendo que não disputará a vereança pelo PSDB em crise existencial

.

PREFEITURA (São Paulo)

Candidato à reeleição e preocupado em vencer o pleito já no 1º turno, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) colocou a cidade em emergência pelo aumento dos casos de dengue. O mosquito segue atacando quem é das direitas e esquerdas

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados e deputadas que vão disputar prefeituras em 2024 podem se beneficiar nas campanhas por suas reeleições 2026, uma vez que não perdem as cadeiras em que estão. Em tempo : alguns disputam com base nesta lógica da política

.

GOVERNO (São Paulo)

Em visita a Israel, país em guerra com o hamas [faixa de Gaza], o militar [reserva] do Exército brasileiro Tarcísio Freitas (Republicanos) tá sendo tratado por Netanyahu como um possível pré-candidato [do ex-presidente Bolsonaro - PL] em 2026

.

CONGRESSO (Brasil)

Tanto na Câmara Deputados, como no Senado, crescem as apostas de que pode acontecer de tudo no caso das participações do então presidente Bolsonaro (PL) em ações (2022-2023) nas quais generais (Exército) já apontam culpas do capitão

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Parecia uma reunião ministerial do Século 20. Um presidente - Lula (dono do PT) - acusando parte da imprensa e apontando culpas a falta de comunicação de ministros e ministras. Já o vice Alckmin (ex-PSDB, no PSB), fez caras e bocas

.

PARTIDOS (Brasil)

O atual PSDB, que em São Paulo periga virar um partido pequeno, convive agora com a propaganda que exalta o mineiro Aécio Neves, o mesmo cuja cabeça [leia-se expulsão] esteve a prêmio pelo então governador Doria e pelo prefeito Covas

.

HISTÓRIAS

O poderoso presidente russo, Vladimir Putin tá reeleito até 2030. Segue dizendo que que - se preciso - pode usar armas nucleares contra o Ocidente. Tá junto e misturado com o governo chinês do agora eterno - enquanto vivo - Xi Jinping ...

.

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu a Medalha Anchieta (Câmara de São Paulo) e o Colar de Honra ao Mérito (Assembleia do Estado São Paulo), como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Turismo brasileiro cresceu quase 8% em 2023, aponta Fecomercio

No ano passado, o turismo brasileiro cresceu 7,8% e teve um faturamento em torno de R$ 189,4 bilhões, de acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Segundo a entidade, o dado consolida a recuperação do setor, que foi um dos mais atingidos pela pandemia do novo coronavírus.

Só no mês de dezembro, o aumento foi de 1,1% sobre o mesmo mês de 2022, com um incremento de R$ 18,1 bilhões, o melhor resultado para um único mês desde o início da pandemia, em 2020.

No desempenho anual, o resultado positivo foi puxado principalmente por atividades como locação de meios de transporte, que apresentou alta de 18,3% no período. Somente o segmento de viagens rodoviárias não teve um bom desempenho em 2023, com queda de -4%.

Já o resultado do mês de dezembro foi puxado pelo segmento de alojamento, que cresceu 15,7%, e pelo faturamento do transporte aéreo (4,4%). As agências de veículos também melhoraram o desempenho (10,8%), consolidando o ano positivo, assim como o segmento de alimentação, com restaurantes e bares (8%). Por outro lado, houve queda no transporte rodoviário, com perda de 19,9% em relação a dezembro de 2022.

O estudo é baseado nas informações da Pesquisa Anual de Serviços, mediante dados atualizados com as variações da Pesquisa Mensal de Serviços, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os valores são corrigidos mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e foram escolhidas as atividades que têm relação total ou parcial com o turismo.

Apesar dos bons resultados e de uma expectativa de melhora nas condições econômicas das famílias brasileiras, o setor teme pelo fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). "A entidade trabalha ativamente pela manutenção do Perse, visto que o programa, criado em 2021 para socorrer o segmento de eventos – que trabalha com muitas atividades turísticas, tem papel relevante para o resultado final. Há um consenso entre especialistas e observadores do setor que a medida contribuiu significativamente para manter investimentos das empresas, renegociar dívidas e gerar novos postos de trabalho depois do período pandêmico", escreveu a Fecomercio. (Agencia Brasil)

Prévia do PIB brasileiro cresce 0,6% em janeiro

A economia brasileira começou 2024 em expansão. Considerado uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) cresceu 0,6% em janeiro, superando a projeção do mercado financeiro de alta de 0,26%.

Na comparação com janeiro do ano passado, o indicador cresceu 3,45%. No acumulado de 12 meses terminados em janeiro, o índice acumula alta de 2,47%. Os dados são desassonalizados, livres de oscilações associadas a uma determinada época do ano.

Apesar da alta em janeiro, o IBC-Br desacelerou em relação a dezembro, quando registrou crescimento de 0,82%. Divulgado todos os meses pelo Banco Central, o IBC-Br analisa a atividade econômica em três componentes: indústria, comércio e serviços.

Esse é o quinto mês seguido de alta no IBC-Br. Apesar da desaceleração em relação ao mês anterior, o fato de o indicador ter crescido além das previsões das instituições financeiras mostra que a economia brasileira atravessa um momento favorável. (Agencia Brasil)

Governo lança estratégia para fiscalizar Bolsa Família e CadÚnico

Um plano de ação para orientar a fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) foi aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A medida - publicada no Diário Oficial da União da segunda-feira (18) - prevê oito ações a serem implementadas e a criação de dois grupos técnicos.

Estão previstas medidas para a construção de um plano de comunicação da rede de fiscalização; a implantação de uma unidade de pesquisa, estratégia e gestão de risco; elaboração de uma proposta para melhoria da base de dados; avaliação dos termos de adesão aos programas sociais; criação de um cronograma de auditorias; tratamento e a comunicação aos órgãos de controle dos casos de irregularidade identificados; criação de um fluxo de denúncias; e o estabelecimento de uma comunicação externa para informar outras instâncias governamentais, órgãos de fiscalização e iniciativas de controle social.

De acordo com o documento, as medidas serão implementadas ainda em 2024, mas o plano deverá funcionar como "um instrumento de planejamento e aprimoramento contínuo", com o objetivo de melhorar a qualidade das informações e da fiscalização, além de prevenir fraudes nos programas sociais.

Rede federal

O novo instrumento é resultado do trabalho da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, criada em junho de 2023 (Lei 14.601/23), que tem como membros integrantes do MDS, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União.

A lei que criou a rede foi decorrente de uma medida provisória que também reformulou os critérios de concessão do Programa Bolsa Família.

De acordo com o governo, a revisão foi necessária após o Tribunal de Contas da União apontar "divergências de renda e de composição familiar, além de falta de atualização e inconsistência de dados", depois de análise da política de transferência de renda federal praticada na gestão anterior.

Distorções

O CadÚnico também passou por reestruturação após um acordo judicial, resultante de uma ação movida pela Defensoria Pública da União, em 2020, que questionou a desestruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e distorções no cadastro que dava acesso a mais de 30 programas sócias do governo federal. (Agencia Brasil)

Dólar fecha acima de R$ 5 por primeira vez desde outubro

Em meio à cautela em torno das definições dos juros nos Estados Unidos e no Brasil, o dólar fechou acima de R$ 5 pela primeira vez desde o fim de outubro. A bolsa de valores fechou em leve alta.

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (18) vendido a R$ 5,026, com alta de R$ 0,028 (+0,57%). A cotação chegou a abrir em leve queda, mas passou a subir após a abertura dos mercados norte-americanos. Na máxima do dia, por volta das 12h, a moeda norte-americana chegou a R$ 5,03.

A cotação está no nível mais alto desde 31 de outubro, quando fechou em R$ 5,04. A divisa acumula alta de 1,09% em março e de 3,56% em 2024.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela instabilidade. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 126.954 pontos, com alta de 0,17%. As ações de mineradoras se recuperaram das quedas dos últimos dias com a alta na cotação internacional do minério de ferro. No entanto, ações de petroleiras e de companhias elétricas caíram.

No mercado de câmbio, a expectativa com os juros no Brasil e nos Estados Unidos predominou. Na quarta-feira (20), o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) e o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidem as taxas básicas de juros nos Estados Unidos e no Brasil.

Dados recentes que indicam o aquecimento da economia norte-americana aumentaram as apostas de que o Fed só começará a cortar os juros em junho. Taxas altas em economias avançadas estimulam a fuga de investidores de países emergentes.

No Brasil, a expectativa é que o Copom faça um novo corte de 0,5 ponto na Taxa Selic. No entanto, dados que indicam aquecimento da economia brasileira, como a prévia do PIB divulgada na segunda-feira pelo Banco Central, aumentou as chances de que o BC pare de cortar a Selic em junho. Uma queda menor que o esperado estimula a migração de investidores da bolsa de valores para investimentos em renda fixa. (Agencia Brasil)

Primeiro pagamento do Pé-de-Meia será feito a partir de 26 de março

O pagamento do Incentivo-Matrícula do Programa Pé-de-Meia do Ministério da Educação (MEC) será pago a partir de 26 de março até 3 de abril aos estudantes matriculados em alguma das três séries do ensino médio público.

O depósito da parcela única de R$ 200 do primeiro incentivo financeiro-educacional do programa será feito conforme o mês de nascimento dos alunos.

- 26 de março: estudantes nascidos em janeiro e fevereiro;
- 27 de março: estudantes nascidos em março e abril;
- 28 de março: estudantes nascidos em maio e junho;
- 1º de abril: estudantes nascidos em julho e agosto;
- 2 de abril: estudantes nascidos em setembro e outubro;
- 3 de abril: estudantes nascidos em novembro e dezembro.

O Incentivo-Matrícula será creditado em contas digitais abertas automaticamente pela Caixa Econômica Federal em nome dos alunos.

No caso de o estudante do ensino médio público contemplado ser menor de idade, será necessário que o responsável legal autorize o estudante a movimentar a conta, para sacar o dinheiro ou usar o aplicativo Caixa Tem. Esse consentimento poderá ser feito em uma agência bancária da Caixa ou pelo aplicativo Caixa Tem. Se o aluno tiver 18 anos ou mais, a conta já estará desbloqueada para utilização do valor recebido.

O incentivo é pago apenas uma vez ao ano, ainda que o estudante realize transferência de matrícula entre escolas ou redes de ensino no mesmo ano letivo.

Porém, aquele aluno que abandonou a escola e voltou a estudar ou que reprovou aquela série terá direito ao Incentivo-Matrícula da respectiva série apenas mais uma vez, durante o período de permanência no ensino médio, esclarece o MEC.

Para fazer o depósito deste primeiro incentivo, o MEC se baseará em informações enviadas pelas redes de ensino dos municípios, estados e do Distrito Federal entre 29 de fevereiro e 8 de março deste ano, via Sistema Gestão Presente (SGP), conforme previsto na Lei 14.818/2024.

O não compartilhamento das informações sobre os estudantes matriculados nas respectivas redes de ensino poderá impactar o pagamento dos incentivos relativos ao período em que as informações não foram compartilhadas.

Para quem não for contemplado neste primeiro período, o MEC informa que se ocorrerem correções e atualizações das informações referentes à matrícula, por parte das redes públicas de ensino médio, entre 9 de março e 14 de junho, o pagamento do Incentivo-Matrícula poderá ser feito até 1º de julho.

O Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional do governo federal, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de pessoas matriculadas no ensino médio público.

O objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens do ensino médio, além de promover mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social.

O Pé-de-Meia prevê o pagamento de incentivo mensal de R$ 200, que pode ser sacado em qualquer momento, além dos depósitos de R$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que só poderão ser retirados da poupança após a conclusão do ano letivo. Se consideradas as dez parcelas de incentivo, os depósitos anuais e, ainda, o adicional de R$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na última série, os valores podem chegar a R$ 9.200 por aluno.

Os estudantes com dúvidas sobre o Pé-de-Meia podem acessar uma seção de Perguntas Frequentes sobre o programa no portal do MEC. Outros canais são o Fale Conosco do MEC (telefone 0800 616161) e o portal de atendimento, por meio da opção 7 e seleção do assunto Programa Pé-de-Meia. (Agencia Brasil)

Pesquisadores testam IA para evitar mortes de animais em rodovias

Pesquisa do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) avaliou o desempenho de sistemas de detecção de objetos com a finalidade de identificar animais da fauna brasileira em rodovias. A ideia é que, no futuro, a tecnologia possa ser utilizada para alertar os motoristas e evitar acidentes nas estradas.

"Estes modelos de visão computacional testados podem ser acoplados a dispositivos de computação de borda - descentralizada - em pistas para realizar a classificação e detecção do animal e assim repassar via aplicativo móvel algum sinal que indique que algum animal passou em determinado trecho", explicou o pesquisador do instituto Gabriel Souto Ferrante.

O modelo empregado detectaria o animal por câmeras e realizaria a comunicação de uma informação simples e objetiva. "Vale ressaltar que essa pesquisa se concentra na criação dos modelos de I.A. [inteligência artificial] para a detecção, e não houve aplicação completa com aplicativos móveis ainda, sendo um desejo futuro", acrescentou Ferrante.

Os pesquisadores, que se concentraram em espécies brasileiras em extinção, ressaltam que o sucesso de sua utilização tem relação com a disponibilidade de dados para treinamento do sistema. O estudo foi publicado na revista *Scientific Reports*.

De acordo com o pesquisador, "ainda existem barreiras técnicas relacionadas aos algoritmos desses modelos quando o ambiente possui algum desafio, como oclusão de ambiente - alta vegetação, neblina, chuva -, imagens de baixa qualidade, cenários noturnos. Todos esses problemas impactam negativamente o entendimento das características - cores, bordas, texturas dos bichos - para serem interpretados pela máquina".

Além dos problemas relacionados à visão computacional, Ferrante aponta que há problemas relacionados à complexidade computacional exigida, como a necessidade de equipamentos de processamento na borda, ao lado da câmera, que forneçam a execução adequada e em tempo real. No entanto, são equipamentos de alto custo. "Falta de parcerias e investimentos em equipamentos de maior velocidade que possam suportar outras arquiteturas de detecção", acrescentou.

Dados da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) mostram que as rodovias concedidas do estado registraram mais de 6,3 mil atropelamentos de animais silvestres no ano de 2023. Segundo a agência, a região central do estado concentra o maior número de casos, em cidades como Araraquara, Bauru e São Carlos, com animais selvagens, como tamanduás, capivaras, quatis, entre outros. (Agencia Brasil)

Com atracação de porta-contêiner chinês, Paranaguá estreia nova rota marítima

Com a atracação do porta-contêiner chinês Cosco Shipping Brazil, o Porto de Paranaguá estreou, na segunda-feira (18), mais uma rota marítima de comércio direto com o mercado asiático. O itinerário, chamado "rota ESA", liga a costa leste da América do Sul diretamente com o extremo oriente asiático, fortalecendo as relações comerciais do Paraná com o mercado chinês.

O evento de lançamento do trajeto aconteceu no Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), contou com a presença do vice-governador Darci Piana e também integra as celebrações do aniversário de 50 anos das relações diplomáticas entre Brasil e China.

"O Porto de Paranaguá entrar em uma rota como esta, de ligação direta com a China, é um importante sinal da relevância do Paraná no comércio global e da confiança crescente que o mercado tem no Estado. Somos um dos principais produtores de alimentos do mundo e temos uma economia que cresce acima da média brasileira, o que é reconhecido por nossos parceiros comerciais", afirmou Piana.

Além de Paranaguá, o navio vai passar por outros portos da costa brasileira. O trajeto também contempla portos argentinos e uruguaios para, depois, seguir para China e Singapura.

A embarcação, que foi batizada em homenagem ao Brasil, foi inaugurada em novembro de 2023. Ela tem 336 metros de comprimento e 51 metros de largura, com capacidade de 14,1 mil TEUs (unidade de medida que equivale a 20 pés de contêiner).

"Uma porção muito relevante das nossas movimentações passa pela China. Não temos como falar de logística sem falar neste importante parceiro comercial, que é o nosso principal cliente. Fortalecer esta relação é muito importante para que tenhamos cada vez mais rotas definidas com o mercado chinês", disse o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Um importante destaque do Cosco Shipping Brazil é a presença de 2,1 mil plugs para contêiners refrigerados, usados para a movimentação de cargas congeladas. O Paraná é líder brasileiro na produção de carne de frango e segundo maior produtor de suínos, tendo na China um importante destino destas proteínas. O TCP, onde o navio atracou, é líder de mercado no segmento de carnes e congelados, com a maior estrutura para contêineres refrigerados da América Latina. O terminal oferece 3.624 tomadas para a conexão de refrigerados.

"Esta rota amplia significativamente a capacidade de movimentação de contêineres refrigerados entre o Brasil e a China, reforçando uma troca comercial fundamental para os dois mercados. O Paraná tem uma agricultura sólida, com investimentos em infraestrutura que servem bem a este comércio", afirmou o diretor da Cosco Shipping, Zhu Bixin. (Agencia Brasil)

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949
FATO RELEVANTE

A **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Gerivatiba, 207 16º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08, ("VIRGO"), na qualidade de Emissora da 348ª, 349ª e 350ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de CRI vem, por meio do presente Fato Relevante, informar, que a VILA NOVA CONCEIÇÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CNPJ 39.158.109/0001-97, na qualidade de Devedora desta Emissão, não efetuou o pagamento dos Juros Remuneratórios no valor de R$ 214.336,86 (duzentos e quatorze mil trezentos e trinta e seis reais e oitenta e seis centavos) e da Amortização no montante de R$ 79.059,48 (setenta e nove mil, cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos) totalizando o montante de R$ 293.396,34 (duzentos e noventa e três mil, trezentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos) no que se refere a 348ª Série, Juros Remuneratórios no valor de R$ 66.234,58 (sessenta e seis mil e duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e da Amortização no montante de R$ 24.431,04 (vinte e quatro mil e quatrocentos e trinta e um reais e quatro centavos) totalizando o montante de R$ 90.665,62 (noventa mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) no que se refere a 349ª Série, Juros Remuneratórios no valor de R$ 64.250,96 (sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos) e da Amortização no montante R$ 23.699,36 (vinte e três mil e seiscentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos) totalizando o montante de R$ 87.950,33 no que se refere a 350ª Série, lastro da operação de CRI, inviabilizando o pagamento integral da parcela de Amortização e Juros Remuneratórios dos CRI, previsto para 15/03/2024.Desta forma, a Emissora esclarece que já está tomando todas as providências de acordo com os Documentos da Operação, inclusive realizará a cobrança dos encargos moratórios devido ao atraso. Todos os termos iniciados em letra maiúscula aqui não definidos encontram o significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização da Emissão. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessário.
São Paulo, 15 de Março de 2024.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.
Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - Diretor de Relações com Investidores

"Falta muito para se fazer", diz Lula ao abrir reunião ministerial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva coordenou, na segunda-feira (18), a primeira reunião ministerial de 2024 e disse que "ainda falta muito para se fazer" no Brasil. Para Lula, o país foi "totalmente abandonado" pelo governo anterior e esteve muito próximo de sofrer um golpe de Estado.

"A gente ainda tem muito para fazer, em todas as áreas. E muito não é nada estranho, é tudo aquilo que nós nos comprometemos a fazer durante a disputa eleitoral. Já gastamos um ano e três meses do nosso mandato e vocês percebem quão pouco nós fizemos e ao mesmo tempo quão muito nós fizemos. Eu duvido que alguém conseguisse fazer se não fosse o esforço individual de cada um de vocês", disse Lula a seus ministros durante a abertura da reunião transmitida pelas redes sociais e pelo Canal Gov.

O presidente teceu críticas ao governo anterior. Para ele, seu antecessor, Jair Bolsonaro, se preocupou em "estimular o ódio entre as pessoas", em vez de pensar em políticas sociais.

No encontro no Palácio do Planalto, Lula citou que muitos ministérios estavam com defasagem de servidores e que ainda não foi possível suprir toda a demanda de concursos públicos. Segundo ele, a maioria das pastas não tinha políticas públicas com interesse de inclusão social e outras haviam sido completamente encerradas, como o Ministério da Cultura.

"Então, todo mundo aqui tem ciência dos escombros que receberam quando nós tomamos posse", disse Lula, citando ações realizadas deste o início do mandato, como a recuperação dos programas Farmácia Popular, Mais Médicos, Bolsa Família, programas educacionais, a redução do desemprego e a retomada da política externa, com a abertura de 98 novos mercados para produtos agrícolas brasileiros.

Golpe de Estado

O presidente comentou também a divulgação dos depoimentos dos ex-comandantes das Forças Armadas à Polícia Federal (PF). Na sua avaliação, o Brasil "correu sério risco" de entrar em um novo período antidemocrático a partir da tentativa de golpe de Estado no dia 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes foram depredadas, em Brasília.

"Se, há três meses, quando a gente falava em golpe parecia apenas insinuação, hoje temos certeza que esse país correu sério risco de ter um golpe em função das eleições de 2022", disse Lula, exaltando ainda a recusa de comandantes das Forças Armadas em aderir ao plano golpista.

Segundo depoimentos prestados à Polícia Federal (PF) pelos ex-comandantes do Exército, Marco Antonio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos Almeida Baptista Júnior, Bolsonaro estava no centro das conspirações de uma ruptura democrática.

Para Lula, agora é o momento de fortalecer a democracia. "O povo foi mais sábio, mais corajoso, e nós estamos aqui com a incumbência de fazer uma coisa muito importante, que não é só resolver o problema da economia, da saúde, do transporte, da agricultura, nós temos que resolver uma coisa muito mais séria que é a consolidação do processo democrático desse país. A democracia passa a ser uma coisa fundamental na nossa vida", disse.

Segundo Lula, apenas o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, não estava presente na reunião desta segunda-feira pois está em viagem ao Oriente Médio. "Ele foi visitar a situação na Palestina, a Cisjordânia, e foi visitar outros países também e levar um recado, uma mensagem dos brasileiros para lá", explicou Lula, em citação aos esforços do Brasil para resolução do conflito entre Israel e o grupo palestino Hamas, na Faixa de Gaza.

Após a fala inicial do presidente, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, apresentou um balanço de ações do governo federal. Na sequência, a transmissão foi encerrada e a reunião seguiu de forma privada. (Agencia Brasil)

Justiça Eleitoral lança mobilização por alistamento de jovem eleitor

A Justiça Eleitoral lançou na segunda-feira (18) a Semana do Jovem Eleitoral 2024, voltada a incentivar o alistamento eleitoral de jovens entre 15 e 17 anos, que não são obrigados, mas já podem votar nas eleições municipais de outubro.

A campanha mira também naqueles que são obrigados a votar pela primeira vez, pois completam 18 anos antes das eleições, marcadas para 6 de outubro (primeiro turno) e 27 de outubro (segundo turno).

Segundo a Justiça Eleitoral, entre janeiro e fevereiro deste ano, mais de 417 mil jovens entre 15 e 17 anos solicitaram a primeira via do título de eleitor. O adolescente de 15 anos já pode se alistar caso complete 16 anos, idade mínima para votar, até o dia do primeiro turno.

Durante a semana de mobilização do TSE, costumasse concentrar grande parte do alistamento eleitoral dos jovens. Antes das eleições de 2022, por exemplo, foram 100 mil registros feitos para jovens nos cinco dias de campanha, quando costuma haver a adesão de celebridades, figuras públicas e instituições.

A mobilização costuma ocorrer entre os meses de março e abril, algumas semanas antes do fechamento do período de alistamento eleitoral antes da eleição. Neste ano, a data limite para tirar o título de eleitor é 8 de maio. Após esse dia, o cadastramento de eleitores fica fechado até depois do pleito.

Neste ano, o mote da campanha, focada em redes sociais como Instagram e TikTok, é "Participe do Festival Primeiro Voto com a Justiça Eleitoral – A sua voz vai fazer história". O material da mobilização pode ser encontrado no portal do TSE.

"Para conteúdos autorais, as mensagens podem conter informações sobre como tirar o título eleitoral, voto facultativo e obrigatório, cadastramento biométrico e a importância da participação da juventude nos processos eleitoral e político", orienta o TSE para quem quiser compartilhar o material. (Agencia Brasil)

Sinal 5G estará disponível em mais 395 municípios

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou o licenciamento e ativação de estações de tecnologia 5G em mais 395 municípios, a partir da segunda-feira (18). Com isso, o total de municípios que poderão contar com o 5G chegará a 3.678. Nestas localidades, vivem aproximadamente 181,3 milhões de brasileiros, o que corresponde a aproximadamente 85% da população do país.

O 5G é o padrão de tecnologia de quinta geração para redes móveis e de banda larga, que sucede as redes de conectividade 4G. As empresas de telefonia celular têm ativado gradualmente o 5G no país, desde julho de 2022.

A liberação da faixa de 3,5 GHz da rede móvel 5G não significa que serão instaladas de imediato nas localidades, o que dependerá do planejamento individual de cada prestadora que poderá solicitar o licenciamento e ativação de suas estações 5G standalone ou 5G puro.

A lista com os 395 municípios em que as prestadoras poderão solicitar à Anatel o licenciamento e ativação de estações de 5G na faixa de 3,5 GHz está no *site* da agência reguladora.

Atualmente, são oito estados mais o Distrito Federal (AL, AP, DF, PR, RJ, RR, RS, SC e SP) com todos os municípios liberados para o 5G. A Anatel já definiu a lista dos municípios a serem liberados para ter a internet 5G nas próximas etapas e outras nove unidades da Federação completarão essa fase.

· Em abril/2024, serão 220 municípios. Ao fim dessa etapa, todos os municípios do ES, MA e SE serão liberados para o 5G;

· em maio/2024, 233 municípios. Ao fim dessa etapa todos os municípios de PB, RO e TO serão liberados;

· em junho/2024, 171 municípios. Ao fim dessa etapa todos os municípios de AC, AM e GO serão liberados.

Os donos de aparelhos de televisão que recebem sinal de TV aberta via antena parabólica precisam substituí-las pelas novas parabólicas digitais ou instalar um adaptador para continuar a receber as transmissões. De acordo com o Ministério das Comunicações, em breve, as parabólicas tradicionais vão parar de funcionar, porque a tecnologia 5G, que já está sendo implementada no Brasil, utiliza a mesma faixa da radiofrequência. Para quem tem antena do tipo espinha de peixe, antena digital interna ou TV por assinatura não há necessidade de troca da antena.

As famílias inscritas em programas sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que possuem uma parabólica tradicional instalada e funcionando têm direito à instalação do kit gratuito com a nova parabólica digital. A antena parabólica tradicional precisa estar instalada, conectada à TV e em funcionamento.

A nova parabólica digital promete vantagens em relação à tradicional: imagem sem sombras e chuviscos; som com melhor qualidade; mais de 80 canais; canais regionais; programação continua gratuita; antena de tamanho menor; nomes e números de canais passam a ser padronizados; equipamentos modernos e com mais tecnologia. (Agencia Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.

CNPJ nº 42.130.537/0001-16

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A., REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 06 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede da **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, sala 10, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-065, realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença dos debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das debêntures em circulação da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada na espécie com garantia real, em duas séries para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, com esforços restritos, da Companhia ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), conforme se verificou da assinatura da Lista de Presença de Debenturistas, nos termos do artigo 71, §2º e do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula 9.2.5 da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo). Presentes também **(i)** o representante da Companhia e **(ii)** o representante do Agente Fiduciário (conforme definido abaixo). **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Monique Husseini Perin; e Secretário: Maurício Fernandes. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** observada a condição suspensiva no item (ii) abaixo, concessão de waiver à Emissora para o não cumprimento das Condições para a Integralização de Debêntures da Segunda Série previstas na Cláusula 4.9.1, itens "a", "b", "c" e "d" da Escritura de Emissão, para que possa ocorrer a integralização, em uma ou mais parcelas, pelos Debenturistas, de até 700.000.000 (setecentos mil) Debêntures da Segunda Série em qualquer data antes do Cumprimento das Condições para Integralização; e **(ii)** como condição suspensiva à aprovação do item (i) acima, autorizar a Emissora a realizar a constituição de fiança bancária nos termos da Cláusula 4.29 da Escritura de Emissão em até 1 dia útil antes da data de cada integralização, sendo certo que esta garantia será liberada somente após o cumprimento de todas as obrigações previstas na Cláusula 4.29 e seguintes da Escritura de Emissão. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a análise das matérias objeto da Ordem do Dia, os Debenturistas **APROVARAM**: **(i)** observada a condição suspensiva no item (ii) abaixo, a concessão de **waiver** à Emissora para o não cumprimento das Condições para a Integralização de Debêntures da Segunda Série previstas na Cláusula 4.9.1, itens "a", "b", "c" e "d" Escritura de Emissão, para que possa ocorrer a integralização, em uma ou mais parcelas, pelos Debenturistas, de até 700.000.000 (setecentos mil) Debêntures da Segunda Série em qualquer data antes do Cumprimento das Condições para Integralização; e **(ii)** como condição suspensiva à aprovação do item (i) acima, a constituição de fiança bancária, pela a Emissora, nos termos da Cláusula 4.29 da Escritura de Emissão, em até 1 dia útil antes da data de cada integralização, sendo certo que esta garantia será liberada somente após o cumprimento de todas as obrigações previstas na Cláusula 4.29 e seguintes da Escritura de Emissão. Por fim, os Debenturistas concedem autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para praticarem quaisquer atos e celebrarem quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. As aprovações desta Assembleia devem ser interpretadas restritivamente com mera liberalidade dos Debenturistas e, portanto, não são consideradas como novação, precedente ou renúncia de quaisquer outros direitos dos Debenturistas, previstos na Escritura de Emissão. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão, bem como todos os demais documentos da Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. A Emissora informa que a presente assembleia atendeu a todos os requisitos e as orientações de procedimentos para a sua realização, conforme determina a Resolução CVM 81. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, que após lida e aprovada, foi assinada eletronicamente, por todos os presentes, ficando autorizada a sua divulgação, com a omissão da qualificação e assinatura dos Debenturistas, no website da Emissora. **Mesa**: Monique Husseini Perin – Presidente; Maurício Fernandes – Secretário; **Representante do Agente Fiduciário**: Maurício Fernandes; **Representantes da Emissora**: Fábio Russo Corrêa – Diretor e Mônica da Cruz Lamas - Diretora. Assinatura Digital: Os presentes nesta Assembleia concordam que, nos termos da "Declaração de Direitos de Liberdade Econômica", segundo garantias de livre mercado, conforme previsto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, conforme alterada, bem como da Medida Provisória 2.200- 2/2001, esta Ata será firmada de maneira digital por todos os seus signatários, devendo, em qualquer hipótese, ser emitido com certificado digital nos padrões ICP-BRASIL. Para este fim, serão utilizados serviços disponíveis no mercado e amplamente utilizados que possibilitam a segurança da assinatura digital por meio de sistemas de certificação capazes de validar a autoria de assinatura eletrônica, bem como de traçar a "trilha de auditoria digital" (cadeia de custódia) do documento, a fim de verificar sua integridade. Dessa forma, a assinatura física de documentos, bem como a existência física (impressa), de tais documentos não serão exigidas para fins de cumprimento de obrigações previstas neste instrumento. São Paulo, 06 de março de 2024. **Monique Husseini Perin** - Presidente da Mesa, **Maurício Fernandes** - Secretário. **Emissora: CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A., Agente Fiduciário: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., Debenturista: BCO. NACIONAL DESENV. ECONÔMICO SOCIAL - BNDES** - *Por Monique Husseini Perin.* JUCESP nº 102.484/24-7 em 12.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

1ª Vara da Família d Sucessões - Regional XI - Pinheiros Processo **1012668-84.2022.8.26.0011**-Interdição/Curatela-L.A.H.- Posto isto, JULGO PROCEDENTE o pedido, para decretar a interdição de S.de A.L.,portador de sequelas de quadro demencial(Cid G.30),a afetar todos os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial,nomeando-lhe curadora L.de A.H..Em obediência ao disposto no §3º do artigo 755,do CPC,servirá o dispositivo da presente sentença como edital,a ser publicada por três vezes na imprensa oficial,com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local |19

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL-PRAZO DE TRINTA DIAS PROCESSO Nº**1089557-06.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ªVara da Família e Sucessões,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Ricardo Pereira Junior,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível movida por Carla Fabiana Dutra Elias Saccá,RG 34.773.249-5 SSP/SP, CPF 315.874.588-70 e Leandro Saccá, RG 19.204.253 SSP/SP,CPF 292.363.898-05, residentes na Rua Itajaí, 125, apto 65, Torre 4, São Paulo/SP, CEP 01501-000, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de outubro de 2023. |19,20|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1010678-16.2021.8.26.0004** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Raphael Garcia Pinto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CONSTRUTORA RENOVVA EIRELI, CNPJ 31419615000180, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Omar Henrique dos Reis Silva - Me, referente ao contrato de empreitada de serviço de demolição realizado na Unidade de Tangará da Serra da Marfrig, à Rodovia MT 368, KM 5, Vila Esmeralda, Tangará da Serra/MT. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de janeiro de 2024. |19,20|

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658 - Companhia Aberta de Capital Autorizado - Categoria "B"

Aviso aos Acionistas

A **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia") informa aos seus acionistas, nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, que as informações e documentos relativos às matérias que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se disponíveis para acesso e consulta na sede da Companhia, localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, CEP 06900-095, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo.

Embu-Guaçu, 19 de março de 2024

Dayane de Souza Duarte - Diretora de Relações com Investidores

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35300326032 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 23 de fevereiro de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (xix), do Estatuto Social, deliberaram aprovar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão da Companhia, em razão do atraso na entrega da infraestrutura da Fase II, conforme proposta do Poder Concedente, nos termos e condições apresentadas nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 23 de fevereiro de 2024. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; **(2) RUASINVEST S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3) MITSUI & CO.,LTD.**, por Stephan Joinovici Cadier. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP 101.464/24-1 em 11.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1000092-52.2023.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adilson Araki Ribeiro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) HENRIQUE BERTOLINO PINTO, CPF 06077672866 e KATHRINZAURINTH BERTOLINO PINTO, RG 18.952.271-SP, CPF 088.305.148-61, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Romeu Jose Corsi, objetivando o pagamento de R$ 190.000,00 (03/01/2023), devidamente atualizado, referente a averbação e depósito judicial do saldo final da aquisição do imóvel de matrícula n. 81.522 (15º CRI de São Paulo-SP). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de fevereiro de 2024. |19,20|

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PRAZO DE 15 DIAS.

A empresa **ADEZAN INDÚSTRIA DE EMBALAGENS E SERVIÇOS LTDA**, por meio do presente edital, FAZ SABER a empresa **Import Fit Comércio, Importação e Exportação Ltda., CNPJ. 09.242.816/0001-04** e seus representantes, que encontra-se em posse desta Notificante, sob guarda contratual, oriundos do Contrato De Prestação De Serviços De Recebimento, Armazenagem E Expedição, celebrado em 01 de janeiro de 2018, um total de R$ 3.682.627,28 (três milhões seiscentos e oitenta e dois mil seiscentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos) em produtos "diversos". Sabe-se que foi proposta ação Procedimento Comum por Import Fit Comércio, Importação e Exportação Ltda., objetivando seja declarado rescindido o contrato firmado. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, pois foi citada por meio de CITAÇÃO por EDITAL. Notifica, outrossim, para a ciência, que os produtos ainda armazenados e sob a guarda desta notificante, por se tratarem de produtos de origem orgânica, encontram-se vencidos desde o ano de 2019, gerando enorme perigo na manutenção desta armazenagem e guarda, o que pode constituir problemas diversos em mantê-los no local, inclusive os de cunho ambiental. Assim, diante desta iminência de perigo e, além dos fato de que esta empresa e seus representantes encontra-se em local incerto e não sabido, serve-se da presente para Notificá-los para que entrem em contato com esta Notificante (Telefone 11 979991789) para viabilizar a retirada destes produtos, no prazo de 15 dias, sob pena de descarte destes produtos, o que será feito por meio das normas ambientais vigentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2024.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 18ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 18ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, cj 162, Butantã, CEP 05501-030, São Paulo – SP ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral de Titulares dos CRI **a ser realizada em 05 de abril de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams** ("Assembleia"), conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula **14.2** do Termo de Securitização de Recebíveis do Imobiliários da Emissão celebrado em 13 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: a) A não declaração do vencimento antecipado das Debêntures e, consequentemente dos CRI, em razão da falta de registro pela Devedora dos contratos de locação na matrícula dos imóveis, nos termos da cláusula 3.6.1.1 da Escritura de Emissão, bem como a dispensa da substituição dos imóveis e a exclusão da obrigação prevista na cláusula supracitada e na cláusula 3.6.1 do mesmo instrumento; b) Aprovar a alteração do prazo de 90 (noventa) para 120 (cento e vinte) dias contados do término do exercício social para envio pela Devedora: (i) da cópia de suas demonstrações financeiras auditadas completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes além da memória de cálculo do índice financeiro; (ii) declaração firmada por representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (3) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social; e (iii) cópia da declaração de imposto de renda do Fiador, com a consequente alteração da alínea (a) do item (viii) e da alínea (b) do item (ix) da cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, assim como a exclusão da alínea (a) do item (ix) da cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, passando as cláusulas supracitas a vigerem a forma do Anexo III do Material de Apoio; c) Aprovar a celebração de aditamento à Escritura de Emissão para alterar os Empreendimentos imobiliários, indicadas no Anexo I, com vistas a incluir os contratos de locação cujas características estão previstas no Anexo IV do Material de Apoio, de forma que os contratos de locação celebrados pelas filiais da Devedora passem a integrar a Destinação de Recursos da Emissão, a contar da aprovação da presente assembleia, assim como, incluir as filiais da Devedora como signatárias do instrumento supracitado; O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de qualquer número de Titulares de CRI presentes, conforme cláusula 14.6 do Termo de Securitização, já as deliberações dos itens (a) será tomado em primeira convocação por Titulares dos CRI, que representem, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRI em Circulação, ou a maioria simples dos titulares dos CRI presentes em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 8.1.4 do Termo de Securitização e os itens (b) e (c) serão tomados pelos votos favoráveis de Titulares de CRI que representem a 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRI em Circulação, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRI em Circulação, em primeira convocação ou 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares de CRI presentes em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.9 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br e jsc@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, (iii) conter declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05; e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, **15** de **março** de 2024.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de 1ª Convocação - Sexta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários das 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 1ª convocação para a Sexta Assembleia Geral dos Investidores dos CRI ("Assembleia"), a se realizar no dia 16 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre (i) o cancelamento da manutenção do rating dos CRI; e (ii) as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60. Os titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade, descritos a seguir, em até 2 (dois) dias úteis da realização da Assembleia, para que recebam o link de acesso à Assembleia (que será pela plataforma Teams e deve ter acesso com câmera), para a Securitizadora e para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do Estatuto, Contrato Social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 13 de março de 2024

Brazilian Securities Companhia de Securitização

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ANGIS – Associação Nacional dos Organismos de Inspeção, Sr. Aquiles Leonardo Pisanelli, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, FAZ SABER a todos os seus associados que realizar-se-á em **04 de abril de 2024**, às 10:00 horas em primeira chamada e às 10:30 horas em segunda e última chamada, de forma virtual através do link: https://meet.google.com/ict-tzcw-tna a Assembleia Geral Ordinária prevista no Artigo 17º do Estatuto. Para que os associados participem de forma remota, conforme Art.16º §9º do Estatuto Social, através de acesso virtual, sendo necessário que os interessados confirmem a sua participação, informando seu respectivo e-mail para o seguinte endereço eletrônico: coordenacao@angis.org.br para que possam estar habilitados a atividade junto a Assembleia.

A Assembleia Geral Ordinária será regida pela seguinte pauta:

✓ Apresentação de prestação de contas do ano de 2023;
✓ Aprovação do orçamento para o ano de 2024;
✓ Eleição dos cargos para mandato:

Presidente
Vice-Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Financeiro
Conselho Fiscal

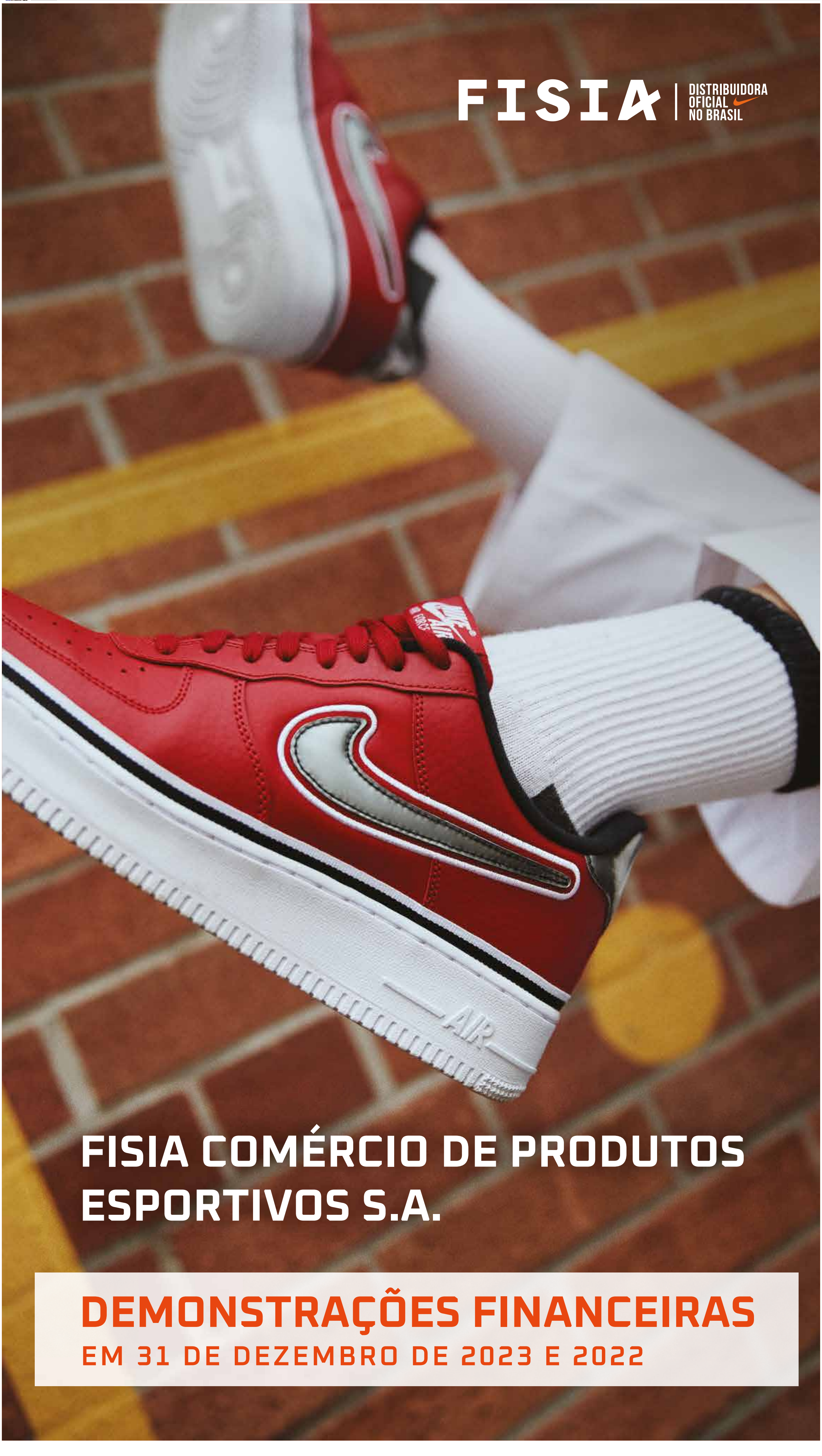
Ressaltamos que conforme nosso Estatuto Social:

Art. 7º. São deveres dos associados: **§ 2º.** O Associado deve, por carta dirigida à Diretoria Estatutária, devidamente acompanhada de instrumento de mandato (procuração) redigido nos moldes legais, cujo outorgante, deve necessariamente constar do Contrato Social ou Estatuto na qualidade de representante legal, credenciar um representante (outorgado) para o fim específico de representá-lo junto aos assuntos e atividades da Associação, sendo defeso ao representante outorgado o direito de ser votado, exceto se o nome deste constar do Contrato Social ou Estatuto como Administrador.

Obs.: Necessário confirmar presença através do e-mail: coordenacao@angis.org.br

São Paulo, 18/03/2024.

AQUILES LEONARDO PISANELLI
PRESIDENTE



FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

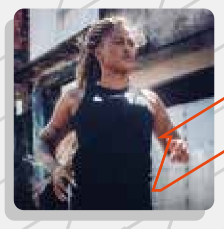
Jornal O DIA SP

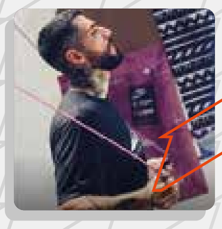
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

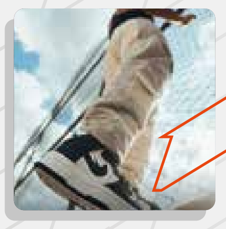
FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34







Demonstrações Financeiras 2023

Relatório da Administração sobre os Resultados

(Em milhares de Reais)

Em 2023 a Fisia focou em executar uma estratégia de redução de estoques que foi bem-sucedida, possibilitando encerrar o ano com uma redução em comparação com o final de 2022. Apesar das políticas mais agressivas de markdowns, que beneficiaram o crescimento da receita, Fisia encerrou o ano com expansão de margem bruta em comparação com 2022.

Demos continuidade aos investimentos com foco nos canais DTC (direct-to-consumer), e nos últimos 18 meses, abrimos 23 lojas Nike, sendo 8 NDIS e 15 NVS. Dessa forma, as vendas DTC (considerando apenas 1P no digital) passaram de 42,7% em 2022 para 50,9% em 2023 (+8,2 p.p.) fortalecendo a marca no país, e proporcionando uma melhor experiência aos consumidores. Este avanço concretiza a fase de investimentos na expansão dos canais DTC, possibilitando reestabelecer o crescimento da Fisia de forma equilibrada em todos os canais, incluindo os parceiros de wholesale.

Como destaque do digital, a Fisia lançou o aplicativo próprio da Nike no início de dezembro, o qual, em apenas um mês de operação, correspondeu a 50% das vendas na categoria 1P. Além disso, concluímos a migração da nossa operação logística para o centro de distribuição próprio localizado em Extrema (MG). Além da redução de despesas, os efeitos positivos desta migração já foram percebidos através de indicadores de NPS recordes na Black Friday e no Natal.

Ainda em 2023, a Nike foi vencedora de duas categorias do Top Of Mind, pesquisa da Folha de S.Paulo que visa elencar as marcas mais fortes do Brasil. Na categoria "Top do Top", a Nike avançou 8 pontos percentuais, atingindo sua melhor performance na pesquisa. Na categoria "Marcas que Representam o Brasil", a Nike ganhou mais de 3 pontos percentuais em comparação com 2022, alcançando a liderança desta categoria pela primeira vez.

O resultado de Fisia também contribuiu para o resultado da empresa controladora, o Grupo SBF que encerrou o ano com uma dívida líquida/EBITDA de 1,35x, resultado que representa uma importante redução em comparação ao indicador de 3,35x vezes registrado em junho de 2023, principalmente devido a uma gestão de capital de giro mais eficiente, especialmente na frente de redução dos estoques. Em termos de dias de estoques, a redução foi de 11,9% em relação a dezembro de 2022, e 25,2% em comparação com junho de 2023. A geração de caixa operacional do Grupo SBF alcançou R$950 milhões no quarto trimestre de 2023, a maior já registrada em um único trimestre.

No ano de 2024, as prioridades estratégicas do Grupo SBF estão direcionadas para um crescimento seguro e responsável, com objetivo de aumentar a rentabilidade através da retomada da margem bruta e da otimização do capital de giro, resultando em uma redução estrutural da alavancagem.

Em Fisia, a prioridade é retomar a rentabilidade por meio da redução de markdowns. Além disso, através da nossa expertise em varejo, também concentramos os esforços na redução estrutural da necessidade de capital de giro da operação. Dessa forma, por meio de uma melhor gestão de estoques, teremos preços mais assertivos que contribuirão para a saudabilidade do mercado em geral.

Estamos confiantes em relação à melhora da rentabilidade e redução da alavancagem, ancoradas no trabalho de eficiência realizado em 2023 e no planejamento seguro e responsável estruturado para 2024 e 2025. Nosso plano é trilhar um caminho que fortaleça não apenas nossa saúde financeira, mas também respeite e ultrapasse as expectativas de nossos stakeholders, assegurando uma base sólida para o crescimento sustentável e próspero da nossa empresa no longo prazo.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	546.460	159.867
Contas a receber	7	930.061	933.117
Estoques	8	1.174.842	1.220.554
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	4.169
Tributos a compensar	10	187.867	341.148
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	36.774	32.269
Outros ativos	12	55.036	56.897
Total do ativo circulante		**2.931.040**	**2.748.021**
Ativo não circulante			
Tributos a compensar	10	80.179	43.321
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	28	26
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	322.509	310.443
Depósitos judiciais	14	200.315	98.844
Outros ativos	12	3.898	18.589
Total do realizável a longo prazo		**606.929**	**471.223**
Imobilizado	15	196.408	135.246
Intangível	16	76.369	23.051
Direito de uso	17	192.120	103.930
Total do ativo não circulante		**1.071.826**	**733.450**
Total do ativo		**4.002.866**	**3.481.471**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	18	514.831	801.365
Empréstimos	19	23.256	–
Debêntures	19	406.622	–
Instrumentos financeiros derivativos	9	87.804	39.612
Arrendamentos a pagar	17	24.895	32.230
Obrigações tributárias	20	214.839	125.014
Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	15.633
Impostos parcelados		38	54
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	23.926	28.162
Dividendos a pagar	22	147.520	235.756
Juros sobre capital próprio a pagar	22	–	75.922
Mútuo a pagar	22	–	226.403
Outras contas a pagar	24	67.164	68.023
Partes relacionadas - outras contas a pagar	23	47.168	62.210
Outros passivos	25	12.489	48.721
Total do passivo circulante		**1.570.552**	**1.759.105**
Passivo não circulante			
Empréstimos	19	171.863	–
Debêntures	19	202.448	–
Arrendamentos a pagar	17	189.578	82.640
Impostos parcelados		107	130
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	312.150	282.741
Total do passivo não circulante		**876.146**	**365.511**
Patrimônio líquido			
Capital social	26	1.168.847	1.168.847
Reservas de capital		2.422	–
Reservas de lucros		279.799	202.494
Ajuste de avaliação patrimonial		(26.958)	(14.486)
Dividendos propostos		132.058	–
Lucros acumulados		–	–
Total do patrimônio líquido		**1.556.168**	**1.356.855**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.002.866**	**3.481.471**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

				Reservas de capital	Reservas de lucro						
	Nota	Capital social	Adiantamento para futura redução de capital	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022		**1.679.937**	**(215.080)**	**–**	**–**	**4.788**	**–**	**15.373**	**202.924**	**185.699**	**1.873.641**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	343.783	343.783
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	–	(29.859)	–	–	(29.859)
Redução de capital		–	215.080	–	–	–	–	–	–	–	215.080
Incorporação Store		(296.010)	–	–	–	–	–	–	–	356	(295.654)
Adiantamento para futura redução de capital		(215.080)	–	–	–	–	–	–	–	–	(215.080)
Constituição de reservas		–	–	–	17.189	24.263	156.254	–	–	(197.706)	–
Dividendos pagos	22	–	–	–	–	–	–	–	(202.924)	–	(202.924)
Distribuição de dividendos	22	–	–	–	–	–	–	–	–	(239.283)	(239.283)
Distribuição juros sobre capital próprio	22	–	–	–	–	–	–	–	–	(92.849)	(92.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**1.168.847**	**–**	**–**	**17.189**	**29.051**	**156.254**	**(14.486)**	**–**	**–**	**1.356.855**
Saldos em 1° de janeiro de 2023		**1.168.847**	**–**	**–**	**17.189**	**29.051**	**156.254**	**(14.486)**	**–**	**–**	**1.356.855**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	267.327	267.327
Hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	–	(26.360)	–	–	(26.360)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	–	13.888	–	–	13.888
Contribuição de capital da controladora		–	–	2.422	–	–	–	–	–	–	2.422
Constituição de reservas	26.d	–	–	–	13.366	63.939	–	–	–	(77.305)	–
Destinação de reserva estatutária	26.d	–	–	–	–	156.254	(156.254)	–	–	–	–
Distribuição juros sobre capital próprio	22	–	–	–	–	–	–	–	–	(57.964)	(57.964)
Dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	–	132.058	(132.058)	–
Em 31 de dezembro de 2023		**1.168.847**	**–**	**2.422**	**30.555**	**249.244**	**–**	**(26.958)**	**132.058**	**–**	**1.556.168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas líquidas	27	4.044.088	3.206.217
Custo das mercadorias vendidas	28	(2.363.109)	(1.903.299)
Lucro bruto		**1.680.979**	**1.302.918**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	29	(1.121.884)	(786.125)
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	380	367
Despesas administrativas e gerais	29	(193.469)	(145.399)
Outras (perdas) ganhos, líquidos		(2.147)	10.265
Lucro operacional		**363.859**	**382.026**
Receitas financeiras	30	188.478	159.186
Despesas financeiras	30	(283.120)	(104.642)
Resultado financeiro, líquido		**(94.642)**	**54.544**
Lucro antes dos impostos		**269.217**	**436.570**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(68)	(106.110)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(1.822)	13.323
Lucro líquido do exercício		**267.327**	**343.783**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia			
Lucro básico por ação (média ponderada)	26	0,23	0,23
Lucro diluído por ação (média ponderada)	26	0,23	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**267.327**	**343.783**
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	(40.846)	(14.486)
Outros resultados abrangentes	**226.481**	**329.297**
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	13.888	–
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**240.369**	**329.297**
Resultado abrangente do exercício	**240.369**	**329.297**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		**269.217**	**436.570**
Ajustado por:			
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	15, 16	25.576	11.897
Depreciação do direito de uso	17	31.402	12.553
Juros e custo de captação sobre empréstimos	19	12.072	–
Juros e custo de captação sobre debêntures	19	59.297	–
Juros sobre mútuos	23	6.399	6.103
Juros sobre parcelamento de tributos	30	12	–
Juros sobre pagamentos em atraso	30	447	11
(Reversão) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	(380)	367
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	15, 16	348	(728)
Perda no valor realizável do estoque	8	32.306	11.029
Contribuição de capital da controladora		2.422	–
Juros sobre arrendamento mercantil	17	16.369	6.267
Constituição de provisão (reversão) para riscos administrativos e judiciais	14	33.224	(52.303)
		488.711	431.766
Variações em:			
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber	7	3.436	(292.514)
Estoques	8	13.406	(615.130)
Instrumentos financeiros derivativos	9	4.169	54.949
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10	111.916	112.421
Depósitos judiciais	14	(101.471)	(94.533)
Outros ativos		16.552	18.673
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	18	(287.177)	421.895
Obrigações tributárias	20	81.129	75.556
Parcelamento de tributos		(50)	(45)
Instrumentos financeiros derivativos	9	21.832	34.995
Contingências pagas	14	(3.815)	(930)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	(4.236)	7.191
Outras contas a pagar	24	(15.901)	22.873
Outros passivos	25	(36.232)	21.107
Variação nos ativos e passivos:		**(196.442)**	**(233.492)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	13	(15.701)	(147.216)
Juros pagos sobre empréstimos	19	(11.200)	–
Juros pagos sobre debêntures	19	(37.076)	–
Juros pagos sobre mútuos com partes relacionadas	23	(10.869)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**217.423**	**51.058**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições de ativo imobilizado	15	(80.577)	(111.239)
Adições no intangível	16	(59.631)	(21.293)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(140.208)**	**(132.532)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	19	194.248	–
Emissão de debêntures	19	586.848	–
Mútuos com partes relacionadas - captação	23	28.000	275.800
Mútuos com partes relacionadas - pagamento	23	(249.933)	(55.500)
Arrendamentos pagos	17	(36.358)	(13.976)
Dividendos pagos	22	(88.236)	(206.451)
Juros sobre capital próprio pagos	22	(125.191)	(3.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**309.378**	**(3.127)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**386.593**	**(84.601)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro		**159.867**	**244.468**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**546.460**	**159.867**
Transações que não afetaram caixa			
Derivativos		(12.472)	(29.859)
Adição ao imobilizado e intangível		196	1.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	**5.100.036**	**4.112.617**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.101.803	4.100.015
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	(23.020)	367
Outras receitas	21.253	12.235
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.972.445)**	**(3.094.210)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.951.682)	(2.405.565)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.007.720)	(700.605)
(Perda) ganho de valores ativos	(13.043)	11.960
Valor adicionado bruto	**1.127.591**	**1.018.407**
Depreciação e amortização	**(58.358)**	**(24.567)**
Valor adicionado líquido	**1.069.233**	**993.840**
Valor recebido em transferência	**186.819**	**159.186**
Receitas financeiras	186.819	159.186
Valor adicionado total a distribuir	**1.256.052**	**1.153.026**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**189.053**	**141.003**
Remuneração direta	122.109	94.036
Benefícios	55.822	40.011
FGTS	11.122	6.956
Impostos, taxas e contribuições	**402.794**	**512.043**
Federais	169.270	258.230
Estaduais	227.101	251.358
Municipais	6.423	2.455
Remuneração de capitais de terceiros	**396.878**	**156.197**
Despesas financeiras (juros)	67.797	(10.715)
Aluguéis	44.868	26.637
Outras	284.213	140.275
Remuneração de capital próprio	**267.327**	**343.783**
Lucro líquido do exercício	267.327	343.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. A Fisia é uma Companhia controlada pela SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. que por sua vez é controlada pela Grupo SBF S.A. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". Em 01 de dezembro de 2022, a Companhia alterou o tipo jurídico de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, o comércio, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, todos da marca "Nike". Os produtos comercializados pela Fisia são adquiridos majoritariamente de empresas localizadas no exterior, as quais possuem contratos com a Nike Inc. Consequentemente, os saldos das rubricas de estoques, custo dos produtos vendidos e fornecedores estrangeiros são impactados diretamente pela política de preços da fornecedora estrangeira, bem como pelos efeitos decorrentes das variações na cotação do dólar dos Estados Unidos da América, principal moeda de referência nessas transações de compras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. **2.4 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** Em 2023, a Companhia avaliou as emendas aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2023. As principais alterações são: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 -** Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **• Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamen-te de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.5 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 -"Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas, requerendo atingimento de índices sob covenants, somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1° de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2024. **• Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.6 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A Administração determinou que o CEO da controladora indireta Grupo SBF S.A. é o CODM, responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia e análise de informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Exceto pela receita bruta (Nota 27), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil. Durante o exercício de 2023 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável **2.7 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.8 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023

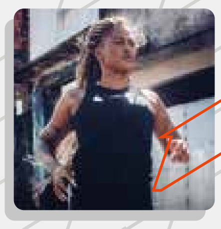
3.1 Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") n° 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Leis Complementares. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Leis Complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

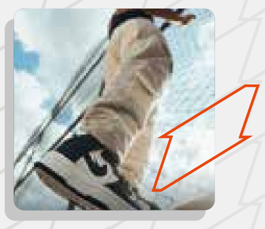
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacado (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R$ 322.509 (R$ 310.443 em 31 de dezembro de 2022) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas gerados pela Companhia. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado, com base nos planos de negócios aprovados. **c) Contingências tributárias:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há também discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **d) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **e) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

continua→★

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL





Demonstrações Financeiras 2023

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: 5.1.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente:** ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. ***Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. ***Valor justo por meio do resultado:*** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve. Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2 Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), operações de arrendamento (Nota 17), fornecedores (Nota 18), empréstimos e debêntures (Nota 19) e dividendos a pagar (Nota 22). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. ***Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. ***Passivos financeiros ao custo amortizado:*** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. ***Hedges de fluxo de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou em exercícios em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Gestão de risco financeiro: 5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings*
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos operacionais - Notional (NDF)	(1.438.615)	(1.664.665)

Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado à importação em aberto. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa, aplicando-se a contabilização de *hedge*, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2023, foi apurada perda de R$ 26.958 (R$ 14.486 em 31 de dezembro de 2022). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Instrumento de *hedge*				Objeto de *hedge*	
Vencimentos	Moeda	Notional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
De 24/01/2024 a 18/12/2024	USD	(1.438.615)	(87.804)	Pedido de Importações de mercadorias	De 24/01/2024 a 18/12/2024
Total		(1.438.615)	(87.804)		

Valor justo: No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(254.668)	Comprado	(8.650)	18/12/2024	ABC
NDF	(583.806)	Comprado	(36.969)	18/12/2024	Bradesco
NDF	(214.209)	Comprado	(4.004)	18/12/2024	BTG
NDF	(165.665)	Comprado	(12.614)	18/12/2024	HSBC Brasil
NDF	(240.537)	Comprado	(16.946)	18/12/2024	Itaú
NDF	(188.795)	Comprado	(14.386)	18/12/2024	Votorantim
NDF	44.547	Vendido	694	18/12/2024	ABC
NDF	29.778	Vendido	1.143	18/12/2024	Bradesco
NDF	109.256	Vendido	3.295	18/12/2024	BTG
NDF	18.825	Vendido	521	18/12/2024	Itaú
NDF	6.659	Vendido	112	18/12/2024	Votorantim
Total	(1.438.615)		(87.804)		

Risco de taxas de juros: Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia correspondem a:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota 6)	474.442	130.597
Empréstimos (Nota 19)	(195.119)	–
Debêntures (Nota 19)	(609.070)	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(214.473)	(114.870)

Análise de sensibilidade: O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos e debêntures e arrendamentos atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI do índice DI da B3 (11,65% anual). Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	2023	Provável	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) -25%	Remoto (-) -50%
Aplicações financeiras (Nota 6)	474.442	55.272	69.091	82.909	41.454	27.636
Empréstimos (Nota 19)	(195.119)	(22.731)	(28.414)	(34.097)	(17.048)	(11.366)
Debêntures (Nota 19)	(609.070)	(70.957)	(88.696)	(106.436)	(53.218)	(35.479)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(214.473)	(24.986)	(31.233)	(37.479)	(18.740)	(12.493)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as adquirentes de cartão de crédito e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 76,83% (80,82% em 31 de dezembro de 2022) dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 23,17% (19,18% em 31 de dezembro de 2022). Todas as vendas da Companhia nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. A Companhia registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com a Companhia (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, a Companhia não tem apresentado perdas na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos (Nota 6)	35.640	29.270
Aplicações financeiras - circulante (Nota 6)	474.442	130.597
Meios de pagamento (Nota 6)	36.378	–
Contas a receber (Nota 7)	930.061	933.117
Outros ativos (Nota 12)	58.934	75.486
Depósitos judiciais (Nota 14)	200.315	98.844
Total	1.735.770	1.267.314

Devido à característica de seu negócio, a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. **c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à obrigações de curto prazo. Em 31 dezembro de 2023, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 515.790 (R$ 473.899 em 31 dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações a curto prazo	(1.570.552)	(1.759.105)
Caixas e equivalentes (Nota 6)	546.460	159.867
Contas a receber (Nota 7)	930.061	933.117
Instrumentos derivativos - ativo (Nota 9)	–	4.169
Total	**(94.031)**	**(661.952)**
Patrimônio líquido	1.556.168	1.356.855
Índice de endividamento líquido	**6%**	**49%**

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante. ***Exposição ao risco de liquidez:*** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas á vista por meio de venda da carteira de recebíveis. Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam há 150 dias após o recebimento em nosso centro de distribuição e, historicamente, temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores. Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no exercício anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo. A maior parte dos empréstimos e debêntures estão no curto prazo, sendo que 53,45% serão liquidados em curto prazo, ou seja, em até 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 2,0% anual.

	Passivos financeiros não derivativos						
31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores (Nota 18)	514.831	515.873	494.177	21.696	–	–	–
Empréstimos (Nota 19)	195.119	255.928	3.861	42.698	66.671	142.698	–
Debêntures (Nota 19)	609.070	668.356	24.797	420.186	141.387	81.986	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	214.473	289.520	7.369	35.982	87.862	96.612	61.695
Impostos parcelados	145	169	11	35	26	71	26
Outras contas a pagar (Nota 24)	67.164	67.164	67.164	–	–	–	–
Total	1.600.802	1.797.010	597.379	520.597	295.946	321.367	61.721

	Passivos financeiros não derivativos						
31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores (Nota 18)	801.365	801.365	638.436	162.929	–	–	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	114.870	183.754	3.460	18.573	45.468	42.254	73.999
Impostos parcelados	184	184	–	54	130	–	–
Outras contas a pagar (Nota 24)	68.023	68.023	68.023	–	–	–	–
Total	984.442	1.053.326	709.919	181.556	45.598	42.254	73.999

Os fluxos de entradas/saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos (Nota 19)	195.119	–
Debêntures (Nota 19)	609.070	–
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 6)	(546.460)	(159.867)
Mútuo a pagar (Nota 22)	–	226.403
Dívida líquida	257.729	66.536
Total do patrimônio líquido	1.556.168	1.356.855
Capital total	1.813.897	1.423.391
Índice de alavancagem financeira - %	14%	5%

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido positivo de R$ 1.360.488 (R$ 988.916 em 31 de dezembro de 2022), ou seja, uma variação positiva de R$ 371.572. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro antes dos impostos de R$ 269.217 (R$ 436.570 em 31 de dezembro de 2022). **5.2.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3 -** Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). ***Valor justo versus valor contábil:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes, considerando-se a modalidade dos correspondentes empréstimos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2023 e 2022:

		31/12/2023		
Ativos	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Caixas e bancos (Nota 6)	–	35.640	–	35.640
Meios de pagamento (Nota 6)	–	36.378	36.378	–
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	474.442	474.442	–
Contas a receber (Nota 7)	–	930.061	–	930.061
Depósitos judiciais (Nota 14)	–	200.315	–	200.315
Total		1.676.836	510.820	1.166.016
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	514.831	–	514.831
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	87.804	87.804	–
Empréstimos (Nota 19)	–	195.119		195.119
Debêntures (Nota 19)	–	609.070	–	609.070
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	214.473	–	214.473
Impostos parcelados	–	145	–	145
Total		1.621.442	87.804	1.533.638

		31/12/2022		
Ativos	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Caixas e bancos (Nota 6)	–	29.270	–	29.270
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	130.597	130.597	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	4.169	–
Contas a receber (Nota 7)	–	933.117	–	933.117
Total		1.097.153	134.766	962.387
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	801.365	–	801.365
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	39.612	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	114.870	–	114.870
Outras contas a pagar (Nota 24)	–	68.023	–	68.023
Total		1.023.870	39.612	984.258

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, meios de pagamento e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - "CDB" remunerados por taxas que variam aproximadamente em 90,50% para aplicações diárias (59,84% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI".

6.2 Composição:	31/12/2023	31/12/2022
Caixas	1.967	1.466
Bancos	33.673	27.804
Meios de pagamento (a)	36.378	–
Aplicações financeiras	474.442	130.597
Total	546.460	159.867

(a) Meios de pagamento referem-se às carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição:	31/12/2023	31/12/2022
Administradora de cartão de crédito (a)	572.657	577.892
Duplicatas a receber - atacado	172.680	137.143
Subtotal	745.337	715.035
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 23)	185.596	219.352
Subtotal	930.933	934.387
Provisão para perda esperada do contas a receber	(872)	(1.270)
Total	930.061	933.117

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui contratos que permitem a venda de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que a Companhia entende que tem a necessidade de caixa imediato. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha saldo de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. O valor das comissões sobre as operações de vendas de recebíveis realizadas ao longo do ano, sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 30 no montante de R$ 14.168 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 289 em 31 de dezembro de 2022). O saldo da rubrica "contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. Em 31 de dezembro de 2023, 61,5% dos recebíveis da Companhia são decorrentes de operações com cartão de crédito que correspondem ao montante total de R$572.657 (R$ 577.892 em 31 de dezembro de 2022). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(1.270)	(2.372)
Constituição	(5.154)	367
Reversão	4.049	29
Perda efetiva	1.485	–
Baixas	18	706
Saldo final	(872)	(1.270)

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado	172.655	0,49%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	572.657	0,00%	–	Não
Total	745.337		(872)	

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	946	100,00%	(946)	Sim
Recebíveis de atacado	136.197	0,31%	(324)	Não
Recebíveis de varejo	577.892	0,00%	–	Não
Total	715.035		(1.270)	

A seguir apresentamos o aging list:

Aging	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos acima de 120 dias	7.233	992
Vencidos acima de 90 dias	843	1.228
Vencidos até 90 dias	926	462
Vencidos até 60 dias	1.206	6.134
Vencidos até 30 dias	2.826	7.013
À vencer até 30 dias	379.083	331.981
À vencer de 31 a 60 dias	136.707	141.918
À vencer de 61 a 90 dias	80.249	71.674
À vencer de 91 a 120 dias	48.614	42.928
À vencer de 121 a 180 dias	46.954	58.365
À vencer acima de 181 dias	40.696	52.340
Total	745.337	715.035

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. O ajuste a valor realizável dos estoques da Companhia é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. **8.2 Composição:** Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria de revenda (lojas)	482.910	379.484
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	646.825	478.311
Importação em andamento	59.352	369.747
Almoxarifado	836	270
Subtotal	1.189.923	1.227.812
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(15.081)	(7.258)
Total	1.174.842	1.220.554

Movimentação das perdas nos valores realizáveis

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(7.258)	(6.183)
Adição	(32.306)	(11.029)
Perdas efetivas nos estoques	24.483	9.954
Saldo final	(15.081)	(7.258)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

9.1 Política contábil: A contratação e operação de *hedge* da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (*hedge*). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição:	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - Ativo	–	4.169
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - Passivo	(87.804)	(39.612)
Derivativos	(87.804)	(35.443)

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (a)	241.129	312.242
PIS	4.854	12.556
COFINS	18.234	54.442
IRRF	2.705	3.784
INSS	1.082	1.101
Outros	42	344
Total	268.046	384.469
Circulante	187.867	341.148
Não circulante	80.179	43.321

continua→★

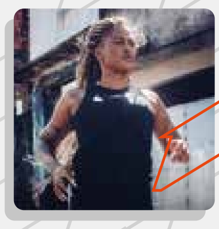
Jornal O DIA SP

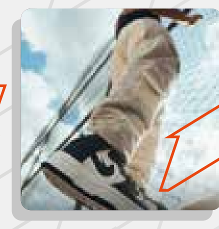
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34





Demonstrações Financeiras 2023

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. A expectativa de consumo desses créditos na operação é apresentada abaixo:

	Utilização
Até 12 meses	161.338
Acima de 12 meses	79.791
Total	**241.129**

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição:	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL sobre Selic	30.763	32.269
IRPJ/CSLL	6.039	26
Total	**36.802**	**32.295**
Circulante	**36.774**	**32.269**
Não circulante	**28**	**26**

12. OUTROS ATIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Marketing a apropriar	37.728	26.984
Despesas antecipadas	16.041	22.115
Outros valores a receber	1.090	8.196
Prêmios de seguros a apropriar	3.230	2.545
Adiantamento para colaboradores	475	–
Adiantamento para fornecedores	370	–
Adiantamento para despachante aduaneiro	–	15.646
Total	**58.934**	**75.486**
Circulante	**55.036**	**56.897**
Não circulante	**3.898**	**18.589**

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14.2. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - Income taxes) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **13.2 Composição:**

	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	220.312	222.109	–	–	220.312	222.109
Provisões gerais e contingências	61.884	61.731	–	(513)	61.884	61.218
Provisão para estoques	13.592	22.797	–	–	13.592	22.797
Provisão de bônus	6.023	5.191	–	–	6.023	5.191
Depreciação/ Arrendamento	20.326	(872)	(13.516)	–	6.810	(872)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	13.888	–	–	–	13.888	–
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**336.025**	**310.956**	**(13.516)**	**(513)**	**322.509**	**310.443**
Montante passível de compensação	**(13.516)**	**(513)**	**13.516**	**513**	**–**	**–**
Imposto líquido ativo	**322.509**	**310.443**	**–**	**–**	**322.509**	**310.443**

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido: As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de projeção:** O estudo preparado pela Companhia, sujeito à sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. Conforme política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios nos próximos 8 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo:

Ano	31/12/2023
2024	19.404
2025	31.641
2026	44.379
2027	45.539
2028	43.542
2029	50.001
2030	63.351
2031	24.652
Total	**322.509**

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 9,1%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 8 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 322.509. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 13,17% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	31/12/2023	
	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	143.479	48.783
Total	**143.479**	**48.783**

Movimento das diferenças temporárias: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

Movimentação reconhecido	Saldo em 01/01/2023	Reconhecidos no resultado	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	222.109	(1.797)	–	220.312
Provisões gerais e contingências	61.218	666	–	61.884
Provisão para estoques	22.797	(9.205)	–	13.592
Provisão de bônus	5.191	832	–	6.023
Depreciação/arrendamento	(872)	7.682	–	6.810
Diferido sobre hedge	–	–	13.888	13.888
Imposto líquido ativo (passivo)	**310.443**	**(1.822)**	**13.888**	**322.509**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	269.217	436.570
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**(91.534)**	**(148.434)**
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(6.070)	(9.121)
Exclusões permanentes:		
Incentivo fiscal exercício corrente	48.728	9.770
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	67.942	–
Receitas não tributáveis	1.248	14.657
Outros itens:		
Juros sobre capital próprio	19.708	31.569
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(41.926)	6.316
PAT	–	2.288
Outros	14	168
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(1.890)**	**(92.787)**
Corrente	(68)	(106.110)
Diferido	(1.822)	13.323
Alíquota efetiva	**-1%**	**-21%**

(a) Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a Companhia passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante retroativo dos últimos 5 anos no montante de R$ 199.830. Esse reconhecimento ocorreu integralmente no exercício de 2023 e não afetou a apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de exercícios anteriores.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

14.1 Política contábil: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **14.2 Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais (a)	95.001	89.676	(3.744)	(356)	180.577
Depósitos judiciais - Rendimentos	3.843	15.885	–	–	19.728
Bloqueio judicial - Trabalhista	–	10	–	–	10
Total	**98.844**	**105.571**	**(3.744)**	**(356)**	**200.315**

(a) Durante o exercício de 2022 foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, ‘b’ e ‘c’ da CF/88. Em relação a 2023, em montante inferior, também foram realizados depósitos diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pela Companhia. As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais (a)	3.740	91.264	(3)	95.001
Depósitos judiciais - Rendimentos	–	3.843	–	3.843
Bloqueio judicial - Trabalhista	565	–	(565)	–
Total	**4.305**	**95.107**	**(568)**	**98.844**

Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível/Consumidor (a)	1.691	3.058	(3.180)	(346)	1.223
Trabalhistas (b)	2.084	595	(536)	(233)	1.910
Tributário (c)	278.966	30.150	(99)	–	309.017
Total	**282.741**	**33.803**	**(3.815)**	**(579)**	**312.150**

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os exercícios (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota). As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Incorporação Store	Saldo em 31/12/2022
Cível/Consumidor (a)	663	2.407	(1.379)	–	–	1.691
Trabalhistas (b)	2.342	513	(553)	(218)	–	2.084
Tributário (c)	–	4.049	(947)	(59.054)	334.918	278.966
Total	**3.005**	**6.969**	**(2.879)**	**(59.272)**	**334.918**	**282.741**

Passivos contingentes:(a) Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 dezembro de 2023, a Companhia possui R$ 1.223 (R$ 1.691 em 31 dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 4.894 (R$4.063 em 31 dezembro de 2022). **(b) Processos de natureza trabalhista:** Tratam-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 dezembro de 2023, a Companhia possui R$ 1.910 (R$ 2.084 em 31 de dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 12.785 (R$6.385 em 31 de dezembro de 2022) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. **(c) Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2023, o total de débitos tributários, que são classificados como perda provável, perfaz o montante de R$ 309.017 (R$ 278.966 em 31 de dezembro de 2022). Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Além disso, diante do julgamento desfavorável do STF nas ADIs 7066, 7078 e 7070 que tratam sobre a possibilidade de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) em 2022, houve alteração do prognóstico de perda dos processos e, consequente, provisionamento dos valores que não foram declarados e recolhidos no montante de R$ 12.843. **Passivos contingentes. Processos federais:** Os processos federais em que a Companhia figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R$ 31.545 (R$ 30.426 em 31 dezembro de 2022) conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina:

Tributo	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS (a)	26.962	24.575
INSS (b)	378	341
Outros (c)	4.205	5.510
Total	**31.545**	**30.426**

(a) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R$ 26.962 (R$ 24.575 em 31 de dezembro de 2022) acerca de compensações não homologadas realizadas entre 2012 e 2017, em razão de suposta divergências nas declarações da Companhia. **(b) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuições ao RAT, decorrentes de divergências em guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, no montante de R$ 378 (R$ 341 em 31 de dezembro de 2022). **(c) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e II, multas relacionadas a Antidumping, CIDE, multa por atraso de entrega de declarações, entre outras discussões, que perfazem o montante de R$$ 4.205 (R$ 5.510 em 31 de dezembro de 2022). **Processos estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Em dezembro de 2023, a Companhia possui 15,4% (17% em 31 de dezembro de 2022) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos para cobrança de Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), cujos débitos estão garantidos através de depósitos judiciais em ações ativas e de processos de ICMS, decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, no montante de R$ 188.309 (R$ 200.760 em 31 de dezembro de 2022) e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo fisco.

15. IMOBILIZADO

15.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas, equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

15.2 Composição:

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	43.430	(26.531)	16.899	12.797
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	11.133	(3.405)	7.728	3.127
Móveis e utensílios	8	90.196	(32.654)	57.542	25.630
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	180.586	(66.519)	114.067	78.058
Imobilizado em andamento	–	172	–	172	15.634
Total		**325.517**	**(129.109)**	**196.408**	**135.246**

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2023
Computadores e periféricos	**35.969**	–	(69)	7.530	**43.430**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**6.000**	222	(37)	4.948	**11.133**
Móveis e utensílios	**54.110**	53	(633)	36.666	**90.196**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**134.651**	1.369	(881)	45.447	**180.586**
Imobilizado em andamento (a)	**15.634**	79.129	–	(94.591)	**172**
Custo do imobilizado	**246.364**	**80.773**	**(1.620)**	**–**	**325.517**
Computadores e periféricos	**(23.172)**	(3.428)	69	–	**(26.531)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(2.873)**	(569)	37	–	**(3.405)**
Móveis e utensílios	**(28.480)**	(4.459)	285	–	**(32.654)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(56.593)**	(10.807)	881	–	**(66.519)**
Depreciação	**(111.118)**	**(19.263)**	**1.272**	**–**	**(129.109)**
Total do imobilizado líquido	**135.246**	**61.510**	**(348)**	**–**	**196.408**

(a) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de novas lojas, lojas que estão sendo reformadas e abertura do novo centro de distribuição Fisia. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis à medida que as obras se encerram e as lojas/CD são inaugurados. A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2022
Computadores e periféricos	**18.628**	39	–	17.302	**35.969**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**9.753**	3	–	(3.756)	**6.000**
Móveis e utensílios	**32.417**	441	–	21.252	**54.110**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**59.404**	2.185	(114)	73.176	**134.651**
Imobilizado em andamento	**15.037**	108.571	–	(107.974)	**15.634**
Custo do imobilizado	**135.239**	**111.239**	**(114)**	**–**	**246.364**
Computadores e periféricos	**(16.666)**	(6.506)	–	–	**(23.172)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(7.829)**	4.956	–	–	**(2.873)**
Móveis e utensílios	**(27.437)**	(1.043)	–	–	**(28.480)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(48.751)**	(7.842)	–	–	**(56.593)**
Depreciação	**(100.683)**	**(10.435)**	**–**	**–**	**(111.118)**
Total do imobilizado líquido	**34.556**	**100.804**	**(114)**	**–**	**135.246**

16. INTANGÍVEL

16.1 Política contábil: Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. **Outros ativos intangíveis - Fundo de comércio:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

16.2 Composição:

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de comércio	Conforme contrato	4.450	(640)	3.810	4.375
Software em andamento	–	–	–	–	301
Total		**91.659**	**(15.290)**	**76.369**	**23.051**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Transferência entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	**4.450**	–	–	**4.450**
Software	**27.277**	22.323	37.609	**87.209**
Software em andamento	**301**	37.308	(37.609)	**–**
Custo do intangível	**32.028**	**59.631**	**–**	**91.659**
Fundo de comércio	**(75)**	(565)	–	**(640)**
Software	**(8.902)**	(5.748)	–	**(14.650)**
Amortização	**(8.977)**	**(6.313)**	**–**	**(15.290)**
Total do intangível, líquido	**23.051**	**53.318**	**–**	**76.369**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo final 31/12/2022
Fundo de comércio	**–**	3.250	–	1.200	**4.450**
Software	**8.350**	14.659	–	4.268	**27.277**
Software em andamento	**2.385**	3.384	–	(5.468)	**301**
Custo do intangível	**10.735**	**21.293**	**–**	**–**	**32.028**
Fundo de comércio	**–**	(75)	–	–	**(75)**
Software	**(8.357)**	(1.387)	842	–	**(8.902)**
Amortização	**(8.357)**	**(1.462)**	**842**	**–**	**(8.977)**
Total do intangível, líquido	**2.378**	**19.831**	**842**	**–**	**23.051**

A Administração concluiu que não possui indicações de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

17.1 Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **17.2 Composição:** A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 05 e 25 anos e podem ter opção de renovação.

Imóveis	Total
Centros de distribuição	1
Edifícios administrativos	1
Lojas	27
Total	**29**

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Arrendamento
Saldo em 1° de janeiro de 2023	**103.930**
(+) Novos contratos e remensuração	119.592
(–) Depreciação	(31.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**192.120**

(a) As adições de novos contratos referem-se, substancialmente, à abertura de novas lojas e inauguração do novo centro de distribuição localizado em Extrema - MG da Fisia durante o ano de 2023. A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Arrendamento
Saldo em 1° de janeiro de 2022	**38.024**
(+) Novos contratos e remensuração	78.459
(–) Depreciação	(12.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**103.930**

b. Arrendamentos a pagar: A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Arrendamento
Saldo em 1° de janeiro de 2023	**114.870**
(+) Novos contratos e remensuração	119.592
(+) Apropriação juros incorridos	16.369
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(36.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**214.473**
Circulante	**24.895**
Não circulante	**189.578**

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Arrendamento
Saldo em 1° de janeiro de 2022	**44.120**
(+) Novos contratos e remensuração	78.459
(+) Apropriação juros incorridos	6.267
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(13.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**114.870**
Circulante	**32.230**
Não circulante	**82.640**

c. Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Arrendamento
Até 1 ano	24.895
Entre 1 e 5 anos	138.428
Mais de 5 anos	51.150
Total	**214.473**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Arrendamento
Até 1 ano	32.230
Entre 1 e 5 anos	56.014
Mais de 5 anos	26.626
Total	**114.870**

d. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 45.643 (R$ 26.045 em 31 de dezembro de 2022) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 29 - despesas de ocupação. **e. Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício encerrado em 31 de dezembro 2023, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de arrendamento					
Contábil - IRFS 16/CPC 06 (r2)	24.895	28.415	31.177	32.603	97.383
Fluxo com projeção de inflação	26.008	29.523	32.268	33.744	100.792
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Direito de uso líquido					
Contábil - IRFS 16/CPC 06 (r2)	192.120	166.517	136.419	106.320	77.228
Fluxo com projeção de inflação	200.709	173.012	141.193	110.041	79.931
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa financeira					
Contábil - IRFS 16/CPC 06 (r2)	16.369	17.680	15.403	12.867	12.728
Fluxo com projeção de inflação	17.101	18.369	15.942	13.318	13.173
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IRFS 16/CPC 06 (r2)	31.401	31.210	30.099	30.099	69.312
Fluxo com projeção de inflação	32.805	32.427	31.152	31.152	71.738
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**

continua→★

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL



Demonstrações Financeiras 2023

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

18. FORNECEDORES

18.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.
18.2 Composição: Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias para revenda	471.214	699.935
Fornecedores de materiais de consumo	39.825	94.695
Subtotal	**511.039**	**794.630**
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 23)	3.792	6.735
Subtotal	**3.792**	**6.735**
Total	**514.831**	**801.365**

19. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

19.1 Política contábil: Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

19.2 Composição:	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Capital de giro	23.256	–
Empréstimos	**23.256**	**–**
Debêntures	406.622	–
Total passivo circulante	**429.878**	**–**
Passivo não circulante		
Capital de giro	171.863	–
Empréstimos	**171.863**	**–**
Debêntures	202.448	–
Total passivo não circulante	**374.311**	**–**
Total empréstimos	**195.119**	**–**
Total debêntures	**609.070**	**–**
Total empréstimos e debêntures	**804.189**	**–**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2023	Adições	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2023
Capital de giro (a)	–	194.247	(11.200)	11.405	667	195.119
Debêntures (a)	–	586.849	(37.076)	55.730	3.567	609.070
Total	**–**	**781.096**	**(48.276)**	**67.135**	**4.234**	**804.189**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 46,55% de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em CDI + 2,0% a.a. em 2023.
Termos e condições dos empréstimos e debêntures em aberto são os seguintes:

Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
R$	100% CDI + 1,9 % anual	200.000	23.256	171.863
Empréstimos		**200.000**	**23.256**	**171.863**
R$	100% CDI + 2,0 % anual	594.000	406.622	202.448
Total de empréstimos e debêntures		**794.000**	**429.878**	**374.311**

Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A manutenção do vencimento contratual das debêntures e empréstimos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas informações financeiras. Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a proporção da dívida líquida em relação EBITDA foi de 0,77x (em 31 de dezembro de 2022 - 0,4x).

Resumo dos empréstimos e debêntures conforme vencimento:

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	23.256	48.479	48.979	74.405	195.119
Empréstimos	**23.256**	**48.479**	**48.979**	**74.405**	**195.119**
Debêntures	406.622	124.097	78.351	–	609.070
Total empréstimos e debêntures	**429.878**	**172.576**	**127.330**	**74.405**	**804.189**

(a) Captações ocorridas durante o ano: Em 15 de março 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 320.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 1,60% ao ano e pagamento do principal em uma única parcela, em 27 de março de 2024, e o pagamento dos juros no período de 6 em 6 meses, iniciando em setembro de 2023, e março de 2024. Em 05 de maio 2023, com o mesmo propósito, a Companhia contratou com instituição financeira a 1° emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, para colocação privada no valor total de R$ 100.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondente a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização do seu principal em parcelas mensais iniciadas em maio de 2024, e o pagamento mensal dos juros no período de junho de 2023 até maio de 2026. Em 25 de maio 2023, com o mesmo propósito e característica, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 2º emissão de debêntures simples, no valor total de R$ 74.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização mensal do seu principal em parcelas mensais de iniciadas em julho de 2024, tendo seu vencimento final em junho de 2026, e o pagamento mensal dos juros no período de julho de 2023 até junho de 2026. Em 20 de julho 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com o Banco do Brasil S.A. uma Cédula de Crédito Bancário no valor total de R$ 200.000 com o início da amortização em julho de 2024. Em 24 de julho 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com o Banco Votorantim S.A. a distribuição da 3º Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 100.000 com o início da amortização em julho de 2024. O custo de captação dos contratos mencionados acima é de R$ 12.905.
Contrato de prestação de garantia: Em 10 de maio de 2023, a Companhia celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A. contrato de prestação de garantia no montante de USD 28.500 que conta com a Grupo SBF S.A., controladora indireta da Companhia, como devedora solidária ("Contrato de Garantia"), No âmbito do Contrato de Garantia incide comissão de 0,9% ao ano. O Contrato de Garantia deverá ser pago em uma parcela única com vencimento em 7 de maio de 2024.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	210.751	107.727
ISS	1.312	1.037
IRRF	1.987	15.522
IPI	48	221
Outros	741	507
Total	**214.839**	**125.014**

21. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

21.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

21.2 Composição:	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de férias	10.823	7.486
Provisões para participação nos lucros	5.664	15.267
Salários a pagar	3.187	2.159
Obrigações com pessoal a pagar	392	107
Contribuições a recolher	34	86
Obrigações trabalhistas	**20.100**	**25.105**
INSS a recolher	2.312	1.763
FGTS a recolher	785	562
INSS retido a recolher	729	732
Obrigações previdenciárias	**3.826**	**3.057**
Total de Obrigações	**23.926**	**28.162**

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

22.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 0,1% sobre o lucro líquido estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

22.2 Composição: a) Dividendos a pagar	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**
Dividendos propostos 2021	202.924
Dividendos pagos	(202.924)
Dividendos intermediários - 2022	239.283
Pagamento de dividendos	(3.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**235.756**
Pagamento de dividendos	(88.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**147.520**

	31/12/2023
Resultado do exercício	267.327
(–) Reserva legal - 5%	(13.366)
(–) Reserva incentivos fiscais	(63.939)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**190.022**
Juros sobre capital próprio à SBF Comércio	57.964
Dividendos adicionais propostos à SBF Comércio	132.058
Total dividendos	**190.022**
b) Juros sobre capital próprio	
Juros sobre capital próprio	92.849
IRRF sobre JSCP	(13.927)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.922**
Pagamento de juros sobre capital próprio	(75.922)
Juros sobre capital próprio	17.093
IRRF sobre JSCP	(2.564)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(14.529)
Juros sobre capital próprio	40.871
IRRF sobre JSCP	(6.131)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(34.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de março de 2023 a distribuição a seus acionistas (SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.) de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R$ 17.093. A distribuição foi aprovada em assembleia e portanto não seguiu a regra dos dividendos adicionais propostos. O valor foi deliberado, aprovado e já liquidado e consequentemente não está mais apresentado no patrimônio líquido. Em 10 de agosto de 2023, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração a distribuição a seus acionistas (SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.) de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R$ 40.871. A distribuição foi aprovada em assembleia e portanto não seguiu a regra dos dividendos adicionais propostos. O valor foi deliberado, aprovado e já liquidado e consequentemente não está mais apresentado no patrimônio líquido.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

23.1 Política contábil: Operações de venda de mercadorias e fretes - A Fisia, no âmbito de suas operações comerciais, realiza transações de venda de mercadorias com a empresa relacionada SBF Comércio, operando no segmento de atacado com o propósito de distribuir produtos da marca "Nike". A parte relacionada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de fretes para a Fisia. Essa operação está suportada por um contrato assinado, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF Comércio e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado. **Aluguéis -** A VBLOG, que atua como operadora logística, efetua uma operação de sublocação para a empresa Fisia do armazém localizado em Extrema - MG, local que realiza parte da operação da Fisia em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras. **Marketplace -** A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrado sobre cada transação de produto vendido. **Rateio administrativo -** As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo dos exercícios. **Serviços audiovisuais -** As partes relacionadas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. **Mútuos -** Os mútuos referem-se as transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantem contratos na forma da legislação vigente.
23.2 Composição: Os valores das operações descritas acima estão discriminados no quadro a seguir:

	Contas a receber	
	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	184.351	218.154
Grupo SBF	1.245	1.198
Total (Nota 7)	**185.596**	**219.352**
	Fornecedores	
	31/12/2023	31/12/2022
VBLOG	1.339	2.914
SBF Comércio	2.453	3.821
Total (Nota 18)	**3.792**	**6.735**
	Outras contas a pagar	
	31/12/2023	31/12/2022
VBLOG	389	–
Grupo SBF	15.258	30.485
SBF Comércio	31.521	31.725
Total	**47.168**	**62.210**
	Vendas líquidas	
	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	450.516	556.360
Total	**450.516**	**556.360**
	Custos com mercadorias vendidas	
	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	320.550	315.891
Total	**320.550**	**315.891**
	Comissão marketplace	
	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	29.927	20.967
Total	**29.927**	**20.967**

	Custos com fretes/logística		Aluguéis	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	24.187	–	–	–
VBLOG	9.179	14.821	2.854	(47)
Total	**33.366**	**14.821**	**2.854**	**(47)**

	Serviços audiovisual		Rateio administrativo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	30/06/2022
SBF Comércio	–	–	(127.473)	(75.500)
Neotv	(3.075)	(2.293)	–	–
Fitdance	(361)	(759)	–	–
Total	**(3.436)**	**(3.052)**	**(127.473)**	**(75.500)**

a. Remuneração ao pessoal chave da administração: A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	Remuneração da administração	
	31/12/2023	31/12/2022
Salário e pró labore	4.298	3.363
Participação nos lucros e resultados	1.230	2.785
Total	**5.528**	**6.148**

b. Mútuos a pagar: Os mútuos a pagar referem-se às transações de empréstimos com a empresa relacionada SBF Comércio, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Saldo em 1º de janeiro de 2022	**–**
Captação de mútuos	275.800
Juros incorridos	6.103
Pagamentos principal e juros	(55.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**226.403**
Captação de mútuos	28.000
Juros incorridos	6.399
Pagamento de principal	(249.933)
Pagamento de juros	(10.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de marketing e comunicação	14.377	17.857
Provisões para serviços de terceiros	17.077	33.786
Provisões logística	27.642	7.365
Provisões benefícios a empregados	838	1.469
Utilidades e serviços	1.712	5.311
Provisões gerais	5.441	2.235
Outras obrigações	77	–
Total	**67.164**	**68.023**

25. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínios e royalties	10.603	10.081
Adiantamento de clientes	334	31.165
Receita diferida	1.552	–
Outros	–	7.475
Total	**12.489**	**48.721**

26. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	1.168.847	1.168.847
Reserva de capital	2.422	–
Reservas de lucros	411.857	202.494
Ajuste de avaliação patrimonial	(26.958)	(14.486)
Total do patrimônio líquido	**1.556.168**	**1.356.855**

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era compreendido por 1.168.847.027 quotas de R$ 1,00 cada uma. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era compreendido por 1.168.847.027 quotas de R$ 1,00 cada uma. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **c. Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não houve constituição de reserva, já em 31 de dezembro de 2022 houve a constituição de R$ 156.254.

d. Reserva incentivos fiscais:	31/12/2023	31/12/2022
Benefício fiscal - Crédito presumido de ICMS	29.051	29.051
Benefício fiscal - Redução de base de cálculo de ICMS exercício de 2023	20.363	–
Benefício fiscal - Redução de base de cálculo de ICMS exercícios anteriores	199.830	–
Total de reserva de incentivos fiscais	**249.244**	**29.051**

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais sobre impostos estaduais (ICMS) de crédito presumido, decorrentes dos centros de distribuição estabelecidos nos Estado de Minas Gerais, e de redução de base de cálculo, decorrentes das operações ocorridas com varejistas no Estado de São Paulo. A Lei Complementar nº 160/2017 e a Lei nº 12.973/2014 permitem que a Companhia exclua da base do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, desde que constituída reserva de incentivos fiscais, o montante do lucro líquido tributável relacionado aos incentivos fiscais estaduais. Até junho de 2023, antes do julgamento pelo STJ, a Companhia, somente excluía da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido os incentivos fiscais de crédito presumido. Até a data do julgamento o montante de reserva relacionado ao benefício de crédito presumido de ICMS totalizava R$29.051. Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a Companhia passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 20.363 referente ao benefício do ano de 2023, bem como montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R$ 199.830. O STJ também entendeu que a constituição da reserva de incentivo fiscal é necessário para que a Companhia pudesse excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Dessa forma, em outubro de 2023, a Assembleia Geral da Companhia aprovou a destinação à reserva de incentivos fiscais do montante de R$ 156.254 oriundo da reserva estatutária e R$ 43.576 oriundo do lucro líquido do exercício de 2023. **e. Ajuste de avaliação patrimonial - outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais de compras de mercadorias realizadas no exterior. As transações de *hedge* de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de *hedge*. **f. Lucro por ação: Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerário básico/diluído		
Lucro líquido do exercício	267.327	343.783
Média ponderada de ações	1.168.847	1.515.485
Resultado básico por ação - R$	**0,23**	**0,23**
Lucro líquido do exercício	267.327	343.783
Média ponderada de ações ordinárias	1.168.847	1.515.485
Resultado diluído por ação - R$	**0,23**	**0,23**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito anti dilutivo das opções de ações em circulação.

27. RECEITAS LÍQUIDAS

27.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. • **Venda de mercadorias no atacado:** a Companhia opera como a distribuição dos produtos da marca "NIKE" em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente, isso ocorre quando os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados no centro de distribuição e o cliente esteja de acordo com o contrato de venda. Os produtos da NIKE são frequentemente vendidos com desconto por volume, os clientes têm o direito de devolver os produtos com defeitos no mercado atacadista, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes e das devoluções estimadas na época da venda. • **Venda de mercadorias no varejo:** a Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de calçados, vestuários, acessórios e equipamentos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia vende um produto e transfere o controle e a propriedade dos bens para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito, pix ou em dinheiro. • **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** a Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site nike.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle e a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. • **Subvenção governamental:** A partir de 1° de julho de 2021, a Companhia efetuou a migração das operações da plataforma digital da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema - MG, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS. As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, a Companhia reconheceu o incentivo fiscal dessas operações. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 somaram o montante de R$ 143.319, dos quais R$ 122.956 correspondem ao incentivo fiscal de crédito presumido e R$ 20.363 incentivo fiscal de redução de base (R$ 29.051 em 31 de dezembro de 2022 de crédito presumido).

27.2 Composição:	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	5.300.764	4.162.503
Prestação de serviços	187	–
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(1.201.024)	(911.490)
ICMS - Incentivo fiscal	143.319	29.051
Prestação de serviços	(9)	–
Devoluções		
Venda de mercadorias	(199.149)	(73.847)
Receita líquida	**4.044.088**	**3.206.217**

Canais de venda: A quebra da receita bruta por canal de venda entre lojas físicas, atacado e plataforma digital está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Varejo (lojas físicas)	1.347.898	793.038
Atacado	1.898.633	1.983.956
Plataforma digital	2.054.233	1.385.509
Receita bruta	**5.300.764**	**4.162.503**

Região Geográfica: Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2023	31/12/2022
Sudeste	3.740.739	3.086.417
Nordeste	341.777	287.466
Sul	830.848	525.429
Centro - Oeste	300.729	214.584
Norte	86.671	48.607
Receita bruta	**5.300.764**	**4.162.503**

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, bem como a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro.

	31/12/2023	31/12/2022
1º trimestre	855.916	734.497
2º trimestre	905.980	783.552
3º trimestre	1.057.654	719.236
4º trimestre	1.224.538	968.932
Receita líquida	**4.044.088**	**3.206.217**

28. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

	31/12/2023	31/12/2022
Custo da revenda de mercadorias	(2.363.109)	(1.903.299)
Total	**(2.363.109)**	**(1.903.299)**

29. DESPESAS POR NATUREZA

Despesa com vendas	31/12/2023	31/12/2022
Publicidade e propaganda (a)	(442.743)	(328.540)
Serviços de terceiros	(270.870)	(238.976)
Pessoal	(130.347)	(85.829)
Utilidades e serviços	(124.073)	(42.468)
Ocupação	(42.163)	(24.421)
Comissão de cartão	(40.220)	(23.941)
Outras despesas	(26.165)	(52.723)
Depreciação de direito de uso	(25.975)	(10.530)
Depreciação e amortização	(19.616)	(9.356)
Contencioso	288	30.659
Total das despesas com vendas	**(1.121.884)**	**(786.125)**

(a) As despesas com publicidade e propaganda aumentaram principalmente pelos royalties e marketing fees pagos para a Nike Inc.

Despesas administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(85.173)	(77.504)
Utilidades e serviços	(52.950)	(22.003)
Serviços de terceiros	(19.515)	(32.131)
Contencioso	(10.659)	(210)
Outras despesas	(9.482)	(3.542)
Depreciação e amortização	(7.341)	(2.658)
Ocupação	(3.480)	(1.624)
Publicidade e propaganda	(2.504)	(4.314)
Depreciação de direito de uso	(2.365)	(1.413)
Total das despesas administrativas	**(193.469)**	**(145.399)**

30. RESULTADO FINANCEIRO

30.1 Política contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

30.2 Composição:	31/12/2023	31/12/2022
Variação cambial ativa	156.699	133.566
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.885	3.606
Receitas de aplicações financeiras	8.763	9.629
Atualização monetária de impostos	3.671	–
Juros e multas recebidos	2.334	1.392
Outras receitas financeiras	1.055	10.974
Descontos obtidos	71	19
Receitas financeiras	**188.478**	**159.186**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Variação cambial passiva	(145.717)	(111.913)
Juros sobre debêntures	(55.730)	–
Juros sobre contencioso	(19.038)	23.384
Juros de arrendamento mercantil	(16.369)	(6.267)
Juros sobre operações de venda de recebíveis	(14.168)	(289)
Juros sobre empréstimos	(11.405)	–
Juros sobre mútuos	(6.392)	(6.103)
Tarifas e taxas bancárias	(6.392)	(1.468)
Outras despesas financeiras	(1.455)	–
Impostos sobre operações financeiras	(5.582)	(1.975)
Juros sobre pagamentos em atrasos	(447)	(5)
Juros sobre atraso de impostos	(413)	(6)
Juros sobre parcelamento de tributos	(12)	–
Despesas financeiras	**(283.120)**	**(104.642)**
(Despesas) receitas financeiras líquidas	**(94.642)**	**54.544**

31. COBERTURA DE SEGUROS - não auditado

A Companhia mantém apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Transportes	Transportes nacionais	R$ 3.973.135
Transportes	Transportes internacionais	US$ 219.730
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 18.320
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 373.796

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei n°14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. A Companhia está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano.

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O-2

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de RI
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre os informativos financeiros da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitido nesta data.

continua →★

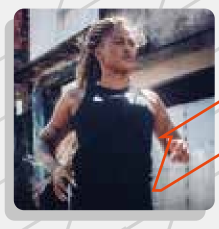
Jornal O DIA SP

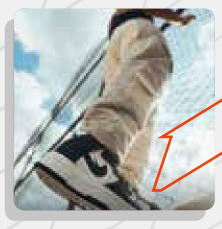
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34





Demonstrações Financeiras 2023

continuação

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

São Paulo, 15 de março de 2024.

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.

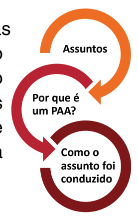
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PORQUE É UM PAA	COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(b) e 13)	
A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos,de R$322.509 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 13. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.
Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14)	
A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no total de R$309.017 mil, em 31 de dezembro de 2023. A determinação do valor da provisão bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2(c) depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação. Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores em discussão, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador - CRC 1SP188307/O-0

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 05.303.439/0001-07 - NIRE 35.300.192.087

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente Fiduciário**"), vem convocar os titulares das Debêntures da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Unigel Participações S.A. ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Emissora**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A.*", celebrado em 28 de março de 2022, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aditado em 11 de abril de 2022 e em 06 de setembro de 2023 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, no dia **09 de abril de 2024, às 11:00 horas**, em Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams ("**Plataforma Digital**") nos termos do art. 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para analisar e deliberar as ORDENS DO DIA indicadas abaixo, que serão deliberadas exclusivamente pelos Debenturistas e cuja aprovação, ou não, NÃO dependerá de anuência da Emissora: **(1)** Ratificar, ou não, todas medidas tomadas pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas, no âmbito: (**i**) da execução de título extrajudicial nº 1103850-47.2023.8.26.0002, ajuizada pelo Agente Fiduciário contra a Emissora ("**Execução de Título Extrajudicial**"), e embargos à execução nº 1010537-95.2024.8.26.0002, opostos pela Emissora contra o Agente Fiduciário ("**Embargos à Execução**"), ambos em trâmite perante a 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo; (**ii**) do processo de recuperação extrajudicial nº 1174558-22.2023.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("**Recuperação Extrajudicial**"); **(2)** Deliberar sobre as medidas judiciais ou extrajudiciais que serão adotadas pelo Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, no âmbito: (**i**) Execução de Título Extrajudicial e Embargos à Execução; (**ii**) Recuperação Extrajudicial, bem como em qualquer outra ação e/ou incidente que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, venha a ajuizar; **(3)** Aprovar, ou não, a proposta de alteração da Escritura de Emissão a fim de reduzir o quórum de deliberação previsto na Cláusula 9.8, atualmente de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para maioria das Debêntures em Circulação, alterando-se assim redação da referida cláusula de "*(...) Exceto pelo disposto na Cláusula 9.8.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação*" para "*(...). Exceto pelo disposto na Cláusula 9.8.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% +1 (cinquenta por cento mais uma) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação*"; **(4)** Aprovar, ou não, a proposta de alteração da Escritura de Emissão a fim de reduzir o quórum de deliberação previsto na Cláusula 9.8.1 (ii), atualmente de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação para 50% +1 (cinquenta por cento mais um) das Debêntures em Circulação, alterando-se assim redação da referida cláusula da Escritura de Emissão para que passe de "*as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de quaisquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração das Debêntures; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures para a espécie subordinada; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; e (i) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento*" para "*as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de quaisquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração das Debêntures; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures para a espécie subordinada; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; e (i) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento*"; **(5)** Autorizar que os assessores legais contratados e o Agente Fiduciário tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações tomadas em relação aos itens (2), (3) e (4) da ordem do dia. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, enviar os documentos comprobatórios da sua representação para o Agente Fiduciário através dos e-mails agentefiduciario@vortx.com.br | claims@vortx.com.br, identificando no título a operação (AGD | Unigel), manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("**Cadastro**"). Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador: Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e (ii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. Neste último caso, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos Debenturistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos após o Cadastro, o Debenturista poderá receber, até 01 (um) Dia Útil antes da AGD, as instruções para acesso à Plataforma Digital. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 01 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciario, através do e-mail claims@vortx.com.br Na data da AGD, o *link* de acesso à **Plataforma Digital** estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Recomenda-se que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. Será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br) na rede mundial de computadores e foi publicado observando-se as condições previstas no artigo 4.18 da Escritura de Emissão. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 18 de março de 2024.



O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp | ANJ | abra legal | adjori BR

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

MARCELO PETRELLA DOS SANTOS, BRASILEIRA, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 02/05/1975, ASSESSOR PARLAMENTAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE PAULO DOS SANTOS E DE NADIR PETRELLA DOS SANTOS; E **SHIRLEY ROZA OLIVEIRA DOS REIS,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 12/06/1981, ADVOGADA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSÉ OLIVEIRA SILVA E DE LIONELZA ROZA DE OLIVEIRA.

IBSON VANDO DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 23/04/2004, ELETRICISTA, NATURAL DE PAULISTA - PE, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE IVANILDO ZEFERINO DA SILVA E DE VANIA LUCIA DA SILVA; E **TAMIRES PEREIRA DA SILVA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 11/10/2000, AUXILIAR DE LIMPEZA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSAFÁ PEREIRA DA SILVA E DE DÉBORA NOGUEIRA SILVA.

MAQSUEL DE OLIVEIRA PEREIRA, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 13/04/1975, PEDREIRO, NATURAL DE ALCOBAÇA - BA, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE OBELINO EVANGELISTA PEREIRA E DE EDINALVA DE OLIVEIRA PEREIRA; E **ROSELI DE JESUS FIGUEIREDO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 22/06/1981, AUXILIAR DE LIMPEZA, NATURAL DE JEQUIÉ - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE ISMAEL SOUZA DE FIGUEIREDO E DE LUZIA SOARES DE JESUS.

PEDRO HENRIQUE ANDRADE DE JESUS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 11/02/2004, CUMIM, NATURAL DE ITAPECERICA DA SERRA - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE PEDRO SOUSA DE JESUS E DE FERNANDA DE ANDRADE DIAS SOUSA; E **ANDRESSA LAPA GAVIOLI,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 17/12/2004, AUXILIAR ADMINISTRATIVA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE MARCOS ASSUNÇÃO GAVIOLI E DE KATIA LAPA GAVIOLI.

WAGNER AMADO DOS SANTOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 17/10/1981, INSTRUTOR DE AUTO ESCOLA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE MANOEL AMADOS DOS SANTOS E DE IDELI ANIZIA DOS SANTOS; E **IZALTINA PIEDADE,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 25/06/1987, CUIDADORA DE IDOSOS, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE IZALTINO PIEDADE.

6- FERNANDO GARZON VIEIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 27/01/1997, ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE FRANCISCO RICARDO VIEIRA E DE NORMA KUNZE GARZON VIEIRA; E **FERNANDA MAYUMI YABUKI,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 17/12/1996, TÉCNICA DE FUNCIONALIDADE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE CARLOS ROBERTO IABUKI E DE SONIA TERUMI NAGATA IABUKI.

VINÍCIUS GOMES DE LIMA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 27/01/1995, GUARDA VIDAS, NATURAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOÃO GOMES DE LIMA NETO E DE FERNANDA ISABEL APARECIDA DE ALMEIDA LIMA; E **REGIANE FERREIRA SATELES,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 07/08/1996, ATENDENTE DE TELEMARKETING, NATURAL DE PARATINGA - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE SINVALDO SANTOS SATELES E DE CLEONICE CONCEIÇÃO FERREIRA.

ANDREW EDUARDO DAS DORES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 21/10/1999, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSE EDUARDO DAS DORES E DE ALZIRA APARECIDA DAS DORES; E **RAYSSA LEMOS DA SILVA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 03/10/2005, DO LAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE EDMAR OLIVEIRA DA SILVA E DE CELIA DE OLIVEIRA DA SILVA.

GIVANILDO SOUSA SANTOS, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 24/09/1973, VIGILANTE, NATURAL DE MACAÚBAS - BA, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE NOELIO OLIVEIRA SANTOS E DE GILDETE MORAIS SOUSA SANTOS; E **MARÍLIA NONATA DE ARAUJO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 04/02/1984, ANALISTA DE SISTEMAS, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE MARCELINO GOMES DE ARAUJO E DE RAIMUNDA NONATA RÊGO.

ANTONIO LIBERATO FIGUEIRA NGONGA, ANGOLANO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 10/03/1989, TÉCNICO DE REDES DE COMPUTADORES, NATURAL DA ANGOLA, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE MATIAS ANTONIO NGONGA E DE TEREZA JOSE FIGUEIRA; E **AMANDA CRISTINA MARTINS DE ABREU,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 07/08/1990, AUXILIAR ADMINISTRATIVA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE SERGIO LUIZ SANTOS DE ABREU E DE MARCIA MARTINS ARAUJO.

ARTHUR PEREIRA RODRIGUES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 08/04/1997, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NATURAL DE BRASÍLIA - DF, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ROGÉRIO PEREIRA RODRIGUES E DE MARIA VANDIRENE PEREIRA RODRIGUES; E **ANNA PAOLA RODRIGUES BATISTA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 23/11/1999, ATENDENTE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE FRANCISCO ALDO SILVA BATISTA E DE CLAUDIA NICE RODRIGUES DA SILVA.

DOUGLAS MARQUES DE OLIVEIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 05/11/1998, ANALISTA DE CONTROLADORIA JUNIOR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JAIR JORGE DE OLIVEIRA E DE CLARA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA; E **SKARLET SILVA SODRE,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 21/01/2000, MODELISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE NORBERTO SOBRE E DE ANTONIA DE MARIA DA SILVA.

THIAGO ARAUJO LIMA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 10/12/1989, AUXILIAR DE COZINHA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ANTONIO EUGENIO DE LIMA E DE ROSIANE BARBOSA DE ARAUJO; E **DANIELA DE OLIVEIRA SOUZA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 03/04/1993, ATENDENTE, NATURAL DE PEDRO ALEXANDRE - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE EDINALVO ALMEIDA DE SOUZA E DE TEREZINHA DE OLIVEIRA SOUZA.

LAURISTON DE FREITAS PEREIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 22/03/1983, GERENTE COMERCIAL, NATURAL DE NOVA RUSSAS - CE, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA E DE MARLEIDE DE FREITAS PEREIRA; E **JULIA CARVALHO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 22/03/1996, DO LAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE MARIA DE LOURDES CARVALHO COELHO.

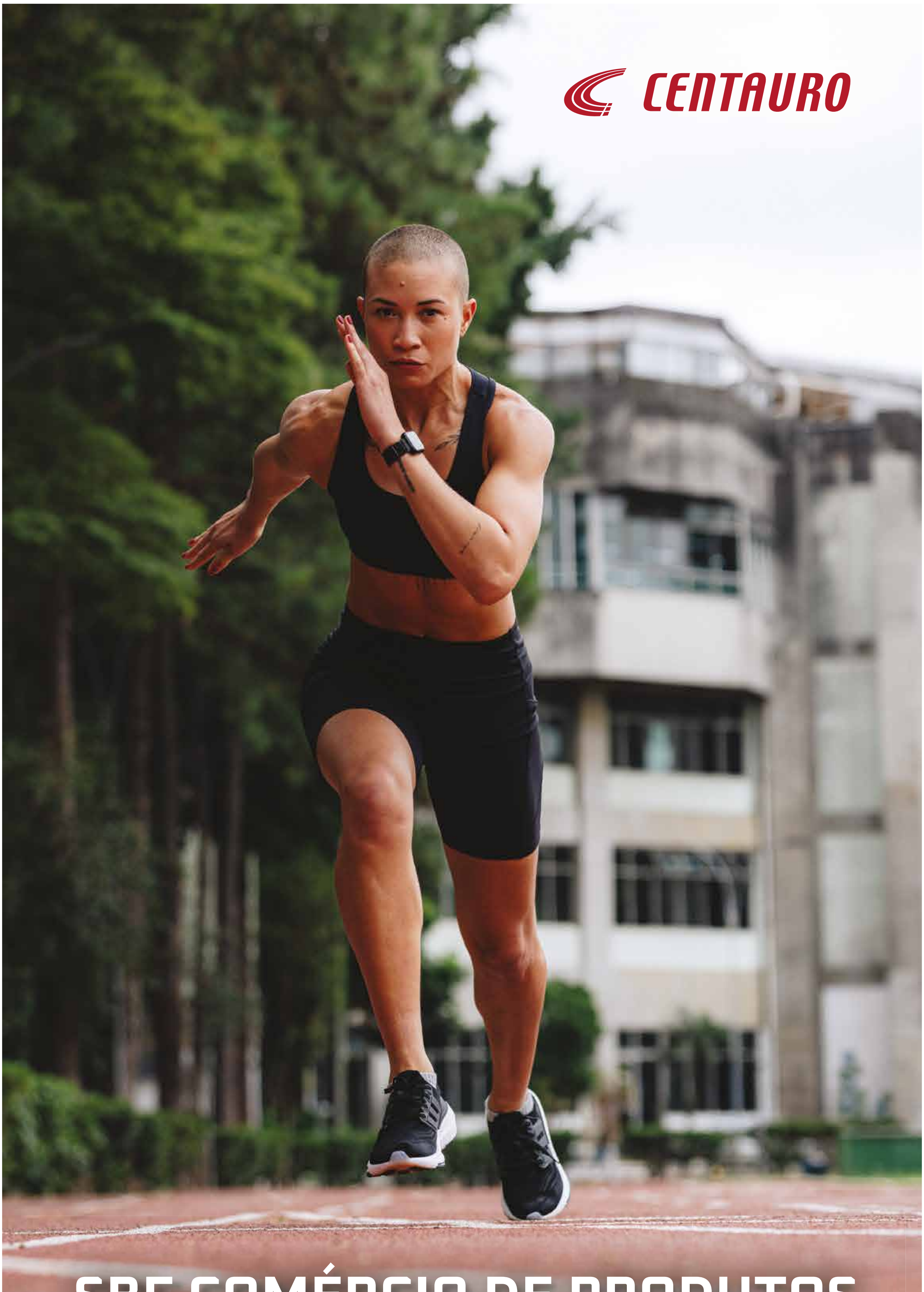
MATEUS BARBOSA DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 14/11/2002, MOTORISTA, NATURAL DE OSASCO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ANORANDI BARBOSA DA SILVA E DE ANTONIA DA SILVA CRUZ; E **JORDANA CRISTINA DE OLIVEIRA BATISTA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 10/09/2002, MONITORA INFANTIL, NATURAL DE TIMBAÚBA - PE, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSÉ JARDIEL BATISTA E DE ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA BATISTA.

HUGO APARECIDO RAMOS CRAVEIRO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 24/04/2001, OPERADOR DE PRODUÇÃO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE MANUEL VIEGAS CRAVEIRO E DE RUTH MARIA RAMOS; E **RAISSA STEFANY CHAGAS DE ANDRADE,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 09/07/1999, ESTUDANTE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE SEBASTIÃO CESAR SOBRINHO E DE MARIA DAS DORES CHAGAS.

WILLIANS GUALBERTO DOS SANTOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 07/10/1987, TÉCNICO DE INSTALAÇÃO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ CARLOS DOS SANTOS E DE NEILA GUALBERTO DOS SANTOS; E **ALESSANDRA DE AMORIM CAVALCANTI,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 03/02/1993, DO LAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE SANDRO CARNEIRO CAVALCANTI E DE BETANIA CARMELITA DE AMORIM.

ANDRÉ DE SOUZA NÉU, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 22/04/1987, ANALISTA ADMINISTRATIVO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ JIVALDO NEU E DE MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA NÉU; E **MARCELA FAUSTINO DOS SANTOS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 06/12/1994, PROFESSORA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE MARCELO DOS SANTOS E DE CLEIDEMAR BERNARDO FAUSTINO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.


CENTAURO
SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65



Relatório da Administração sobre os Resultados

Em 2023, a Centauro priorizou o aumento da rentabilidade, ajustando as expectativas de receita e reduzindo custos de forma eficaz dando ênfase ao aumento da eficiência operacional através da diluição de despesas.

Priorizamos a maximização da rentabilidade, especialmente com a otimização da rentabilidade do canal digital. A retração de receita acompanhada de uma expansão de margem bruta em comparação com o ano de 2022 refletem a estratégia adotada por meio de iniciativas como a melhora do retorno sobre investimento (ROI), a readequação das políticas de markdowns, o incentivo as modalidades de venda mais rentáveis, como o click and collect, e estratégias de marketing de performance mais assertivas. Com as inicitaivas adotadas, o percentual de clientes que compram no canal digital e retiram os produtos em uma de nossas lojas físicas, contou com um aumento de 11,8 pontos percentuais ao longo do ano. Adicionalmente, revisamos o portfólio de lojas, encerrando operações deficitárias e expandindo a rentabilidade do canal de lojas. Vale destacar que desconsiderando o impacto positivo da Copa do Mundo nas vendas das lojas físicas em 2022, a receita líquida do canal teria expandido 9,6% no ano.

O resultado de Centauro também contribuiu para o resultado da empresa controladora, o Grupo SBF que encerrou o ano com uma dívida líquida/EBITDA de 1,35x, resultado que representa uma importante redução em comparação ao indicador de 3,35x vezes registrado em junho de 2023, principalmente devido a uma gestão de capital de giro mais eficiente, especialmente na frente de redução dos estoques. Em termos de dias de estoques, a redução foi de 11,9% em relação a dezembro de 2022, e 25,2% em comparação com junho de 2023. A geração de caixa operacional do Grupo SBF alcançou R$950 milhões no quarto trimestre de 2023, a maior já registrada em um único trimestre.

No ano de 2024, as prioridades estratégicas do Grupo SBF estão direcionadas para um crescimento seguro e responsável, com objetivo de aumentar a rentabilidade através da retomada da margem bruta e da otimização do capital de giro, resultando em uma redução estrutural da alavancagem.

Na Centauro, concentraremos nossos esforços na expansão do lucro bruto por m² através da melhora da eficiência operacional das lojas e de uma precificação de produtos mais assertiva. No canal digital, esperamos a retomada do crescimento através de um sortimento cada vez mais alinhado às necessidades dos consumidores, complementado por uma curadoria de itens de sellers 3P, possibilitando assim que a Centauro tenha uma oferta completa em todas as modalidades esportivas. Além disso, continuaremos investindo em uma experiência omnichannel cada vez mais fluida para os nossos clientes, através da nossa rede de 225 lojas Centauro.

Estamos confiantes em relação à melhora da rentabilidade e redução da alavancagem, ancoradas no trabalho de eficiência realizado em 2023 e no planejamento seguro e responsável estruturado para 2024 e 2025. Nosso plano é trilhar um caminho que fortaleça não apenas nossa saúde financeira, mas também respeite e ultrapasse as expectativas de nossos stakeholders, assegurando uma base sólida para o crescimento sustentável e próspero da nossa empresa no longo prazo.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	326.343	212.292	873.402	373.384
Contas a receber	7	1.182.877	2.705.920	1.926.184	3.387.419
Estoques	8	883.996	871.708	2.017.223	2.100.089
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	–	4.169
Tributos a compensar	10	141.708	154.652	337.026	489.821
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	–	–	36.774	32.269
Juros sobre capital próprio a receber	24	–	75.922	–	–
Mútuo a receber	25	–	226.403	–	–
Outros ativos	12	47.962	27.841	104.439	88.039
Total do ativo circulante		**2.582.886**	**4.274.738**	**5.295.048**	**6.475.190**
Ativo não circulante					
Tributos a compensar	10	94.859	91.610	176.641	136.423
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	6.476	77.271	6.504	77.297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	262.762	356.892	585.267	667.335
Depósitos judiciais	14	107.197	96.434	403.455	284.479
Outros ativos	12	324	321	4.222	18.908
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.984	1.820	–	–
Total do realizável a longo prazo		**478.602**	**624.348**	**1.176.089**	**1.184.442**
Investimentos	15	1.495.066	1.349.182	4.080	5.001
Imobilizado	16	387.776	412.466	584.675	548.180
Intangível	17	252.766	250.932	453.937	415.924
Direito de uso	18	1.122.264	1.293.390	1.318.745	1.397.320
Total do ativo não circulante		**3.736.474**	**3.930.318**	**3.537.526**	**3.550.867**
Total do ativo		**6.319.360**	**8.205.056**	**8.832.574**	**10.026.057**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores	19	967.631	2.392.939	1.297.370	2.979.788
Fornecedores - risco sacado	19	62.596	138.171	62.596	138.171
Empréstimos e financiamentos	20	5.435	85.893	28.710	86.082
Debêntures	20	188.672	191.836	595.294	191.836
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	87.804	39.612
Arrendamentos a pagar	18	146.692	236.942	172.827	269.173
Obrigações tributárias	21	137.641	78.244	352.939	189.405
Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	–	–	15.839
Impostos parcelados	22	7.253	23.632	29.203	44.327
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	144.486	162.158	168.594	190.543
Dividendos a pagar	24	25.561	–	173.081	235.756
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	3.362	14.175	50.201	47.049
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.600	–	1.400	–
Outras contas a pagar	26	45.620	48.120	113.359	116.148
Outros passivos	27	39.308	85.225	69.092	151.472
Total do passivo circulante		**1.775.857**	**3.457.335**	**3.202.470**	**4.695.201**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	580	81.915	172.444	81.996
Debêntures	20	598.604	773.647	801.052	773.647
Arrendamentos a pagar	18	1.201.837	1.252.142	1.394.724	1.334.783
Impostos parcelados	22	8.180	11.659	64.396	65.281
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	–	–	–	367
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	177.849	167.798	538.509	497.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	–	–	11.015	9.721
Outros passivos	27	–	–	91.511	107.251
Total do passivo não circulante		**1.987.050**	**2.287.161**	**3.073.651**	**2.870.296**
Patrimônio líquido	28				
Capital social		2.229.971	2.229.971	2.229.971	2.229.971
Reservas de capital		16.895	12.700	16.895	12.700
Reservas de lucros		336.545	233.046	336.545	233.046
Ajuste de avaliação patrimonial		(26.958)	(15.157)	(26.958)	(15.157)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**2.556.453**	**2.460.560**	**2.556.453**	**2.460.560**
Total do patrimônio líquido		**2.556.453**	**2.460.560**	**2.556.453**	**2.460.560**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.319.360**	**8.205.056**	**8.832.574**	**10.026.057**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas líquidas	29	5.826.462	5.902.798	9.377.358	6.185.094
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	(4.263.658)	(4.276.199)	(6.228.796)	(4.410.915)
Lucro bruto		**1.562.804**	**1.626.599**	**3.148.562**	**1.774.179**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(1.190.489)	(1.235.847)	(2.249.615)	(1.331.598)
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	–	(2.104)	380	(2.299)
Despesas administrativas e gerais	31	(221.496)	(265.915)	(435.705)	(295.237)
Outros ganhos, líquidos		17.396	24.198	15.250	24.793
Resultado com equivalência patrimonial	15	211.077	51.879	(921)	280
Despesas operacionais, líquidas		**(1.183.512)**	**(1.427.789)**	**(2.670.611)**	**(1.604.061)**
Lucro operacional		**379.292**	**198.810**	**477.951**	**170.118**
Receitas financeiras	32	54.352	90.783	242.637	105.952
Despesas Financeiras	32	(301.830)	(316.029)	(585.237)	(320.365)
Resultado financeiro, líquido		**(247.478)**	**(225.246)**	**(342.600)**	**(214.413)**
Lucro antes dos impostos		**131.814**	**(26.436)**	**135.351**	**(44.295)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	90.906	5.720	90.837	24.654
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(93.660)	60.886	(97.128)	59.811
Lucro líquido do exercício		**129.060**	**40.170**	**129.060**	**40.170**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Prejuízo básico por ação (média ponderada)	28			0,03	0,02
Prejuízo diluído por ação (média ponderada)	28			0,03	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**129.060**	**40.170**	**129.060**	**40.170**
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	–	–	–	
Equivalência sobre hedge de fluxo de caixa	(40.846)	(15.157)	(40.846)	(15.157)
Outros resultados abrangentes	**88.214**	**25.013**	**88.214**	**25.013**
Equivalência sobre os efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	13.888	–	13.888	–
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**102.102**	**25.013**	**102.102**	**25.013**
Resultado abrangente do exercício	**102.102**	**25.013**	**102.102**	**25.013**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital: Pagamento baseado em ações	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Atribuível aos acionistas controladores							
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**854.103**	**12.700**	**29.271**	**163.604**	**–**	**–**	**–**	**1.059.678**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	40.170	40.170
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	18.001	–	18.001
Constituição de reserva	–	–	2.009	38.162	–	–	(40.170)	1
Transferência de quotas - Físia	1.375.868	–	–	–	–	(33.158)	–	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.229.971**	**12.700**	**31.280**	**201.766**	**–**	**(15.157)**	**–**	**2.460.560**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**2.229.971**	**12.700**	**31.280**	**201.766**	**–**	**(15.157)**	**–**	**2.460.560**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	129.060	129.060
Equivalência sobre hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	(25.689)	–	(25.689)
Equivalência sobre os efeitos tributários em operações de *hedge* de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	13.888	–	13.888
Contribuição de capital da controladora	–	4.195	–	–	–	–	–	4.195
Constituição de reserva	–	–	6.453	20.363	76.683	–	(103.499)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(25.561)	(25.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.229.971**	**16.895**	**37.733**	**222.129**	**76.683**	**(26.958)**	**–**	**2.556.453**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas	**7.198.836**	**7.283.726**	**11.686.873**	**7.647.244**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.186.351	7.260.867	11.692.264	7.624.002
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.294)	(2.104)	(36.314)	(2.299)
Outras receitas	25.779	24.963	30.923	25.541
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.579.100)**	**(3.662.509)**	**(5.989.737)**	**(3.848.564)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.125.812)	(3.118.086)	(4.578.172)	(3.228.317)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(397.663)	(457.989)	(1.342.898)	(547.258)
Perda de valores ativos	(55.625)	(86.434)	(68.667)	(72.989)
Valor adicionado bruto	**3.619.736**	**3.621.217**	**5.697.136**	**3.798.680**
Depreciação e amortização	(325.475)	(318.669)	(401.606)	(320.595)
Valor adicionado liquido produzido	**3.294.261**	**3.302.548**	**5.295.530**	**3.478.085**
Valor recebido em transferência	**265.289**	**142.662**	**240.891**	**106.106**
Resultado de equivalência patrimonial	211.077	51.879	(922)	154
Receitas financeiras	54.212	90.783	241.813	105.952
Valor adicionados total a distribuir	**3.559.550**	**3.445.210**	**5.536.421**	**3.584.191**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**486.469**	**533.429**	**679.599**	**550.027**
Remuneração direta	336.009	341.335	461.736	351.858
Benefícios	118.090	159.837	174.299	165.112
FGTS	32.370	32.257	43.564	33.057
		–		
Impostos, taxas e contribuições	**2.474.551**	**2.402.039**	**3.859.646**	**2.503.391**
Federais	1.006.572	943.874	1.499.143	970.890
Estaduais	1.443.682	1.434.272	2.329.225	1.509.372
Municipais	24.297	23.893	31.278	23.129
Remuneração de capitais de terceiros	**469.470**	**469.572**	**868.116**	**490.603**
Despesas financeiras (juros)	166.396	182.460	234.758	190.186
Aluguéis	66.088	57.781	111.254	63.133
Outras	236.986	229.331	522.104	237.284
Remuneração de capitais próprios	**129.060**	**40.170**	**129.060**	**40.170**
Lucro líquido do exercício	129.060	40.170	129.060	40.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**131.814**	**(26.436)**	**135.351**	**(44.295)**
Ajustado por:					
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	16, 17	134.635	130.598	177.171	137.047
Depreciação do direito de uso	18	192.323	166.065	224.597	166.640
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	20	22.630	35.294	34.003	35.294
Juros sobre debêntures	20	128.934	124.052	190.695	124.052
Juros sobre mútuos	25	(6.399)	–	–	–
Juros sobre parcelamentos de tributos	22	9.014	1.068	8.082	1.068
Juros sobre pagamentos em atraso	32	2.501	656	2.928	656
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	–	(2.104)	380	(2.299)
Juros sobre atraso de impostos	32	–	10.670	1.722	10.670
Resultado de equivalência patrimonial	15	(210.407)	(51.879)	921	(280)
Contribuição de capital da controladora		1.773	–	4.195	–
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	16, 17	18.960	2.599	1.110	(2.283)
Baixa residual arrendamentos	18	(7.438)	–	(7.438)	–
Provisão para obsolescência do estoque	8	(4.251)	(11.981)	(12.073)	(20.763)
Juros de arrendamento mercantil	18	115.179	118.931	131.813	118.931
Descontos sobre arrendamentos	18	(2.259)	(10.093)	(2.259)	(10.093)
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	14	29.376	18.488	64.706	19.268
		556.385	**505.928**	**955.904**	**533.613**
Variações em:					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	7	1.523.043	(674.069)	1.460.855	(459.482)
Estoques	8	(8.037)	(213.470)	94.939	(200.147)
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	4.169	(22.767)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	11	180.091	113.544	269.702	154.068
Depósitos judiciais	14	(10.763)	(41.393)	(118.976)	(69.333)
Outros ativos	12	(20.124)	(10.943)	(1.714)	(12.172)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	19	(1.428.410)	712.459	(1.685.947)	678.967
Fornecedores - risco sacado	19	(75.575)	70.457	(75.575)	70.457
Obrigações tributárias	21	59.867	26.384	161.812	(32.341)
Parcelamentos de tributos	22	(28.872)	(39.189)	(24.091)	(38.456)
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	22.503	39.612
Contingências pagas	14	(19.325)	(42.985)	(23.447)	(38.290)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	(17.672)	26.247	(21.949)	25.022
Outras contas a pagar	26	(2.500)	10.383	(2.789)	(26.997)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	(10.813)	–	–	–
Outros passivos	27	(45.917)	73.096	(98.119)	94.854
Variação nos ativos e passivos:		**94.993**	**10.521**	**(38.627)**	**162.995**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(8.209)	(15.717)	26.564
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	20	(21.583)	(34.575)	(32.089)	(34.597)
Juros pagos sobre debêntures	20	(130.475)	(109.648)	(170.013)	(109.648)
Juros pagos sobre mútuos com partes relacionadas	25	10.869	–	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**510.189**	**364.017**	**699.458**	**578.927**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo imobilizado	16	(40.603)	(94.375)	(121.511)	(143.384)
Adições no intangível	17	(89.535)	(113.690)	(130.677)	(128.163)
Aquisição de participação em coligada - FitDance		–	(9.636)	–	(9.636)
Aumento de capital em controlada		(2.820)	(7.000)	–	–
Ágio na aquisição de participação na X3M		–	–	–	(4.721)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(132.958)**	**(224.701)**	**(252.188)**	**(285.904)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	20	–	2.536	194.248	2.373
Emissão de debêntures	20	–	496.133	586.848	496.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	20	(339.506)	(204.279)	(339.753)	(204.386)
Arrendamentos pagos	18	(267.234)	(238.653)	(304.543)	(239.582)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		(3.564)	(1.820)	1.400	–
Juros sobre capital próprio recebido	24	125.191	3.000	–	–
Outras contas a pagar - partes relacionadas	24	–	14.175	–	(223.580)
Mútuos com partes relacionadas recebidos	25	221.933	(226.403)	–	47.416
Dividendos pagos	24	–	–	(88.237)	(32.803)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(263.180)**	**(155.311)**	**52.748**	**(154.430)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**114.051**	**(15.995)**	**500.018**	**138.593**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		212.292	228.287	373.384	234.791
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		326.343	212.292	873.402	373.384
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**114.051**	**(15.995)**	**500.018**	**138.593**
Transações que não afetaram caixa					
Adição ao imobilizado e intangível	16, 17	601	2.070	601	3.524
Derivativos	9	–	–	(11.801)	(15.157)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "SBF Comércio") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, compreendem a controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto "SBF Comércio" ou "Companhia". Em 18 de junho de 2020, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários com a categoria B. A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado") tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2024. A lista das entidades controladas da Companhia são apresentadas abaixo:

Controladas	Participação Societária Direta 2023	Participação Societária Direta 2022	Atividade
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	100%	Comércio esportivo
Fitdance Entretenimento Ltda.	100%	100%	Produção de filmes para publicidade
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	100%	100%	Comércio atacadista e varejista

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 15. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio dos resultados. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Consolidação:** A Companhia detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controlada no patrimônio líquido das controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. **2.4 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. **2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** Em 2023, a Companhia avaliou as emendas aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para excercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2023. As principais alterações são: • **Alteração ao IAS 1/ CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2** - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • **Alteração ao IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajadas pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 -"*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.7 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável ("CODM") pela tomada de decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A Administração determinou que o CEO da controladora Grupo SBF S.A. é o CODM, responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia e análise de informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Exceto pela receita bruta (Nota 29), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil. Durante o exercício de 2023 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável. **2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.9 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças em moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Leis Complementares. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Leis Complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

continua→★

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2023

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 17. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. **b) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacado (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R$ 585.267 (667.335 em 31 de dezembro de 2022) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas geradas pelas controladas da SBF Comércio. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. **d) Contingências tributárias:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há também discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **f) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: 5.1.1. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente:** ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. ***Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. ***Valor justo por meio do resultado:*** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve. Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), operações de arrendamento (Nota 18), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 19), empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20) e dividendos a pagar (Nota 24). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. ***Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. ***Passivos financeiros ao custo amortizado:*** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. ***Hedges de fluxo de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou em exercícios em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Gestão de riscos financeiros: 5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings*
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos operacionais - Notional (NDF)	(1.438.615)	(1.664.665)

Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2023, foi apurada perda de R$ 26.958 (R$ 15.157 em 31 de dezembro de 2022). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Instrumento de *hedge* Vencimentos	Moeda	Notional	Valor justo	Objeto de *hedge* Operação	Objeto de *hedge* Vencimentos estimados
De 24/01/2024 à 18/12/2024	USD	(1.438.615)	(87.804)	Pedido de Importações de mercadorias	De 24/01/2024 à 18/12/2024
Total Consolidado		**(1.438.615)**	**(87.804)**		

Valor justo: No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

				Consolidado	
Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(254.668)	Comprado	(8.650)	18/12/2024	ABC
NDF	(583.806)	Comprado	(36.969)	18/12/2024	Bradesco
NDF	(214.209)	Comprado	(4.004)	18/12/2024	BTG
NDF	(165.665)	Comprado	(12.614)	18/12/2024	HSBC Brasil
NDF	(240.537)	Comprado	(16.946)	18/12/2024	Itaú
NDF	(188.795)	Comprado	(14.386)	18/12/2024	Votorantim
NDF	44.547	Vendido	694	18/12/2024	ABC
NDF	29.778	Vendido	1.143	18/12/2024	Bradesco
NDF	109.256	Vendido	3.295	18/12/2024	BTG
NDF	18.825	Vendido	521	18/12/2024	Itaú
NDF	6.659	Vendido	112	18/12/2024	Votorantim
Total	**(1.438.615)**		**(87.804)**		

Risco de taxas de juros: Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros, remunerados por juros da Companhia, correspondem à:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota 6)	307.881	201.837	782.725	333.273
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(6.015)	(167.808)	(201.154)	(168.078)
Debêntures (Nota 20)	(787.276)	(965.483)	(1.396.346)	(965.483)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.348.529)	(1.489.084)	(1.567.551)	(1.603.956)

Análise de sensibilidade: O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI do índice DI da B3 (11,65% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Controladora			
			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	2023	Provável	Possivel (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possivel (–) -25%	Remoto (–) -50%
Aplicações financeiras (nota 6)	307.881	35.868	44.835	53.802	26.901	17.934
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(6.015)	(701)	(876)	(1.052)	(526)	(351)
Debêntures (nota 20)	(787.276)	(91.718)	(114.648)	(137.577)	(68.789)	(45.859)
Arrendamentos a pagar (nota 18)	(1.348.529)	(157.104)	(196.380)	(235.656)	(117.828)	(78.552)

			Consolidado			
			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	2023	Provável	Possivel (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possivel (–) -25%	Remoto (–) -50%
Aplicações financeiras (nota 6)	782.725	91.187	113.984	136.781	68.390	45.594
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(201.154)	(23.434)	(29.293)	(35.151)	(17.576)	(11.717)
Debêntures (nota 20)	(1.396.346)	(162.674)	(203.343)	(244.011)	(122.006)	(81.337)
Arrendamentos a pagar (nota 18)	(1.567.551)	(182.620)	(228.275)	(273.930)	(136.965)	(91.310)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as administradoras de cartão de crédito, responsáveis por 88,5% (88,7% em 31 de dezembro de 2022) dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado são responsáveis por 11,5% (11,3% em 31 de dezembro de 2022). Todas as vendas da Companhia nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. A Companhia registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com a Companhia (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, a Companhia não tem apresentado perdas na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e bancos (Nota 6)	15.480	10.455	51.175	40.004
Aplicações financeiras - circulante (Nota 6)	307.881	201.837	782.725	333.273
Meios de pagamento (Nota 6)	2.982	–	39.502	107
Contas a receber (Nota 7)	1.182.877	2.705.920	1.926.184	3.387.419
Outros ativos (Nota 12)	48.286	28.162	108.661	106.947
Depósitos judiciais (Nota 14)	107.197	96.434	403.455	284.479
Total	**1.664.703**	**3.042.808**	**3.311.702**	**4.152.229**

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. ***c) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 1.089.224 (R$ 1.095.093 em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota 4)	307.881	201.837	782.725	333.273
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(6.015)	(167.808)	(201.154)	(168.078)
Debêntures (Nota 18)	(787.276)	(965.483)	(1.396.346)	(965.483)
Arrendamentos a pagar (Nota 16)	(1.348.529)	(1.489.084)	(1.567.551)	(1.603.956)
Total	**(1.833.939)**	**(2.420.538)**	**(2.382.326)**	**(2.404.244)**

e) Risco de liquidez

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Obrigações a curto prazo	(1.775.857)	(3.457.335)	(3.202.470)	(4.699.371)
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	326.343	212.292	873.402	373.384
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 7)	–	–	–	4.169
Contas a receber (Nota 5)	1.182.877	2.705.920	1.926.184	3.387.419
Total	**(266.637)**	**(539.123)**	**(402.884)**	**(934.399)**
Patrimônio líquido	2.556.453	2.460.560	2.556.453	2.460.560
Índice de endividamento líquido	10%	22%	16%	38%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante.

Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista, por meio de venda da carteira de recebíveis. Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam há 150 dias após o recebimento em nosso centro de distribuição e, historicamente, temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores. Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no exercício anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo. A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que apenas 39,06% serão liquidados em curto prazo, ou seja, em até 12 meses.

Controladora							
31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	967.631	967.631	818.398	149.233	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	6.015	6.361	2.008	3.757	596	–	–
Debêntures (Nota 20)	787.276	960.618	21.469	244.428	320.520	374.201	–
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.348.529	1.829.357	43.431	226.810	486.902	417.002	655.212
Impostos parcelados (Nota 22)	15.433	16.991	3.570	4.455	4.217	4.737	12
Outras contas a pagar (Nota 26)	45.620	45.620	45.620	–	–	–	–
Total	**3.233.100**	**3.889.174**	**981.227**	**644.548**	**812.235**	**795.940**	**655.224**

Controladora							
31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	2.392.939	2.392.939	536.904	1.856.035	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	138.171	138.171	119.130	19.041	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	167.808	192.552	4.642	99.892	87.458	560	–
Debêntures (Nota 20)	965.483	1.299.209	29.151	281.194	275.277	534.646	178.941
Impostos parcelados (Nota 22)	35.291	38.797	5.540	21.057	9.347	2.807	46
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.489.084	2.077.018	47.922	246.006	514.735	446.586	821.769
Outras contas a pagar (Nota 26)	48.120	47.952	47.952	–	–	–	–
Total	**5.236.896**	**6.186.638**	**791.241**	**2.523.225**	**886.817**	**984.599**	**1.000.756**

Consolidado							
31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.297.370	1.298.412	1.167.917	130.495	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	263.394	5.958	46.798	67.593	143.045	–
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	1.626.669	46.233	663.834	461.154	455.448	–
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.567.551	2.118.877	50.800	262.791	574.764	513.614	716.908
Impostos parcelados (Nota 22)	93.599	105.293	8.175	26.730	29.394	40.956	38
Outras contas a pagar (Nota 26)	113.359	113.359	113.359	–	–	–	–
Total	**4.731.975**	**5.588.600**	**1.439.173**	**1.146.513**	**1.132.905**	**1.153.063**	**716.946**

Consolidado							
31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	2.979.788	2.979.788	1.484.621	1.495.167	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	138.171	138.171	119.130	19.041	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	168.078	191.804	4.592	99.423	87.229	560	–
Debêntures (Nota 20)	965.483	1.285.633	28.662	276.862	271.200	530.472	178.437
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.603.956	2.176.721	51.382	264.578	560.203	488.839	811.719
Impostos parcelados (Nota 22)	109.608	127.784	10.659	45.449	33.128	37.771	777
Outras contas a pagar (Nota 26)	116.148	140.441	140.441	–	–	–	–
Total	**6.081.232**	**7.040.342**	**1.839.487**	**2.200.520**	**951.760**	**1.057.642**	**990.933**

Os fluxos de entradas/saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	168.078
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	965.483
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 6)	(873.402)	(373.384)
Dívida líquida	**724.098**	**760.177**
Total do patrimônio líquido	2.556.453	2.460.560
Capital total	3.280.551	3.220.737
Índice de alavancagem financeira - %	**22%**	**24%**

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido consolidado de R$ 2.092.578 (R$ 1.779.989 em 31 de dezembro de 2022), ou seja, uma variação positiva de R$ 312.589. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro antes dos impostos consolidados de R$ 135.351 (prejuízo de R$ 44.295 em 31 de dezembro de 2022). **5.2.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). ***Valor justo versus valor contábil - Consolidado:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2023 e 2022:

		Consolidado 31/12/2023		
	Hierarquia de valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	–	51.175	–	51.175
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	782.725	782.725	–
Meios de pagamento (Nota 6)	Nível 2	39.502	39.502	–
Contas a receber (Nota 7)	–	1.926.184	–	1.926.184
Depósitos judiciais (Nota 14)	–	403.455	–	403.455
Outros ativos (Nota 12)	–	108.661	–	108.661
Total		**3.311.702**	**822.227**	**2.489.475**
Passivos				
Fornecedores (Nota 19)	–	1.297.370	–	1.297.370
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	–	62.596	–	62.596
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	–	201.154	–	201.154
Debêntures (Nota 20)	–	1.396.346	–	1.396.346
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	87.804	87.804	–
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	–	1.567.551	–	1.567.551
Impostos parcelados (Nota 22)	–	93.599	–	93.599
Total		**4.706.420**	**87.804**	**4.618.616**

		Consolidado 31/12/2022		
	Hierarquia de valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (nota 6)	–	40.004	–	40.004
Aplicações financeiras (nota 6)	Nível 2	333.273	333.273	–
Meios de pagamento (nota 6)	–	107	–	107
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	Nível 2	4.169	4.169	–
Contas a receber (nota 7)	–	3.387.419	–	3.387.419
Outros ativos (nota 12)	–	106.947	–	106.947
Total		**3.871.919**	**337.442**	**3.534.477**

continua→★

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2023

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Hierarquia de valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores (nota 19)	–	2.979.788	–	2.979.788
Fornecedores - risco sacado (nota 19)	–	138.171	–	138.171
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	–	168.078	–	168.078
Debêntures (nota 20)	–	965.483	–	965.483
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	Nível 2	39.612	39.612	–
Arrendamentos a pagar (nota 18)	–	1.603.956	–	1.603.956
Impostos parcelados (nota 22)	–	109.608	–	109.608
Total		**6.004.696**	**39.612**	**5.965.084**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 89,91% para aplicações diárias (55% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI".

6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixas	4.090	4.816	6.061	6.281
Bancos	11.390	5.639	45.114	33.723
Meios de pagamento (a)	2.982	–	39.502	107
Aplicações financeiras	307.881	201.837	782.725	333.273
Total	**326.343**	**212.292**	**873.402**	**373.384**

(a) Meios de pagamento referem-se as carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Administradora de cartão de crédito (a)	840.994	976.195	1.413.651	1.509.515
Duplicatas a receber - atacado	7.775	8.430	183.443	192.897
Subtotal	**848.769**	**984.625**	**1.597.094**	**1.702.412**
Contas a receber - partes relacionadas (nota 25)	334.108	1.721.461	329.962	1.686.441
Subtotal	**1.182.877**	**2.706.086**	**1.927.056**	**3.388.853**
Provisão para perda esperada do contas a receber	–	(166)	(872)	(1.434)
Total	**1.182.877**	**2.705.920**	**1.926.184**	**3.387.419**

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui contratos que permitem a venda de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que a Companhia entende que tem a necessidade de caixa imediato. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha saldo de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. O valor das comissões sobre as operações de vendas de recebíveis realizadas ao longo do ano, sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 32 no montante de R$ 16.669 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 419 em 31 de dezembro de 2022). O saldo da rubrica "contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. Em 31 de dezembro de 2023, 73,4% dos recebíveis da Companhia são decorrentes de operações com cartão de crédito que correspondem ao montante total de R$ 1.413.651 (R$ 1.509.515 em 31 de dezembro de 2022). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(166)	–	(1.434)	–
Constituição	–	(2.104)	(5.154)	(2.299)
Reversões	–	–	4.049	–
Perda efetiva	–	–	1.485	–
Baixas	166	1.938	182	865
Total	**–**	**(166)**	**(872)**	**(1.434)**

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada abaixo:

	31/12/2023			
	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado	183.418	0,46%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	1.413.651	0,00%	–	Não
Total	**1.597.094**		**(872)**	

	31/12/2022			
	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	889	100,00%	(889)	Sim
Recebíveis de atacado	192.008	0,28%	(545)	Não
Recebíveis de varejo	1.509.515	0,00%	–	Não
Total	**1.702.412**		**(1.434)**	

A seguir apresentamos o aging list:

	Controladora	
Aging	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos acima de 120 dias	224	265
Vencidos acima de 90 dias	74	18
Vencidos até 90 dias	74	4
Vencidos até 60 dias	18	237
Vencidos até 30 dias	1.535	1.336
À vencer até 30 dias	391.420	421.617
À vencer de 31 a 60 dias	180.510	197.545
À vencer de 61 a 90 dias	106.385	126.118
À vencer de 91 a 120 dias	72.866	76.545
À vencer de 121 a 180 dias	65.863	94.212
À vencer acima de 181 dias	29.800	66.728
Total	**848.769**	**984.625**

	Consolidado	
Aging	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos acima de 120 dias	7.456	1.256
Vencidos acima de 90 dias	916	1.247
Vencidos até 90 dias	1.001	466
Vencidos até 60 dias	1.224	6.372
Vencidos até 30 dias	4.361	8.349
À vencer até 30 dias	770.711	755.123
À vencer de 31 a 60 dias	318.513	339.970
À vencer de 61 a 90 dias	188.117	197.960
À vencer de 91 a 120 dias	121.480	119.594
À vencer de 121 a 180 dias	112.818	153.007
À vencer acima de 181 dias	70.497	119.068
Total	**1.597.094**	**1.702.412**

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. O ajuste ao valor realizável dos estoques da Companhia é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo.

8.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria de revenda (lojas)	696.239	654.898	1.139.199	1.039.314
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	176.138	171.457	821.298	652.662
Importação em andamento	7.843	35.307	67.195	405.054
Almoxarifado	9.382	11.401	10.217	11.672
Subtotal	**889.602**	**873.063**	**2.037.909**	**2.108.702**
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(5.606)	(1.355)	(20.686)	(8.613)
Total	**883.996**	**871.708**	**2.017.223**	**2.100.089**

Movimentação das perdas nos valores realizáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**(1.355)**	**(13.336)**	**(8.613)**	**(13.336)**
Adição	(36.296)	(35.921)	(68.602)	(14.724)
Perdas efetivas nos estoques	32.045	47.902	56.529	35.487
Aquisição de controle Fisia - provisão para perdas	–	–	–	(16.040)
Saldo final	**(5.606)**	**(1.355)**	**(20.686)**	**(8.613)**

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de *hedge* da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (*hedge*). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - Ativo	–	4.169
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - Passivo	(87.804)	(39.612)
Total	**(87.804)**	**(35.443)**

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (a)	123.754	132.074	365.102	444.959
PIS	14.406	15.923	19.743	29.244
COFINS	66.357	73.670	87.034	130.835
IRRF	28.280	20.586	30.989	10.443
INSS	3.753	3.555	10.731	10.178
ISS	–	454	–	585
Outros	17	–	68	–
Total	**236.567**	**246.262**	**513.667**	**626.244**
Circulante	**141.708**	**154.652**	**337.026**	**489.821**
Não circulante	**94.859**	**91.610**	**176.641**	**136.423**

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo dos créditos na Controladora e no Consolidado a serem utilizados era de R$ 123.754 e R$ 365.102 respectivamente, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R$ 57.472 da sua totalidade para a Controladora e 219.029 no Consolidado, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Utilização	
	Controladora	Consolidado
Até 12 meses	57.472	219.029
Acima de 12 meses	66.282	146.073
Total	**123.754**	**365.102**

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL sobre Selic	–	77.271	30.764	77.297
IRPJ/CSLL	6.476	–	12.514	32.269
Total	**6.476**	**77.271**	**43.278**	**109.566**
Circulante	**–**	**–**	**36.774**	**32.269**
Não circulante	**6.476**	**77.271**	**6.504**	**77.297**

12. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Marketing à apropriar	–	–	37.728	26.984
Despesas antecipadas	16.128	12.899	32.169	35.014
Adiantamento para fornecedores	3.081	–	3.929	–
Adiantamento para fornecedores - partes relacionadas	20.557	8.321	20.558	7.436
Prêmios de seguros a apropriar	6.628	3.942	10.820	7.993
IPTU a apropriar	–	–	–	–
Adiantamento para colaboradores	1.618	1.399	2.093	1.200
Adiantamento para despachante aduaneiro	–	1.160	–	16.806
Outros valores a receber	274	441	1.364	11.514
Total	**48.286**	**28.162**	**108.661**	**106.947**
Circulante	**47.962**	**27.841**	**104.439**	**88.039**
Não circulante	**324**	**321**	**4.222**	**18.908**

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDOS

13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14.2. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - *Income taxes*) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. **13.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	149.794	150.264	–	–	149.794	150.264
Provisões gerais e contingências	60.535	60.535	–	–	60.535	60.535
Provisão para estoques	4.534	4.534	–	–	4.534	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	–	–	14.593	14.593
Depreciação/arrendamento	310.118	375.532	(192.625)	(258.040)	117.493	117.493
Ágio	9.473	71.051	–	(61.577)	9.473	9.473
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	–	–	(93.660)	–	(93.660)	–
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**549.047**	**676.509**	**(286.285)**	**(319.617)**	**262.762**	**356.892**
Montante passível de compensação	**(286.285)**	**(319.617)**	**286.285**	**319.617**	**–**	**–**
Imposto líquido ativos passivos	**262.762**	**356.892**	**–**	**–**	**262.762**	**356.892**

	Consolidado					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	370.101	372.373	–	–	370.101	372.373
Provisões gerais e contingências	122.420	132.895	(9.873)	(8.228)	112.547	124.667
Provisão para estoques	18.127	12.559	–	–	18.127	12.559
Provisão de bônus	20.616	14.593	–	–	20.616	14.593
Depreciação/arrendamento	330.444	385.457	(206.141)	(260.015)	124.303	125.442
Ágio	9.473	71.050	–	(61.577)	9.473	9.473
Mais valia - Fitdance	–	–	(1.142)	(1.493)	(1.142)	(1.493)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	–	–	(93.660)	–	(93.660)	–
Diferido sobre hedge	13.887	–	–	–	13.887	–
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**885.068**	**988.927**	**(310.816)**	**(331.313)**	**574.252**	**657.614**
Montante passível de compensação	**(299.801)**	**(321.592)**	**299.801**	**321.592**	**–**	**–**
Imposto líquido ativos (passivos)	**585.267**	**667.335**	**(11.015)**	**(9.721)**	**574.252**	**657.614**

(a) No 2º trimestre de 2023 foi proferida decisão judicial em favor da Companhia reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras um crédito de impostos a recuperar no montante de R$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, a Companhia reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. O efeito no resultado da Companhia é de R$ 2.754. **Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: ***Prazo de projeção:*** O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. Conforme política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis nos próximos 9 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo consolidada está representada abaixo:

	31/12/2023		
Ano	Controladora "SBF Comércio"	Fisia	Consolidado
2024	–	19.404	19.404
2025	775	31.641	32.416
2026	13.245	44.379	57.624
2027	15.589	45.539	61.128
2028	24.310	43.542	67.852
2029	33.709	50.001	83.710
2030	50.919	63.351	114.270
2031	54.823	24.648	79.471
2032	69.392	–	69.392
	262.762	**322.505**	**585.267**

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio de 8% a.a. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 585.267. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 13,17% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	2023									
	SBF Comércio		Lione		Fisia		Fit Dance		Consolidado	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	320.004	108.801	156.908	53.349	143.479	48.783	7.941	2.700	628.332	213.633
Despesas temporárias	101.460	34.496	4.563	1.551	–	–	–	–	106.023	36.048
Total	**421.464**	**143.297**	**161.471**	**54.900**	**143.479**	**48.783**	**7.941**	**2.700**	**734.355**	**249.681**

	2022					
	SBF Comércio		Lione		Consolidado	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	146.763	49.899	151.327	51.451	298.090	101.350
Despesas temporárias	80.018	27.206	6.013	2.044	86.030	29.250
Total	**226.781**	**77.105**	**157.340**	**53.495**	**384.120**	**130.600**

Os efeitos tributários dos ativos fiscais não reconhecidos são demonstrados por natureza abaixo:

	2023	
Descrição	Base	Efeito tributário
Prejuízo fiscal e base negativa	628.332	213.633
Provisões gerais e contingências	(365)	(124)
Provisão para estoques	(11.544)	(3.925)
Provisão de bônus	39.893	13.564
Mais valia - Fitdance	–	–
Depreciação/Arrendamento	105.902	36.006
Ágio	(27.863)	(9.473)
Imposto de renda diferido ativo	**734.355**	**249.681**

Movimento das diferenças temporárias

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 01/01/2023	Reconhecidos no resultado	Utilização Imposto	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	–	(470)	149.794
Provisões gerais e contingências	60.535	–	–	60.535
Provisão para estoques	4.534	–	–	4.534
Provisão de bônus	14.593	–	–	14.593
Depreciação	117.493	–	–	117.493
Ágio	9.473	–	–	9.473
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	–	(93.660)	–	(93.660)
Imposto líquido ativo (passivo)	**356.892**	**(93.660)**	**(470)**	**262.762**

	Consolidado					
	Saldo em 01/01/2023	Reconhecidos no resultado	Mais Valia	Utilização Imposto	ORA	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	372.373	(1.798)	–	(474)	–	370.101
Provisões gerais e contingências	124.667	(12.122)	–	–	–	112.545
Provisão para estoques	12.559	5.568	–	–	–	18.127
Provisão de bônus	14.593	6.023	–	–	–	20.616
Depreciação / arrendamento	125.442	(1.139)	–	–	–	124.303
Ágio	9.473	–	–	–	–	9.473
Mais valia - Fitdance	(1.493)	–	351	–	–	(1.142)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	–	(93.660)	–	–	–	(93.660)
Diferido sobre hedge	–	–	–	–	13.887	13.887
Imposto líquido ativo (passivo)	**657.614**	**(97.128)**	**351**	**(474)**	**13.887**	**574.250**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	131.814	(26.436)	135.351	(44.295)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**(44.817)**	**8.988**	**(46.019)**	**15.060**
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(4.349)	(88.298)	(10.626)	(92.004)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal exercício corrente	53.802	54.112	102.531	56.108
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	–	–	67.942	–
Receitas não tributáveis	9.237	35.905	10.651	40.827
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	71.766	17.745	313	43
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(68.477)	6.545	(130.966)	(3.901)
Juros sobre capital próprio	(19.708)	31.569	–	63.138
Efeito IR sobre graticação à administradores e royalties	260	–	260	–
PAT	–	–	–	(411)
Base isenta adicional IRPJ 10%	–	–	–	2
Outros	(468)	40	(377)	5.603
Imposto de renda e contribuição social	**(2.754)**	**66.606**	**(6.291)**	**84.465**
Corrente	90.906	5.720	90.837	24.654
Diferido	(93.660)	60.886	(97.128)	59.811
Alíquota efetiva	**-2%**	**-252%**	**-5%**	**-191%**

(a) Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a controlada Fisia passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada Fisia reconheceu o montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R$ 199.830. Esse reconhecimento ocorreu integralmente no exercício de 2023 e não afetou a apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de exercícios anteriores.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

14.1 Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **14.2 Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais (a)	**79.044**	33.024	–	(25.999)	**86.069**
Depósitos judiciais - Rendimentos	**13.672**	10.460	(129)	(5.827)	**18.176**
Bloqueio judicial - Trabalhista	**3.718**	37	(528)	(275)	**2.952**
Total	**96.434**	**43.521**	**(657)**	**(32.101)**	**107.197**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais (a)	**230.187**	122.741	(3.744)	(26.470)	**322.714**
Depósitos judiciais - Rendimentos	**50.570**	33.147	(129)	(5.827)	**77.761**
Bloqueio judicial - Trabalhista	**3.722**	47	(514)	(275)	**2.980**
Total	**284.479**	**155.935**	**(4.387)**	**(32.572)**	**403.455**

(a) Durante o exercício de 2022 foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Em relação a 2023, em montante inferior, também foram realizados depósitos diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, as controladas da SBF Comércio, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pela Companhia. As movimentações de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	**43.881**	38.801	–	(3.638)	**79.044**
Depósitos judiciais - Rendimentos	**7.239**	7.036	(102)	(501)	**13.672**
Bloqueio judicial - Trabalhista	**3.921**	997	(1.118)	(82)	**3.718**
Total	**55.041**	**46.834**	**(1.220)**	**(4.221)**	**96.434**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Aquisição FitDance	Aquisição de controle Fisia	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	**99.990**	60.082	–	(3.643)	3	73.755	**230.187**
Depósitos judiciais - Rendimentos	**33.686**	13.644	(102)	(448)	–	3.790	**50.570**
Bloqueio judicial - Trabalhista	**3.921**	997	(1.118)	(78)	–	–	**3.722**
Total	**137.597**	**74.723**	**(1.220)**	**(4.169)**	**3**	**77.545**	**284.479**

Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível/Consumidor (a)	**4.968**	6.927	(6.498)	(1.471)	**3.926**
Trabalhistas (b)	**27.275**	10.472	(11.267)	(2.888)	**23.592**
Tributário (c)	**135.555**	16.336	(1.560)	–	**150.331**
Total	**167.798**	**33.735**	**(19.325)**	**(4.359)**	**177.849**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível/Consumidor (a)	**11.715**	9.987	(9.679)	(6.874)	**5.149**
Trabalhistas (b)	**29.890**	11.152	(12.109)	(3.120)	**25.813**
Tributário (c)	**455.645**	53.651	(1.659)	(90)	**507.547**
Total	**497.250**	**74.790**	**(23.447)**	**(10.084)**	**538.509**

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os exercícios (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota). As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo inicial em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2022
Cível/Consumidor (a)	**5.038**	6.096	(6.136)	(30)	**4.968**
Trabalhistas (b)	**32.365**	10.169	(8.160)	(7.099)	**27.275**
Tributário (c)	**154.892**	9.975	(28.689)	(623)	**135.555**
Total	**192.295**	**26.240**	**(42.985)**	**(7.752)**	**167.798**

	Consolidado					
	Saldo inicial em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Aquisição de controle Fisia	Saldo final em 31/12/2022
Cível/Consumidor (a)	**5.038**	7.477	(1.829)	(508)	1.537	**11.715**
Trabalhistas (b)	**32.365**	10.169	(8.160)	(6.569)	2.085	**29.890**
Tributário (c)	**167.056**	10.375	(28.689)	(1.676)	308.579	**455.645**
Total	**204.459**	**28.021**	**(38.678)**	**(8.753)**	**312.201**	**497.250**

a. Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo consolidado de R$ 5.149 (R$ 11.715 em 31 de dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor, provisionado. O montante não provisionado referente aos valores com chances de perda possível é de R$ 76.549 (R$ 52.631 em 31 de dezembro de 2022) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes e/ou jurisprudências. **b. Processos de natureza trabalhista:** Tratam-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui R$ 25.813 (R$ 29.890 em

continua→★

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65



→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 96.293 (R$ 64.318 em 31 de dezembro de 2022) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes, e/ou jurisprudências. **c. Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2023, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R$ 507.547 (R$ 455.645 em 31 de dezembro de 2022). Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais hoje, são discutidos na esfera administrativa e judicial. Há outras discussões que envolvem ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal. Além disso, diante do julgamento desfavorável do STF nas ADIs 7066, 7078 e 7070 que tratam sobre a possibilidade de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) em 2022, houve alteração do prognóstico de perda dos processos e, consequente, provisionamento dos valores que não foram declarados e recolhidos no montante de R$ 17.725. ***Passivos contingentes:*** **Processos federais:** Os processos federais em que as empresas da Companhia figuram no polo passivo e ativo consolidados (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R$ 811.269 (R$ 401.437 em 31 de dezembro de 2022), conforme avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto				
FGTS (a)	101.209	95.932	101.209	95.932
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL (b)	179.804	54.966	181.409	56.504
IRPJ e CSLL (c)	123.931	110.724	124.055	110.843
PIS/COFINS (d)	218.211	2.152	245.173	26.727
IOF (e)	8.781	8.072	8.781	8.072
INSS (f)	144.038	95.627	144.417	95.968
Outros (g)	2.020	1.881	6.225	7.391
Total	**777.994**	**369.354**	**811.269**	**401.437**

Abertura dos saldos consolidados: (a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R$ 101.209 (R$ 95.932 em 31 de dezembro de 2022). **(b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL -** Existe também a discussão no montante de R$ 63.287 (R$ 54.965 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB e R$ 116.516 por débitos incluídos no programa especial de regularização tributária. Discute-se, ainda, o montante de R$ 1.606 (R$ 1.539 em 31 de dezembro de 2022) referente à multa agravada. **(c) IRPJ e CSLL -** A Companhia discute o montante de R$ 41.183 (R$ 36.361 em 31 de dezembro de 2022), sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011, a título de incentivos fiscais e dos ajustes de estoque, ocorridos nos períodos de 2009 e 2010, além de discussões referentes a compensações não homologadas, entre outros. Discute também o montante de R$ 81.255 (R$ 74.482 em 31 de dezembro de 2022), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais, além de discussões no montante de R$ 1.617 acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas. **(d) PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R$ 29.313 (R$ 26.727 em 31 de dezembro de 2022) acerca de compensações não homologadas realizadas nos períodos entre 2008, 2012 a 2017, em razão de supostas divergências nas declarações e R$ 215.860 referente a discussão da tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Ainda, em relação à operação da Companhia, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R$ 69.891 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 33.393 em 31 de dezembro de 2022) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais). **(e) IOF -** Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R$ 8.781 (R$ 8.072 em 31 de dezembro de 2022), do período de 2014 e 2015. **(f) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R$ 3.127 (R$ 2.880 em 31 de dezembro de 2022). Discute-se ainda o montante de R$ 141.290 (R$ 93.088 em 31 de dezembro de 2022), referentes à compensações não homologadas e multa, relativos a créditos de verbas previdenciárias de 2013 a 2022. **(g) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedidos de compensação, entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 6.225 (R$ 7.391 em 31 de dezembro de 2022). ***Processos estaduais:*** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados, acima mencionados, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 17% (19,4% em 31 de dezembro de 2022) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos para cobrança de Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), cujos débitos estão garantidos através de depósitos judiciais em ações ativas e de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 342.573 (R$ 359.364 em 31 de dezembro de 2022), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia, considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. ***Processos municipais:*** A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 329 (R$ 318 em 31 de dezembro de 2022), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os períodos de 2014 a 2016.

15. INVESTIMENTOS

15.1 Política contábil: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. ***(i) Combinações de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação. ***(ii) Controladas:*** As controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. ***(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** As coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre partes relacionadas intercompanhia, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intercompanhia, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***(v) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:*** - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; - Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e - Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

15.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Lione Comércio	5.457	3.055
Fitdance	6.012	13.236
Fisia	1.483.597	1.332.891
Total	**1.495.066**	**1.349.182**

	31/12/2023			
Conciliação de valor Contábil	Participação no PL	Ágio/ mais-valia	Lucro intercompany	Saldo em 31/12/2023
Lione Comércio	5.457	–	–	5.457
Fitdance	(3.591)	9.603	–	6.012
Fisia	1.556.168	(27.750)	(44.821)	1.483.597
Total	**1.558.034**	**(18.147)**	**(44.821)**	**1.495.066**

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas:

	31/12/2023								
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro intercompany	Lucro (Prejuízo)	Equivalência
Lione Comércio	100%	109.710	104.254	5.456	–	5.457	–	582	582
Fitdance	100%	10.124	13.715	(3.591)	–	(3.591)	–	(7.941)	(7.941)
Fisia	100%	4.002.866	2.446.698	1.556.168	(44.821)	1.511.347	(44.821)	267.328	222.507
Total		**4.122.700**	**2.564.667**	**1.558.033**	**(44.821)**	**1.513.213**	**(44.821)**	**259.969**	**215.148**

	31/12/2023							
Movimento	Saldo em 01/01/2023	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Juros sobre capital próprio	Contribuição de capital	Amortização PPA	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
Lione Comércio	3.055	1.820	–	–	–	–	582	5.457
Fitdance	13.236	1.000	–	–	–	(283)	(7.941)	6.012
Fisia	1.332.891	–	(11.801)	(57.964)	2.422	(4.458)	222.507	1.483.597
Total	**1.349.182**	**2.820**	**(11.801)**	**(57.964)**	**2.422**	**(4.741)**	**215.148**	**1.495.066**

	31/12/2022						
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Equivalência
Lione Comércio	100%	104.180	101.125	3.055	3.055	(9.501)	(9.501)
Fitdance	100%	5.010	1.660	3.350	3.350	(3.787)	(3.787)
Fisia	100%	3.481.471	2.124.616	1.356.855	1.356.855	65.148	65.148
Total		**3.590.661**	**2.227.401**	**1.363.260**	**1.363.260**	**51.860**	**51.860**

	31/12/2022							
Movimento	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Amortização PPA	Juros sobre capital próprio	Equivalência	Saldo em 31/12/2022
Lione Comércio	12.556	–	–	–	–	–	(9.501)	3.055
Fitdance	–	9.886	7.000	–	137	–	(3.787)	13.236
Fisia	–	1.342.710	–	18.001	(118)	(92.850)	65.148	1.332.891
Total	**12.556**	**1.352.596**	**7.000**	**18.001**	**19**	**(92.850)**	**51.860**	**1.349.182**

16. IMOBILIZADO

16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas da Companhia são as seguintes:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Durante o exercício de 2023, a vida útil estimada de certos itens do ativo imobilizado da Companhia, foi reavaliada, tomando como base laudo de reavaliação de vida útil, contratado com empresa independente e especializada. O efeito líquido da mudança de estimativa contábil com impacto no exercício corrente é de uma diminuição na despesa de depreciação de R$ 14.999. Assumindo que tais ativos serão mantidos até o final de suas vidas úteis estimadas, a despesa de depreciação dos anos seguintes em relação a esses ativos será diminuída (acrescida) pelos seguintes montantes:

	Consolidado
2024	(14.966)
2025	(12.923)
2026	(9.847)
2027	(7.098)
2028	1.654
2029	10.222
2030	15.930
2031	13.252
2032	8.874

Impairment: Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

16.2 Composição

	Controladora				
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	176.632	(131.343)	45.289	53.691
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	59.641	(43.310)	16.331	15.592
Móveis e utensílios	8	217.736	(112.534)	105.202	112.622
Veículos	20	135	(135)	–	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	738.041	(517.087)	220.954	227.020
Imobilizado em andamento	(a)	–	–	–	3.541
Total		**1.192.185**	**(804.409)**	**387.776**	**412.466**

	Consolidado				
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	220.575	(158.042)	62.533	66.815
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	70.963	(46.790)	24.173	18.846
Móveis e utensílios	8	307.967	(145.192)	162.775	138.267
Veículos	20	135	(135)	–	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	918.627	(583.606)	335.021	305.910
Imobilizado em andamento	(a)	173	–	173	18.342
Total		**1.518.440**	**(933.765)**	**584.675**	**548.180**

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	**168.568**	3.062	(722)	5.724	**176.632**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**58.530**	214	(2.549)	3.446	**59.641**
Móveis e utensílios	**214.345**	188	(3.455)	6.658	**217.736**
Veículos	**135**	–	–	–	**135**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**729.378**	1.263	(16.790)	24.190	**738.041**
Imobilizado em andamento (a)	**3.541**	36.477	–	(40.018)	–
Custo do imobilizado	**1.174.497**	**41.204**	**(23.516)**	**–**	**1.192.185**
Computadores e periféricos	**(114.877)**	(17.167)	701	–	**(131.343)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(42.938)**	(2.851)	2.479	–	**(43.310)**
Móveis e utensílios	**(101.723)**	(13.989)	3.178	–	**(112.534)**
Veículos	**(135)**	–	–	–	**(135)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(502.358)**	(31.128)	16.399	–	**(517.087)**
Depreciação	**(762.031)**	**(65.135)**	**22.757**	**–**	**(804.409)**
Total do imobilizado líquido	**412.466**	**(23.931)**	**(759)**	**–**	**387.776**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	**204.939**	3.174	(792)	13.254	**220.575**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**64.714**	441	(2.586)	8.394	**70.963**
Móveis e utensílios	**268.472**	257	(4.087)	43.325	**307.967**
Veículos	**135**	–	–	–	**135**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**864.862**	1.800	(17.671)	69.636	**918.627**
Imobilizado em andamento (a)	**18.342**	116.440	–	(134.609)	**173**
Custo do imobilizado	**1.421.464**	**122.112**	**(25.136)**	**–**	**1.518.440**
Computadores e periféricos	**(138.124)**	(20.686)	768	–	**(158.042)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(45.868)**	(3.438)	2.516	–	**(46.790)**
Móveis e utensílios	**(130.205)**	(18.450)	3.463	–	**(145.192)**
Veículos	**(135)**	–	–	–	**(135)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(558.952)**	(41.934)	17.280	–	**(583.606)**
Depreciação	**(873.284)**	**(84.508)**	**24.027**	**–**	**(933.765)**
Total do imobilizado líquido	**548.180**	**37.604**	**(1.109)**	**–**	**584.675**

(a) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de novas lojas, lojas que estão sendo reformadas e abertura do novo centro de distribuição Fisia. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis à medida que as obras se encerram e as lojas/CD são inaugurados.

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	**150.084**	15.300	(469)	3.653	**168.568**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**56.155**	2.294	(369)	450	**58.530**
Móveis e utensílios	**197.824**	8.655	(3.425)	11.291	**214.345**
Veículos	**135**	–	–	–	**135**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**686.346**	21.080	(8.229)	30.181	**729.378**
Imobilizado em andamento (a)	**–**	49.116	–	(45.575)	**3.541**
Custo do imobilizado	**1.090.544**	**96.445**	**(12.492)**	**–**	**1.174.497**
Computadores e periféricos	**(99.876)**	(15.316)	315	–	**(114.877)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(40.648)**	(3.146)	856	–	**(42.938)**
Móveis e utensílios	**(88.374)**	(16.217)	2.868	–	**(101.723)**
Veículos	**(135)**	–	–	–	**(135)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(469.513)**	(38.699)	5.854	–	**(502.358)**
Depreciação	**(698.546)**	**(73.378)**	**9.893**	**–**	**(762.031)**
Total do imobilizado líquido	**391.998**	**23.067**	**(2.599)**	**–**	**412.466**

	Consolidado					
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição Fitdance	Aquisição controle Fisia	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	**150.084**	15.655	(468)	12.616	50	27.002	**204.939**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**56.155**	2.423	(376)	2.580	65	3.867	**64.714**
Móveis e utensílios	**197.824**	8.706	(3.426)	25.479	3	39.886	**268.472**
Veículos	**135**	–	–	–	–	–	**135**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**686.346**	23.125	(8.344)	68.559	–	95.176	**864.862**
Imobilizado em andamento	–	93.473	–	(109.234)	–	34.103	**18.342**
Custo do imobilizado	**1.090.544**	**143.382**	**(12.614)**	**–**	**118**	**200.034**	**1.421.464**
Computadores e periféricos	**(99.876)**	(15.338)	289	–	–	(23.199)	**(138.124)**
Máquinas, equipamentos e ferramentas	**(40.648)**	(8.209)	5.884	–	–	(2.895)	**(45.868)**
Móveis e utensílios	**(88.374)**	(15.928)	2.868	–	–	(28.771)	**(130.205)**
Veículos	**(135)**	–	–	–	–	–	**(135)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(469.513)**	(38.298)	5.854	–	–	(56.995)	**(558.952)**
Depreciação	**(698.546)**	**(77.773)**	**14.895**	**–**	**–**	**(111.860)**	**(873.284)**
Total do imobilizado líquido	**391.998**	**65.609**	**2.281**	**–**	**118**	**88.174**	**548.180**

17. INTANGÍVEL

17.1 Política contábil: Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação seja transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente em 30 de setembro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC ou grupo de UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **Marcas e patentes:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Físia. Com esta aquisição, a Companhia celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Fundo de comércio:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos
Marcas direito e patente	10 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

17.2 Composição

	Controladora				
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de comércio	Conforme contrato	13.805	(12.028)	1.777	2.926
Softwares	20	536.841	(285.934)	250.907	247.835
Marcas e patentes	10	43	(43)	–	–
Software em andamento	–	82	–	82	171
		550.771	**(298.005)**	**252.766**	**250.932**

	Consolidado				
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(12.667)	5.587	7.301
Softwares	20	624.914	(300.643)	324.271	267.270
Marcas e patentes	10	2.039	(43)	1.996	1.996
Software em andamento	–	82	–	82	471
Contrato de distribuição	10	164.821	(50.820)	114.001	130.483
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	–	6.689	–	6.689	6.689
Carteira de clientes	–	2.016	(705)	1.311	1.714
		818.815	**(364.878)**	**453.937**	**415.924**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	**14.053**	–	(248)	–	**13.805**
Softwares	**468.219**	2.364	(21.002)	87.260	**536.841**
Marcas e patentes	**43**	–	–	–	**43**
Software em andamento	**171**	87.171	–	(87.260)	**82**
Custo do intangível	**482.486**	**89.535**	**(21.250)**	**–**	**550.771**
Fundo de comércio	**(11.127)**	(1.149)	248	–	**(12.028)**
Softwares	**(220.384)**	(68.351)	2.801	–	**(285.934)**
Marcas e patentes	**(43)**	–	–	–	**(43)**
Amortização	**(231.554)**	**(69.500)**	**3.049**	**–**	**(298.005)**
Total do intangível líquido	**250.932**	**20.035**	**(18.201)**	**–**	**252.766**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	**18.502**	–	(248)	–	**18.254**
Software	**496.650**	6.197	(2.802)	124.869	**624.914**
Marcas direito e patente	**2.039**	–	–	–	**2.039**
Software em andamento	**471**	124.480	–	(124.869)	**82**
Contrato de distribuição	**164.821**	–	–	–	**164.821**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**6.689**	–	–	–	**6.689**
Carteira de clientes	**2.016**	–	–	–	**2.016**
Custo do intangível	**691.188**	**130.677**	**(3.050)**	**–**	**818.815**
Fundo de comércio	**(11.201)**	(1.714)	248	–	**(12.667)**
Software	**(229.380)**	(74.064)	2.801	–	**(300.643)**
Marcas direito e patente	**(43)**	–	–	–	**(43)**
Contrato de distribuição	**(34.338)**	(16.482)	–	–	**(50.820)**
Carteira de clientes	**(302)**	(403)	–	–	**(705)**
Amortização	**(275.264)**	**(92.663)**	**3.049**	**–**	**(364.878)**
Total do intangível líquido	**415.924**	**38.014**	**(1)**	**–**	**453.937**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	**16.058**	–	(2.005)	**14.053**
Softwares	**354.702**	113.519	(2)	**468.219**
Marcas e patentes	**43**	–	–	**43**
Software em andamento	**–**	171	–	**171**
Custo do intangível	**370.803**	**113.690**	**(2.007)**	**482.486**
Fundo de comércio	**(11.984)**	(1.149)	2.006	**(11.127)**
Softwares	**(164.314)**	(56.071)	1	**(220.384)**
Marcas e patentes	**(43)**	–	–	**(43)**
Amortização	**(176.341)**	**(57.220)**	**2.007**	**(231.554)**
Total do intangível líquido	**194.462**	**56.470**	**–**	**250.932**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	Aquisição FitDance	Aquisição controle Fisia	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	**16.058**	–	(2.006)	1.200	–	3.250	**18.502**
Software	**354.702**	126.230	(2)	3.505	1.153	11.062	**496.650**
Marcas direito e patente	**43**	–	–	–	1.996	–	**2.039**
Software em andamento	**–**	1.473	–	(4.705)	–	3.703	**471**
Contrato de distribuição	**–**	–	–	–	–	164.821	**164.821**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**–**	–	(3)	–	6.692	–	**6.689**
Carteira de clientes	**–**	–	–	–	2.016	–	**2.016**
Custo do intangível	**370.803**	**127.703**	**(2.011)**	**–**	**11.857**	**182.836**	**691.188**
Fundo de comércio	**(11.984)**	(1.169)	2.006	–	–	(54)	**(11.201)**
Software	**(164.314)**	(56.428)	2	–	–	(8.640)	**(229.380)**
Marcas direito e patente	**(43)**	–	–	–	–	–	**(43)**
Contrato de distribuição	**–**	(1.374)	–	–	–	(32.964)	**(34.338)**
Carteira de clientes	**–**	(302)	–	–	–	–	**(302)**
Amortização	**(176.341)**	**(59.273)**	**2.008**	**–**	**–**	**(41.658)**	**(275.264)**
Total do intangível líquido	**194.462**	**68.430**	**(3)**	**–**	**11.857**	**141.178**	**415.924**

Composição do ágio: O ágio identificado nas aquisições, é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs); Segue um resumo da alocação do ágio por nível de UGC:

	31/12/2023
Fitdance	6.689
Total	**6.689**

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

18.1 Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. ***Como arrendatário:*** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma

continua→★

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2023

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: – pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; – pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; – valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e – o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. ***Pagamentos de arrendamentos variáveis:*** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. ***Opções de prorrogação e extinção:*** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **18.2 Composição:** A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos	Controladora	Consolidado
Centros de distribuição	4	5
Edifícios administrativos	2	4
Lojas	221	248
Total	**227**	**257**

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2023	**1.293.390**	**1.397.320**
(+) Novos contratos e remensuração	80.449	205.274
(–) Depreciação	(192.323)	(224.597)
(–) Baixas de contratos	(59.252)	(59.252)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.122.264**	**1.318.745**

A movimentação do ativo de direito de uso, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2022	**1.260.620**	**1.260.620**
(+) Novos contratos e remensuração	198.835	198.592
(–) Depreciação	(166.065)	(166.640)
Aquisição de controle Fisia	–	104.748
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.293.390**	**1.397.320**

b. Arrendamentos a pagar: A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1° janeiro de 2023	**1.489.084**	**1.603.956**
(+) Novos contratos e remensuração	80.449	205.274
(+) Apropriação juros incorridos	115.179	131.813
(–) Pagamentos	(267.234)	(304.543)
(–) Descontos obtidos	(2.259)	(2.259)
(–) Baixas de contratos	(66.690)	(66.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.348.529**	**1.567.551**
Circulante	**146.692**	**172.827**
Não circulante	**1.201.837**	**1.394.724**

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1° janeiro de 2022	**1.416.102**	**1.416.102**
(+) Novos contratos e remensuração	198.834	198.591
(+) Apropriação juros incorridos	122.894	123.004
(–) Pagamentos	(238.653)	(239.582)
(–) Descontos obtidos	(10.093)	(10.093)
Aquisição de controle Fisia	–	115.934
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.489.084**	**1.603.956**
Circulante	**236.942**	**269.173**
Não circulante	**1.252.142**	**1.334.783**

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	146.692	172.827
Entre 1 e 5 anos	634.390	776.127
Mais de 5 anos	567.447	618.597
Companhia como arrendatário	**1.348.529**	**1.567.551**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	236.942	269.173
Entre 1 e 5 anos	643.036	862.491
Mais de 5 anos	609.106	472.292
Companhia como arrendatário	**1.489.084**	**1.603.956**

c. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 126.004 (R$ 59.394 em 31 de dezembro de 2022) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 31 - despesas de ocupação e descontos sobre arrendamento. **d. Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

Controladora	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	146.692	164.165	160.003	164.586	713.083
Fluxo com projeção de inflação	153.250	170.568	165.603	170.346	738.042
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	1.122.264	904.061	736.813	587.686	534.578
Fluxo com projeção de inflação	1.172.429	939.319	762.602	608.255	553.288
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	115.179	102.818	88.358	74.376	100.097
Fluxo com projeção de inflação	120.327	106.827	91.451	76.979	103.600
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	192.323	179.231	163.842	149.333	437.534
Fluxo com projeção de inflação	200.920	186.221	169.577	154.559	452.848
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**

Consolidado	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	172.827	193.923	192.634	197.700	810.467
Fluxo com projeção de inflação	180.552	201.486	199.376	204.619	838.509
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	1.318.745	1.073.631	874.976	694.443	611.806
Fluxo com projeção de inflação	1.377.694	1.115.502	905.601	718.748	633.219
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	131.813	120.715	103.866	87.308	112.824
Fluxo com projeção de inflação	137.703	125.423	107.502	90.365	116.773
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	224.597	211.749	195.249	180.303	506.847
Fluxo com projeção de inflação	234.635	220.007	202.083	186.619	524.586
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**

19. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO

19.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **19.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias para revenda	482.475	481.797	955.202	1.182.080
Fornecedores de materiais de consumo	90.681	131.424	130.612	226.180
Subtotal	**573.156**	**613.221**	**1.085.814**	**1.408.260**
Fornecedores de mercadorias - partes relacionadas (nota 25)	394.475	1.779.718	211.556	1.571.528
Subtotal	**967.631**	**2.392.939**	**1.297.370**	**2.979.788**
Operações de "risco sacado"	62.596	138.171	62.596	138.171
Subtotal	**62.596**	**138.171**	**62.596**	**138.171**
Total	**1.030.227**	**2.531.110**	**1.359.966**	**3.117.959**

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

20.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

20.2 Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Capital de giro	1.129	77.043	24.404	77.232
Financiamento de bens	4.306	8.850	4.306	8.850
Empréstimos e financiamentos	**5.435**	**85.893**	**28.710**	**86.082**
Debêntures	188.672	191.836	595.294	191.836
Total passivo circulante	**194.107**	**277.729**	**624.004**	**277.918**
Passivo não circulante				
Capital de giro	184	77.727	172.048	77.808
Financiamento de bens	396	4.188	396	4.188
Empréstimos e financiamentos	**580**	**81.915**	**172.444**	**81.996**
Debêntures	598.604	773.647	801.052	773.647
Total passivo não circulante	**599.184**	**855.562**	**973.496**	**855.643**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**793.291**	**1.133.291**	**1.597.500**	**1.133.561**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

Controladora	01/01/2023	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	31/12/2023
Capital de giro	**154.770**	–	(154.537)	(20.321)	20.224	1.177	**1.313**
Financiamento de bens	**13.038**	–	(8.303)	(2.509)	2.406	70	**4.702**
Empréstimos e financiamentos	**167.808**	–	**(162.840)**	**(22.830)**	**22.630**	**1.247**	**6.015**
Debêntures	**965.483**	–	(176.666)	(132.939)	128.934	2.464	**787.276**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.133.291**	–	**(339.506)**	**(155.769)**	**151.564**	**3.711**	**793.291**

Consolidado	01/01/2023	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	31/12/2023
Capital de giro (a)	**155.040**	194.248	(154.784)	(31.490)	31.598	1.839	**196.451**
Financiamento de bens	**13.038**	–	(8.303)	(2.509)	2.405	71	**4.702**
Empréstimos e financiamentos	**168.078**	**194.248**	**(163.087)**	**(33.999)**	**34.003**	**1.910**	**201.153**
Debêntures (a)	**965.483**	586.848	(176.666)	(170.013)	184.664	6.031	**1.396.347**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.133.561**	**781.096**	**(339.753)**	**(204.012)**	**218.667**	**7.941**	**1.597.500**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Controladora	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	31/12/2022
Capital de giro	**276.185**	–	(122.135)	(33.657)	32.746	1.631	**154.770**
Financiamento de bens	**18.808**	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	–	**13.038**
Empréstimos e financiamentos	**294.993**	**2.536**	**(130.440)**	**(36.206)**	**35.294**	**1.631**	**167.808**
Debêntures	**528.785**	496.133	(76.667)	(109.648)	124.052	2.828	**965.483**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**823.778**	**498.669**	**(207.107)**	**(145.854)**	**159.346**	**4.459**	**1.133.291**

Consolidado	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Aquisição Fitdance	31/12/2022
Capital de giro	**276.185**	–	(122.296)	(33.679)	32.799	1.631	400	**155.040**
Financiamento de bens	**18.808**	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	–	–	**13.038**
Empréstimos e financiamentos	**294.993**	**2.536**	**(130.601)**	**(36.228)**	**35.347**	**1.631**	**400**	**168.078**
Debêntures	**528.785**	496.133	(76.667)	(109.648)	124.052	2.828	–	**965.483**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**823.778**	**498.669**	**(207.268)**	**(145.876)**	**159.399**	**4.459**	**400**	**1.133.561**

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 60,94% (75,48% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em CDI + 2,14% a.a em 2023 (1,47% em 31 de dezembro de 2022).

Termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são os seguintes:

Controladora - 2023	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro	R$	105% CDI a.a.	4.519	1.129	184
Financiamento de bens	R$	100% CDI + 5,79% a.a. a 100% CDI + 7,31% a.a.	20.161	4.306	396
Empréstimos e financiamentos			**24.680**	**5.435**	**580**
Debêntures	R$	100% CDI + 2,45% anual	1.030.000	188.672	598.604
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			**1.054.680**	**194.107**	**599.184**

Consolidado - 2023	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R$	105% CDI a.a. - 100% CDI + 4,29% a.a.	205.119	24.404	172.048
Financiamento de bens	R$	100% CDI + 5,79% a.a. a 100% CDI + 7,31% a.a.	20.161	4.306	396
Empréstimos e financiamentos			**225.280**	**28.710**	**172.444**
Debêntures	R$	100% CDI + 2,25 % a.a.	1.624.000	595.294	801.052
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			**1.849.280**	**624.004**	**973.496**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 60,94% (75,48% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 14,04% em 31 de dezembro de 2023 (14,87% em 31 de dezembro de 2022). **Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas informações financeiras. Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/ EBITDA). A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a proporção da dívida líquida em relação EBITDA foi de 0,77x (em 31 de dezembro de 2022 - 0,4x). **Resumo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme vencimento:**

Controladora	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	1.129	184	–	–	1.313
Financiamento de bens	4.306	396	–	–	4.702
Empréstimos e financiamentos	**5.435**	**580**	–	–	**6.015**
Debêntures	188.672	265.797	166.246	166.561	787.276
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**194.107**	**266.377**	**166.246**	**166.561**	**793.291**

Consolidado	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	24.404	48.662	48.979	74.406	196.451
Financiamento de bens	4.306	396	–	–	4.702
Empréstimos e financiamentos	**28.710**	**49.058**	**48.979**	**74.406**	**201.153**
Debêntures	595.294	389.894	244.596	166.563	1.396.347
Total	**624.004**	**438.952**	**293.575**	**240.969**	**1.597.500**

(a) Captações ocorridas durante o ano: Em 15 de março 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 320.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 1,60% ao ano e pagamento do principal em uma única parcela, em 27 de março de 2024, e o pagamento dos juros no período de 6 em 6 meses, iniciado em setembro de 2023 e março de 2024. Em 05 de maio 2023, com o mesmo propósito, o Grupo contratou com instituição financeira a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, para colocação privada no valor total de R$ 100.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondente a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização do seu principal em parcelas mensais iniciadas em maio de 2024, e o pagamento mensal dos juros no período de junho de 2023 até maio de 2026. Em 25 de maio 2023, com o mesmo propósito e característica, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 2ª emissão de debêntures simples, no valor total de R$ 74.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização mensal do seu principal em parcelas mensais de iniciadas em julho de 2024, tendo seu vencimento final em junho de 2026, e o pagamento mensal dos juros no período de julho de 2023 até junho de 2026. Em 14 de julho de 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia por meio da sua controlada Fisia contratou com o Banco do Brasil S.A. a distribuição da 1ª emissão de cédula de crédito bancário, no valor total de R$ 200.000 com o primeiro pagamento em julho de 2024 e o último vencimento em julho de 2026. Em 24 de julho de 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia por meio de sua controlada Fisia, contratou com o banco Votorantim S.A. a distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 100.000 com prazo de vencimento de 24 de julho de 2026. O custo de captação dos contratos mencionados acima é de R$ 12.905. **Contrato de prestação de garantia:** Em 10 de maio de 2023, a Companhia celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A. contrato de prestação de garantia no montante de USD 28.500 que conta com a Grupo SBF S.A., controladora indireta da Companhia, como devedora solidária ("Contrato de Garantia"), No âmbito do Contrato de Garantia incide comissão de 0,9% ao ano. O Contrato de Garantia deverá ser pago em uma parcela única com vencimento em 7 de maio de 2024.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS	5.007	9.787	5.053	11.140
COFINS	23.081	–	23.291	31
ICMS	94.109	66.305	304.960	174.026
ISS	1.996	1.051	3.357	2.094
IRRF	10.852	183	12.848	784
IPI	131	–	180	221
Outros	2.465	918	3.250	1.109
Passivo circulante	**137.641**	**78.244**	**352.939**	**189.405**

22. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos de tributos Estaduais	12.679	16.405	12.753	16.621
Parcelamentos de tributos Federais	2.754	18.886	80.846	92.987
Total impostos parcelados	**15.433**	**35.291**	**93.599**	**109.608**
Passivo circulante	**7.253**	**23.632**	**29.203**	**44.327**
Passivo não circulante	**8.180**	**11.659**	**64.396**	**65.281**

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	**109.608**	**146.808**
Adesão dos impostos Estaduais	6.138	1.192
Adesão dos impostos Federais	–	131
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	8.082	5.130
Parcelas pagas	(30.229)	(43.653)
Saldo em 31 de dezembro	**93.599**	**109.608**

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

23.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

23.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de férias	58.022	58.413	68.945	66.040
Provisões para participação nos lucros	42.682	56.296	48.346	71.563
Salários a pagar	21.033	22.581	24.269	24.792
Obrigações com pessoal a pagar	1.255	1.450	1.647	1.557
Contribuições a recolher	54	149	73	212
Pensão alimentícia	79	109	94	133
Obrigações trabalhistas	**123.125**	**138.998**	**143.374**	**164.297**
INSS a recolher	15.739	16.898	18.076	18.683
FGTS a recolher	4.072	5.157	4.864	5.726
INSS retido a recolher	1.550	1.105	2.280	1.837
Obrigações previdenciárias	**21.361**	**23.160**	**25.220**	**26.246**
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	**144.486**	**162.158**	**168.594**	**190.543**

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

24.1 Política contábil: Dividendos: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **Juros sobre capital próprio:** O juros sobre capital próprio é realizado com base na aprovação da administração da Companhia, em reunião junto ao Conselho de Administração, o qual, a distribuição a seus acionistas é calculada com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). **a) Dividendos a pagar - Consolidado:** Em 31 de dezembro de 2023, foram apurados R$ 52.000 de dividendos a pagar . Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	129.060	40.170
(–) Reserva legal - 5%	(6.453)	(2.008)
(–) Reserva incentivos fiscais	(20.363)	(38.162)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**102.244**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	25.561	–

A movimentação dos dividendos à pagar, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	**235.756**	**–**
Dividendos propostos ao Grupo SBF - 2022	–	202.924
Dividendos intermediários ao Grupo SBF - 2022	–	239.283
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(88.236)	(206.451)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2023	25.561	–
Saldo em 31 de dezembro	**173.081**	**235.756**

b) Juros sobre capital próprio - Controladora: A partir de 01 de dezembro de 2022 a Fisia passou a ser controlada pela SBF Comércio, por meio de cessão das quotas do Grupo SBF. Após a mudança de controle, a Fisia deliberou juros sobre capital próprio a pagar para sua controladora SBF Comércio com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023. O saldo a pagar está demonstrado abaixo:

Juros sobre capital próprio	
Juros sobre capital próprio aprovado em 28/12/2022	92.849
IRRF sobre JCP	(13.927)
Recebimento de juros sobre capital próprio	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.922**
Recebimento de juros sobre capital próprio	(75.922)
Juros sobre capital próprio aprovado em 31/03/2023	17.093
IRRF sobre JCP	(2.564)
Recebimento de juros sobre capital próprio	(14.529)
Juros sobre capital próprio aprovado em 10/08/2023	40.871
IRRF sobre JCP	(6.131)
Recebimento de juros sobre capital próprio	(34.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de venda de mercadorias e fretes** - As empresas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil e abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo SBF. Essa operação está suportada por um contrato assinado, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há um contrato de operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado. **Aluguéis** - A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a empresa VBLOG, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados. A controlada VBLOG, que atua como operadora logística, efetua uma operação de sublocação para as empresas SBF Comércio e Fisia do armazém localizado em Extrema - MG, local que realiza parte da operações em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras. **Rateio administrativo** - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas. **Serviços audiovisuais** - A controlada FitDance e as partes relacionadas Network e NeoTV possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. **Marketplace** - A Companhia SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas da controlada Fisia (distribuição de produtos Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrado sobre cada transação de produto vendido. **Mútuos** - Os mútuos referem-se às transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente. **25.2 Composição: Controladora:** Os valores de contas a receber da Nota 7 e fornecedores da Nota 19, referente às operações descritas acima, estão discriminados no quadro a seguir:

	Contas a receber		Fornecedores	
Controladora	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Premier	285.598	1.660.271	183.748	1.551.508
Vblog Logística	9.683	26.059	26.376	20.020
Grupo SBF S.A.	10	–	–	–
Fisia	38.817	35.019	184.351	208.190
Network	–	112	–	–
Total	**334.108**	**1.721.461**	**394.475**	**1.779.718**

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente entre empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, estão apresentados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas - outras contas a pagar				
Grupo SBF S.A.	3.362	–	14.780	30.485
VBLOG	–	14.175	–	16.564
Fitdance	–	–	–	367
Fisia	–	–	35.421	–
Total	**3.362**	**14.175**	**50.201**	**47.416**

Adiantamento a fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Premier	4.200	6.610
VBLOG	16.358	–
Total	**20.558**	**6.610**

Transações comerciais: A SBF Comércio realiza operações com as empresas pertencentes ao mesmo Grupo econômico, sendo: **Operações compra e venda de mercadorias -** As empresas SBF Comércio e Premier efetuam operações de compra e venda entre si, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A Companhia aplica a margem com valor de mercado na operação de venda. Em relação ao valor apresentado abaixo com a rubrica de custo de mercadoria vendida, a mesma inclui o custo das vendas, bem como a margem recebida na venda da contraparte. **Operações de frete -** A empresa VBLOG Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e, também, efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete para as demais empresas do Grupo. Esta operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF Comércio e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. **Serviços audiovisuais -** A controlada FitDance possui contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. **Compras de mercadorias -** A Companhia também efetua operações de compra com a empresa Fisia Comércio. Estas transações seguem o padrão de abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro. **Aluguéis -** A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas VBLOG Logística e Store Engenharia, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados. **Rateio administrativo -** A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora, VBLOG Logística, Lione Comércio de Artigos Esportivos, Fisia Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercício. **Locação -** A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema - MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo - SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM. O montante reconhecido decorrente desta operação de locação foi de R$ 25.200 (R$ 23.897 em 31 dezembro de 2022). Os resultados gerados nas demonstrações de resultado da Companhia entre as empresas do mesmo grupo econômico estão demonstrados abaixo:

continua→★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2023

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	Transações comerciais	
	31/12/2023	31/12/2022
Venda de mercadorias - Premier	2.486.780	2.581.558
Custo de mercadoria vendida - Premier	(2.432.025)	(2.412.150)
Fretes e logística - VBLOG	(79.066)	(74.947)
Total	**(24.311)**	**94.461**

	Rateio administrativo	
	31/12/2023	31/12/2022
Grupo SBF	(6.229)	–
Fisia	127.473	75.500
Premier	16.120	565
VBLOG	33.071	37.050
Lione	–	1
Pine	–	1
Total	**170.435**	**113.117**

	Despesas com aluguéis	
	31/12/2023	31/12/2022
VBLOG	40	38
SBF Comércio	25.200	23.897
Total	**25.240**	**23.935**

Transações eliminadas na consolidação

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	7.955	35.019	182.405	208.190
Fisia	182.405	209.243	7.955	36.072
Fitdance	–	268	–	268
Total	**190.360**	**244.530**	**190.360**	**244.530**

	Transações comerciais	
	31/12/2023	31/12/2022
Venda de mercadorias - Fisia	450.516	26.841
Custo de mercadoria vendida - Fisia	(320.550)	(23.173)
Total	**129.966**	**3.668**

	Comissão marketplace	
	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	29.927	5.045
Total	**29.927**	**5.045**

	Serviços audiovisual	
	31/12/2023	31/12/2022
Fitdance	2.060	246
Network	4.395	2.055
NeoTv	3.075	1.904
Total	**9.530**	**4.205**

	Serviços logísticos	
	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	24.186	3.292
Total	**24.186**	**3.292**

a. Remuneração ao pessoal-chave da Administração: A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e pró labore	4.597	4.695	8.895	4.695
Participação nos lucros	1.235	3.707	2.465	3.707
Total	**5.832**	**8.402**	**11.360**	**8.402**

b. Mútuo a receber - Controladora: Os mútuos a receber referem-se às transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Saldo em 1º de janeiro de 2022	**–**
Captação de mútuos	275.800
Juros incorridos	6.103
Pagamentos principal e juros	(55.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**226.403**
Captação de mútuos	28.000
Juros incorridos	6.399
Pagamento de principal	(249.933)
Pagamento de juros	(10.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de marketing e comunicação	8.856	14.225	23.233	32.082
Proviões para serviços de terceiros	–	–	17.077	33.786
Provisões logísticas	7.346	10.341	34.988	17.706
Provisões benefícios a empregados	5.126	9.059	5.964	10.528
Utilidades e serviços	11.069	3.719	12.780	9.039
Provisões gerais	11.048	9.034	17.066	11.269
Outras obrigações	2.175	1.742	2.251	1.738
Total	**45.620**	**48.120**	**113.359**	**116.148**

27. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínios e royalties	–	–	10.603	10.081
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	–	3.469	108.864	139.269
Adiantamento de clientes	28.377	61.671	28.608	88.745
Cartão presente	10.860	20.085	10.860	20.457
Receita diferida	71	–	1.668	171
Total	**39.308**	**85.225**	**160.603**	**258.723**
Passivo circulante	**39.308**	**85.225**	**69.092**	**151.472**
Passivo não circulante	**–**	**–**	**91.511**	**107.251**

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a. Capital social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 2.229.971 dividido em 2.194.630.161 ações ordinárias sem valor nominal e em dezembro de 2022 era R$ 2.229.971 dividido em 2.194.630.161 ações ordinárias sem valor nominal. O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	
Acionista	**Quantidade**	**%**
Grupo SBF S.A.	2.194.630.161	100%
Total	**2.194.630.161**	**100%**

b. Lucro por ação - Consolidado: ***Básico:*** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. ***Diluído:*** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerário básico/diluído - Controladora		
Lucro líquido do exercício	129.060	40.170
Média ponderada de ações	4.809.278	2.105.909
Resultado básico por ação - R$	**0,03**	**0,02**
Lucro líquido do exercício	129.060	40.170
Média ponderada de ações	4.809.278	2.105.909
Resultado diluído por ação - R$	**0,03**	**0,02**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os lucros diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **d. Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu R$ 50.244 de reserva e zero em 31 de dezembro de 2022.

e. Reserva de incentivos fiscais	31/12/2023	31/12/2022
Benefício fiscal - Crédito presumido de ICMS	201.766	201.766
Benefício fiscal - Redução de base de cálculo de ICMS exercício de 2023	20.363	–
Total de reserva de incentivos fiscais	**222.129**	**201.766**

A Companhia e sua controlada Fisia se beneficiam de incentivos fiscais sobre impostos estaduais (ICMS) de crédito presumido, decorrentes dos centros de distribuição estabelecidos nos Estado de Minas Gerais e Paraíba, e de redução de base de cálculo, decorrentes das operações ocorridas com varejistas no Estado de São Paulo. A Lei Complementar nº 160/2017 e a Lei nº 12.973/2014 permitem que a Companhia e sua controlada excluam da base do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, desde que constituida reserva de incentivos fiscais, o montante do lucro líquido tributável relacionado aos incentivos fiscais estaduais. Até junho de 2023 antes do julgamento pelo STJ a Companhia e sua controlada, somente excluíam da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido os incentivos fiscais de crédito presumido. Até a data do julgamento o montante de reserva relacionado ao benefício de crédito presumido de ICMS totalizava R$ 201.766. Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a controlada Fisia passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 a Fisia reconheceu o montante de R$ 20.363 referente ao benefício do ano de 2023, bem como montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R$ 199.830.

29. RECEITAS LÍQUIDAS

29.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. **Venda de mercadorias:** A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados à comercialização de produtos esportivos, bem como vendas na forma de atacado originária do centro de distribuição de produtos esportivos para Companhias do mesmo grupo econômico. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens forem transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorrem na realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato. **Subvenção governamental:** a Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico. No 4° trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS. A partir de 1° de julho de 2021, a controlada Fisia efetuou a migração das operações da plataforma digital da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS. Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, a Companhia reconheceu o incentivo fiscal dessas operações em sua controlada Fisia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 somaram o montante de R$ 301.561, dos quais R$ 281.198 correspondem ao incentivo fiscal de crédito presumido e R$ 20.363 incentivo fiscal de redução de base (R$ 165.023 no exercício de 31 de dezembro de 2022 de crédito presumido).

29.2 Composição

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Transações com terceiros	Transações inter-company - Premier	Total	Transações com terceiros	Transações inter-company - Premier	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	4.173.275	2.965.949	7.139.224	4.187.397	3.042.153	7.229.550
Prestação de serviços	104.119	–	104.119	56.885	–	56.885
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(998.145)	(508.976)	(1.507.121)	(981.844)	(529.441)	(1.511.285)
ICMS - Incentivo fiscal	158.242	–	158.242	159.152	–	159.152
Prestação de serviços	(10.999)	–	(10.999)	(6.591)	–	(6.591)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(57.003)	–	(57.003)	(24.913)	–	(24.913)
Receitas líquidas	**3.369.489**	**2.456.973**	**5.826.462**	**3.390.086**	**2.512.712**	**5.902.798**

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Transações com terceiros	Transações inter-company - Premier	Total	Transações com terceiros	Transações inter-company - Premier	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	8.900.567	2.965.949	11.866.516	4.590.092	3.007.993	7.598.085
Prestação de serviços	63.684	–	63.684	59.484	–	59.484
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(2.076.734)	(508.976)	(2.585.710)	(1.074.879)	(522.415)	(1.597.294)
ICMS - Incentivo fiscal	301.561	–	301.561	165.023	–	165.023
Prestação de serviços	(12.207)	–	(12.207)	(6.591)		(6.591)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(256.486)	–	(256.486)	(33.613)	–	(33.613)
Receitas líquidas	**6.920.385**	**2.456.973**	**9.377.358**	**3.699.516**	**2.485.578**	**6.185.094**

Receita do mercado de atacado: As vendas em atacado são destinadas à empresa Premier Distribuidora, e referem-se à operações de venda entre as empresas da controladora Grupo SBF S.A., conforme Nota 25. **Receita do mercado de varejo e plataforma digital:** A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado e plataforma digital está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Varejo (lojas físicas)	3.267.363	2.903.628	4.615.259	2.359.764
Atacado terceiros	–	–	1.325.180	–
Plataforma digital	905.912	1.283.769	2.960.128	2.230.328
Receita bruta venda de mercadorias - Transações com terceiros	**4.173.275**	**4.187.397**	**8.900.567**	**4.590.092**

Região Geográfica: Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Sudeste	2.182.403	2.200.285	5.534.587	2.491.446
Nordeste	752.369	770.274	1.044.304	799.000
Sul	663.909	643.588	1.401.164	697.419
Centro - oeste	356.539	362.126	631.461	387.186
Norte	218.055	211.124	289.051	215.041
Receita bruta de vendas - Transações com terceiros	**4.173.275**	**4.187.397**	**8.900.567**	**4.590.092**

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1º Trimestre	681.458	678.666	1.535.111	678.666
2º Trimestre	782.014	763.088	1.505.485	764.894
3º Trimestre	862.447	855.145	1.769.414	857.546
4º Trimestre	1.043.570	1.093.187	2.110.375	1.398.410
Receita líquida de vendas	**3.369.489**	**3.390.086**	**6.920.385**	**3.699.516**

Em 1º de dezembro de 2022, foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta do Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio. O aumento das receitas no exercício de 2023 deve-se a consolidação das operações das controladas da Companhia.

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

30.1 Política contábil: Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

30.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo da revenda de mercadorias	(1.734.203)	(1.790.981)	(2.980.150)	(1.905.328)
Custo da revenda atacado - Mercado externo	–	–	(711.730)	(17.452)
Custo dos serviços prestados	–	–	(6.084)	(2.761)
Custo de fretes e logística	(181)	(99)	(946)	(255)
Subtotal	**(1.734.384)**	**(1.791.080)**	**(3.698.910)**	**(1.925.796)**
Custo da revenda - Intercompany Premier	(2.487.136)	(2.412.150)	(2.487.136)	(2.412.150)
Custo de fretes e logística - Grupo	(42.138)	(72.969)	(42.750)	(72.969)
Subtotal	**(2.529.274)**	**(2.485.119)**	**(2.529.886)**	**(2.485.119)**
Total	**(4.263.658)**	**(4.276.199)**	**(6.228.796)**	**(4.410.915)**

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
Despesas com vendas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(494.449)	(514.126)	(626.091)	(523.479)
Depreciação e amortização	(60.997)	(72.799)	(80.621)	(74.044)
Depreciação de direito de uso	(151.261)	(145.529)	(178.108)	(145.922)
Publicidade e propaganda	(117.227)	(144.227)	(506.700)	(193.118)
Utilidades e serviços	(114.294)	(127.345)	(215.655)	(135.992)
Serviços de terceiros	(67.548)	(53.712)	(349.005)	(66.125)
Comissão de cartão	(68.859)	(66.270)	(109.362)	(72.383)
Ocupação	(81.038)	(62.358)	(123.472)	(65.438)
(–) Descontos sobre arrendamentos	2.259	8.436	2.259	8.436
Contencioso	3.300	5.349	3.505	6.008
Outras despesas	(40.375)	(63.266)	(66.365)	(69.541)
Total	**(1.190.489)**	**(1.235.847)**	**(2.249.615)**	**(1.331.598)**

	Controladora		Consolidado	
Despesas administrativas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(60.429)	(93.278)	(146.170)	(102.390)
Depreciação e amortização	(71.106)	(59.318)	(95.340)	(59.423)
Depreciação de direito de uso	(16.534)	(19.914)	(18.899)	(19.914)
Publicidade e propaganda	(8.857)	(11.688)	(11.464)	(13.457)
Utilidades e serviços	(26.166)	(39.757)	(80.110)	(44.442)
Serviços de terceiros	(25.170)	(43.260)	(47.465)	(49.039)
Ocupação	(1.156)	(1.990)	(4.791)	(4.049)
(–) Descontos sobre arrendamentos	–	1.657	–	1.657
Contencioso	(5.214)	18.606	(14.872)	14.106
Outras despesas	(6.864)	(16.973)	(16.594)	(18.286)
Total	**(221.496)**	**(265.915)**	**(435.705)**	**(295.237)**

Em 1º de dezembro de 2022, foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta do Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio. O aumento das despesas no exercício de 2023 deve-se a consolidação das operações das controladas da Companhia.

32. RESULTADO FINANCEIRO

32.1 Política contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

32.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Atualização monetária de impostos	27.167	49.709	31.328	50.741
Atualização monetária de depósitos judiciais	8.636	6.593	31.432	14.088
Receitas de aplicações financeiras	7.641	25.451	16.417	25.770
Juros sobre operações de mútuo	6.399	6.103	–	6.103
Variação cambial ativa	1.283	768	157.983	6.971
Descontos obtidos	619	43	689	43
Juros e multas recebidos	4	5	2.338	159
Outras receitas financeiras	2.603	2.111	2.450	2.077
Receitas financeiras	**54.352**	**90.783**	**242.637**	**105.952**

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre debêntures	(128.934)	(124.052)	(184.664)	(124.053)
Juros de arrendamento mercantil	(115.179)	(118.931)	(131.813)	(119.042)
Juros sobre empréstimos	(22.630)	(35.294)	(34.003)	(35.348)
Juros sobre contencioso	(12.344)	(3.146)	(34.100)	(4.725)
Juros sobre capital próprio	–	(8.589)	–	(8.589)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(3.846)	(1.068)	(8.082)	(4.779)
Tarifas e taxas bancárias	(2.540)	(5.061)	(9.620)	(3.957)
Juros sobre operações de vendas de recebíveis	(2.501)	(177)	(16.669)	(419)
Juros sobre pagamentos em atraso	(2.457)	(656)	(2.928)	(689)
Juros sobre atraso de impostos	(1.307)	(10.670)	(1.722)	(10.671)
Juros sobre contratos de mútuos	(910)	–	(903)	(2.016)
Variação cambial passiva	(470)	(2.108)	(146.188)	358
Impostos sobre operações financeiras	302	(861)	(1.163)	(1.020)
Outras despesas financeiras	(9.014)	(5.416)	(13.382)	(5.415)
Despesas financeiras	**(301.830)**	**(316.029)**	**(585.237)**	**(320.365)**
Despesas financeiras líquidas	**(247.478)**	**(225.246)**	**(342.600)**	**(214.413)**

Em 1º de dezembro de 2022, foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta do Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio. O aumento das despesas no exercício de 2023 deve-se a consolidação das operações das controladas da Companhia.

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pela Companhia como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC - 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da Fitdance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

34. COBERTURA DE SEGUROS - não auditado

A Companhia mantém apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Transportes	Transportes nacionais	R$ 13.576.022
Transportes	Transportes internacionais	US$ 81.270
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 31.680
Responsabilidade civel	Directors & Officers	R$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 646.288

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei n°14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. A Companhia está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano.

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Ana Mota - CRC 1SP328009/O-1

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre os informativos financeiros da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 15 de março de 2024

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

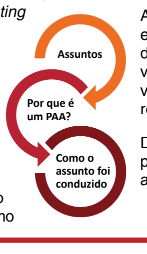
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PORQUE É UM PAA	COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 4(c) e 13.2)	
A Companhia e sua controlada Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R$ 574.252 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 13. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2023

→ continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

PORQUE É UM PAA	COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA
Provisão e passivos contingentes tributários (Nota 14.2 (c))	
A Companhia e sua controlada são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R$ 507.547 mil, em 31 de dezembro de 2023. A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação. Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores em discussão, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador - CRC 1SP188307/O-0

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35300551362
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração de 12/03/2024
(Retificação e Ratificação das deliberações tomadas na Ata de RCA realizada em 26/02/2024)

Realizada em 12/03/2024, às 9h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. José Augusto Pereira Aragão – Presidente; e Sr. Fernando Pereira Aragão – Secretário. **Deliberações:** Os membros do conselho de administração, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva: 5.1 Retificam a deliberação tomada no subitem "5.1" da ata da RCA, de forma a incluir dentre as características das Debêntures a opção da Emissora de aumentar a quantidade das Debêntures originalmente ofertadas em até 40% , ou seja, em até 200.000 Debêntures, equivalentes a até R$ 200.000.000,00, de forma que a poderão ser distribuídas até 700.000 Debêntures, equivalentes a até R$ 700.000.000,00, no âmbito da Emissão, nos termos do artigo 50, § único, da Resolução CVM 160, de acordo com a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido). Diante de tal retificação, os termos da deliberação "5.1" ata da RCA passarão a vigorar da seguinte forma: *"5.1. Aprovam, nos termos da alínea "e" do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, a Emissão e a Oferta, nos termos da Resolução CVM 160, com as seguintes e principais características, que estão descritas detalhadamente no "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, pelo Rito de Registro Automático, da Armac Locação, Logística e Serviços S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), conforme artigo 59, § 1º, da Lei das S.A. **(i) Número da Emissão**: As Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Companhia; **(ii) Valor Total da Emissão**: O valor total da Emissão é de, inicialmente, R$ 500.000.000,00, na Data de Emissão, observada a possibilidade do exercício total ou parcial da Opção de Lote Adicional (conforme abaixo definido), conforme a demanda apurada após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), de forma que o valor total da Emissão poderá ser aumentado em até R$ 200.000.000,00, totalizando até R$ 700.000.000,00 ("Valor Total da Emissão"); **(iii) Quantidade de Debêntures Emitidas**: Serão emitidas, inicialmente, 500.000 Debêntures, em série única, observada a possibilidade da Emissora de aumentar, total ou parcialmente, a quantidade das Debêntures inicialmente ofertadas, em função do exercício, total ou parcial, da Opção de Lote Adicional, conforme a demanda apurada após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, nos termos da Escritura de Emissão ("Debêntures"); **(iv) Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00, na data de primeira integralização ("Valor Nominal Unitário"); **(v) Séries**: A Emissão será realizada em série única;* (vi) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: *As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista (conforme abaixo definido), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(vii) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**: As Debêntures serão depositadas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. –, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(viii) Conversibilidade**: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora; **(ix) Espécie**: As Debêntures serão da espécie quirografária; **(x) Data de Emissão**: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será a data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(xi) Data de Início da Rentabilidade**: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data de primeira integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade" e "Primeira Data de Integralização", respectivamente); **(xii) Prazo e Data de Vencimento**: Observado o disposto na Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 8 de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), e/ou de Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo), com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão; **(xiii) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, e/ou de Aquisição Facultativa, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, devidas nas datas previstas na Escritura de Emissão, de acordo com as datas indicadas na 2ª coluna da tabela prevista na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela prevista na Escritura de Emissão; **(xiv) Atualização Monetária**: O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente ("Valor Nominal Unitário das Debêntures"); **(xv) Remuneração das Debêntures**: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios em percentual, a ser definido em Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), correspondentes à variação acumulada de 100,00% das taxas médias diárias dos DI, "over extra-grupo", na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um spread limitado a 1,925% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Spread"), calculados sob o regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (conforme definida abaixo), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A remuneração será calculada de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão ("Remuneração"); **(xvi) Procedimento de Bookbuilding**: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), a ser organizado pelos Coordenadores (conforme definido abaixo), com o acompanhamento da Emissora, para a definição (i) da taxa final da Remuneração das Debêntures; e (ii) da quantidade e volume das Debêntures, considerando o eventual exercício, total ou parcial, da Opção de Lote Adicional. O resultado do Procedimento de Bookbuilding será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à Primeira Data de Integralização, sem a necessidade de aprovação societária adicional da Emissora ou realização de assembleia geral de Debenturistas para a celebração do referido aditamento, o qual deverá ser registrado na JUCESP conforme disposto na Escritura de Emissão; **(xvii) Lote Adicional das Debêntures**: A Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, tem a opção de aumentar, total ou parcialmente, a quantidade das Debêntures inicialmente ofertadas, em até 40% , ou seja, em até 200.000 Debêntures, equivalentes a até R$ 200.000.000,00, observado o § único do artigo 50 da Resolução CVM 160 ("Opção de Lote Adicional"). As Debêntures eventualmente emitidas no âmbito da Opção de Lote Adicional terão as mesmas características das Debêntures inicialmente ofertadas e passarão a integrar o conceito de "Debêntures" observado que, se emitidas, serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação pelos Coordenadores; **(xviii) Desmembramento**: Não será admitido o desmembramento da Remuneração, do Valor Nominal Unitário e/ou dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, de modo a segregar o fluxo de pagamento da Remuneração e/ou da Amortização do Valor Nominal Unitário, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das S.A.; **(xix) Pagamento da Remuneração**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, e/ou de Aquisição Facultativa, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, sendo que os pagamentos serão devidos nas datas previstas na Escritura de Emissão, e o último pagamento será realizado na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos operacionais da B3, considerando a custódia eletrônica das Debêntures na B3, de acordo com a tabela prevista na Escritura de Emissão; **(xx) Repactuação**: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(xxi) Resgate Antecipado Facultativo Total**: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da data prevista na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor de Resgate") será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis a partir da Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (sendo a soma dos valores previstos no item (i) acima e neste item (ii) o ("Valor Base de Resgate") e (iii) do prêmio ao ano, incidente sobre o Valor Base de Resgate multiplicado pelo prazo remanescente decorrido entre a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debêntures (observado o disposto na Escritura de Emissão), conforme fórmula constante da Escritura de Emissão ("Valor de Prêmio de Resgate"); **(xxii) Amortização Extraordinária**: A Emissora poderá, a partir da data prevista na Escritura de Emissão, inclusive, promover amortizações parciais extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures, limitada a 98% do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures ("Amortização Extraordinária"), a seu exclusivo critério, mediante prévia comunicação escrita com, no mínimo, 5 Dias Úteis de antecedência em relação à data da pretendida Amortização Extraordinária parcial. A Amortização Extraordinária das Debêntures será realizada mediante o pagamento da (a) parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, calculado pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária (exclusive), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário; e (c) de prêmio ao ano, pro rata temporis, base 252 Dias Úteis, conforme indicado na fórmula prevista na Escritura de Emissão, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures na data da efetiva Amortização Extraordinária, incidente sobre o montante objeto da Amortização Extraordinária; **(xxiii) Oferta de Resgate Antecipado**: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas (sendo vedada oferta de resgate antecipado parcial), sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada na forma prevista na Escritura de Emissão; **(xxiv) Aquisição Facultativa**: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das S.A., desde que observe o previsto na Resolução da CVM nº 77, de 29/03/2002, conforme alterada, bem como as demais regras expedidas pela CVM ("Aquisição Facultativa"), devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com o previsto na Escritura de Emissão poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; **(xxv) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador (conforme abaixo definido), para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(xxvi) Destinação dos Recursos**: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta, inclusive aqueles eventualmente obtidos no âmbito do exercício da Opção de Lote Adicional, serão destinados, no curso normal dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, para reforço de caixa e capital de giro da Emissora; **(xxvii) Forma e Procedimento de Colocação**: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime misto de colocação, sendo adotado o regime de garantia firme de colocação para o montante inicial das Debêntures e o regime de melhores esforços de colocação para a Opção de Lote Adicional, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador Líder"), e destinadas exclusivamente à subscrição por Investidores Profissionais, observados os termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Armac Locação, Logística e Serviços S.A." ("Contrato de Distribuição"); **(xxviii) Público-alvo**: A Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Profissionais; **(xxix) Preço de Subscrição e Forma de Integralização**: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada pro rata temporis a partir da Data de Início da Rentabilidade, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de início da rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicada de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma data; **(xxx) Agente Fiduciário**: O agente fiduciário a ser contratado como representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade RJ/RJ CNPJ 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"); **(xxxi) Classificação de Risco da Emissão**: A Emissora deverá contratar e manter contratada, até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, como agência de classificação de risco a Fitch Ratings Brasil Ltda., CNPJ 01.813.375/0001-33 ("Fitch"), ou a Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda., CNPJ 02.295.585/0001-40 ("S&P"), ou a Moody's América Latina Ltda., CNPJ 02.101.919/0001-05 ("Moody's" e, em conjunto com a Fitch e a S&P, "Agência de Classificação de Risco") para a classificação de risco de crédito ("Rating" ou "Credit Assessment") da Emissão, bem como para atualização uma vez a cada ano-calendário do relatório de Rating ou Credit Assessment durante o prazo de vigência das Debêntures; **(xxxii) Vencimento Antecipado e Obrigações**: As hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures constarão da Escritura de Emissão das Debêntures; **(xxxiii) Encargos Moratórios**: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00%; e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **(xxxiv) Prorrogação dos Prazos**: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo; e **(xxxv) Demais Condições**: Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão."* 5.2. Ratificam todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da presente ordem do dia, bem como todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da ordem do dia das deliberações tomadas na ata da RCA. Barueri/SP, 12/03/2024. **Mesa**: Sr. José Augusto Pereira Aragão – Presidente; e Sr. Fernando Pereira Aragão – Secretário.

EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇAS DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO.

43ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO. **EDITAL** de 1ª e 2ª Praças de Leilão Judicial Eletrônico do bem abaixo descrito, bem como para intimação da Executada **Noschese Teixeira Ltda.**, CNPJ nº 64.019.110/0001-88, na pessoa de seu representante legal; dos interessados **Prefeitura Municipal de São Paulo**, CNPJ nº 46.395.000/0001-39, na pessoa de seu representante legal; **Ocupante do imóvel** e demais interessados, extraído dos autos da Execução de título extrajudicial (despesas condominiais), processo nº 1040262-97.2022.8.26.0100, que tramita perante a 43ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP, requerida por **Condomínio Edifício Júlia**, CNPJ nº 08.104.458/0001-00, na pessoa de seu representante legal. O **Dr. Paulo Rogério Santos Pinheiro**, MMº Juiz de Direito, na forma da Lei, **faz saber** a todos, através do sistema Gestor de Alienação Eletrônica, **PRÓ-JUD LEILÕES**, hospedado no endereço eletrônico www.projudleiloes.com.br e sob condução do **Leiloeiro Público Oficial, Sr. Carlos Campanhã, inscrito na JUCESP sob nº 1.053**, levará a público Leilão Judicial, o bem a seguir descrito: **Bem:** APARTAMENTO Nº 82, LOCALIZADO NO 8º ANDAR DO EDIFÍCIO JÚLIA, SITUADO NA RUA PEDROSO ALVARENGA Nº 271, NO 28º SUBDISTRITO – JARDIM PAULISTA, possui a área privativa de 122,50m², a área comum de 115,522m², perfazendo a área total de 238,022m², cabendo-lhe o direito ao uso de 03 vagas de garagem, indeterminadas, independentemente de tamanho, sujeitas ao uso de manobrista e localizadas indistintamente em qualquer dos subsolos, correspondendo-lhe a fração ideal de 2,81988% no terreno e nas demais partes e coisas comuns do condomínio. **Matrícula**: nº 171.503 do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **Contribuinte Municipal** SQL nº 016.080.1782-6 (Av. 1). **Ônus/Gravames ativos**: Consta na AV. 3, PENHORA EXEQUENDA. **Débito de IPTU**: R$ 145.724,36, inscritos em dívida ativa; R$ 12.208,86, relativos ao exercício de 2023; e, R$ 2.002,64, relativos ao exercício de 2024, totalizando R$ 159.935,86, atualizados para março/2024. **Avaliação: R$ 2.342.143,75 (dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), atualizada até fevereiro/2024** e que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Avaliação original:** R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), realizada em maio/2023. **Débito da Ação:** R$ 11.862,94 (onze mil, oitocentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos), atualizado até abril de 2022 e que será atualizado até a data do leilão. **Recursos**: Não constam nos autos recursos pendentes de julgamento. **Situação:** Ocupado. **Da Praça eletrônica:** A 1ª praça terá início no dia **22 de abril de 2024 às 12:00hs** e se estenderá por 03 (três) dias, encerrando-se no dia **25 de abril de 2024 às 12:00hs**. Não havendo oferta de lances, seguir-se-á, sem interrupção, a 2ª praça, que se encerrará no dia **15 de maio de 2024 às 12:00hs**. **Do Valor Mínimo:** Na 1ª praça, o valor mínimo para a venda do bem praceado será o valor da avaliação judicial que será atualizado pela tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo até a data do início da hasta pública. Na 2ª praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação atualizado. **Informações:** Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através de e-mail: contato@projudleiloes.com.br ou ainda pelo telefone nº 11-2892-8648 e via whatsApp/ celular nº 98366-4084. **Intimações**: Ficam intimados os Executados e as demais pessoas descritas no início do presente Edital. **Dr. Paulo Rogério Santos Pinheiro -** Juiz de Direito

Oxiquima Produtos Químicos Ltda.

CNPJ: 44.012.250/0001-17 - NIRE: 3520220389-1
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2024

Aos 11/03/2024, às 10h00 na sede da sociedade "**Oxiquima Produtos Químicos Ltda.**" legalmente estabelecida à Rua La Paz, 212, Santo Amaro, CEP 04755-020, São Paulo/SP, reuniram-se os sócios que representam a totalidade do capital social, dispensadas as formalidades conforme determinação da Lei 10.406 de 2002 §3º do art. 1.152, a saber: **Patrick Schurt Weinketz**, brasileiro, empresário, RG 45.007.336-1 e CPF 749.450.251-34 residente e domiciliado à Rua Laplace, 181, Ap. 101, Brooklin Paulista, CEP 04622-000, São Paulo/SP; e **Mark Alexander Schurt Weinketz**, brasileiro, cirurgião dentista, RG 27.164.359-6 e CPF 277.338.988-38, residente e domiciliado à R. Prof. Henrique Neves Lefevre, 434, Brooklin Paulista, CEP 04637-001, São Paulo/SP. Que convidou para secretariá-los a Sra. Camila Silva Santos, brasileira, Assistente Jurídico, endereço comercial a Rua Verbo Divino, 527, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-001, São Paulo/SP, RG 49.267.484-X e CFP 411.593.208-29, em seguida foi lida a pauta do dia para deliberarem o que segue: **I. Redução do Capital social da sociedade: Deliberação:** O capital social que é de R$ 1.425.000,00, divididos em 1.425.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma totalmente subscrito e integralizado, será reduzido para o valor de R$ 60.000,00, dividido em 60.000,00 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma totalmente subscrito e integralizado; a) A justificativa da redução do capital social se dá, devido a restituição do imóvel sendo 1 prédio, localizada na R. La Paz, 212, Santo Amaro, 29º Subdistrito Santo Amaro, distante 37,50m do prédio nº 144 da R. João Ramalho; medindo 22,50m de frente, por 45,60m da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos igual metragem da frente, confrontando do lado esquerdo de quem da rua olha para o terrenos com propriedade de Ney Mendes Torres, do lado direito com terreno de José Teixeira, e nos fundos com propriedade de João Palopollo, Espólio de Adão Helfstein e Arthur Pires. Imóvel devidamente cadastrado na Prefeitura de São Paulo sob nº 087.055.0050-8 e registrado no 11º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo no Livro nº 2, Matrícula nº 332.898, Ficha 001, no valor de R$ 1.365.000,00. Conforme averbação Av.2/332.898, a R. João Ramalho, denomina-se atualmente R. La Paz. b) O capital social, é demonstrado por seu valor parcialmente subscrito e integralizado em bem imóvel, sendo assim o valor que representa o imóvel descrito acima no item "a" é restituído ao sócio **Patrick Schurt Weinketz**, o valor que representa sua parte ideal de R$ R$ 1.365.000,00; **II.** Diante das alterações acima mencionadas, o capital social que é de R$ 60.000,00, divididos em 60.000 quotas, no valor nominal de R$1,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, ficando assim distribuídos: **Sócio:** Patrick Schurt Weinketz, **Quotas:** 30.000, **Percentual:** 50, **Capital:** R$ 30.000,00. **Sócio:** Mark Alexander Schurt Weinketz, **Quotas:** 30.000, **Percentual:** 50%, **Capital:** R$ 30.000,00. **Total:** 60.000, **Percentual:** 100%, **Capital:** R$ 60.000,00. A presente deliberação é nos termos do art. 1.082, II, Lei 10.406/2002. Não havendo mais assunto a serem deliberados, a reunião foi encerrada e lavrada e presente Ata. Patrick Schurt Winketz; Mark Alexander Schurt Weinketz. Camila Silva Santos - Secretária.

Cyrela Sul 004 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 20.710.647/0001-14 - NIRE 35230340830
Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.02.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 10.073.680,00 **para** R$ 5.073.680,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

"FASPAR S/A. - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES"

CNPJ (MF) Nº 01.590.442/0001-06 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas desta companhia, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no próximo dia 15 de Abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social à Rua 12 de Outubro, nº 650, sala "FASPAR", Vila Santana, na Cidade e Município de Valinhos, SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, inclusive suas Notas Explicativas, correspondentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, comparativo aos valores correspondentes às Demonstrações Contábeis do exercício anterior; **(b)** Destinação do Resultado Líquido do exercício e ratificação da distribuição de dividendos; **(c)** Eleição e/ou reeleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo biênio 2024/2026, indicados como representantes de cada Grupo Familiar de Acionistas, bem como deliberar sobre a nomeação do Presidente e Vice-Presidente para o referido biênio; **(d)** Deliberar sobre a fixação e/ou ratificação dos honorários do Conselho de Administração e da Diretoria; **(e)** Outros assuntos de interesse social.

Valinhos, SP, 14 de março de 2024.
AS) MAIRA TRIVELLATO
Presidente do Conselho de Administração

Processo 0016260-47.2010.8.26.0053 (053.10.016260-9) - Procedimento Comum Cível - Água e/ou Esgoto - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP - RT16 Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. - FAZ SABER a todos que virem ou dele conhecimento tiverem e interessar, que por sentença datada de 04.11.2020, extraído dos autos da Ação de Instituição de Servidão de Passagem com Pedido de Liminar de Imissão Provisória na Posse, pelo Procedimento Comum, requerida pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP contra RT16 Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda, CNPJ 14.476.153/0001-14, foi declarado de utilidade pública a área de 347,89m², parte do imóvel localizado na Rua Joaquim Lapas Veiga, 1.401, Bairro do Rio Pequeno, São Paulo/SP, objeto da matrícula nº 17.839 do 18º CRI/SP, por ser necessária para implantação de rede coletora de esgoto da bacia P1, relativa ao córrego Jaguará, sendo fixado como valor da indenização a importância de R$ 77.900,00 (janeiro/2014). E, para levantamento dos depósitos efetuados e/ou a serem depositados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 09 de novembro de 2023. - ADV: HELIO BOBROW (OAB 47749/SP), EVZEN CHADARNIEK DEMIDOV MORAES DA SILVA TOQUETON (OAB 408257/SP). N - 16 e 19

Edital de Citação, expedido nos autos da Ação de Reintegração de Posse, pelo procedimento Comum, requerida por Manuela Patrimonial Ltda, com prazo de 20 dias Processo 1081039-90.2023.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Galvão Medina, Juiz de Direito da 9ª Vara do Foro Central Cível, na forma da lei, Faz Saber a Adriana Lima Mateus dos Santos, CPF 074.134.934-54; Rosinete Ferreira da Silva, CPF 031.228.364-40; Denilton Davi Machado Duarte, CPF 065.194.135-00; Jacinete de Fátima Campos, CPF 289.140.528-50 e Harlen Araújo dos Santos; Regiane dos Santos Guimarães; Luzia dos Santos; Samanta Pereira Maciel; Katia Darlene Tavares; Nevson Soares Ferreira; Milene Tavares Coelho; Priscila Alves Teixeira; Sheila Cristina Araújo; Denise Martins; Cristiane Paloma Gonçalves; Josefa Barros da Silva, cujas qualificações não foram informadas, bem como todos os demais terceiros incertos, indeterminados, não identificados, invasores da área devidamente identificados na inicial, que por parte de Manuela Patrimonial Ltda, lhes foi ajuizada uma Ação de Reintegração de Posse, pelo procedimento comum, relativa a um prédio, situado na rua José Bonifácio, nº 110, no Centro desta Capital invadida pelos réus. Nestas condições, ajuizada a presente ação, foi requerida a reintegração na posse do imóvel, condenando-se os réus em perdas e danos, custas e demais cominações de direito. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi determinada a citação por edital, para que os mesmos, no prazo de 15 dias, a fluir após o prazo de 20 dias supra, contestem a presente ação, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. N - 16 e 19

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF nº 09.367.702/0001-82 - NIRE nº 35300352858 - COMPANHIA FECHADA
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de fevereiro de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B Andar 4 - Parte, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Aprovar o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), mediante aporte em moeda corrente do País, mediante a emissão de 120.585.278 (cento e vinte milhões, quinhentas e oitenta e cinco mil, duzentas e setenta e oito) novas ações, ao preço de emissão de R$ 1,326861812 cada, sendo 60.292.639 (sessenta milhões, duzentas e noventa e duas mil seiscentas e trinta e nove) ações ordinárias, e 60.292.639 (sessenta milhões, duzentas e noventa e duas mil seiscentas e trinta e nove) ações preferenciais, cujo preço de emissão foi calculado com base no histórico de aumentos de capitais realizados pela Companhia, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 30 de junho de 2024 apenas por sua acionista CCR S.A., conforme boletim de subscrição anexo à presente ata (**ANEXO I**), mantendo 1 (uma) ação ordinária de titularidade de sua acionista Sociedade de Investimentos e Participações Ltda. ("SIP"); **(iii)** Consignar que, o capital social da Companhia passa de R$ 2.153.876.351,03 (dois bilhões, cento e cinquenta e três milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e três centavos) para R$ 2.313.876.351,03 (dois bilhões, trezentos e treze milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e três centavos) representado por ações 2.182.399.488 (dois bilhões cento e oitenta e dois milhões, trezentas e noventa e nove mil e quatrocentas e oitenta e oito) ações, sendo 1.091.199.744 (um bilhão, noventa e um milhões, cento e noventa e nove mil setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 1.091.199.744 (um bilhão, noventa e um milhões, cento e noventa e nove mil setecentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal." **(iv)** Em decorrência do deliberado acima, alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º O capital social é de R$ 2.313.876.351,03 (dois bilhões, trezentos e treze milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e três centavos), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 2.182.399.488 (dois bilhões cento e oitenta e dois milhões, trezentas e noventa e nove mil e quatrocentas e oitenta e oito) ações, sendo 1.091.199.744 (um bilhão, noventa e um milhões, cento e noventa e nove mil setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 1.091.199.744 (um bilhão, noventa e um milhões, cento e noventa e nove mil setecentas e quarenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal."* **(v)** Permanecer inalterados os demais dispositivos estatutários, não alterados nesta Assembleia; e **(vi)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada, conforme constante do **ANEXO II** da presente ata, tendo em vista uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, sendo dispensada a publicação integral. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 01 de fevereiro de 2024. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Fábio Russo Corrêa e por Waldo Edwin Pérez Leskovar; **(2) Sociedade de Investimentos e Participações Ltda.** por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa- Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 102.954/24-0 em 13.03.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES - CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº. 35300352858 - COMPANHIA FECHADA - **ANEXO I- ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 2024** - **BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO** - Boletim de Subscrição de 120.585.278 (cento e vinte milhões, quinhentas e oitenta e cinco mil, duzentas e setenta e oito) ações, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R$ 1,32686181, sendo 60.292.639 (sessenta milhões, duzentas e noventa e duas mil seiscentas e trinta e nove) ações ordinárias, e 60.292.639 (sessenta milhões, duzentas e noventa e duas mil seiscentas e trinta e nove) ações preferenciais, representativas do capital social da Companhia. **Subscritor: CCR S.A.** ("CCR"), sociedade por ações, com sede na Av. Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.846.056/0001-97 e no NIRE nº. 35.300.158.334, representada por seus Diretores, os Senhores: **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, norte americano, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro elétrico, portador do Registro Nacional de Estrangeiros RNE W616562-V, inscrito no CPF/MF sob o nº. 170.070.048-06; e **FÁBIO RUSSO CORRÊA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 16.830.417 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº. 014.930.467-64, ambos com endereço profissional na Av. Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **Assinaturas**: **Espécie de Ações Subscritas:** ON 60.292.639, PN 60.292.639, **Preço de Emissão das Ações - R$:** R$ 1,32686181, **Forma e Prazo para Integralização:** Em moeda corrente nacional até 30 de junho de 2024. **Total Espécie de Ações Subscritas: 120.585.278, Total Preço de Emissão das Ações - R$: R$160.000.000,00**. São Paulo/SP, 01 de fevereiro de 2024. *Fábio Russo Corrêa- Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.*



GRUPO SBF S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022



Divulgação de Resultados 4T23 & 2023

São Paulo, 18 de Março de 2024

O Grupo SBF S.A. (B3: SBFG3), divulga seus resultados do quarto trimestre de 2023. As informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.

SBFG
B3 LISTED NM

Videoconferência DE RESULTADOS
19 de Março de 2024
10h (Brasília)
09h (Nova Iorque)
13h (Londres)

DESTAQUES

> Alavancagem de **1,35x** em dez/23, vs 1,76X em dez/22 e 3,35x em jun/23.
> Receita Líquida de **R$ 2,1 Bilhões** no 4T23, crescimento de 7,4% no trimestre.
> Geração de Caixa Operacional de **R$ 950 Milhões** no 4T23, expansão de 130,1% vs 4T22.
> SG&A/ROL: Redução de **3,5 p.p.** vs o 4T22, encerrando o trimestre em 36,0%.
> EBITDA Ajustado (EX-IFRS) de **R$ 211,4 Milhões,** expansão de 31,7% em relação ao 4T22.
> Margem EBITDA Ajustada (EX-IFRS) DE 9,9% no 4T23 expansão de 1,8 p.p VS 4T22.
> Lucro Líquido Ajustado (EX-IFRS) no 4T23 de **R$ 141,3 Milhões,** expansão de 100,5% comparado ao 4T22.
> Margem Líquida Ajustada (EX-IFRS) de **6,6%,** crescimento de 3,0 p.p. vs 4T22.
> Inauguração de 14 novas lojas em 2023, totalizando 269 lojas no Brasil (225 Centauro e 44 Nike).

GRUPO SBF R$ MIL	4T23	2023
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	*9,9%*	*8,7%*
Efeitos contábeis de aquisição - Depreciação e Amortização	4.618	18.474
Resultado Financeiro sobre Créditos, Débitos e Provisões tributárias	3.028	1.980
Impacto dos efeitos não recorrentes no Imposto de Renda	–	12.847
Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido	**8.905**	**14.662**
Lucro Líquido	**127.181**	**168.812**
Lucro Líquido ajustado	**136.086**	**183.474**
Margem Líquida ajustada	*6,4%*	*2,6%*
Lucro Líquido (ex-IFRS)	**132.398**	**213.108**
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	**141.303**	**227.770**
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	6,6%	3,3%

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Executamos o nosso planejamento estratégico com êxito, encerrando o ano com uma dívida líquida/EBITDA de 1,35x. Este resultado representa uma importante melhora em comparação ao indicador de 3,35x vezes registrado em junho de 2023, principalmente devido a uma gestão de capital de giro mais eficiente, especialmente na frente de redução dos estoques. Em termos de dias de estoques, realizamos uma redução de 11,9% em relação a dezembro de 2022, e 25,2% em comparação com junho de 2023. A geração de caixa operacional alcançou R$950 milhões no quarto trimestre de 2023, a maior já registrada em um único trimestre.

Nossa receita bruta atingiu R$8,8 bilhões, incremento de R$928,9 milhões em relação a 2022 (+11,8%). Ao longo do ano, demos ênfase ao aumento da eficiência operacional através da diluição de despesas. O indicador de SG&A/ROL atingiu 36,4% no segundo semestre do ano, redução de 3,8 pontos percentuais, em comparação com o mesmo período de 2022. Por consequência, o EBITDA ajustado (ex-IFRS) alcançou R$606,9 milhões no ano, expansão de 29,4%, com margem de 8,7%, mesmo em um cenário mais promocional devido aos ajustes de estoque.

O lucro líquido ajustado (ex-IFRS) foi de R$227,8 milhões no ano, crescimento de 10,3%, e margem de 3,3%. No trimestre, a expansão foi de 100,5%, atingindo uma margem de 6,6%.

Em 2023, a Centauro priorizou o aumento da rentabilidade, ajustando as expectativas de receita e reduzindo custos de forma eficaz. Adicionalmente, revisamos o portfólio de lojas, encerrando operações deficitárias e expandindo a rentabilidade do canal.

A receita líquida da Centauro foi de R$3,5 bilhões no ano, retração de 1,2% vs 2022, dada a revisão da rentabilidade do canal digital. Desconsiderando o impacto positivo da Copa do Mundo nas vendas das lojas físicas em 2022, a receita líquida do canal teria expandido 9,3% no ano. Já a margem bruta atingiu 49,2% em 2023, expansão de 1,3 ponto percentual em relação a 2022. A expansão da margem reflete a estratégia de maximizar a rentabilidade do canal digital com a melhora do retorno sobre investimento (ROI), através da readequação das políticas de *markdowns*, do incentivo a modalidades de venda mais rentáveis, como o *click and collect*, e estratégias de *marketing* de performance mais assertivas. Dessa forma, o percentual de clientes que compram no canal digital e retiram os produtos em uma de nossas lojas físicas, contou com um aumento de 11,8 pontos percentuais ao longo do ano.

Na operação de Fisia, atingimos receita líquida de R$4,0 bilhões, crescimento de 26,1% em relação a 2022. A estratégia de redução de estoques foi bem sucedida, encerrando o ano com 181 dias, queda de 28,9% em comparação com o final de 2022, o qual estava em 234 dias. Mesmo com políticas mais agressivas de *markdowns*, a Fisia encerrou o ano com margem bruta de 41,6%, expansão de 1,0 ponto percentual em comparação com 2022.

Demos continuidade aos investimentos com foco nos canais DTC (*direct-to-consumer*), e nos últimos 18 meses, abrimos 23 lojas Nike, sendo 8 NDIS e 15 NVS. Dessa forma, as vendas DTC (considerando apenas 1P no digital) passaram de 42,7% em 2022 para 50,9% em 2023 (+8,2 p.p) fortalecendo a marca no país, e proporcionando uma melhor experiência aos consumidores. Este avanço concretiza a fase de investimentos na expansão dos canais DTC, possibilitando reestabelecer o crescimento da Fisia de forma equilibrada em todos os canais, incluindo os parceiros de *wholesale*.

Como destaque do digital, a Fisia lançou o aplicativo próprio da Nike no início de dezembro, o qual, em apenas um mês de operação, correspondeu a 50% das vendas na categoria 1P. Além disso, concluímos a migração da nossa operação logística para o centro de distribuição próprio localizado em Extrema (MG). Além da redução de despesas, os efeitos positivos desta migração já foram percebidos através de indicadores de NPS recordes na Black Friday e no Natal.

Ainda em 2023, a Nike foi vencedora de duas categorias do *Top Of Mind*, pesquisa da Folha de S.Paulo que visa elencar as marcas mais fortes do Brasil. Na categoria "Top do Top", a Nike avançou 8 pontos percentuais, atingindo sua melhor performance na pesquisa. Na categoria "Marcas que Representam o Brasil", a Nike ganhou mais de 3 pontos percentuais em comparação com 2022, alcançando a liderança desta categoria pela primeira vez.

No ano de 2024, as prioridades estratégicas do Grupo SBF estão direcionadas para um crescimento seguro e responsável, com objetivo de aumentar a rentabilidade através da retomada da margem bruta e da otimização do capital de giro, resultando em uma redução estrutural da alavancagem.

Na Centauro, concentraremos nossos esforços na expansão do lucro bruto por m² através da melhora da eficiência operacional das lojas e de uma precificação de produtos mais assertiva. No canal digital, esperamos a retomada do crescimento através de um sortimento cada vez mais alinhado às necessidades dos consumidores, complementado por uma curadoria de itens de *sellers* 3P, possibilitando assim que a Centauro tenha uma oferta completa em todas as modalidades esportivas. Além disso, continuaremos investindo em uma experiência *omnichannel* cada vez mais fluida para os nossos clientes, através da nossa rede de 225 lojas Centauro.

Em Fisia, a prioridade é retomar a rentabilidade por meio da redução de *markdowns*. Além disso, através da nossa expertise em varejo, também concentramos os esforços na redução estrutural da necessidade de capital de giro da operação. Dessa forma, por meio de uma melhor gestão de estoques, teremos preços mais assertivos que contribuirão para a saudabilidade do mercado em geral.

Estamos confiantes em relação à melhora da rentabilidade e redução da alavancagem, ancoradas no trabalho de eficiência realizado em 2023 e no planejamento seguro e responsável estruturado para 2024 e 2025. Nosso plano é trilhar um caminho que fortaleça não apenas nossa saúde financeira, mas também respeite e ultrapasse as expectativas de nossos stakeholders, assegurando uma base sólida para o crescimento sustentável e próspero da nossa empresa no longo prazo.

A Diretoria
GRUPO SBF

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS

CENTAURO R$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Receita Bruta[1]	**1.336.089**	**1.433.064**	**-6,8%**	**4.322.980**	**4.344.047**	**-0,5%**
Lojas Físicas	1.076.211	1.047.939	2,7%	3.430.113	3.195.245	7,4%
Plataforma Digital	259.878	385.125	-32,5%	892.867	1.148.802	-22,3%
Nº de Lojas - Centauro	**225**	**233**	**-3,4%**	**225**	**233**	**-3,4%**
Lojas Centauro G5	119	113	5,3%	119	113	5,3%
Área de Vendas - Centauro (m²)	**233.012**	**239.300**	**-2,6%**	**233.012**	**239.300**	**-2,6%**
Área Total G5 (m²)	147.563	140.636	4,9%	147.563	140.636	4,9%
FISIA R$ MIL	**4T23**	**4T22**	**Δ(%)**	**2023**	**2022**	**Δ(%)**
Receita Bruta[1]	**1.544.332**	**1.261.103**	**22,5%**	**5.101.804**	**4.088.657**	**24,8%**
Atacado	461.272	544.943	-15,4%	1.788.159	1.937.897	-7,7%
Plataforma Digital	623.132	429.681	45,0%	1.973.912	1.358.276	45,3%
Lojas Físicas	459.928	286.479	60,5%	1.339.733	792.485	69,1%
***Share vendas* DTC[2]**	**54,8%**	**46,4%**	**+8,4 p.p.**	**50,9%**	**42,7%**	**+8,2 p.p.**
Nº de Lojas - Nike Value	**36**	**27**	**33,3%**	**36**	**27**	**33,3%**
Área de Vendas - Nike Value (m²)	40.618	30.556	32,9%	40.618	30.556	32,9%
Nº de Lojas - Nike Direct Inline	**8**	**5**	**60,0%**	**8**	**5**	**60,0%**
Área de Vendas - Nike Direct Inline (m²)	4.969	3.144	58,0%	4.969	3.144	58,0%
GRUPO SBF R$ MIL	**4T23**	**4T22**	**Δ(%)**	**2023**	**2022**	**Δ(%)**
Receita Bruta[1] Total	**2.676.586**	**2.509.680**	**6,7%**	**8.784.749**	**7.855.839**	**11,8%**
Receita Bruta[1] Centauro	1.336.089	1.433.064	-6,8%	4.322.980	4.344.047	-0,5%
Receita Bruta[1] Fisia	1.544.332	1.261.103	22,5%	5.101.804	4.088.657	24,8%
(+) Eliminação intercompany	*-203.835*	*-184.487*		*-640.035*	*-576.866*	
Share de vendas no digital	33,0%	32,5%	+0,5 p.p.	32,6%	31,9%	+0,7 p.p.

SAME STORE SALES (SSS)

CENTAURO

	4T23	4T22	2023	2022
SSS total (lojas + digital)[3]	**-10,8%**	**7,4%**	**1,1%**	**17,4%**
SSS loja	1,1%	4,6%	6,9%	13,5%
GMV Digital (1P + 3P)[4]	-33,9%	14,4%	-14,9%	26,6%
GMV - share da venda total	*20,2%*	*29,0%*	*24,6%*	*29,3%*

FISIA

	4T23	4T22	2023	2022
SSS total (NVS + digital)[3]	**38,1%**	**37,6%**	**36,4%**	**52,4%**
SSS Nike *Value Store*	24,3%	-2,8%	19,8%	12,0%
GMV Digital	45,0%	76,7%	45,3%	87,7%

(1) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias;
(2) DTC considera receitas provenientes das lojas físicas e da modalidade 1P da plataforma digital;
(3) SSS (*Same Store Sales)* significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados.
(4) GMV ou *Gross Merchandise Value*: receita de venda de mercadorias, incluindo *marketplace*.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Os resultados **ajustados** desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com (ex-IFRS) desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

CONSOLIDADO R$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Receita Bruta	2.676.586	2.509.680	6,7%	8.784.749	7.855.839	11,8%
Receita Líquida	**2.130.141**	**1.983.093**	**7,4%**	**6.988.671**	**6.260.707**	**11,6%**
Lucro Bruto	**984.775**	**944.126**	**4,3%**	**3.314.671**	**2.940.932**	**12,7%**
Margem Bruta	46,2%	47,6%	-1,4 p.p	47,4%	47,0%	0,4 p.p
EBITDA	**290.673**	**272.851**	**6,5%**	**916.232**	**749.534**	**22,2%**
Margem EBITDA	13,6%	13,8%	-0,2 p.p	13,1%	12,0%	1,1 p.p
Lucro Líquido	**127.181**	**140.666**	**-9,6%**	**168.812**	**204.602**	**-17,5%**
Margem Líquida	6,0%	7,1%	-1,1 p.p	2,4%	3,3%	-0,9 p.p
Lucro Bruto ajustado	**979.241**	**944.126**	**3,7%**	**3.301.706**	**2.938.792**	**12,3%**
Margem Bruta ajustada	*46,0%*	*47,6%*	*-1,6 p.p*	*47,2%*	*46,9%*	*0,3 p.p*
EBITDA ajustado	**291.931**	**226.606**	**28,8%**	**897.593**	**727.804**	**23,3%**
Margem EBITDA ajustada	*13,7%*	*11,4%*	*2,3 p.p*	*12,8%*	*11,6%*	*1,2 p.p*
Lucro Líquido ajustado	**136.086**	**56.670**	**140,1%**	**183.474**	**157.420**	**16,6%**
Margem Líquida ajustada	*6,4%*	*2,9%*	*3,5 p.p*	*2,6%*	*2,5%*	*0,1 p.p*
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	**211.428**	**160.580**	**31,7%**	**606.944**	**468.936**	**29,4%**
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	*9,9%*	*8,1%*	*1,8 p.p*	*8,7%*	*7,5%*	*1,2 p.p*
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	**141.303**	**70.478**	**100,5%**	**227.770**	**206.493**	**10,3%**
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	*6,6%*	*3,6%*	*3,0 p.p*	*3,3%*	*3,3%*	*0,0 p.p*
POR UNIDADE DE NEGÓCIO R$ MIL	**4T23**	**4T22**	**Δ(%)**	**2023**	**2022**	**Δ(%)**
CENTAURO Receita Bruta[1]	1.336.089	1.433.064	-6,8%	4.322.980	4.344.047	-0,5%
Receita Líquida	**1.071.156**	**1.148.216**	**-6,7%**	**3.461.396**	**3.504.480**	**-1,2%**
Lucro Bruto	**512.346**	**534.716**	**-4,2%**	**1.701.739**	**1.678.448**	**1,4%**
Margem Bruta	*47,8%*	*46,6%*	*1,2 p.p*	*49,2%*	*47,9%*	*1,3 p.p*
FISIA Receita Bruta	1.544.332	1.261.103	22,5%	5.101.804	4.088.657	24,8%
Receita Líquida	**1.224.538**	**968.839**	**26,4%**	**4.044.090**	**3.206.132**	**26,1%**
Lucro Bruto ajustado	**491.996**	**412.982**	**19,1%**	**1.680.979**	**1.300.778**	**29,2%**
Margem Bruta ajustada	*40,2%*	*42,6%*	*-2,4 p.p*	*41,6%*	*40,6%*	*1,0 p.p*

(1) Receita bruta da plataforma digital de Centauro ajustada em R$ 8,2 milhões no primeiro 1T22 referente a parte da receita de serviços da plataforma digital. O ajuste de mesmo valor foi realizado na linha de eliminação *intercompany* da receita bruta.

AJUSTES NÃO RECORRENTES

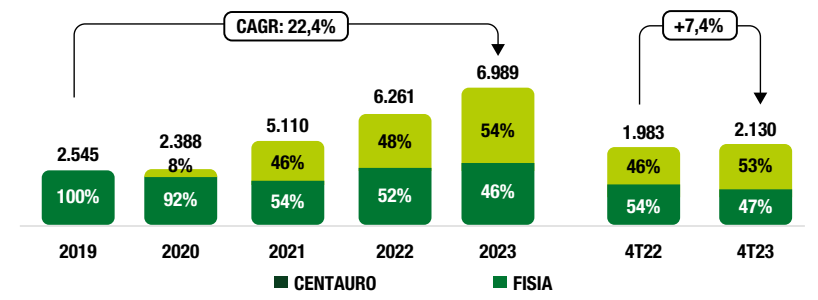
Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

GRUPO SBF R$ MIL	4T23	2023
Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Custo de Vendas	(5.821)	(13.252)
Plano de Opção/Não-caixa	(821)	9.735
Efeitos contábeis de aquisição - Despesas	(3.935)	(15.739)
Custo de encerramento de lojas	–	2.269
Custos de desligamentos	1.063	7.440
Créditos, Débitos e Provisões tributárias - Despesas	(3.513)	(23.376)
Renovatória de aluguéis	2.645	2.645
Earn-Out (M&A)	7.000	7.000
Custo de encerramento CD	4.640	4.640
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	**1.258**	**(18.639)**
EBITDA	**290.673**	**916.232**
EBITDA Ajustado	**291.931**	**897.593**
Margem EBITDA ajustada	*13,7%*	*12,8%*
EBITDA (ex-IFRS)	**210.170**	**625.583**
EBITDA Ajustado (ex-IFRS)	**211.428**	**606.944**

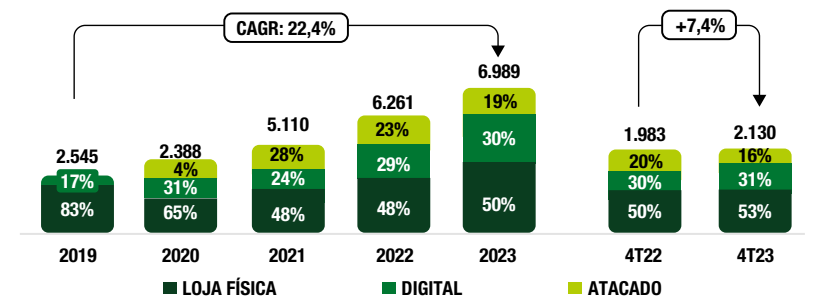
DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

R$MM

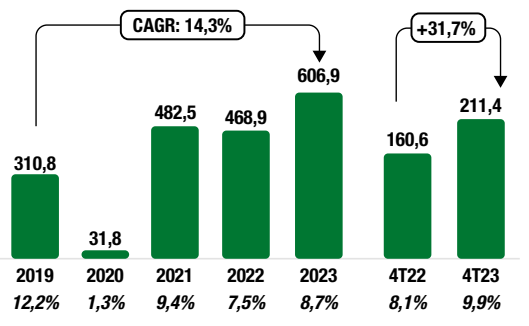
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR BU



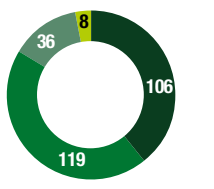
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR CANAL



EBITDA AJUSTADO (EX-IFRS) E *MARGEM EBITDA*



FOOTPRINT
269 LOJAS NO BRASIL



DESEMPENHO FINANCEIRO

> Conforme sinalizado ao longo desse relatório, os resultados serão explicados **desconsiderando o impacto do IFRS-16** nas despesas operacionais, no EBITDA, no resultado financeiro e no lucro líquido, tanto para o período de 2023 quanto de 2022. Com esse ajuste é possível analisar a companhia considerando a despesa de aluguel como despesa operacional.
> Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes listados na **seção ajustes não recorrentes.** Para o quarto trimestre do ano de 2022, desconsideram-se os efeitos não recorrentes apresentados no release do 4T22.
> Os quadros de receita líquida e lucro bruto estão apresentados por unidade de negócio. Os demais quadros estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF.

RECEITA LÍQUIDA

R$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
CENTAURO	**1.071.156**	**1.148.216**	**-6,7%**	**3.461.396**	**3.504.480**	**-1,2%**
Lojas Físicas	866.533	844.969	2,6%	2.756.911	2.596.549	6,2%
Plataforma Digital	204.623	303.247	-32,5%	704.484	907.932	-22,4%
FISIA	**1.224.538**	**968.839**	**26,4%**	**4.044.090**	**3.206.132**	**26,1%**
Atacado	377.278	427.911	-11,8%	1.455.033	1.541.403	-5,6%
Plataforma Digital	503.226	327.806	53,5%	1.581.164	1.067.406	48,1%
Lojas Físicas	344.034	213.122	61,4%	1.007.892	597.323	68,7%
(+) Eliminação intercompany	*(165.553)*	*(133.962)*		*(516.815)*	*(449.905)*	
GRUPO SBF	**2.130.141**	**1.983.093**	**7,4%**	**6.988.671**	**6.260.707**	**11,6%**

CENTAURO

A Centauro alcançou receita líquida de R$ 1,1 bilhão no quarto trimestre de 2023, retração de 6,7% em comparação com o 4T22. Desconsiderando o impacto positivo da Copa do Mundo nas vendas em 2022, a receita líquida da Centauro teria expandido 2,4% no trimestre. No acumulado do ano, registrou receita de R$ 3,5 bilhões, retração de 1,2% vs 2022.

As lojas físicas registraram R$ 866,5 milhões no trimestre, crescimento de 2,6% vs o mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o impacto positivo da Copa do Mundo em 2022, a receita líquida do canal teria expandido 12,6%. No trimestre, a receita das lojas físicas foi impactada negativamente pelos descontos praticados no mercado, os quais foram motivados pelos altos níveis de estoque da indústria. Além disso, o fechamento de 10 lojas deficitárias no 1S23 também impactou a receita do período.

A receita líquida da plataforma digital apresentou retração de 32,5% no trimestre, refletindo a estratégia da Companhia de potencializar a rentabilidade do canal através da melhora do ROI, priorizando a eficiência de marketing de performance e otimização dos custos com frete (redução dos subsídios). Apesar desta retração, a rentabilidade do e-commerce apresentou melhora em comparação ao mesmo período do ano anterior.

RECEITA LÍQUIDA

FISIA

A Fisia apresentou receita líquida de R$ 1,2 bilhão no quarto trimestre de 2023, crescimento de 26,4% em comparação com o 4T22. No acumulado do ano, registrou R$ 4,0 bilhões de receita, crescimento de 26,1% em relação à 2022. As vendas DTC (*direct-to-consumer*) passaram de 42,7% em 2022 para 50,9% em 2023 (+8,2 p.p).

As lojas físicas atingiram R$ 344,0 milhões de receita líquida no 4T23, crescimento de 61,4% vs o mesmo período de 2022. No ano, o canal registrou R$ 1,0 bilhão, expansão de 68,7%. O crescimento das lojas físicas foi positivamente impactado pela abertura de 12 lojas Nike nos últimos 12 meses, e pelas vendas na Black Friday e no Natal. A Nike contou com a maior Black Friday da sua história, registrando 3 lojas com faturamento acima de R$ 1 milhão no dia.

Vale destacar que a performance das lojas NVS (*Nike Value Store*) foi beneficiada pela política de descontos implementada com objetivo de reduzir os níveis de estoques, assim como pela evolução dos processos operacionais das lojas.

A plataforma digital (modalidades 1P e 3P) registrou R$ 503,2 milhões de receita líquida no trimestre, crescimento de 53,3%. No ano, o canal alcançou R$ 1,6 bilhão, expansão de 48,1%. A performance no trimestre foi impactada positivamente pelos períodos de Black Friday e Natal, e pela estratégia de remarcações, assim como ocorreu no canal de lojas físicas.

Como destaque do digital, a Fisia lançou o APP próprio da Nike no início de dezembro, representando 50% das vendas da modalidade 1P em apenas um mês de operação.

O canal de atacado apresentou receita líquida de R$ 377,3 milhões no trimestre, retração de 11,8% vs o 4T22, impactado principalmente por uma base de comparação mais forte devido a migração do ERP em 2022, e uma dinâmica de compras ainda não normalizada. No ano, o canal registrou queda de 5,6%.

LUCRO BRUTO

R$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
CENTAURO						
Lucro Bruto	512.346	534.716	-4,2%	1.701.739	1.678.448	1,4%
Margem Bruta	*47,8%*	*46,6%*	*1,2 p.p.*	*49,2%*	*47,9%*	*1,3 p.p.*
FISIA						
Lucro Bruto	491.996	412.982	19,1%	1.680.979	1.300.778	29,2%
Margem Bruta	40,2%	42,6%	-2,4 p.p.	41,6%	40,6%	1,0 p.p.
(+) Eliminação intercompany	*(25.100)*	*(3.573)*		*(81.012)*	*(40.435)*	
GRUPO SBF						
Lucro Bruto	979.241	944.126	3,7%	3.301.706	2.938.792	12,3%
Margem Bruta	46,0%	47,6%	-1,6 p.p.	47,2%	46,9%	0,3 p.p.

CENTAURO

A margem bruta da Centauro atingiu 47,8% no quarto trimestre de 2023, expansão de 1,2 p.p. vs o mesmo período de 2022. No acumulado do ano, a margem foi de 49,2% (+1,3 p.p.).

O crescimento contínuo da margem reflete a estratégia de expansão da rentabilidade adotada pela Centauro no canal digital, através da redução de *markdowns* e dos subsídios de frete, e aumento da margem das modalidades *omnichannel*.

FISIA

A margem bruta de Fisia alcançou 40,2% no trimestre, retração de 2,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2022. No acumulado do ano, a margem foi de 41,6%, expansão de 1,0 p.p.

A retração da margem no trimestre é justificada pela continuidade da adoção de políticas de *markdowns* mais agressivas, visando a redução dos níveis de estoque no segundo semestre. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 10 p.p. de participação dos canais DTC na receita.

DESPESAS OPERACIONAIS

R$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Despesas Operacionais	**(687.310)**	**(717.520)**	**-4,2%**	**(2.404.113)**	**(2.210.989)**	**8,7%**
% Receita Líquida	*32,3%*	*36,2%*	*-3,9 p.p.*	*34,4%*	*35,3%*	*-0,9 p.p.*
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	*(80.502)*	*(66.026)*	*21,9%*	*(290.649)*	*(258.867)*	*12,3%*
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	**(767.812)**	**(783.546)**	**-2,0%**	**(2.694.762)**	**(2.469.855)**	**9,1%**
% Receita Líquida	*36,0%*	*39,5%*	*-3,5 p.p.*	*38,6%*	*39,5%*	*-0,9 p.p.*
Vendas (ex-IFRS)	(641.097)	(645.480)	-0,7%	(2.307.239)	(2.062.919)	11,8%
% Receita Líquida	*30,1%*	*32,5%*	*-2,4 p.p.*	*33,0%*	*33,0%*	*0,0 p.p.*
Gerais e Administrativas (ex-IFRS)	(112.161)	(140.118)	-20,0%	(397.706)	(419.355)	-5,2%
% Receita Líquida	*5,3%*	*7,1%*	*-1,8 p.p.*	*5,7%*	*6,7%*	*-1,0 p.p.*
Outras receitas operacionais líquidas (ex-IFRS)	(14.555)	2.052	n.a	10.183	12.419	-18,0%

Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização.

continua



→★ continuação

Divulgação de Resultados 4T23 & 2023

Seguindo a tendência do terceiro trimestre, o 4T23 foi marcado pela diluição do SG&A como percentual da receita líquida, fruto dos ajustes estruturais realizados ao longo do primeiro semestre de 2023.

O Grupo SBF registrou R$ 767,8 milhões de despesas operacionais ajustadas (ex-IFRS) no período, redução de 2,0% em relação ao 4T22. Como percentual da receita líquida, observou-se uma diluição 3,5 p.p. em comparação com o 4T22. No acumulado do ano, as despesas totalizaram R$ 2,7 bilhões, expansão de 9,0%, representando uma diluição de 0,9 p.p. vs 2022.

Os ajustes realizados ao longo do primeiro semestre se concentraram nas frentes de (i) redução de quadro em todas as áreas da Companhia, (ii) renegociação de contratos com fornecedores, (iii) encerramento de lojas deficitárias da Centauro e (iv) redução de investimentos em *marketing* topo de funil.

Além disso, as despesas no quarto trimestre também foram beneficiadas pela conclusão da migração do centro de distribuição da Fisia para a operação própria, e pela diminuição dos custos de armazenagem devido ao menor nível de estoque no segundo semestre de 2023.

EBITDA

R$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	**136.086**	**56.670**	**140,1%**	**183.474**	**157.420**	**16,6%**
(+) Imposto de renda e CSS	1.545	(16.997)	109,1%	(8.170)	730	n.a
(+) Resultado financeiro líquido	(77.675)	(69.635)	11,5%	(339.018)	(241.732)	40,2%
(+) Depreciação e amortização	(79.716)	(83.304)	-4,3%	(366.931)	(329.381)	11,4%
(=) EBITDA	**291.931**	**226.606**	**28,8%**	**897.593**	**727.804**	**23,3%**
Margem EBITDA	13,7%	11,4%	2,3 p.p.	12,8%	11,6%	1,2 p.p.
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	*(80.502)*	*(66.026)*	*21,9%*	*(290.649)*	*(258.867)*	*12,3%*
EBITDA (ex-IFRS)	**211.428**	**160.580**	**31,7%**	**606.944**	**468.936**	**29,4%**
Margem EBITDA (ex-IFRS)	9,9%	8,1%	1,8 p.p.	8,7%	7,5%	1,2 p.p.

O EBITDA (ex-IFRS) do Grupo SBF totalizou R$ 211,4 milhões no 4T23, crescimento de 31,7% vs o 4T22, com margem EBITDA de 9,9%, expansão de 1,8 p.p vs o mesmo período de 2022.

No acumulado do ano, a Companhia registrou EBITDA (ex-IFRS) de R$ 606,9 milhões, incremento de 29,4%, com margem de 8,7%, expansão de 1,2 p.p. vs o ano anterior.

Seguindo a tendência do terceiro trimestre, a redução das despesas estruturais impulsionou a expansão do EBITDA, mesmo diante de um cenário de contração da margem bruta devido as políticas de *markdowns* mais agressivas. Além disso, o crescimento consistente da Fisia contribuiu positivamente para o EBITDA do período.

RESULTADO FINANCEIRO

R$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	**(77.675)**	**(69.635)**	**11,5%**	**(339.018)**	**(241.732)**	**40,2%**
(+) Despesa Financeira - Direito de Uso (IFRS)	*33.283*	*33.013*	*0,8%*	*134.400*	*125.375*	*7,2%*
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas (ex-IFRS)	**(44.391)**	**(36.623)**	**21,2%**	**(204.618)**	**(116.357)**	**75,9%**

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

R$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	**136.086**	**56.670**	**140,1%**	**183.474**	**157.420**	**16,6%**
Margem Líquida	6,4%	2,9%	3,5 p.p.	2,6%	2,5%	0,1 p.p.
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	*(80.502)*	*(66.026)*	*21,9%*	*(290.649)*	*(258.867)*	*12,3%*
(+) Depreciação e Amortização Direito de Uso (IFRS16)	*53.157*	*46.821*	*13,5%*	*205.206*	*182.565*	*12,4%*
(+) Despesas Financeiras Direito de Uso (IFRS16)	*33.283*	*33.013*	*0,8%*	*134.400*	*125.375*	*7,2%*
(+) Imposto de Renda (IFRS16)	*(721)*	*1*	*n.a.*	*(4.662)*	*–*	*n.a.*
Lucro Líquido (ex-IFRS)	**141.303**	**70.478**	**100,5%**	**227.770**	**206.493**	**10,3%**
Margem Líquida (ex-IFRS)	*6,6%*	*3,6%*	*3,0 p.p.*	*3,3%*	*3,3%*	*0,0 p.p.*

O lucro líquido (ex-IFRS) do Grupo SBF totalizou R$ 141,3 milhões no quarto trimestre, crescimento de 100,5% vs o 4T22. No ano, o lucro líquido alcançou R$ 227,8 milhões, expansão de 10,3% vs 2022.

O lucro líquido foi impactado positivamente pela diluição do SG&A, e negativamente pelo resultado financeiro do período dada a maior dívida média do trimestre em comparação aos períodos anteriores.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

R$ MIL	31/12/2023	31/12/2022	Δ(%)
Contas a receber	1.597.414	1.715.172	-6,9%
Tributos e IR a compensar	429.716	574.406	-25,2%
Estoques	1.699.339	1.737.002	-2,2%
Outras contas a receber	86.341	81.597	5,8%
	3.812.810	**4.108.177**	**-7,2%**
Outras contas a pagar	213.665	180.356	18,5%
Fornecedores de revenda	1.154.277	1.561.547	-26,1%
Obrigações Tributárias	359.469	225.628	59,3%
Arrendamento a pagar	182.918	278.072	-34,2%
Obrigações Trabalhistas	174.290	191.851	-9,2%
Outras Obrigações	66.290	152.851	-56,6%
	2.150.909	2.590.305	-17,0%
Capital de Giro Líquido	**1.661.901**	**1.517.872**	**9,5%**

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa, Dívida e Parcelamento de Tributos e incluindo Antecipação de Recebíveis.

O Grupo SBF apresentou aumento de 9,5% no capital de giro líquido em relação a 2022, totalizando R$ 1,7 bilhão. No entanto, como percentual da receita bruta, o capital de giro líquido apresentou redução de 0,4 p.p., decorrente das ações estruturais realizadas ao longo do 2S23.

Após dois trimestres com níveis elevados de estoques, no quarto trimestre, a Companhia apresentou volume em linha com o 4T22, resultado das ações tomadas ao longo do ano. Em dias de estoques, o Grupo SBF finalizou o período com 168 dias (- 11,9% vs o 4T22 e -25,2% vs o 2T23). Vale destacar que para os próximos trimestres recomenda-se considerar a sazonalidade de cada período.

Já o aumento nominal no capital de giro foi principalmente causado pela diminuição do saldo de fornecedores, decorrente do plano de normalização dos estoques implementado durante o ano, tendo como principal estratégia a redução no cronograma de recebimento de produtos no 2S23. Em dias de fornecedores, o Grupo SBF encerrou o trimestre com 115 dias, redução de 33,3% vs o 4T22.

O efeito negativo observado na conta de fornecedores foi compensado pelos fatores abaixo:

i. Contas a receber: melhora decorrente da mudança da política de parcelamentos nas lojas e e-commerce, incluindo o aumento da parcela mínima, redução do número de parcelas e incentivo a modalidade de pagamento PIX. Em dias de recebíveis, a Companhia finalizou o 4T23 com 66 dias, redução de 16,7% vs o mesmo período de 2022.

ii. Tributos e IR a compensar: redução no saldo resultante da implementação do corredor de importação no final de 2022, o qual possibilitou a utilização do saldo de créditos de ICMS/SP na Fisia, bem como o uso de créditos de PIS/COFINS acumulados de períodos anteriores.

iii. Obrigações tributárias: aumento explicado pelas provisões para o pagamento do DIFAL (Diferencial de Alíquota). A contrapartida destas provisões está em depósitos judiciais (ativo não circulante). Estas contas devem ser compensadas nos próximos períodos.

FLUXO DE CAIXA

R$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
EBITDA	290.673	272.851	6,5%	916.232	749.534	22,2%
Depreciação e Juros IFRS 16	(86.440)	(79.834)	8,3%	(339.607)	(307.940)	10,3%
Variação Capital de Giro[1]	693.569	163.897	323,2%	(144.029)	(313.921)	-54,1%
Outros	51.813	55.851	-7,2%	94.446	31.241	202,3%
Fluxo de Caixa Operacional	**949.614**	**412.765**	**130,1%**	**527.042**	**158.913**	**231,7%**
M&A	–	–	n.a.	–	(37.669)	n.a.
Outros	(48.798)	(152.734)	-68,1%	(257.664)	(341.232)	-24,5%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	**(48.798)**	**(152.734)**	**-68,1%**	**(257.664)**	**(378.901)**	**-32,0%**
Dívida[2]	(158.382)	(90.370)	75,3%	237.278	149.949	58,2%
Antecipação de Recebíveis	(24.840)	–	n.a.	–	–	n.a.
Parcelamento de Impostos	(4.563)	(8.022)	-43,1%	(16.316)	(39.357)	-58,5%
Dividendos	–	–	n.a.	(33.085)	(28.637)	15,5%
Capital	–	83	n.a.	348	6.997	-95,0%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	**(187.785)**	**(98.309)**	**91,0%**	**188.225**	**88.952**	**111,6%**
Fluxo de Caixa	**713.032**	**161.722**	**340,9%**	**457.603**	**(131.036)**	**n.a.**

(1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;

(2) Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.

A Companhia registrou fluxo de caixa operacional de R$ 949,6 milhões no 4T23, aumento de R$ 536,8 milhões em relação ao mesmo período de 2022.

Dada a sazonalidade do calendário de varejo, o quarto trimestre é marcado por uma forte geração de caixa quando comparado a outros períodos do ano. Em 2023, a geração de caixa foi impulsionada pelas medidas implementadas pela Companhia nas frentes de estoques e redução do prazo médio de recebimento dos clientes, as quais proporcionaram uma liberação de R$ 694 milhões de capital de giro.

Em linha com a estratégia executada pelo Grupo SBF visando a redução da alavancagem financeira, o fluxo de caixa de investimentos passou de R$152,7 milhões no 4T22 para R$ 48,8 milhões no 4T23.

Com uma posição de caixa robusta, a Companhia efetuou pagamentos de dívidas/juros sem a necessidade de novas captações ou antecipações de recebíveis, resultando em um fluxo de caixa de financiamentos negativo de R$ 187,8 milhões.

ENDIVIDAMENTO

R$ MIL	31/12/2023 ajustado	31/12/2022 ajustado	Δ(%)
(+) Empréstimos e Financiamentos	**1.597.500**	**1.133.562**	**40,9%**
(-) Caixa e Equivalentes	875.914	418.311	109,4%
(=) Dívida Líquida	**721.586**	**715.251**	**0,9%**
(+) Antecipação de Recebíveis	–	–	n.a
(+) Parcelamento de Tributos	96.073	112.389	-14,5%
(=) Dívida Líquida Ajustada	**817.659**	**827.640**	**-1,2%**
Dívida Líquida Aj. / EBITDA Aj. (Últ. 12 meses)	**0,91x**	**1,14x**	**-0,23x**
Dívida Líquida Aj. / EBITDA Aj. (ex-IFRS) (Últ. 12 meses)	**1,35x**	**1,76x**	**-0,42x**

A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2023 com um saldo de empréstimos e financiamentos de R$ 1,6 bilhão, expansão de 40,9% vs o 4T22. Tal incremento reflete as captações realizadas ao longo do ano visando sustentar o crescimento e atender às exigências temporárias de liquidez, motivadas pelas condições de estoques observadas até o terceiro trimestre do ano.

Entretanto, através da geração de caixa do trimestre, o Grupo SBF encerrou o trimestre com R$ 817,7 milhões de dívida líquida, redução de 1,2% vs o mesmo período do ano anterior.

Através da redução da dívida líquida e expansão do EBITDA, a Companhia atingiu o objetivo de redução da alavancagem passando de 1,76x em dezembro/22 para 1,35x em dezembro/23.

INVESTIMENTOS - CAPEX

R$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Novas Lojas	3.970	70.521	-94,4%	44.031	116.156	-62,1%
Reformas	910	15.908	-94,3%	10.665	37.820	-71,8%
Tecnologia e Inovação	26.831	33.705	-20,4%	119.244	116.715	2,2%
Logística	5.439	20.078	-72,9%	52.607	31.205	68,6%
Outros	11.648	12.522	-7,0%	31.117	39.336	-20,9%
Total Investimentos	**48.798**	**152.734**	**-68,1%**	**257.664**	**341.232**	**-24,5%**

O Grupo SBF apresentou CAPEX de R$ 48,8 milhões no trimestre, redução de 68,1% vs o mesmo período do ano anterior. A redução é explicada principalmente pela concentração de abertura de lojas no primeiro semestre do ano, e pela conclusão do novo centro de distribuição da Fisia.

No ano, o CAPEX alcançou R$ 260 milhões, redução de 24,5% vs 2022, devido à redução de aberturas de lojas realizadas ao longo do ano (27 lojas inauguradas em 2022 vs 18 lojas em 2023).

BALANÇO PATRIMONIAL

R$ MIL	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	**8.614.447**	**8.470.247**
Circulante	**4.688.724**	**4.526.488**
Caixa e equivalentes de caixa	875.914	418.311
Contas a receber	1.597.414	1.711.003
Instrumentos financeiros derivativos	–	4.169
IR e CS a compensar	390.649	525.351
Imposto de renda e contribuição social a compensar	39.067	49.055
Estoques	1.699.339	1.737.002
Outras contas a receber	86.341	81.597
Não Circulante	**3.925.723**	**3.943.759**
Tributos a compensar	187.811	146.880
IR e CS a compensar	23.487	93.055
Mútuos a receber	10.071	10.036
Ativo fiscal diferido	755.531	841.811
Depósitos judiciais	411.312	291.673
Outros valores a receber	54.757	67.727
Investimentos	4.080	5.001
Imobilizado	610.429	571.951
Intangível	523.591	487.453
Direito de uso	1.344.654	1.428.172
Passivo	**8.614.447**	**8.470.247**
Circulante	**2.841.671**	**2.948.338**
Fornecedores	1.154.277	1.561.547
Empréstimos e financiamentos	28.710	86.082
Debêntures	595.294	191.836
Instrumentos financeiros derivativos	87.804	39.612
Obrigações tributárias	358.963	192.684
IR e CS a recolher	506	32.944
Impostos parcelados	31.677	47.030
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	174.290	191.851
Dividendos a pagar	35.081	33.085
Arrendamentos a pagar	182.918	278.072
Outras contas a pagar	125.875	140.744
Outras Obrigações	66.276	152.851
Não Circulante	**3.231.190**	**3.112.055**
Empréstimos e financiamentos	172.444	81.997
Debêntures	801.052	773.647
Impostos parcelados	64.396	65.359
Provisões para contencioso	605.207	559.713
IR e CS diferidos	11.019	9.724
Arrendamentos a pagar	1.410.966	1.358.170
Outras Obrigações	91.660	123.874
Outras contas a pagar	74.446	139.571
Patrimônio Líquido	**2.541.586**	**2.409.854**
Capital social	1.830.872	1.830.524
Reservas de capital	271.263	261.528
Reservas de incentivo	458.561	331.702
Ajustes de avaliação patrimonial	(26.958)	(15.157)
Prejuízos acumulados	643	1.257
Dividendos Propostos	7.205	–

FLUXO DE CAIXA

R$ MIL	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	**189.829**	**218.213**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	415.282	353.780
Juros	369.129	303.459
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(380)	1.994
Resultado de equivalência patrimonial	922	(210)
Pagamento baseado em ações	9.735	36.561
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	2.155	(1.927)
Baixa residual arrendamentos	(7.438)	(30)
Provisão para obsolescência do estoque	68.602	46.948
Constituição líquida de provisão para contencioso	69.822	(18.161)
Descontos sobre arrendamentos	(2.259)	(10.108)
	1.115.399	930.519
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	113.969	(411.908)
Estoques	(30.939)	(741.317)
Instrumentos financeiros derivativos	4.169	(5.793)
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	264.232	190.891
Depósitos judiciais	(119.639)	(143.221)
Outras contas a receber	8.226	9.866
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(403.489)	645.265
Obrigações tributárias	163.309	99.174
Parcelamentos de tributos	(24.421)	(44.490)
Instrumentos financeiros derivativos[2]	22.503	34.995
Contingências pagas	(24.328)	(41.557)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(17.561)	34.156
Outras contas a pagar	(80.008)	(175.319)
Outras Obrigações	(118.775)	133.663
Variação nos ativos e passivos:	**(242.752)**	**(415.595)**
Juros pagos sobre financiamentos	(34.051)	(34.597)
Juros pagos sobre debêntures	(170.014)	(106.820)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.172)	(108.002)
Caixa líq. das atividades operacionais	**625.410**	**265.505**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	(126.465)	(230.266)
Adições no intangível	(133.162)	(141.455)
Aquisição de controlada líquido do caixa recebido	–	(22.160)
Caixa líq. das atividades de investimento	**(259.627)**	**(393.881)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	194.248	2.536
Empréstimos e financiamentos pagos	586.848	496.098
Emissão de debêntures	(339.753)	(207.268)
Arrendamentos Pagos	(316.786)	(262.386)
Aumento de capital	348	6.997
Mútuos a receber	–	(10.000)
Dividendos pagos	(33.085)	(28.637)
Caixa líq. das atividades de financiamento	**91.820**	**(2.660)**
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	457.603	(131.036)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	418.311	549.347
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	875.914	418.311

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IFRS

R$ MIL	4T23	4T22	Δ(%)	2023	2022	Δ(%)
Receita líquida	2.130.141	1.983.093	7,4%	6.988.671	6.260.707	11,6%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.145.366)	(1.038.967)	10,2%	(3.674.000)	(3.319.775)	10,7%
Lucro bruto	**984.775**	**944.126**	**4,3%**	**3.314.671**	**2.940.932**	**12,7%**
Despesas Operacionais	**(694.102)**	**(671.275)**	**3,4%**	**(2.398.439)**	**(2.191.399)**	**9,4%**
Despesas de vendas	(550.750)	(551.499)	-0,1%	(2.010.719)	(1.784.804)	12,7%
Despesas administrativas e gerais	(129.673)	(138.715	-6,5%	(398.937)	(406.410)	-1,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(13.679)	18.940	-172,2%	11.217	(184)	n.a
Depreciação e amortização	(84.334)	(87.922)	-4,1%	(385.405)	(347.698)	10,8%
Lucro (Prejuízo) operacional	**206.339**	**184.929**	**11,6%**	**530.827**	**401.836**	**32,1%**
Receitas financeiras	47.832	51.330	-6,8%	249.367	254.441	-2,0%
Despesas Financeiras	(128.535)	(62.856)	104,5%	(590.365)	(438.064)	34,8%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	**(80.703)**	**(11.526)**	**n.a**	**(340.998)**	**(183.623)**	**85,7%**
Lucro antes dos impostos	**125.636**	**173.403**	**-27,5%**	**189.829**	**218.213**	**-13,0%**
IR e CS	1.545	(32.737)	104,7%	(21.017)	(13.611)	54,4%
Lucro líquido do período	**127.181**	**140.666**	**-9,6%**	**168.812**	**204.602**	**-17,5%**

IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

R$ MIL	4T23 ajustado	4T22 ajustado	Δ(%)	2023 ajustado	2022 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	2.130.141	1.983.093	7,4%	6.988.671	6.260.707	11,6%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.150.900)	(1.038.967)	10,8%	(3.686.965)	(3.321.915)	11,0%
Lucro bruto	**979.241**	**944.126**	**3,7%**	**3.301.706**	**2.938.792**	**12,3%**
Despesas Operacionais	**(687.310)**	**(717.520)**	**-4,2%**	**(2.404.113)**	**(2.210.989)**	**8,7%**
Despesas de vendas	(568.288)	(585.856)	-3,0%	(2.060.194)	(1.827.287)	12,7%
Despesas administrativas e gerais	(104.467)	(133.715)	-21,9%	(361.542)	(395.634)	-8,6%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(14.554)	2.052	n.a.	17.622	11.933	47,7%
Depreciação e amortização	(79.716)	(83.304)	-4,3%	(366.931)	(329.381)	11,4%
Lucro (Prejuízo) operacional	**212.216**	**143.302**	**48,1%**	**530.662**	**398.423**	**33,2%**
Receitas financeiras	47.832	21.842	119,0%	247.355	224.953	10,0%
Despesas Financeiras	(125.507)	(91.478)	37,2%	(586.374)	(466.686)	25,6%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	**(77.675)**	**(69.635)**	**11,5%**	**(339.018)**	**(241.732)**	**40,2%**
Lucro antes dos impostos	**134.541**	**73.667**	**82,6%**	**191.644**	**156.691**	**22,3%**
IR e CS	1.545	(16.997)	109,1%	(8.170)	730	n.a.
Lucro líquido do período	**136.086**	**56.670**	**140,1%**	**183.474**	**157.420**	**16,6%**

SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista *omnichannel* do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2021, outra unidade de negócio entrou para compor o ecossistema de esporte do Brasil: a NWB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. Ainda em 2021, criamos a SBF Ventures. Em 2022, foi concluído o processo de investimento: na Onefan, um *superapp* para torcedores de clubes de futebol, que permite concentrar serviços e experiências exclusivas; na X3M, empresa especializada na organização de corridas e eventos esportivos e na FitDance, a maior plataforma de dança no Brasil. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.

• José Salazar
• Victoria Machado Buono
• Luna Romeu
• Luísa Milan
• João Marques

ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br

Aviso Legal

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

continua →★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



→★ continuação

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	**Nota**	**Controladora 31/12/2023**	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.248	34.515	875.914	418.311
Contas a receber	7	16.998	30.485	1.597.414	1.711.003
Estoques	8	–	–	1.699.339	1.737.002
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	–	4.169
Tributos a compensar	10	825	220	390.649	525.351
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	–	–	39.067	49.055
Juros sobre capital próprio a receber	25	1.256	–	–	–
Dividendos a receber	25	173.080	235.756	–	–
Outros ativos	12	1.417	248	86.341	81.597
Total do ativo circulante		**194.824**	**301.224**	**4.688.724**	**4.526.488**
Ativo não circulante					
Tributos a compensar	10	–	–	187.811	146.880
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	–	–	23.487	93.055
Mútuos a receber	25	10.071	10.036	10.071	10.036
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	–	–	755.531	841.811
Depósitos judiciais	14	118	114	411.312	291.673
Outros ativos	12	53.481	49.819	54.757	67.727
Total do realizável a longo prazo		**63.670**	**59.969**	**1.442.969**	**1.451.182**
Investimentos	15	2.433.348	2.298.244	4.080	5.001
Imobilizado	16	433	483	610.429	571.951
Intangível	17	1.714	2.284	523.591	487.453
Direito de uso	18	–	–	1.344.654	1.428.172
Total do ativo não circulante		**2.499.165**	**2.360.980**	**3.925.723**	**3.943.759**
Total do ativo		**2.693.989**	**2.662.204**	**8.614.447**	**8.470.247**

Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**Controladora 31/12/2023**	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Passivo circulante					
Fornecedores	19	1.337	1.321	1.091.681	1.423.376
Fornecedores - risco sacado	19	–	–	62.596	138.171
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	28.710	86.082
Debêntures	20	–	–	595.294	191.836
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	87.804	39.612
Arrendamentos a pagar	18	–	–	182.918	278.072
Obrigações tributárias	21	394	152	358.963	192.684
Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	–	506	32.944
Impostos parcelados	22	–	–	31.677	47.030
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	4.461	430	174.290	191.851
Dividendos a pagar	24	35.081	33.085	35.081	33.085
Investimento em controladas com patrimônio líquido negativo	15	–	24.213	–	–
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	28	153	–	–
Outras contas a pagar	26	836	4.077	125.875	140.744
Outros passivos	27	36.460	34.351	66.276	152.851
Total do passivo circulante		**78.597**	**97.782**	**2.841.671**	**2.948.338**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	172.444	81.997
Debêntures	20	–	–	801.052	773.647
Arrendamentos a pagar	18	–	–	1.410.966	1.358.170
Impostos parcelados	22	–	–	64.396	65.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	4	3	11.019	9.724
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	–	–	605.207	559.713
Outras contas a pagar	26	74.445	155.822	74.446	139.571
Outros passivos	27	–	–	91.660	123.874
Total do passivo não circulante		**74.449**	**155.825**	**3.231.190**	**3.112.055**
Patrimônio líquido					
Capital social	28	1.830.872	1.830.524	1.830.872	1.830.524
Reservas de capital		271.263	261.528	271.263	261.528
Reservas de lucros		458.561	331.702	458.561	331.702
Dividendos propostos	24	7.205	–	7.205	–
Ajuste de avaliação patrimonial		(26.958)	(15.157)	(26.958)	(15.157)
		2.540.943	**2.408.597**	**2.540.943**	**2.408.597**
Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
Participações de acionistas não controladores		–	–	643	1.257
Total do patrimônio líquido		**2.540.943**	**2.408.597**	**2.541.586**	**2.409.854**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.693.989**	**2.662.204**	**8.614.447**	**8.470.247**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores											
		Reservas de capital		Reservas de lucro								
	Capital social	**Ágio na emissão de ações**	**Pagamento baseado em ações**	**Reserva legal**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Reserva estatutária**	**Dividendos propostos**	**Outros resultados abrangentes**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação de acionistas não controladores**	**Total do patrimônio liquido consolidado**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1.823.527**	**154.753**	**70.214**	**9.420**	**64.439**	**85.911**	**–**	**15.726**	**–**	**2.223.990**	**645**	**2.224.635**
Aumento de capital	6.997	–	–	–	–	–	–	–	–	6.997	–	6.997
Pagamento baseado em ações	–	–	36.561	–	–	–	–	–	–	36.561	–	36.561
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	205.017	205.017	(415)	204.602
Equivalência sobre *hedge* de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	–	–	(30.883)	–	(30.883)	–	(30.883)
Constituição de reserva	–	–	–	10.251	62.426	99.255	–	–	(171.932)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	(33.085)	(33.085)	–	(33.085)
Ajuste participação acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.027	1.027
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.830.524**	**154.753**	**106.775**	**19.671**	**126.865**	**185.166**	**–**	**(15.157)**	**–**	**2.408.597**	**1.257**	**2.409.854**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**1.830.524**	**154.753**	**106.775**	**19.671**	**126.865**	**185.166**	**–**	**(15.157)**	**–**	**2.408.597**	**1.257**	**2.409.854**
Aumento de capital	348	–	–	–	–	–	–	–	–	348	–	348
Pagamento baseado em ações	–	–	9.735	–	–	–	–	–	–	9.735	–	9.735
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	169.145	169.145	(333)	168.812
Equivalência sobre *hedge* de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	–	–	(25.689)	–	(25.689)	–	(25.689)
Equivalência sobre os efeitos tributários em operações de *hedge* de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	–	–	13.888	–	13.888	–	13.888
Constituição de reserva	–	–	–	8.457	20.363	98.039	–	–	(126.859)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	(35.081)	(35.081)	–	(35.081)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	–	–	7.205	–	(7.205)	–	–	–
Ajuste participação acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(281)	(281)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.830.872**	**154.753**	**116.510**	**28.128**	**147.228**	**283.205**	**7.205**	**(26.958)**	**–**	**2.540.943**	**643**	**2.541.586**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	**Controladora 31/12/2023**	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Receitas líquidas	30	–	–	6.988.671	6.260.707
Custo das vendas e dos serviços prestados	31	–	–	(3.674.000)	(3.319.775)
Lucro bruto		**–**	**–**	**3.314.671**	**2.940.932**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	–	–	(2.277.841)	(2.028.388)
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	–	–	380	(1.994)
Despesas administrativas e gerais	32	(14.265)	(18.945)	(517.600)	(508.530)
Outras (perdas) ganhos, líquidos		(5.958)	(35.311)	12.139	(394)
Resultado com equivalência patrimonial	15	187.662	259.320	(922)	210
Lucro operacional		**167.439**	**205.064**	**530.827**	**401.836**
Receitas financeiras	33	2.601	586	249.367	254.441
Despesas financeiras	33	(894)	(630)	(590.365)	(438.064)
Resultado financeiro, líquido		**1.707**	**(44)**	**(340.998)**	**(183.623)**
Lucro antes dos impostos		**169.146**	**205.020**	**189.829**	**218.213**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	–	–	80.323	(127.140)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(1)	(3)	(101.340)	113.529
Lucro líquido do exercício		**169.145**	**205.017**	**168.812**	**204.602**
Acionistas controladores		169.145	205.017	169.145	205.017
Acionistas não controladores		–	–	(333)	(415)
		169.145	**205.017**	**168.812**	**204.602**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo					
Lucro básico por ação (média ponderada)	28			0,69	0,84
Lucro diluído por ação (média ponderada)	28			0,67	0,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	**169.145**	**205.017**	**168.812**	**204.602**
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Equivalência sobre *hedge* de fluxo de caixa	(40.846)	(15.157)	(40.846)	(15.157)
Outros resultados abrangentes	**(40.846)**	**(15.157)**	**(40.846)**	**(15.157)**
Equivalência sobre os efeitos tributários em operações de *hedge* de fluxo de caixa	13.888	–	13.888	–
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**142.187**	**189.860**	**141.854**	**189.445**
Resultado abrangente do exercício	**142.187**	**189.860**	**141.854**	**189.445**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	142.187	189.860	142.187	189.860
Acionistas não controladores	–	–	(333)	(415)
Resultado abrangente total	**142.187**	**189.860**	**141.854**	**189.445**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Receitas	**–**	**1.250**	**8.845.602**	**7.904.257**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	–	–	8.808.089	7.867.204
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	–	–	380	(1.994)
Outras receitas	–	1.250	37.133	39.047
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.526)**	**(5.249)**	**(5.965.104)**	**(5.326.643)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(4.557.801)	(4.124.735)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.107)	(5.249)	(1.368.582)	(1.164.831)
Perda de valores ativos	(419)	–	(38.721)	(37.077)
Valor adicionado bruto	**(3.526)**	**(3.999)**	**2.880.498**	**2.577.614**
Depreciação e amortização	(619)	(558)	(415.150)	(370.293)
Valor adicionado liquido produzido	**(4.145)**	**(4.557)**	**2.465.348**	**2.207.321**
Valor recebido em transferência	**190.263**	**259.906**	**248.445**	**254.651**
Resultado de equivalência patrimonial	187.662	259.320	(922)	210
Receitas financeiras	2.601	586	249.367	254.441
Valor adicionado total a distribuir	**186.118**	**255.349**	**2.713.793**	**2.461.972**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**13.316**	**48.059**	**737.504**	**762.620**
Remuneração direta	11.373	41.387	501.289	505.352
Benefícios	1.943	6.672	190.166	215.925
FGTS	–	–	46.049	41.343
Impostos, taxas e contribuições	**2.127**	**1.954**	**883.886**	**840.725**
Federais	1.849	1.673	359.346	334.354
Estaduais	–	–	490.611	476.346
Municipais	278	281	33.929	30.025
Remuneração de capitais de terceiros	**1.530**	**319**	**923.591**	**654.025**
Despesas financeiras (juros)	326	127	239.782	187.784
Aluguéis	–	–	111.432	84.889
Outras	1.204	192	572.377	381.352
Remuneração de capital próprio	**169.145**	**205.017**	**168.812**	**204.602**
Lucro líquido do exercício	169.145	205.017	169.145	205.017
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(333)	(415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	**Controladora 31/12/2023**	**Controladora 31/12/2022**	**Consolidado 31/12/2023**	**Consolidado 31/12/2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		**169.146**	**205.020**	**189.829**	**218.213**
Ajustado por:					
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	16, 17	620	557	182.045	167.434
Depreciação do direito de uso	18	–	–	233.237	186.346
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	20	–	–	35.965	35.348
Juros e custo de captção sobre debêntures	20	–	–	190.695	124.087
Juros sobre mútuos	25	(35)	(36)	(35)	(36)
Juros sobre parcelamento de tributos	22	–	–	8.105	5.133
Juros sobre pagamentos em atrasos	33	–	125	(2.970)	826
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	–	–	(380)	1.994
Juros sobre atraso de impostos	33	–	–	2.970	10.699
Resultado de equivalência patrimonial	15	(187.662)	(259.320)	922	(210)
Remuneração baseado em ações		5.540	36.561	9.735	36.561
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	16, 17	–	–	2.155	(1.927)
Baixa residual arrendamentos	18	–	–	(7.438)	(30)
Provisão para obsolescência do estoque	8	–	–	68.602	46.948
Juros sobre arrendamento mercantil	18	–	–	134.399	127.402
Descontos sobre arrendamentos	18	–	–	(2.259)	(10.108)
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	14	–	–	69.822	(18.161)
		(12.391)	**(17.093)**	**1.115.399**	**930.519**
Variações em:					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	7	13.487	(2.139)	113.969	(411.908)
Estoques	8	–	–	(30.939)	(741.317)
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	4.169	(5.793)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10	(605)	(130)	264.232	190.891
Depósitos judiciais	14	(4)	(6)	(119.639)	(143.221)
Outros ativos	12	(4.831)	(7.504)	8.226	9.866
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	19	16	85	(327.914)	574.808
Fornecedores - risco sacado	19	–	–	(75.575)	70.457
Obrigações tributárias	21	464	45	163.309	99.174
Parcelamentos de tributos	22	–	–	(24.421)	(44.490)
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	22.503	34.995
Contingências pagas	14	–	–	(24.328)	(41.557)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	4.031	104	(17.561)	34.156
Outras contas a pagar	26	(84.618)	(193.449)	(79.994)	(175.319)
Outros passivos		2.109	34.351	(118.789)	133.663
Variação nos ativos e passivos:		**(69.951)**	**(168.643)**	**(242.752)**	**(415.595)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(43.172)	(108.002)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	20	–	–	(34.051)	(34.597)
Juros pagos sobre debêntures	20	–	–	(170.014)	(106.820)
Caixa liquido (utilizado nas) gerados pelas atividades operacionais		**(82.342)**	**(185.736)**	**625.410**	**265.505**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo imobilizado	16	–	(654)	(126.465)	(230.266)
Adições no intangível	17	–	–	(133.162)	(141.455)
Aquisição de controlada liquido do caixa adquirido		–	(5.993)	–	(22.160)
Dividendos recebidos	24	88.237	206.451	–	–
Integralização de capital em controlada		–	(10.000)	–	–
Integralização de capital em controlada		**88.237**	**189.804**	**(259.627)**	**(393.881)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	20	–	–	194.248	2.536
Emissão de debêntures	20	–	–	586.848	496.098
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	20	–	–	(339.753)	(207.268)
Arrendamentos pagos	18	–	–	(316.786)	(262.386)
Aumento de capital		348	6.997	348	6.997
Partes relacionadas		(125)	(1)	–	–
Integralização de capital em controlada		(6.300)	–	–	
Mútuos a receber		–	(10.000)	–	(10.000)
Dividendos pagos		(33.085)	(28.637)	(33.085)	(28.637)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(39.162)**	**(31.641)**	**91.820**	**(2.660)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(33.267)**	**(27.573)**	**457.603**	**(131.036)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	34.515	62.088	418.311	549.347
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	1.248	34.515	875.914	418.311
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		**(33.267)**	**(27.573)**	**457.603**	**(131.036)**
Transações que não afetaram caixa					
Adição ao imobilizado e intangível		–	2	811	3.543
Derivativos		–	(30.883)	(11.801)	(30.883)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SBF S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendem a Companhia controladora, Grupo SBF S.A., e suas controladas denominadas em conjunto "Grupo" ou "Grupo SBF". O Grupo SBF tem como principais atividades o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, prestação de serviço logístico, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2024. A lista das controladas do Grupo SBF é apresentada abaixo:

	Participação Societária				
	Direta		Indireta		
Controladas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**Atividade**
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("SBF Comércio")	100%	99,96%	–	–	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia")	–	100%	100%	–	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	–	–	100%	100%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda. ("VBLOG")	100%	99,00%	–	–	Serviços logísticos
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda. ("Pine")	–	100%	–	–	Empreendimentos e participações
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equiptos e Acessórios Ltda. ("Premier")	100%	–	–	100%	Comércio esportivo
Store Engenharia e Instalações Ltda. ("Store")	–	100%	–	–	Serviços de engenharia
Network Participações S.A. ("Network")	100%	100%	–	–	*Holding*
Neotv Prod. e Com. de Cont. Audiovisual e Serv. Digitais S.A. ("NeoTV")	–	–	100%	79,97%	Produção Audiovisual
Fatality Tv Prod. e Com. Audiovisual e Serviços Digitais S.A. ("Fatality")	–	–	–	100%	Produção Audiovisual
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A. ("Acelerados")	–	–	51%	51%	Produção Audiovisual
Falcão Prod. e Com. de Cont. S.A. ("Falcão")	–	–	–	51%	Produção Audiovisual
FitDance Entretenimento Ltda. ("Fitdance")	–	–	100%	100%	Produção de filmes para publicidade

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão apresentadas na Nota 15. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Consolidação:** O Grupo detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controladora no patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. **2.4 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. O Grupo não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. **2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** Em 2023, o Grupo avaliou as emendas aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2023. As principais alterações são: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 -** Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **• Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. • Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. **2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajadas pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **a) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 -"*Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **b) Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação *("sale and leaseback")*. Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **c) Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.7 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") do Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A Administração determinou que o CEO do Grupo é o CODM, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e análise de informações sobre os resultados operacionais do Grupo, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Exceto pela receita bruta (Nota 30), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita do Grupo é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes do Grupo estão localizados no Brasil. Durante o exercício de 2023 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável. **2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.9 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração,comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Leis Complementares. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Leis Complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas *(impairment)* no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 17. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. **b) Perda *(impairment)* de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacado (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R$ 755.531 (R$ 841.811 em 31 de dezembro de 2022) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas gerados pelas controladas do Grupo SBF. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. **d) Contingências tributárias:** O Grupo mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há também discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo

continua →★



→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **f) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: 5.1.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente:** ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. ***Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. ***Valor justo por meio do resultado:*** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, o Grupo transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve. Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável *(Impairment)* de ativos financeiros:** O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O Grupo considera que este seja baixo ou superior pela agência de *rating* de crédito *Fitch Ratings.* As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2 Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 20) e passivo de arrendamento (Nota 18). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. ***Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. ***Passivos financeiros ao custo amortizado:*** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. ***Hedges de fluxo de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio *(forward points)* é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedge*s de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedge*s de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Gestão de risco financeiro: 5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Diversificação da carteira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/*ratings*
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial do Grupo dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos operacionais - Notional (NDF)	(1.438.615)	(1.644.665)

Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2023, foi apurada perda de R$ 26.958 (R$ 15.157 em 31 de dezembro de 2023). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

	Instrumento de *hedge*			Objeto de *hedge*	
Vencimentos	**Moeda**	**Notional**	**Valor justo**	**Operação**	**Vencimentos estimados**
De 24/01/2024 a 18/12/2024	USD	(1.438.615)	(87.804)	Pedido de Importações de mercadorias	De 24/01/2024 a 18/12/2024
Total consolidado		**(1.438.615)**	**(87.804)**		

Valor justo

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2023, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(254.668)	Comprado	(8.650)	18/12/2024	ABC
NDF	(583.806)	Comprado	(36.969)	18/12/2024	Bradesco
NDF	(214.209)	Comprado	(4.004)	18/12/2024	BTG
NDF	(165.665)	Comprado	(12.614)	18/12/2024	HSBC Brasil
NDF	(240.537)	Comprado	(16.946)	18/12/2024	Itaú
NDF	(188.795)	Comprado	(14.386)	18/12/2024	Votorantim
NDF	44.547	Vendido	694	18/12/2024	ABC
NDF	29.778	Vendido	1.143	18/12/2024	Bradesco
NDF	109.256	Vendido	3.295	18/12/2024	BTG
NDF	18.825	Vendido	521	18/12/2024	Itaú
NDF	6.659	Vendido	112	18/12/2024	Votorantim
Total	**(1.438.615)**		**(87.804)**		

Risco de taxas de juros: Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo correspondem a:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota 6)	783.551	375.007
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(201.154)	(168.079)
Debêntures (Nota 20)	(1.396.346)	(965.483)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.593.882)	(1.636.242)

Análise de sensibilidade: O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI do índice DI da B3 (11,65% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (–)	Remoto (–)
	2023	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (Nota 6)	783.551	91.284	114.105	136.926	68.463	45.642
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(201.154)	23.434	(29.293)	(35.151)	(17.576)	(11.717)
Debêntures (Nota 20)	(1.396.346)	162.674	(203.343)	(244.011)	(122.006)	(81.337)
Arrendamentos a pagar	(1.593.882)	185.687	(232.109)	(278.531)	(139.265)	(92.844)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e atacado e por aplicações financeiras. O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito, e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 88,5% (90,2% em 31 de dezembro de 2022) dos recebíveis no balanço do Grupo ,enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 11,5% (9,8% em 31 de dezembro de 2022). Todas as vendas do Grupo nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. O Grupo registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há risco de perda) e *rating* de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos (Nota 6)	1.194	554	52.740	43.052
Meios de pagamento (Nota 6)	–	–	39.623	252
Aplicações financeiras - circulante (Nota 6)	54	33.961	783.551	375.007
Contas a receber (Nota 7)	–	–	1.597.414	1.711.003
Outros ativos (Nota 12)	54.898	50.067	141.098	149.324
Depósitos judiciais (Nota 14)	118	114	411.312	291.673
Total	**56.264**	**84.696**	**3.025.738**	**2.570.311**

Devido à característica de seu negócio, o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. **c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo mantém contratos de antecipação de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía R$ 109.345 de antecipação de recebíveis. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não tinha saldo de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 1.087.874 (R$ 1.099.029 em 31 de dezembro de 2022).

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações a curto prazo	(2.841.671)	(2.948.338)
Caixas e equivalentes (Nota 6)	875.914	418.311
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 9)	–	4.169
Contas a receber (Nota 7)	1.597.414	1.711.003
Total	**(368.343)**	**(814.855)**
Patrimônio líquido	**2.541.586**	**2.409.854**
Índice de endividamento líquido	**14%**	**34%**

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante. ***Exposição ao risco de liquidez:*** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista por meio de venda da carteira de recebíveis. Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam há 150 dias após o recebimento em nosso centro de distribuição e, historicamente, temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores. Assim, a Grupo utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no exercício anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo. A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que 39,06% serão liquidados em curto prazo, ou seja, em até 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 2,14% anual

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.091.681	1.092.723	962.136	130.587	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	263.348	5.955	46.783	67.579	143.031	–
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	1.626.501	46.222	663.761	461.102	455.416	–
Impostos parcelados (Nota 22)	96.073	107.850	8.629	28.832	29.394	40.956	39
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.593.884	2.150.277	52.910	271.805	589.729	518.926	716.907
Outras contas a pagar (Nota 26)	200.321	200.321	200.321	–	–	–	–
Total	**4.642.055**	**5.503.616**	**1.322.904**	**1.157.633**	**1.147.804**	**1.158.329**	**716.946**

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.423.376	1.423.376	1.207.653	215.723	–	–	–
Fornecedores - Risco sacado (Nota 19)	138.171	138.171	119.130	19.041	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	168.079	191.291	4.545	99.084	87.103	559	–
Debêntures (Nota 20)	965.483	1.278.719	28.413	274.656	269.123	528.346	178.181
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.636.242	2.215.962	53.187	273.997	577.059	498.929	812.790
Impostos parcelados (Nota 22)	112.389	130.743	11.217	47.771	33.207	37.771	777
Outras contas a pagar (Nota 26)	280.315	275.669	275.669	–	–	–	–
Total	**4.724.055**	**5.653.931**	**1.699.814**	**930.272**	**966.492**	**1.065.605**	**991.748**

Os fluxos de entradas/saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	201.154	168.079
Debêntures (Nota 18)	1.396.346	965.483
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 6)	(875.914)	(418.311)
Dívida líquida	**721.586**	**715.251**
Total do patrimônio líquido	2.541.586	2.409.854
Capital total	3.263.172	3.125.105
Índice de alavancagem financeira - %	**22%**	**23%**

O Grupo apresentava em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido consolidado positivo de R$ 1.847.053 (R$ 1.578.150 em 31 de dezembro de 2022), ou seja, uma variação positiva de R$ 268.903. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentou lucro antes dos impostos de R$ 189.829 (R$ 218.213 em 31 de dezembro de 2022). **5.2.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3** - *Inputs*, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). ***Valor justo versus valor contábil - Consolidado:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial do Grupo, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2023 e 2022:

		Consolidado 31/12/2023		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixas e bancos (Nota 6)	–	52.740	–	52.740
Meios de pagamento (Nota 6)	Nível 2	39.623	39.623	–
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	783.551	783.551	–
Contas a receber (Nota 7)	–	1.597.414	–	1.597.414
Depósitos judiciais (Nota 14)	–	411.312	–	411.312
Total		**2.884.640**	**823.174**	**2.061.466**
Passivos				
Fornecedores (Nota 19)	–	1.091.681	–	1.091.681
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	–	62.596	–	62.596
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	–	201.154	–	201.154
Debêntures (Nota 20)	–	1.396.346	–	1.396.346
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	87.804	87.804	–
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	–	1.593.884	–	1.593.884
Impostos parcelados (Nota 22)	–	96.073	–	96.073
Total		**4.529.538**	**87.804**	**4.441.734**

		Consolidado 31/12/2022		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	–	43.052	–	43.052
Meios de pagamento (Nota 6)	–	252	–	252
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	375.007	375.007	–
Contas a receber (Nota 7)	–	1.711.003	–	1.711.003
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	4.169	–
Total		**2.133.483**	**379.176**	**1.754.307**
Passivos				
Fornecedores (Nota 19)	–	1.423.376	–	1.423.376
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	–	138.171	–	138.171
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	–	168.079	–	168.079
Debêntures (Nota 20)	–	965.483	–	965.483
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	39.612	–
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	–	1.636.242	–	1.636.242
Impostos parcelados (Nota 22)	–	112.389	–	112.389
Total		**4.483.352**	**39.612**	**4.443.740**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, os meios de pagamentos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - "CDB" remunerados por taxas que variam aproximadamente em 89,99% para aplicações diárias (53,75% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI".
6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixas	–	–	6.292	6.514
Bancos	1.194	554	46.448	36.538
Meios de pagamento (a)	–	–	39.623	252
Aplicações financeiras	54	33.961	783.551	375.007
Total	**1.248**	**34.515**	**875.914**	**418.311**

(a) Meios de pagamento referem-se às carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas do contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Administradora de cartão de crédito (a)	–	–	1.414.484	1.557.855
Duplicatas a receber - atacado	–	–	183.802	154.583
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 25)	16.998	30.485	–	–
Subtotal	**16.998**	**30.485**	**1.598.286**	**1.712.438**
Provisão para perda esperada do contas a receber	–	–	(872)	(1.435)
Total	**16.998**	**30.485**	**1.597.414**	**1.711.003**

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. O Grupo possui contratos que permitem a venda de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que o Grupo entende que tem a necessidade de caixa imediato. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito. O valor das comissões sobre as operações de vendas de recebíveis realizadas ao longo do ano, sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 33 no montante de R$ 16.669 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 466 em 31 de dezembro de 2022). O saldo da rubrica "contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. Em 31 de dezembro de 2023, 88,5% dos recebíveis do Grupo são decorrentes de operações com cartão de crédito que correspondem ao montante total de R$ 1.414.484 (R$ 1.557.855 em 31 de dezembro de 2022). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	(1.435)	(3.138)
Constituição	(5.154)	(1.994)
Reversão	4.049	2.991
Perda efetiva	1.485	706
Baixas	183	–
Saldo final	**(872)**	**(1.435)**

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado	183.777	0,43%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	1.414.484	0,00%	–	Não
Total	**1.598.286**		**(872)**	

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	947	100,00%	(947)	Sim
Recebíveis de atacado	154.583	0,28%	(488)	Não
Recebíveis de varejo	1.556.908	0%	–	Não
Total	**1.712.438**		**(1.435)**	

A seguir apresentamos o *aging list* consolidado:

Aging	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos acima de 120 dias	7.692	1.468
Vencidos acima de 90 dias	1.047	3.049
Vencidos até 90 dias	1.392	820
Vencidos até 60 dias	1.271	6.722
Vencidos até 30 dias	5.951	11.674
A vencer até 30 dias	769.361	758.139
A vencer de 31 a 60 dias	318.513	340.890
A vencer de 61 a 90 dias	188.263	198.005
A vencer de 91 a 120 dias	121.482	119.596
A vencer acima de 121 a 180 dias	112.818	153.007
A vencer de 181 a acima de 365 dias	70.496	119.068
Total	**1.598.286**	**1.712.438**

8. ESTOQUES - CONSOLIDADO

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. O ajuste ao valor realizável dos estoques do Grupo é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas.
8.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria de revenda (lojas)	873.703	791.452
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	768.582	542.763
Importação em andamento	67.195	405.054
Almoxarifado	10.545	6.345
Subtotal	**1.720.025**	**1.745.614**
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(20.686)	(8.612)
Total	**1.699.339**	**1.737.002**

continua→★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Movimentação das perdas nos valores realizáveis

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(8.613)	(19.520)
Adição	(68.602)	(46.948)
Perdas efetivas nos estoques	56.529	57.856
Saldo final	**(20.686)**	**(8.612)**

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de *hedge* do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (*hedge*). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - Ativo	–	4.169
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - Passivo	(87.804)	(39.612)
Total	**(87.804)**	**(35.443)**

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR - CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (a)	363.354	451.422
PIS	31.342	36.150
COFINS	140.401	162.375
IRRF	32.268	11.521
INSS	10.731	10.178
Outros	364	585
Total	**578.460**	**672.231**
Circulante	**390.649**	**525.351**
Não circulante	**187.811**	**146.880**

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R$ 363.354, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R$ 217.282 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Utilização
Até 12 meses	217.282
Acima de 12 meses	146.072
Total	**363.354**

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL sobre selic	30.764	93.055
IRPJ/CSLL	31.790	49.055
Total	**62.554**	**142.110**
Circulante	**39.067**	**49.055**
Não circulante	**23.487**	**93.055**

12. OUTROS ATIVOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Marketing a apropriar	37.728	26.984
Contencioso indenizável	37.688	34.351
Despesas antecipadas	32.169	35.638
Prêmios de seguros a apropriar	11.455	8.558
Depósito em garantia - Aquisição NWB	6.824	7.216
Bônus de subscrição One Fan	7.250	7.250
Outros valores a receber	1.775	10.333
Adiantamento para fornecedores	4.096	967
Adiantamento para colaboradores	2.113	1.221
Adiantamento para despachante aduaneiro	–	16.806
Total	**141.098**	**149.324**
Circulante	**86.341**	**81.597**
Não circulante	**54.757**	**67.727**

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDOS - CONSOLIDADO

13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14.2. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Grupo adotou as alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - *Income taxes*) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, o Grupo não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

13.2 Composição

	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	401.151	407.935	–	–	401.151	407.935
Provisões gerais e contingências	129.794	124.141	(9.877)	(8.231)	119.917	115.910
Provisão para estoques	18.127	21.239	–	–	18.127	21.239
Provisão de bônus	20.788	14.593	–	–	20.788	14.593
Depreciação/arrendamento	334.113	314.915	(209.447)	(181.790)	124.666	133.125
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473
Mais-valia Fitdance	–	–	(1.142)	(1.493)	(1.142)	(1.493)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	–	–	(93.660)	–	(93.660)	–
Diferido sobre *hedge*	13.887	–	–	–	13.887	–
Lucro nos estoques	131.305	131.305	–	–	131.305	131.305
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**1.120.215**	**1.085.178**	**(375.703)**	**(253.091)**	**744.512**	**832.087**
Montante passível de compensação	**(364.684)**	**(243.367)**	**364.684**	**243.367**	**–**	**–**
Imposto líquido ativo (passivo)	**755.531**	**841.811**	**(11.019)**	**(9.724)**	**744.512**	**832.087**

(a) No 2º trimestre de 2023 foi proferida decisão judicial em favor da Companhia reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras um crédito de impostos a recuperar no montante de R$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, a Companhia reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. O efeito no resultado da Companhia é de R$ 2.754. **Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de projeção:** O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo nos exercícios demonstrados no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. Conforme política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis nos próximos 10 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo (consolidado):

Ano	SBF Comércio	Fisia	Demais empresas	31/12/2023
2024	–	19.404	988	20.392
2025	775	31.641	2.442	34.858
2026	13.245	44.379	2.994	60.618
2027	15.589	45.539	3.186	64.314
2028	24.310	43.542	3.631	71.483
2029	33.709	50.001	4.120	87.830
2030	50.919	63.351	4.921	119.191
2031	54.823	24.648	5.194	84.665
2032	69.392	–	5.786	75.178
2033 (*)	–	–	137.002	137.002
Total	**262.762**	**322.505**	**170.264**	**755.531**

(*) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de compra e venda de mercadorias *intercompany*. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 10º ano.

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 8,6%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 10 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 744.512. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 13,17% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

	2023		2022	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	798.671	271.548	339.015	115.265
Despesas temporárias	130.732	44.449	196.923	66.954
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	**929.403**	**315.997**	**535.938**	**182.219**

Os efeitos tributários dos ativos fiscais não reconhecidos estão sendo demonstrado por natureza abaixo:

Descrição	Base não constituído	Diferido não constituído
Prejuízo fiscal	798.672	271.548
Depreciação/arrendamento	107.636	36.596
Provisões gerais e contingências	10.705	3.639
Provisão de bônus	48.542	16.505
Provisão para estoques	(11.544)	(3.925)
Ágio	(27.863)	(9.473)
Diferido não constituído	**926.148**	**314.890**

As informações no nível das controladas estão demonstradas abaixo:

	Grupo SBF S.A (Controladora)		SBF Comércio		Fisia		Demais empresas (*)		Consolidado	
2023	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	160.655	54.623	320.004	108.801	143.479	48.783	174.533	59.341	798.671	271.548
Despesas temporárias	15.057	5.119	101.460	34.496	–	–	14.215	4.833	130.732	44.449
Total	**175.712**	**59.742**	**421.464**	**143.297**	**143.479**	**48.783**	**188.748**	**64.174**	**929.403**	**315.997**

(*) Dentro das demais empresas está contido NWB, VBlog e Premier.

Movimento das diferenças temporárias: A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	407.935	(6.310)	–	(474)	–	401.151
Provisões gerais e contingências	115.910	4.006	–	–	–	119.917
Provisão para estoques	21.239	(3.112)	–	–	–	18.127
Provisão de bônus	14.593	6.195	–	–	–	20.788
Depreciação/arrendamento	133.125	(8.459)	–	–	–	124.666
Ágio	9.473	–	–	–	–	9.473
Mais-valia Fitdance	(1.493)	–	351	–	–	(1.142)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	–	(93.660)	–	–	–	(93.660)
Diferido sobre *hedge*	–	–	–	–	13.887	13.887
Lucro nos estoques	131.305	–	–	–	–	131.305
Imposto líquido ativo (passivo)	**832.087**	**(101.340)**	**351**	**(474)**	**13.887**	**744.512**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	169.146	205.020	189.829	218.213
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(57.510)	(69.707)	(64.542)	(74.192)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	–	(7.423)	(11.115)	(26.323)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal exercício corrente	–	–	102.531	63.882
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	–	–	67.942	–
Receitas não tributáveis	4	4.905	12.083	38.469
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	63.805	88.169	313	–
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(5.995)	(16.548)	(128.873)	(18.864)
Efeito IR sobre gratificação à administradores	–	600	260	600
PAT	–	–	–	2.288
Outros	(305)	1	384	529
Imposto de renda e contribuição social	**(1)**	**(3)**	**(21.017)**	**(13.611)**
Corrente	–	–	80.323	(127.140)
Diferido	(1)	(3)	(101.340)	113.529
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**-11%**	**-6%**

(a) Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a controlada indireta Fisia passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada indireta Fisia reconheceu o valor de incentivo fiscal retroativo aos últimos 5 anos no montante de R$ 199.830. Esse reconhecimento ocorreu integralmente no exercício de 2023 e não afetou a apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de exercícios anteriores.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS - CONSOLIDADO

14.1 Política contábil: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **14.2 Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	235.859	122.741	(3.744)	(26.470)	328.386
Depósitos judiciais - Rendimentos	52.092	33.812	(130)	(5.828)	79.946
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.722	47	(514)	(275)	2.980
Total	**291.673**	**156.600**	**(4.388)**	**(32.573)**	**411.312**

(a) Durante o exercício de 2022 foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Em relação a 2023, em montante inferior, também foram realizados depósitos diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pelo Grupo. As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	109.980	130.154	–	(4.275)	235.859
Depósitos judiciais - Rendimentos	34.547	18.148	(102)	(501)	52.092
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.922	997	(1.118)	(79)	3.722
Total	**148.449**	**149.299**	**(1.220)**	**(4.855)**	**291.673**

Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível/Consumidor (a)	11.715	9.987	(9.679)	(6.874)	5.149
Trabalhistas (b)	30.425	11.152	(12.411)	(3.120)	26.046
Tributário (c)	517.573	58.767	(2.238)	(90)	574.012
Total	**559.713**	**79.906**	**(24.328)**	**(10.084)**	**605.207**

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde o Grupo perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os exercícios (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota). As movimentações dos saldos das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Cível / Consumidor (a)	7.868	9.884	(3.208)	(2.829)	11.715
Trabalhistas (b)	39.487	10.682	(8.713)	(11.031)	30.425
Tributário (c)	572.076	36.569	(29.636)	(61.436)	517.573
Total	**619.431**	**57.135**	**(41.557)**	**(75.296)**	**559.713**

***a.* Processos de natureza cível/consumidor:** São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui R$ 5.149 (R$ 11.715 em 31 dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 76.549 (R$ 52.631 em 31 dezembro de 2022) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo. ***b.* Processos de natureza trabalhista:** Tratam-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui R$ 26.046 (R$ 30.425 em dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 96.293 (R$ 70.703 em 31 de dezembro de 2022) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. ***c.* Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2023, o total de débitos tributários, que são classificados como perda provável, perfaz o montante de R$ 574.012 (R$ 517.573 em 31 de dezembro de 2022). Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há outras discussões que envolvem ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal. Além disso, diante do julgamento desfavorável do STF nas ADIs 7066, 7078 e 7070 que tratam sobre a possibilidade de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) em 2022, houve alteração do prognóstico de perda dos processos e, consequente, provisionamento dos valores que não foram declarados e recolhidos no montante de R$ 17.725. **Passivos contingentes: Processos federais:** Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R$ 878.080 (R$ 463.973 em dezembro de 2022), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2023	31/12/2022
FGTS (a)	101.209	95.932
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL (b)	222.695	95.380
IRPJ e CSLL (c)	130.387	116.741
PIS/COFINS (d)	251.369	32.664
IOF (e)	8.781	8.072
INSS (f)	144.417	95.968
Outros (g)	19.222	19.216
Total	**878.080**	**463.973**

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho de 2004 a 2017, no montante de R$ 101.209. **(b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL -** Existem discussões no montante de R$ 41.285 (R$ 38.875 em 31 de dezembro de 2022) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e R$ 116.516 por débitos incluídos no programa especial de regularização. Existe também a discussão no montante de R$ 63.287 (R$ 54.966 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R$ 1.607 (R$ 1.539 em 31 de dezembro de 2022) referente à multa agravada. **(c) IRPJ e CSLL -** O Grupo possui discussões no montante de R$ 47.516 (R$ 42.259 em 31 de dezembro de 2022) sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011, a título de incentivos fiscais e dos ajustes de estoque, ocorridos nos períodos de 2009 e 2010, além de discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, compensações não homologadas, entre outros. Discute também o montante de R$ 81.254 (R$ 74.482 em 31 de dezembro de 2022), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais, além de discussões no R$ 1.617 acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas. **(d) PIS/COFINS -** Discute-se o montante de R$ 35.509 (R$ 32.664 em 31 de dezembro de 2022) acerca de compensações não homologadas referentes aos períodos entre 2008, 2012 a 2017, em razão de supostas divergências nas declarações e R$ 215.860 referente a discussão de tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R$ 69.891 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 33.393 em 31 de dezembro de 2022). **(e) IOF -** Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico, do período de 2014 e 2015 no valor de R$ 8.781. **(f) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R$ 3.127 (R$ 2.880 em 31 de dezembro de 2022). Discute-se, ainda, o montante de R$ 141.290 (R$ 93.088 em 31 de dezembro de 2022), referentes às compensações não homologadas e multa, relativos a créditos de verbas previdenciárias de 2013 a 2022. **(g) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 19.222 (R$ 19.216 em 31 de dezembro de 2022). **Processos estaduais:** O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui 15,7% (18,3% em 31 de dezembro de 2022) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de cobrança de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 354.099 (R$ 380.944 em 31 de dezembro 2022), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. **Processos municipais:** O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 5.323 (R$ 4.528 em 31 de dezembro de 2022), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os períodos de 2014 a 2016. **Contingências restituíveis:** Existem no contrato de aquisição entre o Grupo e a controlada Fisia, contingências trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais podem ser restituíveis, caso venha a ter desembolso de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisia, totalizando um valor original de R$ 33.660 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de "outros valores a receber" de igual valor. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de contingências restituíveis é de R$ 36.461 (R$ 33.823 em 31 de dezembro de 2022). Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pelo qual esse passivo seria reconhecido, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

15. INVESTIMENTOS E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

15.1 Política contábil: ***(i) Combinações de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, *inputs* e processos substantivos que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar outputs. O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação. ***(ii) Controladas:*** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. ***(iii) Transações com participações de não controladores:*** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". ***(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. ***(v) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***(vi) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:*** - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; - Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e - Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

15.2 Composição:

	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	2.349.640	2.205.672
VBLOG	15.630	28.122
Network	61.796	64.450
Premier	6.282	(24.213)
Total	**2.433.348**	**2.274.031**
Composição		
Investimentos	2.433.348	2.298.244
Investimentos negativos em controladas	–	(24.213)
Total	**2.433.348**	**2.274.031**

Controladas	Participação no patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição/mais-valias	Saldo em 31/12/2023
SBF Comércio	2.349.640		2.349.640
VBLOG	15.630	–	15.630
Premier	6.282	–	6.282
Network	7.961	53.835	61.796
Total	**2.379.513**	**53.835**	**2.433.348**

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas.

31/12/2023

Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro *Intercompany*	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro *Intercompany*	Equivalência
SBF Comércio	100%	6.319.360	3.762.907	2.556.453	(206.813)	2.349.640	173.880	3.255	177.135
VBLOG	100%	90.175	72.769	17.406	(1.776)	15.630	(3.680)	(7.334)	(11.014)
Premier	100%	332.362	326.080	6.282	–	6.282	30.495	–	30.495
Network	100%	16.014	8.053	7.961	–	7.961	(6.668)	–	(6.668)
Total		**6.757.911**	**4.169.809**	**2.588.102**	**(208.589)**	**2.379.513**	**194.027**	**(4.079)**	**189.948**

Movimento	Saldo em 01/01/2023	Aumento de capital	ORA	Contribuição de capital	Dividendos/JCP	Amortização PPA	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
SBF Comércio	2.205.672	–	(11.801)	4.195	(25.561)	–	177.135	2.349.640
VBLOG	28.122	–	–	–	(1.478)	–	(11.014)	15.630
Premier	(24.213)	–	–	–	–	–	30.495	6.282
Network	64.450	6.300	–	–	–	(2.286)	(6.668)	61.796
Total	**2.274.031**	**6.300**	**(11.801)**	**4.195**	**(27.039)**	**(2.286)**	**189.948**	**2.433.348**

31/12/2022

Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro *Intercompany*	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro *Intercompany*	Equivalência
SBF Comércio	100%	8.209.736	5.749.177	2.460.559	(255.935)	2.204.624	40.045	(95.668)	(55.623)
VBLOG	100%	107.865	85.301	22.564	5.558	28.122	6.228	15.082	21.310
Store	100%	–	–	–	–	–	(12.734)	–	(12.734)
Pine	100%	–	–	–	–	–	33.537	–	33.537
Fisia	100%	–	–	–	–	–	278.636	–	278.636
Premier	100%	1.693.023	1.717.236	(24.213)	–	(24.213)	14.789	–	14.789
Network	100%	21.226	12.324	8.902	–	8.902	(16.579)	–	(16.579)
Total		**10.031.850**	**7.564.038**	**2.467.812**	**(250.377)**	**2.217.435**	**343.922**	**(80.586)**	**263.336**

Movimento	Saldo em 01/01/2022	Aquisição minoritários	Aumento de capital	ORA	Distribuição de dividendos	Amortização PPA	Equivalência	Incorporação	Mudança de controle Fisia	Saldo em 31/12/2022
SBF Comércio	900.154	–	–	18.549	–	(117)	(55.623)	–	1.342.709	2.205.672
VBLOG	6.812	–	–	–	–	–	21.310	–	–	28.122
Store	(282.606)	–	–	–	–	–	(12.734)	295.340	–	–
Pine	(72.539)	–	–	–	–	–	33.537	39.002	–	–
Fisia	1.854.009	–	–	(48.172)	(442.207)	(3.212)	278.636	(295.340)	(1.343.714)	–
Premier	–	–	–	–	–	–	14.789	(39.002)	–	(24.213)
Network	65.723	5.993	10.000	–	–	(687)	(16.579)	–	–	64.450
Total	**2.471.553**	**5.993**	**10.000**	**(29.623)**	**(442.207)**	**(4.016)**	**263.336**	**–**	**(1.005)**	**2.274.031**

continua→★



→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Durante o exercício de 2023, a vida útil estimada de certos itens do ativo imobilizado do Grupo, foi reavaliada, tomando como base laudo de reavaliação de vida útil, contratado com empresa independente e especializada. O efeito líquido da mudança de estimativa contábil com impacto no exercício corrente é de uma diminuição na despesa de depreciação de R$ 14.999. Assumindo que tais ativos serão mantidos até o final de suas vidas úteis estimadas, a despesa de depreciação dos anos seguintes em relação a esses ativos será diminuída (acrescida) pelos seguintes montantes:

	Consolidado
2024	(14.966)
2025	(12.923)
2026	(9.847)
2027	(7.098)
2028	1.654
2029	10.222
2030	15.930
2031	13.252
2032	8.874

Impairment: Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos. **16.2 Composição**

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	224.381	(159.675)	64.706	69.437
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	75.324	(47.204)	28.120	22.716
Móveis e utensílios	8	312.589	(145.662)	166.927	142.182
Veículos	20	2.727	(2.727)	–	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	935.178	(584.674)	350.504	319.274
Imobilizado em andamento	(a)	172	–	172	18.342
Total		**1.550.371**	**(939.942)**	**610.429**	**571.951**

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	208.628	3.154	(792)	13.391	224.381
Máquinas, equipamentos e ferramentas	68.839	491	(2.586)	8.580	75.324
Móveis e utensílios	272.661	982	(4.108)	43.054	312.589
Veículos	2.727	–	–	–	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	878.704	2.662	(17.698)	71.510	935.178
Imobilizado em andamento (a)	18.342	118.365	–	(136.535)	172
Custo do imobilizado	**1.449.901**	**125.654**	**(25.184)**	**–**	**1.550.371**
Computadores e periféricos	(139.191)	(21.252)	768	–	(159.675)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(46.123)	(3.597)	2.516	–	(47.204)
Móveis e utensílios	(130.479)	(18.648)	3.465	–	(145.662)
Veículos	(2.727)	–	–	–	(2.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(559.430)	(42.523)	17.279	–	(584.674)
Depreciação	**(877.950)**	**(86.020)**	**24.028**	**–**	**(939.942)**
Total do imobilizado líquido	**571.951**	**39.634**	**(1.156)**	**–**	**610.429**

(a) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de novas lojas, lojas que estão sendo reformadas e abertura do novo centro de distribuição Fisia. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis à medida que as obras se encerram e as lojas/CD são inaugurados. A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição Fitdance	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	171.522	17.526	(468)	19.998	50	208.628
Máquinas, equipamentos e ferramentas	66.164	9.472	(376)	(6.486)	65	68.839
Móveis e utensílios	230.765	16.294	(3.426)	29.025	3	272.661
Veículos	2.727	–	–	–	–	2.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	747.591	48.343	(8.344)	91.114	–	878.704
Imobilizado em andamento (a)	13.362	138.631	–	(133.651)	–	18.342
Custo do imobilizado	**1.232.131**	**230.266**	**(12.614)**	**–**	**118**	**1.449.901**
Computadores e periféricos	(117.121)	(22.359)	289	–	–	(139.191)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(48.568)	(3.439)	5.884	–	–	(46.123)
Móveis e utensílios	(115.962)	(17.385)	2.868	–	–	(130.479)
Veículos	(2.704)	(23)		–	–	(2.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(517.664)	(47.620)	5.854	–	–	(559.430)
Depreciação	**(802.019)**	**(90.826)**	**14.895**	**–**	**–**	**(877.950)**
Total do imobilizado líquido	**430.112**	**139.440**	**2.281**	**–**	**118**	**571.951**

17. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

17.1 Política contábil: Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente em 30 de setembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **Marcas e patentes:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Fundo de comércio:** Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Físia. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Tecnologia (*Know-how*):** Juntamente com a aquisição do grupo Network ("NWB"), o Grupo SBF adquiriu um contrato de criação de conteúdo digital direcionado ao público do esporte. Para que a maior parte da receita da NWB aconteça, faz-se necessário um conjunto de conhecimentos, capacidades e habilidades que somadas (*know-how*) são capazes de produzir conteúdos em formato audiovisual atrativos para o público alvo de cada canal próprio da NWB. Esse contrato foi mensurado na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios e sua vida útil definida foi de 10 anos. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos
Marcas e patentes	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

17.2 Composição

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(12.666)	5.588	7.301
Software	20	635.451	(303.092)	332.359	274.526
Marcas direito e patente	10	7.425	(339)	7.086	7.382
Software em andamento	–	82	–	82	472
Contrato de distribuição	10	164.821	(50.820)	114.001	130.483
Carteira de clientes	10	4.024	(1.416)	2.608	3.262
Tecnologia	10	11.618	(3.292)	8.326	9.488
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		53.541	–	53.541	54.539
Total		**895.216**	**(371.625)**	**523.591**	**487.453**

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	18.502	–	(248)	–	18.254
Software	504.701	6.343	(2.802)	127.209	635.451
Marcas direito e patente	7.425	–	–	–	7.425
Software em andamento	472	126.819	–	(127.209)	82
Contrato de distribuição	164.821	–	–	–	164.821
Carteira de clientes	4.024	–	–	–	4.024
Tecnologia	11.618	–	–	–	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	54.539	–	(998)	–	53.541
Custo do intangível	**766.102**	**133.162**	**(4.048)**	**–**	**895.216**
Fundo de comércio	(11.201)	(1.713)	248	–	(12.666)
Software	(230.175)	(75.718)	2.801	–	(303.092)
Marcas direito e patente	(43)	(296)	–	–	(339)
Contrato de distribuição	(34.338)	(16.482)	–	–	(50.820)
Carteira de clientes	(762)	(654)	–	–	(1.416)
Tecnologia	(2.130)	(1.162)	–	–	(3.292)
Amortização	**(278.649)**	**(96.025)**	**3.049**	**–**	**(371.625)**
Total do intangível líquido	**487.453**	**37.137**	**(999)**	**–**	**523.591**

Composição do ágio

O ágio identificado nas aquisições, é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs); Segue um resumo da alocação do ágio por nível de UGC:

	31/12/2023
NWB	46.850
Fitdance	6.691
Total	**53.541**

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, o valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados indícios de Impairment no ágio.

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição Fitdance	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	16.058	3.249	(2.005)	1.200	–	18.502
Software	365.098	134.184	(2)	4.268	1.153	504.701
Marcas direito e patente	5.930	–	(501)	–	1.996	7.425
Software em andamento	2.377	3.563	–	(5.468)	–	472
Contrato de distribuição	164.821	–	–	–	–	164.821
Carteira de clientes	2.008	–	–	–	2.016	4.024
Tecnologia	11.618	–	–	–	–	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	40.115	7.732	–	–	6.692	54.539
Custo do intangível	**608.025**	**148.728**	**(2.508)**	**–**	**11.857**	**766.102**
Fundo de comércio	(11.984)	(1.223)	2.006	–	–	(11.201)
Software	(171.983)	(58.196)	4	–	–	(230.175)
Marcas direito e patente	(187)	–	144	–	–	(43)
Contrato de distribuição	(17.856)	(16.482)	–	–	–	(34.338)
Carteira de clientes	(33)	(729)	–	–	–	(762)
Tecnologia	(2.152)	22	–	–	–	(2.130)
Amortização	**(204.195)**	**(76.608)**	**2.154**	**–**	**–**	**(278.649)**
Total do intangível líquido	**403.830**	**72.120**	**(354)**	**–**	**11.857**	**487.453**

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

18.1 Política contábil: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: – pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; – pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; – valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e – o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. ***Pagamentos de arrendamentos variáveis:*** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. ***Opções de prorrogação e extinção:*** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **18.2 Composição:** O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos	
Centros de distribuição	9
Edifícios administrativos	4
Veículos	55
Lojas	248
Total	**316**

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**1.403.060**	**25.112**	**1.428.172**
(+) Novos contratos e remensuração	208.086	889	208.975
(–) Amortização	(228.965)	(4.272)	(233.237)
(–) Baixas de contratos	(59.251)	–	(59.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.322.930**	**21.729**	**1.344.659**

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro 2022	**1.298.644**	**29.198**	**1.327.842**
(+) Novos contratos e remensuração	287.456	–	287.456
(–) Amortização	(183.040)	(3.306)	(186.346)
(–) Baixas de contratos	–	(780)	(780)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.403.060**	**25.112**	**1.428.172**

b. Arrendamentos a pagar: A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**1.609.490**	**26.752**	**1.636.242**
(+) Novos contratos e remensuração	208.086	889	208.975
(+) Apropriação juros incorridos	133.827	572	134.399
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(311.482)	(5.304)	(316.786)
(–)Descontos obtidos	(2.259)	–	(2.259)
(–) Baixas de contratos	(66.689)	–	(66.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.570.973**	**22.909**	**1.593.882**
Circulante	**174.847**	**8.071**	**182.918**
Não circulante	**1.396.126**	**14.838**	**1.410.964**

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**1.460.220**	**30.441**	**1.490.661**
(+) Novos contratos e remensuração	287.456	–	287.456
(+) Apropriação juros incorridos	129.618	1.811	131.429
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(257.696)	(4.690)	(262.386)
(–) Descontos obtidos	(10.108)	–	(10.108)
(–) Baixas de contratos	–	(810)	(810)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.609.490**	**26.752**	**1.636.242**
Circulante	**273.477**	**4.595**	**278.072**
Não circulante	**1.336.013**	**22.157**	**1.358.170**

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	174.847	8.071	182.918
Entre 1 e 5 anos	777.529	14.838	792.367
Mais de 5 anos	618.597	–	618.597
Total	**1.570.973**	**22.909**	**1.593.882**

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	273.477	4.595	278.072
Entre 1 e 5 anos	863.721	22.157	885.878
Mais de 5 anos	472.292	–	472.292
Total	**1.609.490**	**26.752**	**1.636.242**

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu o montante de R$ 126.430 (R$ 80.764 em 31 de dezembro de 2022) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação e desconto sobre arrendamento (Nota 32). **c. Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	182.918	200.174	197.327	202.247	811.216
Fluxo com projeção de inflação	191.094	207.980	204.233	209.326	839.610
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	1.344.659	1.089.011	884.553	698.800	612.530
Fluxo com projeção de inflação	1.405.074	1.131.822	915.851	723.596	633.969
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	134.399	122.026	104.643	87.604	112.847
Fluxo com projeção de inflação	140.407	126.785	108.306	90.670	116.797
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (r2)	233.237	217.796	200.624	183.810	508.838
Fluxo com projeção de inflação	243.661	226.290	207.646	190.244	526.647
Variação	**4,47%**	**3,90%**	**3,50%**	**3,50%**	**3,50%**

19. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

19.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros. O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado *(reverse finance operation)* por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **19.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias para revenda	957.338	1.186.330
Fornecedores de materiais de consumo	134.343	237.046
Subtotal	**1.091.681**	**1.423.376**
Operações de "risco sacado"	62.596	138.171
Total	**1.154.277**	**1.561.547**

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

20.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

20.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Capital de giro	24.404	77.232
Financiamento de bens	4.306	8.850
Empréstimos e financiamentos	**28.710**	**86.082**
Debêntures	595.294	191.836
Total passivo circulante	**624.004**	**277.918**
Passivo não circulante		
Capital de giro	172.048	77.809
Financiamento de bens	396	4.188
Empréstimos e financiamentos	**172.444**	**81.997**
Debêntures	801.052	773.647
Total passivo não circulante	**973.496**	**855.644**
Total empréstimos e financiamentos	**201.154**	**168.079**
Total debêntures	**1.396.346**	**965.483**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.597.500**	**1.133.562**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2023	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2023
Capital de giro	155.041	194.248	(154.784)	(31.542)	31.650	1.839	196.452
Financiamento de bens	13.038	–	(8.303)	(2.509)	2.429	47	4.702
Empréstimos e financiamentos	**168.079**	**194.248**	**(163.087)**	**(34.051)**	**34.079**	**1.886**	**201.154**
Debêntures	965.483	586.848	(176.666)	(170.014)	184.664	6.031	1.396.346
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	**1.133.562**	**781.096**	**(339.753)**	**(204.065)**	**218.743**	**7.917**	**1.597.500**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Aquisição FitDance	31/12/2022
Capital de giro	276.185	–	(122.296)	(33.679)	32.800	1.631	400	155.041
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	–	–	13.038
Empréstimos e financiamentos	**294.993**	**2.536**	**(130.601)**	**(36.228)**	**35.348**	**1.631**	**400**	**168.079**
Debêntures	528.785	496.098	(76.667)	(109.648)	124.087	2.828	–	965.483
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	**823.778**	**498.634**	**(207.268)**	**(145.876)**	**159.435**	**4.459**	**400**	**1.133.562**

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	% (média ponderada)	2023 Valor original	2023 Valor contábil circulante	2023 Valor contábil não circulante	2022 Valor original	2022 Valor contábil circulante	2022 Valor contábil não circulante
Capital de giro	R$	105% CDI a.a - 100% CDI + 4,29% a.a	205.119	24.404	172.048	236.619	77.232	77.809
Financiamento de bens	R$	100% CDI + 5,79% a.a a 100% CDI +7,31% a.a	20.161	4.306	396	28.043	8.850	4.188
Empréstimos e financiamentos			**225.280**	**28.710**	**172.444**	**264.662**	**86.082**	**81.997**
Debêntures	R$	100% CDI + 2,25 % a.a	1.624.000	595.294	801.052	1.030.000	191.836	773.647
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			**1.849.280**	**624.004**	**973.496**	**1.294.662**	**277.918**	**855.644**

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía 60,94% (75,48% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 14,04% em 31 de dezembro de 2023 (14,87% em 31 de dezembro de 2022). **Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais o Grupo vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas demonstrações financeiras. Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). O Grupo cumpriu com esse covenant durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a proporção da dívida líquida em relação EBITDA foi de 0,77x (em 31 de dezembro de 2022 - 0,4x). **Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento:**

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	24.404	48.662	48.979	74.407	196.452
Financiamento de bens	4.306	396	–	–	4.702
Debêntures (a)	595.294	389.894	244.596	166.562	1.396.346
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	**624.004**	**438.952**	**293.575**	**240.969**	**1.597.500**

(a) Captações ocorridas durante o ano: Em 15 de março 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 320.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 1,60% ao ano e pagamento do principal em uma única parcela, em 27 de março de 2024, e o pagamento dos juros no período de 6 em 6 meses, iniciado em setembro de 2023 e março de 2024. Em 05 de maio 2023, com o mesmo propósito, o Grupo contratou com instituição financeira a 1° emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, para colocação privada no valor total de R$ 100.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondente a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização do seu principal em parcelas mensais iniciadas em maio de 2024, e o pagamento mensal dos juros no período de junho de 2023 até maio de 2026. Em 25 de maio 2023, com o mesmo propósito e característica, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 2º emissão de debêntures simples, no valor total de R$ 74.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização mensal do seu principal em parcelas mensais de iniciadas em julho de 2024, tendo seu vencimento final em junho de 2026, e o pagamento mensal dos juros no período de julho de 2023 até junho de 2026. Em 14 de julho de 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia por meio da sua controlada Fisia contratou com o Banco do Brasil S.A. a distribuição da 1º emissão de cédula de crédito bancário, no valor total de R$ 200.000 com prazo de vencimento de 24 de julho de 2026. Em 24 de julho de 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia por meio de sua controlada Fisia, contratou com o banco Votorantim S.A. a distribuição da 3º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R$ 100.000 com prazo de vencimento de 24 de julho de 2026. O custo de captação dos contratos mencionados acima é de R$ 12.905. **Contrato de prestação de garantia:** Em 10 de maio de 2023, a controlada indireta Fisia celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A. contrato de prestação de garantia no montante de USD 28.500 que conta com a Grupo SBF S.A., controladora indireta da Companhia, como devedora solidária ("Contrato de Garantia"), no âmbito do Contrato de Garantia incide comissão de 0,9% ao ano. O Contrato de Garantia deverá ser pago em uma parcela única com vencimento em 7 de maio de 2024.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	5.176	45
COFINS	23.872	247
ICMS	308.652	175.842
ISS	4.107	2.809
IRRF	13.406	11.485
Outros	3.750	2.256
Total	**358.963**	**192.684**

22. IMPOSTOS PARCELADOS - CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos de tributos Estaduais	12.836	16.855
Parcelamentos de tributos Federais	83.237	95.534
Total impostos parcelados	**96.073**	**112.389**
Passivo circulante	**31.677**	**47.030**
Passivo não circulante	**64.396**	**65.359**

As movimentações dos impostos parcelados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

continua→★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

estão demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	**112.389**	**151.746**
Adesão a parcelamento dos impostos	6.259	1.128
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	8.105	5.133
Parcelas pagas	(30.680)	(45.618)
Saldo em 31 de dezembro	**96.073**	**112.389**

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2024	2025	2026	2027 em diante
RJ	2.000	2.597	4.597	2.000	1.955	642	–
MG / SP / Outros	2.756	5.483	8.239	2.756	1.788	1.540	2.155
Total Estaduais	**4.756**	**8.080**	**12.836**	**4.756**	**3.743**	**2.182**	**2.155**
Parcelamentos ordinários	22	99	121	22	22	22	55
Refis lei 11.941	21.856	56.113	77.969	21.856	21.856	21.856	12.401
Outros	5.043	104	5.147	5.044	20	20	63
Total Federais	**26.921**	**56.316**	**83.237**	**26.922**	**21.898**	**21.898**	**12.519**
Total Parcelamentos	**31.677**	**64.396**	**96.073**	**31.678**	**25.641**	**24.080**	**14.674**

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

23.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.
23.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de férias	69.337	66.405
Provisões para participação nos lucros	52.412	71.563
Salários a pagar	24.827	25.259
Obrigações com pessoal a pagar	1.734	1.615
Contribuições a recolher	172	348
Obrigações trabalhistas	**148.482**	**165.190**
INSS a recolher	18.251	18.848
FGTS a recolher	4.885	5.745
INSS retido a recolher	2.672	2.068
Obrigações previdenciárias	**25.808**	**26.661**
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	**174.290**	**191.851**

24. DIVIDENDOS

24.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **24.2 Composição:** Em 31 de dezembro de 2023, foram apurados R$ 35.081 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	169.145	205.017
(–) Reserva legal - 5%	(8.457)	(10.251)
(–) Reserva incentivos fiscais	(20.363)	(62.426)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**140.325**	**132.340**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**35.081**	**33.085**
Dividendos adicionais propostos	**7.205**	**–**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de compra e venda de mercadorias e fretes** - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a VBLOG e a Fisia e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral de SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado. **Aluguéis -** A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a controlada VBLOG do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados. A controlada VBLOG, que atua como operadora logística, efetua uma operação de sublocação para as empresas Fisia e SBF Comércio do armazém localizado em Extrema - MG, local que realiza parte da operações em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras. **Rateio administrativo** - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas. **Serviços audiovisuais -** As controladas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. **Marketplace -** A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrado sobre cada transação de produto vendido. **Mútuos** - Os mútuos referem-se às transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantêm contratos na forma da legislação vigente. **25.2 Composição: Controladora:** Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue: Os valores da controladora estão sendo apresentados na Nota 7, contas a receber.

Ativo circulante - Contas a receber	01/01/2023	Pagamentos	31/12/2023
Fisia	30.485	(13.487)	16.998
Total	**30.485**	**(13.487)**	**16.998**

Os valores referente às transações descritas acima são demonstrados no quadro a seguir:
Transações realizadas entre partes relacionadas

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Grupo SBF	16.998	30.485	(28)	(1.351)
SBF Comércio	334.111	1.721.460	(397.483)	(1.799.607)
Premier	181.791	1.548.635	(289.068)	(1.663.394)
Fisia	185.614	219.352	(50.960)	(68.945)
VBLOG	27.581	38.565	(9.674)	(26.065)
Lione	183	–	–	–
Network	491	294	–	–
Neotv	203	303	–	–
FitDance	241	268	–	–
Total	**747.213**	**3.559.362**	**(747.213)**	**(3.559.362)**

(a) As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Compras		Vendas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	(2.937.313)	(2.985.059)	2.457.546	2.515.699
Premier	(2.457.546)	(2.515.699)	2.486.780	2.558.730
Fisia	–	(720)	450.533	427.049
Total	**(5.394.859)**	**(5.501.478)**	**5.394.859**	**5.501.478**

	Fretes e Carretos		Aluguéis	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	(29.482)	(58.689)	39	69
VBLOG	67.163	71.627	2.815	(723)
Store	–	–	–	(14)
Fisia	(37.681)	(12.938)	(2.854)	668
Total	**–**	**–**	**–**	**–**

	Serviços audiovisual		Rateio administrativo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Grupo SBF	–	–	6.229	–
SBF Comércio	–	(2.274)	170.434	113.117
Premier	(6.445)	–	(16.120)	(565)
VBLOG	–	–	(33.071)	(37.050)
Lione	–	–	–	(1)
Pine	–	–	–	(1)
Fisia	(3.075)	(3.049)	(127.473)	(75.500)
Network	4.395	2.274	–	–
Neotv	3.075	2.290	–	–
Acelerados	(10)	–	–	–
FitDance	2.060	759	–	–
Total	**–**	**–**	**–**	**–**

	Adiantamento a fornecedores		Adiantamento de clientes	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	20.558	6.610	–	–
Premier	–	–	(4.200)	(6.610)
VBLOG	–	–	(16.358)	–
Network	–	–	(75)	–
Total	**20.558**	**6.610**	**(20.633)**	**(6.610)**

	Comissão marketplace	
	31/12/2023	31/12/2022
Grupo SBF	29.927	20.967
Total	**29.927**	**20.967**

Mútuos: Os mútuos entre as controladas referem-se a transações de empréstimos, com os quais as Companhias mantêm contratos na forma da legislação vigente.

Saldo em 1º de janeiro de 2022	**–**
Captação de mútuos Fisia x SBF Comércio	275.800
Juros incorridos	6.103
Pagamentos principal e juros	(55.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**226.403**
Captação de mútuos Fisia x SBF Comércio	28.000
Juros incorridos	6.399
Pagamento de principal	(249.933)
Pagamento de juros	(10.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**

Juros sobre capital próprio: Em reunião do Conselho da Administração e assembleia geral extraordinária realizada nos dias 31 de março, 10 de agosto e 27 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Administração do Grupo a distribuição de juros sobre capital próprio entre suas controladas Fisia e SBF Comércio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo, nos montantes de R$ 17.093, R$ 40.871 e R$1.256. Os valores foram deliberados e existem R$1.035 remanescentes para liquidação.

Juros sobre capital próprio aprovado em 28/12/2022 - Fisia	92.849
IRRF sobre JSCP	(13.927)
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.922**
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	(75.922)
Juros sobre capital próprio aprovado em 31/03/2023 - Fisia	17.093
IRRF sobre JSCP	(2.564)
Recebimento de juros sobre capital próprio	(14.529)
Juros sobre capital próprio aprovado em 10/08/2023 - Fisia	40.871
IRRF sobre JSCP	(6.131)
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	(34.740)
Juros sobre capital próprio aprovado em 27/12/2023 - VBLOG	1.256
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.256**
Dividendos a receber	
Saldo 1º janeiro de 2022	**–**
Dividendos aprovados sobre resultado Fisia 2021	202.924
Recebimento de dividendos Fisia	(202.924)
Dividendos intermediários Fisia - 2022	239.283
Recebimento de dividendos Fisia	(3.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**235.756**
Recebimento de dividendos Fisia	(88.237)
Dividendos SBF Comércio	25.561
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**173.080**

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 à 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o período. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

Pagamento de aluguéis durante o exercício	31/12/2023	31/12/2022
VBLOG	40	38
Premier	65	62
SBF Comércio	25.200	23.897
Total	**25.305**	**23.997**

Remuneração ao pessoal-chave da administração
A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	10.083	8.046	9.285	8.922
Participação nos lucros e resultados	–	2.289	–	7.480
Pagamento baseado em ações	–	2.344	–	8.532
Total	**10.083**	**12.679**	**9.285**	**24.934**

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de marketing e comunicação	–	–	23.233	32.082
Provisões para serviços de terceiros	–	–	17.077	33.786
Provisões logísticas	–	–	43.392	17.706
Provisões benefícios a empregados	–	–	5.975	10.112
Provisões gerais	836	39	14.159	29.478
Utilidades e serviços	–	–	16.493	9.030
Obrigações com investimentos (a)	74.445	139.571	74.446	139.571
Outros	–	20.289	5.546	8.550
Total	**75.281**	**159.899**	**200.321**	**280.315**
Circulante	**836**	**4.077**	**125.875**	**140.744**
Não Circulante	**74.445**	**155.822**	**74.446**	**139.571**

(a) As obrigações com aquisição de controlada referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada Fisia realizada em 2020, no montante de R$ 58.011 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 123.443 em 31 de dezembro de 2022) e Grupo NWB no montante de R$ 16.435 (R$ 16.128 em 31 de dezembro de 2022), realizada em 2021, que serão liquidadas de acordo com o previsto nos contratos de compra firmados entre as partes: **Aquisição Fisia - Contraprestação contingente:** O Grupo concordou em pagar à vendedora contraprestação contingente mediante utilização de tributos a compensar já registrados contabilmente pela adquirida antes da aquisição, durante o período de exploração do contrato de distribuição. A redução do saldo refere-se aos pagamentos efetuados à vendedora, mediante utilização de tributos a compensar. **Aquisição NWB:** Contas a pagar relativo a dívida diferida com a NWB que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. Adicionalmente há um contas a pagar depositados em garantia, para assegurar possíveis obrigações indenizatórias dos vendedores.

27. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	108.882	155.537
Adiantamento de clientes	22.874	89.745
Patrocínios e royalties	10.603	10.081
Cartão presente	10.860	20.457
Outros	4.717	905
	157.936	**276.725**
Circulante	**66.276**	**152.851**
Não circulante	**91.660**	**123.874**

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

28.1 Política contábil: O Grupo está autorizado a aumentar seu capital social até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da o Grupo ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **28.2 Composição: a. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social do Grupo em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 1.830.872 dividido em 243.688.980 ações ordinárias e sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.830.524 dividido em 243.596.138 ações ordinárias e sem valor nominal. O controle acionário do Grupo SBF S.A., está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	
Acionista	Quantidade	%
Pacipar Participações Ltda.	80.000.000	32,83%
Nefele Investments, LLC	48.456.001	19,88%
GPCP I - Fundo de inv. Part	1.185.014	0,49%
Outros	114.047.965	46,80%
Total	**243.688.980**	**100,00%**

b. Lucro por ação - consolidado: ***Básico:*** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria. ***Diluído:*** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O Grupo tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação do Grupo), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022: Quando o Grupo apresenta perda líquida atribuível aos proprietários do Grupo, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

Numerário básico/diluído - Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	169.145	205.017
Média ponderada de ações ordinárias	243.634	243.248
Resultado básico por ação - R$	**0,69**	**0,84**
Lucro líquido do exercício	169.145	205.017
Média ponderada de ações ordinárias	243.634	243.248
Opções exercidas não integralizadas	93	976

Numerário básico/diluído - Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	7.316	9.026
Resultado diluído por ação - R$	**0,67**	**0,82**

c. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **d. Reserva incentivos fiscais**

	31/12/2023	31/12/2022
Benefício fiscal - Crédito presumido de ICMS	126.865	126.865
Benefício fiscal - Redução de base de cálculo de ICMS exercício de 2023	20.363	–
Total de reserva de incentivos fiscais	**147.228**	**126.865**

As controladas do Grupo SBF se beneficiam de incentivos fiscais sobre impostos estaduais (ICMS) de crédito presumido, decorrentes dos centros de distribuição estabelecidos nos Estado de Minas Gerais e Paraíba, e de redução de base de cálculo, decorrentes das operações ocorridas com varejistas no Estado de São Paulo. A Lei Complementar nº 160/2017 e a Lei nº 12.973/2014 permitem que as controladas do Grupo excluam da base do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, desde que constituida reserva de incentivos fiscais, o montante do lucro líquido tributável relacionado aos incentivos fiscais estaduais. Até junho de 2023 antes do julgamento pelo STJ as controladas do Grupo SBF, somente excluíam da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido os incentivos fiscais de crédito presumido. Até a data do julgamento o montante de reserva relacionado ao benefício de crédito presumido de ICMS totalizava R$ 126.865. Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, as controladas do Grupo, passaram a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo reconheceu o montante de R$ 20.363 referente ao benefício do ano de 2023, bem como montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R$ 199.830. **e. Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro do Grupo e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 houve a constituição de R$ 98.039, já em 31 de dezembro de 2022 houve a constituição de R$ 99.255.

29. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - CONSOLIDADO

29.1 Política contábil: O objetivo desses "Planos" é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração. Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração. Em setembro de 2013, a Companhia instituiu o pagamento baseado em ações para os seus colaboradores, como contraprestação aos serviços prestados, remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções de compra), regulados por contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações para cada beneficiário. Em 22 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015 ("Programa 2015"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programa 2016"). No dia 20 de setembro de 2019, foi aprovado o primeiro plano de compra de ações de 2019 e no dia 05 de novembro de 2019, o segundo plano de 2019 ("Programa 2019"). Em dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações, ou "Plano 2016". Para as outorgas feitas sob este Plano, foi definido que serão compostas por 5 lotes, cada um possuindo 20% do total de opções outorgadas ao participante. A cada ano, após a data de outorga, um dos lotes se tornará exercível, estando todas as opções outorgadas disponíveis para exercício após 5 (cinco) anos da data de outorga. Além disso, é obrigatória aos participantes a utilização de não menos do que 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("PLR") para exercer opções disponibilizadas sob as regras deste Plano a cada ano, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. Por fim, o prazo contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar do fim do período de carência. O Primeiro Programa do Plano de 2016 ("2016 - Primeiro Programa") foi outorgado em dezembro de 2016, quando a Companhia ainda não havia aberto seu capital na bolsa de valores. O preço de exercício definido foi de R$ 4,00. O segundo programa ("2016 - Segundo Programa"), outorgado em outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia. Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, "Plano 2019" I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível. Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados quatro programas: um em outubro de 2019 ("2019 - Primeiro Programa"), outro em 30 junho de 2020 ("2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020"), o terceiro em abril de 2020 ("2019 - Segundo Programa"), a última outorga de 2020. Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 ("Segundo Programa 2020"), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 ("Primeiro Programa 2020"). Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2022 ("Primeiro Programa 2022"). Esse programa pertence ao Plano 2019 do pagamento baseado em ações.Também em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opções de Compra de Ações do ano de 2022 ("Segundo Programa 2022"). No qual também pertence às regras do "Plano 2019". Ressaltando que o mesmo programa teve duas outorgas, uma em 3 de março de 2022 e outra em 16 de outubro de 2022 mantendo as regras. Em 12 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024 , vinculado ao Plano 2016 ("Primeiro Programa 2024 - Plano 2016"), e o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024 , vinculado ao Plano 2019 ("Primeiro Programa 2024 - Plano 2019"). Nesta mesma data, ambos os programas foram outorgados. O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). **29.2 Composição:** Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos organizados por ano e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

Programa	Saldo em 01/01/2023	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo em 31/12/2023
2016 - Primeiro programa	356.842	–	(92.842)	–	264.000
2016 - Segundo programa	1.542.684	–	–	(253.124)	1.289.560
2019 - Primeiro programa	3.655.519	–	–	(593.282)	3.062.237
2019 - Primeiro programa - outorga março de 2020	42.700	–	–	(42.700)	–
2020 - Segundo programa	330.281	–	–	–	330.281
2020 - Primeiro programa	2.550.000	–	–	(680.000)	1.870.000
2022 - Primeiro programa	48.000	–	–	(48.000)	–
2022 - Segundo programa - outorga março 2022	300.000	–	–	–	300.000
2022 - Segundo programa - outorga agosto 2022	200.000	–	–	–	200.000
Total	**9.026.026**	**–**	**(92.842)**	**(1.617.106)**	**7.316.078**

Premissas básicas para o plano:	2016 1º Programa	2016 2º Programa	2019 1º Programa	2019 1º Programa março 2020	2019 2º Programa	2020 1º Programa	2020 2º Programa	2022 1º Programa	2022 2º Programa março 2022	2022 2º Programa agosto 2022
Modelo de precificação	Black & Scholes	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Dividend yield	5,00%	1,31%	1,31%	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Volatilidade média anual esperada	23,63	34,96	34,96%	67,92%	76,00%	61,72%	47,08%	50,20%	63,72%	60,56%
Taxa de juros livre de risco	11,37	5,96	5,96%	6,25%	6,00%	9,69%	6,00%	12,35%	11,45%	11,37
Preço de exercício	4,00	14,80 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	15,44 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	25,50 corrigido por IPCA	26,25	21,39 corrigido por IPCA	22,28	21,58
Preço da ação considerado	4,81	20,97	20,97	22,35	27,43	29,63	26,36	23,28	21,90	23,27
Prazo esperado do exercício	5,42 anos	4,03 anos	4,03 anos	4,03 anos	N/A	6,25 anos	5 anos	2,41 anos	6,42 anos	6,42 anos
IGP-M	NA	4	4	3,5	3,7	NA	NA	NA	NA	NA
Preço da opção na data da concessão por ação	**2,05**	**11,33**	**10,55**	**14,49**	**14,18**	**11,61**	**11,61**	**29,20**	**21,90**	**21,39**

30. RECEITAS LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

30.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. • **Venda de mercadorias no varejo:** O Grupo opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. • **Venda de mercadorias no atacado:** O Grupo opera como a distribuição dos produtos da marca "NIKE" em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. Isso ocorre quando o cliente esteja de acordo com o contrato de venda e os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados pelo cliente no centro de distribuição. Os produtos NIKE podem ser vendidos com desconto por volume. Nessas situações, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes. • **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** O Grupo opera com comércio eletrônico por meio dos sites centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. • **Prestação de serviços logísticos:** O Grupo reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. • **Prestação de serviços audiovisual:** As controladas do Grupo SBF possuem também como atividade o desenvolvimento de atividades na área de comunicação social, incluindo, mas não se limitando a filmagens em geral, elaboração e edição de vídeos, produção e distribuição audiovisual na internet e comercialização de espaços publicitários. O Grupo reconhece a receita ao longo do tempo, utilizando o método de insumo para mensurar o progresso que melhor reflita o seu desempenho, portanto, as receitas são reconhecidas com base nos esforços do Grupo para a satisfação da obrigação de performance. • **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** A FitDance reconhece receitas com cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo os pagamentos realizados por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato. • **Subvenção governamental:** o Grupo realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico. No 4° trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS. A partir de 1° de julho de 2021, a controlada indireta Fisia efetuou a migração das operações da plataforma digital (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS. Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, o Grupo reconheceu o incentivo fiscal dessas operações por meio de sua controlada indireta Fisia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 somaram o montante de R$ 301.561 dos quais R$ 281.198 correspondem ao incentivo fiscal de crédito presumido e R$ 20.363 incentivo fiscal de redução de base (R$ 187.887 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 de crédito presumido).

30.2 Composição

Receita operacional bruta	31/12/2023	31/12/2022
Venda de mercadorias	8.899.995	7.811.634
Prestação de serviços	141.323	142.970
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(2.076.734)	(1.765.399)
ICMS - Incentivo fiscal	301.561	187.887
Prestação de serviços	(20.996)	(17.627)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(256.478)	(98.758)
Receita líquida	**6.988.671**	**6.260.707**

Canais de Venda: A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado (distribuição produtos Nike) e plataforma digital está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Varejo (lojas físicas)	4.615.261	3.697.648
Atacado	1.324.606	1.444.709
E-Commerce	2.960.128	2.669.277
Receita bruta de vendas de mercadorias	**8.899.995**	**7.811.634**

Região Geográfica: Em termos de região geográfica, as vendas do Grupo estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2023	31/12/2022
Sudeste	5.534.184	4.916.122
Nordeste	1.044.258	1.005.663
Sul	1.401.078	1.097.084
Centro - Oeste	631.438	544.514
Norte	289.037	248.251
Receita bruta de vendas de mercadorias	**8.899.995**	**7.811.634**

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso do Grupo, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro.

	31/12/2023	31/12/2022
1º trimestre	1.472.122	1.344.627
2º trimestre	1.593.145	1.463.007
3º trimestre	1.793.263	1.469.980
4º trimestre	2.130.141	1.983.093
Receita líquida	**6.988.671**	**6.260.707**

31. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CONSOLIDADO

31.1 Política contábil: Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.
31.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Custo da revenda de mercadorias	(3.617.938)	(3.239.209)
Custo de fretes e logística	(24.870)	(27.349)
Custo de serviço de produção audiovisual	(31.192)	(53.217)
Total	**(3.674.000)**	**(3.319.775)**

32. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	
Despesas com vendas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(630.409)	(605.663)
Publicidade e propaganda	(502.105)	(447.158)
Serviços de terceiros	(356.631)	(285.337)
Utilidades e serviços	(227.351)	(192.582)
Depreciação de direito de uso	(183.723)	(162.256)
Ocupação	(122.039)	(87.345)
Comissão de cartão	(109.362)	(90.351)
Depreciação e amortização	(83.019)	(83.322)
Outras despesas	(69.012)	(118.775)
Contencioso	3.551	35.950
(–) Descontos sobre arrendamentos	2.259	8.451
Total	**(2.277.841)**	**(2.028.388)**

continua →★



→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
Despesas administrativas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Pessoal	(202.812)	(224.753)
Depreciação e amortização	(97.844)	(80.136)
Utilidades e serviços	(83.586)	(65.173)
Serviços de terceiros	(61.949)	(87.682)
Depreciação de direito de uso	(20.819)	(21.984)
Outras despesas	(17.195)	(21.697)
Contencioso	(14.957)	11.059
Publicidade e propaganda	(11.931)	(16.296)
Ocupação	(6.507)	(3.525)
(–) Descontos sobre arrendamentos	–	1.657
Total	**(517.600)**	**(508.530)**

33. RESULTADO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

33.1 Políticas contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

33.2 Composição

Receitas financeiras	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Variação cambial ativa	158.010	134.350
Atualização monetária de impostos	35.539	53.902
Atualização monetária de depósitos judiciais	32.096	15.453
Receitas de aplicações financeiras	19.597	49.136
Juros e multas recebidos	2.457	1.485
Outras receitas financeiras	979	–
Descontos obtidos	689	67
Juros sobre operações de mútuo	–	48
Total	**249.367**	**254.441**
Despesas financeiras	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Juros sobre debêntures	(184.664)	(124.087)
Variação cambial passiva	(146.188)	(114.034)
Juros de arrendamento mercantil	(134.400)	(127.402)
Juros sobre contencioso	(36.190)	4.383
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(34.003)	(35.348)
Juros sobre operações de venda de recebíveis	(16.669)	(466)
Tarifas e taxas bancárias	(10.176)	(7.422)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(8.105)	(5.133)
Juros sobre pagamentos em atrasos	(2.970)	(826)
Juros sobre atraso de impostos	(1.762)	(10.699)
Impostos sobre operações financeiras	(1.524)	(3.344)
Outras despesas financeiras	(13.714)	(13.686)
Total	**(590.365)**	**(438.064)**
Despesas financeiras líquidas	**(340.998)**	**(183.623)**

34. COMPROMISSOS

O Grupo SBF possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pelo Grupo como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC - 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da Fitdance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

35. COBERTURA DE SEGUROS - NÃO AUDITADO

O Grupo SBF e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	**Objeto**	**Montante de cobertura**
Veículos	Frota de veículos	R$ 500
Transportes	Transportes nacionais	R$ 17.549.157
Transportes	Transportes internacionais	US$ 301.000
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 50.000
Responsabilidade cível	Directors & Officers	R$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 1.020.084

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. O Grupo está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano.

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O

Relatório Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2023

1. Histórico e Composição: O Comitê de Auditoria da Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê"). O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 03 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno"). O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiros. O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor. **2. Atividades do Comitê no Exercício:** Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação dos resultados trimestral, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social. **3. Parecer do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 14 de março de 2024

Membros

Luiz Alberto Quinta — Luiz Carlos Nannini — Pedro Wagner Pereira Coelho

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 15 de março de 2024

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Grupo SBF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Grupo SBF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

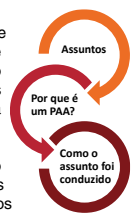
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PORQUE É UM PAA	COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(c) e 13.2)	
As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R$ 744.512 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 13. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.
Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14.2(c))	
As controladas da Companhia são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R$ 574.012 mil, em 31 de dezembro de 2023. A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2 (c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação. Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores em discussão, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador - CRC 1SP188307/O-0

Edital para conhecimento geral – Prazo de 30 dias. Processo nº 1008715-71.2024.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional II de Santo Amaro da Comarca da Capital. Estado de São Paulo. Dr (a). VANESSA SFEIR, na forma da Lei, etc. Faz saber a quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens, por meio da qual os requerentes Larissa Gallego Rocha Zanuto, CPF 450.343.518-38, filha de Angela Paula Gallego Rocha e Pedro Damião Lopes Rocha,nascida aos 03/12/1995, e Ari Zanuto Junior, CPF 329.242.158-62, filho de Ari Zanuto e Marta Felipe de Paula, nascido aos 01/11/1985, intentam alterar o regime de bens do casamento de comunhão parcial de bens para separação total de bens. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0010453-79.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Bernardi Baccarat, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RC1 PROMOCOES ESPORTIVAS E EVENTOS LTDA., CNPJ 06.165.750/0001-08, e 1945 CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - ME, CNPJ 08.649.111/0001-35, que lhes foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio-libanês objetivando o alcance de bens, para garantir o débito em litígio. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de janeiro de 2024. N - 16 e 19

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006260-66.2018.8.26.0001. A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Gislaine Maria de Oliveira Conrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIA HELENA PEREIRA METTA, CPF 766.417.678-68 e BIANCA TAMIKO MASSUDA, CPF 362.854.088-74, que por este Juízo tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por CONDOMINIO EDIFICIO PARQUE DOS PRINCIPES. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, acerca da penhora que recaiu sobre o imóvel de matrícula 78.598 do 3º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, situado na R. Alberto Savoy, 390, apto.52, bloco I, do qual as executadas foram nomeadas depositarias e para que no prazo de 15 dias a fluir o prazo do presente edital, ofereçam impugnação, sob pena de prosseguimento da execução. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de novembro de 2023. N - 16 e 19

CONEXÃO EM SAÚDE COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SAÚDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ***CONEXÃO EM SAUDE - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SAUDE***, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelos artigos 38 e seguintes da Lei no. 5764/71, *CONVOCA* a todos os associados cooperados para a Assembléia Geral Ordinária no dia 29/03/2024 em primeira convocação as 14:00 horas cuja instalação dependerá do quorum de 2/3 (dois terços) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, em segunda convocação as 15:00 horas, cuja instalação dependerá do quorum mínimo de metade mais um dos associados, em pleno gozo dos direitos sociais e em terceira e ultima convocação, as 16:00 horas, cuja realização dependerá do quorum mínimo legal de 50 (cinqüenta) sócios ou, no mínimo, 20% do total dos sócios conforme prevê o artigo 11 parágrafo 3º da lei 12.690/2012, à Rua Maestro Cardim, no. 1.191 – 4º And CJ 42 no bairro Bela Vista, São Paulo – SP, ou através do link https://meet.google.com/oeb-bdxu-uge para participação virtual, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do dia: 1 –** Prestação de contas da Diretoria acompanhado de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório de gestão; b) balanço levantado em 31 de dezembro de 2023; c) Demonstrativo das sobras ou perdas**; 2 -** Destinação das sobras ou rateio das perdas; **3 -** Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal; **4 –** Quaisquer outros assuntos de interesse social relacionados com a Ordem do Dia. São Paulo, 15 de março de 2024. Reginaldo de Paula Botelho - Diretor Presidente

---

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº. 35300352858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 27 de fevereiro de 2024, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B Andar 4 - Parte, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Aprovar a renovação contratual, pela Companhia, de *Stand by Letters of Credit* ("SBLC") em favor de sua controlada direta International Airport Finance S.A. ("IAF"). **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Aprovar a renovação contratual, pela Companhia, de SBLC em favor de sua controlada direta IAF, com o Banco Itaú, para assegurar as obrigações relacionadas ao *Notes Collateral Agent*, nos termos da escritura da Notas (*Senior Secured Notes due 2033*) emitidas pela IAF, com garantia corporativa da CCR S.A., conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 27 de fevereiro de 2024. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Fábio Russo Corrêa; e **(2) SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, por Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 100.680/24-0 em 11.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7

CNPJ/ME n° 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 31 de Janeiro de 2024

Data, Hora e Local. No dia 31 de janeiro de 2024, às 10h00, única e exclusivamente de forma digital, por meio de videoconferência. **Convocação.** Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 13, §1° do Estatuto Social da Companhia. **Presenças.** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do art. 14 do Estatuto Social da Companhia. Presentes, ainda, os seguintes colaboradores da Companhia: Srs. Dayane de Souza Duarte (Diretora), Luciano Reimberg (Diretor) e Juliana Olivia Ferreira Loureiro dos Santos Martins (Diretora). **Composição da Mesa.** Presidida pela: Sra. Paula Melo Suzana Gomes; e secretariada pela Dra. Mônica Nunes Teixeira Pinto. **Ordem do Dia.** Avaliar e deliberar sobre o seguinte assunto: **(i)** exame e discussão acerca da aquisição de ativos, determinadas marcas e produtos farmacêuticos, por meio de operações denominadas "Projeto Saúde" e "Projeto NVS"; e **(ii)** autorização aos Diretores da Companhia para que pratiquem todos os atos necessários à efetivação da matéria ora deliberada. **Deliberações.** Os membros do Conselho de Administração examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **(i)** foi apresentado pelos Srs. Dayane de Souza Duarte e Luciano Reimberg, Diretores da Companhia, o detalhamento dos Projetos denominados "Saúde" e "NVS", com a explanação dos aspectos relevantes das operações, em especial, mas não se limitando a, objeto, valores e benefícios em prol da Companhia, as quais foram analisadas pelos membros do Conselho de Administração, que se manifestaram favoravelmente, de forma unânime. **(ii)** Via de consequência, os membros do Conselho de Administração avaliaram e autorizaram os Diretores da Companhia, de forma unânime, para que pratiquem todos os atos necessários à efetivação dos Projetos acima referidos. **Encerramento.** Fica consignado que os materiais submetidos e discutidos nesta reunião, conforme referidos nas deliberações, bem como as manifestações e declarações de voto apresentadas pelos conselheiros, ficarão arquivados na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. A presente Ata é cópia fiel daquela transcrita em livro próprio. São Paulo, 31 de janeiro de 2024. **Mesa:** Paula Melo Suzana Gomes - **Presidente;** Monica Nunes Teixeira Pinto - **Secretária. Membros do Conselho de Administração:** Paula Melo Suzana Gomes, Miguel Giudicissi Filho, Roberto Cornette Marques, José Luiz Junqueira Simões, Ursula Cristina Favale Fernandes, Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Marcos Prado Troyjo, Fernando Cornette Marques, Rui Willig. **JUCESP** nº 23.223/24-9 em 11/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Felipe Giaffone triunfa em Campo Grande e lidera temporada

A Copa Truck abriu a temporada 2024 em grande forma. Com bom público e grandes batalhas, o Autódromo Internacional Orlando Moura, em Campo Grande (MS), recebeu duas belas corridas no quente domingo (17). Atual campeão, Felipe Giaffone (Volkswagen) começou o calendário com vitória na primeira prova e o terceiro lugar na segunda bateria, assumindo logo de cara a liderança do campeonato na Super Truck Pro. A corrida complementar teve um duelo espetacular entre Wellington Cirino e André Marques, que terminou com o regresso do piloto da IVECO ao topo do pódio, em desfecho de muita emoção e que levou o veterano campeão às lágrimas.

O domingo foi de um belo regresso da Copa Truck a Campo Grande depois de cinco anos. A Cidade Morena entregou novamente grande espetáculo, com corridas que mexeram com a emoção do público nas arquibancadas do autódromo.

Danilo Dirani largou na pole position da Corrida 1, mas sofreu dois revezes em seguida: logo depois de ser superado por Felipe Giaffone, quando liderava, o piloto da Usual Racing foi punido por excesso de emissão de fumaça em seu IVECO S-Way.

Felipe Giaffone partiu para a vitória na abertura da temporada ao mesmo tempo em que Beto Monteiro sofreu uma quebra e abandonou na última volta. Desta forma, Adalberto Jardim cruzou a linha de chegada na segunda posição, com Victor Franzoni em terceiro, completando o pódio. André Marques em quarto e Paulo Salustiano em quinto. Oitavo colocado, Leandro Totti abriu o grid da segunda bateria em razão da regra do grid invertido.

Duelo espetacular marca Corrida 2 — Leandro Totti liderou uma trinca da IVECO na ponta do grid. Mas coube ao multicampeão Wellington Cirino tomar a ponta ainda na primeira volta, com


Foto/ Vanderley Soares

Wellington *Cirino*

André Marques em segundo e Paulo Salustiano em terceiro.

Cirino e André Marques lutaram pela vitória nas voltas finais, em duelo sensacional, enquanto Felipe Giaffone superou Franzoni para assumir a terceira posição. Roberval foi o quarto colocado e Luiz Lopes fechou o top-5, com Victor Franzoni em sexto.

Cirino confirmou a vitória com apenas 0s312 de vantagem para André Marques, no seu regresso ao topo do pódio da Copa Truck.

A segunda etapa da temporada 2024 da Copa Truck está marcada para o Autódromo Internacional de Goiânia Ayrton Senna, em 14 de abril.

Marcus Índio, Vasco Pedro e Uli Dias fecham com vitória etapa de Campo Grande


Foto/ Duda Bairros

Uli *Dias categoria Super*

Uma corrida de desfecho incrível encerrou a rodada de abertura da temporada 2024 da Copa Hyundai HB20. Na tarde de domingo (17), o Autódromo Internacional Orlando Moura, em Campo Grande (MS), foi palco de uma prova memorável e definida na linha de chegada. A batalha pela vitória na categoria Pro envolveu vários carros e foi marcada por uma aula de pilotagem defensiva de Marcus Índio, que triunfou quase na linha de chegada, com 0s635 de vantagem para Bruno Testa. Vasco Pedro levou a melhor na classe Elite após grande embate com Leo Martins, enquanto Uli Dias sacramentou uma jornada 100% na Super no topo do pódio das duas provas deste fim de semana.

Com a inversão dos sete primeiros colocados de cada categoria, Marcus Índio largou na frente na Pro, enquanto Adilson Jr. puxou a fila na Super e Gustavo Smozinki partiu da ponta na Elite.

Mas somente Índio segurou a liderança da corrida. O piloto do carro #21 lutou muito para manter a primeira posição, com pelo menos cinco concorrentes impondo pressão durante todas as 13 voltas. A última tentativa aconteceu no último giro, quase na bandeirada, quando Bruno Testa e Enzo Gianfratti buscaram o bote final. Entretanto, Índio confirmou a vitória, com Testa em segundo e Gianfratti em terceiro pela diferença mínima: um milésimo atrás.

"Essa vitória vai para Papai do Céu, para Nossa Senhora Aparecida, que me acompanha, e para meu filho. A estratégia deu certo, e estou emocionado porque foi bem difícil. Deu um problema no escapamento, que esquentou um pouco meu pé. Foi muito quente hoje, mas conseguimos. Estou feliz demais", vibrou Índio.

A disputa pela vitória na classe Elite também foi marcante. Adílson Jr. largou na frente, mas abandonou pouco depois. Vasco Pedro tomou a ponta, mas travou duelo com Leo Martins nas voltas finais. Contudo, o competidor do carro #93 terminou com o primeiro lugar.

Já na classe Super, Uli Dias consolidou o fim de semana com duas vitórias nas duas corridas da etapa. O piloto cresceu no pelotão depois de superar Wagner Pontes, Silvio Gatão (vencedor na Super Master) e Gustavo Smozinski para gabaritar na Cidade Morena. "Não sei se choro, se eu grito ou se eu pulo. Estou muito feliz. É um sonho estar aqui. Só quero agradecer a todos que torceram por mim", comemorou Uli, emocionado.

Os canais SporTV transmitem as corridas da etapa deste fim de semana, em Campo Grande, nesta segunda-feira, a partir de 20h.

A segunda etapa da temporada 2024 da Copa Hyundai HB20 está marcada para os dias 13 e 14 de abril no Autódromo Internacional de Goiânia Ayrton Senna.

Regional Cup Brasil chega ao país com apoio da FIA e premiação para o Mundial de Kart

Os kartistas brasileiros terão a chance de brigar por um título inédito nesta temporada e participar de um campeonato que chega ao país com total apoio da Federação Internacional de Automobilismo (FIA). O Brasil foi escolhido pela entidade máxima do esporte a motor mundial para ser a sede da primeira Regional Cup no continente sul-americano, comprovando a força do nosso kartismo no cenário internacional.

A disputa da Regional Cup Brasil terá duas das mais importantes categorias mundiais: OK FIA e OK Júnior FIA e classificará seus campeões para o Mundial FIA Karting 2024, que acontecerá em setembro, na Grã Bretanha. A programação também incluirá a Mini 2T (mais detalhes sobre a disputa desta categoria serão divulgados em breve).

A Final da Regional Cup Brasil está programada para a primeira quinzena de agosto e sua sede será divulgada em breve. Para chegar à decisão na OK e OK Júnior, os pilotos serão selecionados em quatro eventos regionais, que acontecerão em Londrina/PR (18 de maio), Birigui/SP (8 de junho), Cotia/SP (22 de junho) e Conde/PB (20 de julho, dentro da Copa Brasil de Kart).

Em cada evento, serão classificados quatro pilotos por categoria, totalizando 16 finalistas na OK e 16 na OK Júnior. A definição dos selecionados levará em consideração a ordem de chegada nas corridas finais.



Foto/Divulgação

Regional *Cup*

Nas classificatórias e na Final da Regional Cup Brasil (OK e OK Júnior), os pilotos terão os motores (motor, carburador e escapamento) sorteados, mas poderão utilizar seus próprios chassis e contarão com o trabalho de suas próprias equipes. Em ambas as categorias, os pneus utilizados serão os da MG.

Além da taxa de inscrição no Mundial da FIA como prêmio e ajuda de custo para os campeões da OK e OK Júnior, a competição nacional também abrirá mais uma vaga para classificar e premiar um terceiro piloto brasileiro para a disputa na Grã Bretanha.

Após as Finais da OK e OK Júnior, os pilotos que terminarem entre segundo e nono lugares na OK disputarão uma nova Final e o vencedor também ganhará como prêmio a inscrição e ajuda de custos no Mundial para a categoria OK N (lembrando que será classificado para a competição mundial pilotos que sejam elegíveis de acordo com as regras de idade do campeonato em cada uma das categorias).

Criada por Felipe Massa em 2021, quando o piloto ocupava a presidência da FIA Karting, a Regional Cup contou desde a sua concepção com o apoio de Giovanni Guerra, presidente da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), que ao lado de Rubens Carcasci, presidente da Comissão Nacional de Kart (CNK), trabalhou nos últimos anos para a viabilização do evento no Brasil.

O objetivo da Reginal Cup Brasil é permitir que os kartistas possam correr em seu próprio país com os mesmos motores e regras dos campeonatos mundiais, o que facilita seu aprendizado, reduzindo substancialmente os custos para a disputa de um evento fora do país, aonde normalmente o piloto chega sem ter familiaridade com o equipamento e necessita de mais tempo para adaptação.

Rubens Carcasci, presidente da CNK, também explicou a decisão de realizar a seletiva para a Final dentro de campeonatos regionais. "Em virtude do ineditismo do projeto, precisamos fazer alguns ajustes no formato de disputa, mas acreditamos que a decisão de realizar as classificatórias nos eventos regionais traz um custo menor para os pilotos, além de ser um importante incremento para os promotores dos eventos, fortalecendo ainda mais as competições em diferentes regiões do país", completou Carcasci.

Os regulamentos técnico e desportivo da Regional Cup Brasil serão divulgados nos próximos dias e estarão disponíveis no site da CBA. Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Confira o calendário das etapas classificatórias e Final da Regional Cup Brasil:

Classificatórias

18/05 – Kartódromo Luigi Borghesi / Londrina (PR); 08/06 – Speed Park / Birigui (SP); 22/06 – Kartódromo Granja Viana / Cotia (SP); 20/07 – Circuito Internacional Paladino / Conde (PB).

Final - A ser definido data e local na primeira quinzena de agosto.

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis tem domínio dos brasileiros

Os triatletas brasileiros sobram no Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, que terá sua quinta edição no dia 14 de abril, na Praia do Ingleses, abrindo a temporada 2024 de provas dos circuitos IRONMAN 70.3 no país. Ao longo de suas quatro edições, apenas triatletas brasileiros alcançaram o topo do pódio geral no masculino e feminino. E, para este ano, a perspectiva de vitória nacional segue alta, já que os atuais campeões, José Belarmino e Patrícia Mendes Franco, estão confirmados entre os 1900 participantes inscritos.

O retrospecto é muito positivo. Nas duas primeiras edições, em 2018 e 2019, que reuniram atletas profissionais, Igor Amorelli e Pâmella Oliveira ficaram com os títulos. No retorno das competições após a pandemia, o evento mudou seu foco para os amadores e aí foi a vez de Belarmino e Patrícia assumirem a condição de domínio, sagrando-se bicampeões.

Agora, mais uma vez, eles chegam fortes para manter essa hegemonia. Belarmino, aliás, tem sido um dos destaques do circuito. Com 11 títulos em etapas no país desde 2016, ele ainda garantiu dois títulos mundiais em 2022, na categoria 45/49 anos: o IRONMAN World Championship 2022, no Havaí (EUA), e o IRONMAN 70.3 World Championship 2022 – St George / Utah (EUA). No ano passado, além do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, ele ainda ganhou a etapa de São Paulo, sua segunda conquista na capital paulista.

Patrícia não fica atrás. Ela dominou o circuito em 2022, conquistando o topo do pódio nas cinco etapas realizadas, em Florianópolis, Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza. No ano passado, não esteve presente em todas as etapas, mas conseguiu duas importantes vitórias, na capital catarinense e no Rio de Janeiro.

A prova de abertura ainda classificará atletas para o IRONMAN 70.3 World Championship 2024 em Taupo, na Nova Zelândia. Além das 30 vagas já garantidas destinadas aos atletas das categorias Faixa Etária Masculina e Feminina, a Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis ainda oferecerá mais 15 vagas dedicadas exclusivamente às mulheres, com o objetivo de aumentar a participação feminina nos eventos mundiais.

O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis é organizado pela Unlimited Sports, com Tile Sponsor Itaú BBA, patrocínio de Track Field, SOS Cardio, Omint e Heineken, com copatrocínio de Dux, Aquasphere, Boali, OakBerry, Governo de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis e apoio de Paçoquita e Sococo. Mais informações no site oficial, www.ironmanbrasil.com.br

Liga Tênis 10 realiza torneio em São Paulo e bate-papo com mãe de Luisa Stefani



Foto/Divulgação

Nos dias 23 e 24 de março, a Liga Tênis 10, movimento dedicado ao crescimento do esporte no Brasil, irá realizar um torneio de tênis para crianças de 5 a 12 anos, na PlayTennis Morumbi, em São Paulo. O evento também irá contar com um bate-papo ministrado por Alessandra Stefani, mãe da tenista Luisa Stefani, com foco em temas de mentoria familiar.

O cronograma do tornei prevê divisões por idades e categorias nos dois dias. No sábado (23), a partir das 12h, crianças de 7 a 10 anos, da categoria intermediária, irão competir entre si. Às 15h, crianças de 5 a 10 anos, da categoria iniciante, entram em quadra. No domingo (24), será a vez da disputa entre crianças entre 10 e 12 anos, de nível mais avançado. O bate-papo com Alessandra Stefani acontece, à tarde, nos dois dias. As inscrições podem ser feitas pelo site: https://www.ligatenis10.com.br/torneio-liga-tenis-10-sao-paulo-1.

"A ideia deste evento é trazer um dia de muita competição e conhecimento. A primeira edição na BS Sports foi um sucesso e resolvemos repetir a dose com o apoio da PlayTennis. Os dois espaços foram fundamentais para colocarmos essa ideia para frente. Convidamos as crianças para jogar e os pais para aprender um pouco mais sobre o universo do tênis. No bate-papo, a Alessandra irá discutir as diferentes trajetórias possíveis no tênis e como eles podem ser capazes de impactar na carreira esportiva dos filhos ' ressaltou Bruna Assemany, CEO da Liga.

Fundada em 2015, a Liga Tênis completa nove anos em 2024, com ações focadas na promoção do esporte, democratização do acesso ao tênis, capacitação de treinadores, workshops e suporte a jovens e profissionais do esporte. A Liga já realizou cerca de 40 torneios em cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Goiânia, Anápolis, Belo Horizonte, e países europeus como Inglaterra, Áustria e Eslovênia. Para mais informações, acesse o site: https://www.ligatenis10.com.br.